



História

Questões e Debates 22/23

Editor: Francisco Moraes Paz

Secretário Executivo: Cláudio Denipoti

**Conselho Editorial: Mariza Budant Schaaf, Presidente
Maria Luiza Andreazza, Secretária**

Anamaria Filizola, Ana Maria de Oliveira Burmester, Aldair Tarcisio Rizzi, Carlos Alberto Faraco, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Euclides Marchi, Maria Igenes Mancini de Boni, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Márnio Teixeira Pinto, Ronald José Raminelli, Sérgio Odilon Nadalin, Sílvia Maria Pereira de Araújo.

Conselho Consultivo: Ana Cleide Cesário (UEL), Caio Cesar Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvadori de Decca (UNICAMP), Hilário Franco Júnior (USP), Iraci del Nero da Costa (USP), Joana Neves (UFPb), Renato Janine Ribeiro (USP), Sandra Jathay Pesavento (UFRGS).

**Publicação semestral da Associação Paranaense de História - APAH
Caixa Postal 1538
80001-970 — Curitiba — PR**

Capa: Marcelo Willer, a partir de fotos do acervo da Casa da Memória (n.º 20-21, foto de Frederico Lange 1901; n.º 22-23, foto de Luiz Bianchi de Ponta Grossa, ano 1919.

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**Gráfica Vicentina Ltda. Editora
Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988
Telefone: (041) 222-1057
80410-210 — CURITIBA-PR**

Publicado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — Junho - Dezembro 1991

S U M A R I O

Francisco Moraes Paz — Apresentação	3
NA CONSTRUÇÃO DA MODERNA SENSIBILIDADE:	
Christopher Hill — Sexo, casamento e família na Inglaterra	7
Theodore Zeldin — História pessoal e história das emoções	30
Steve Seidman — A força do desejo e o perigo do prazer	45
Cláudio Denipoti — Sexualidade e historiografia: considerações sobre a sexualidade no século XIX	78
HISTÓRIA E LITERATURA — UM DIÁLOGO POSSÍVEL:	
Anamaria Filizola — A retirada da Laguna: nacionalismo, modernidade e memória	91
Marilene Weinhardt — Barbárie: um tema da modernidade	113
HISTÓRIA E PRODUÇÃO — A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL:	
Euclides Marchi — A invenção do herói: a América pela vontade de Deus	133
Ronald Raminelli — Fronteiras da cristandade	151
QUESTÕES PARA A HISTÓRIA:	
Aldair Tarcísio Rizzi e Claus Magno Germer — A acumulação de capital e a questão regional	179
Dennison de Oliveira — O campo do planejamento urbano em Curitiba	220
Marcelo Saldanha Sutil — Arquitetura e representação: do poético ao social	239
NOTAS DE LEITURA:	
Arlene Renke — Peter Burke e “A Escola dos Annales”	257
Etelvina M. de Castro Trindade — Ana Paula Martins e “Um lar em terra estranha”	264
Roseli Boschilia — Alcir Lenharo e “A sacralização da política” ..	269

ISSN 0100-6932

História: Questões e Debates, Curitiba, a.12, nº 22/23, jun.-dez.-1991

Apresentação

Friedrich Nietzsche, em *O uso e o abuso da história*, lembra-nos que o homem está preso ao passado. Embora orgulhoso de sua humanidade, inveja a felicidade animal pois, enquanto o animal desconhece o sentido do tempo, o homem não pode esquecê-lo. O *excesso* de história, o fardo do passado, pode até destruí-lo. Sobretudo o homem ocidental, posto que vive em profundo respeito ao fato, almejando uma cultura histórica rica em promessas de futuro. A necessidade de conhecimento do passado relaciona-se ao serviço prestado ao presente e ao futuro.

Observando a exigência oitocentista da histórica ser ciência, ser a ciência do *devenir* universal, Nietzsche opõe-se a tal compreensão por considerá-la fatal à sua função vivificante. Logo, defende-a quando em forma de arte, capaz de realmente servir à vida. Como arte, ela não está voltada à verdade, apenas à objetividade, ao interesse autoconsciente do artista. Para além de ser conhecimento ou informação, o saber histórico se lhe apresenta como percepção. O valor da obra do historiador, portanto, ultrapassa as generalizações. Sua dimensão maior está na probabilidade da genial variação de um tema aparentemente banal. “O bom historiador” — completa — “deve ter o poder de cunhar para o já conhecido uma coisa nunca ouvida antes e proclamar o universal de maneira tão simples e profunda que o simples se perca no profundo e o profundo no simples”.

A promoção da aparente banalidade da vida, essa genial lição nietzscheana, persegue o ofício do historiador. Em especial, a partir do reconhecimento da recente inversão de valor entre história e cotidianidade, entre esfera pública e esfera privada. O recuo para o privado, em conformidade com Jean Baudrillard, pode ser visto como desafio direto ao público; a promoção do singular, como recuperação daquilo que fora dado como abjeto e apolítico. O reconhecimento do

banal fez da cotidianidade o novo tempo forte, e das massas residuais, o segmento portador do social.

A constante avaliação do *princípio de realidade* atualiza a importância da compreensão do sentido emancipador do fim da modernidade. Para Nietzsche, o mundo real confunde-se com a fábula, posto que a realidade racionalmente construída a partir de um dado fundamento é apenas um mito reconfortante. A modernidade e o culto ao novo fundaram um discurso baseado no processo unitário da humanidade — o progresso. Desde então, a Europa representa o centro, o foco primeiro da civilização. O discurso unitário da história é, pois, representação de um passado elaborado por segmentos ou grupos dominantes.

A crise da idéia de progresso e de realização da civilização, ao lado do avanço dos meios de comunicação, dos *media*, acaba por multiplicar as imagens do passado, as visões de mundo. Esta multiplicação anula o *princípio de realidade* única e amplia os ideais de emancipação pela libertação do múltiplo. O inventário das diferenças promove as racionalidades locais, como que apostando na liberdade oriunda da oscilação contínua entre pertença e desenraizamento. Este jogo, possível face à crise da modernidade, possibilita a ampliação do horizonte humano e reforça a compreensão do real como algo envolto numa zona de indefinições. Neste sentido, lembremos com Paul Veyne, a verdade não é o principal valor do conhecimento. Ter idéias é mais importantes que conhecer verdades!

Parafraseando-o, temos que uma histórica está bem morta quando a defendemos em vez de inventá-la. Não obstante o debate sobre o fim da história, vemos o revigoramento de suas energias utópicas através da constatação da polissemia dos sentidos, da exploração de estratos simbólicos mais profundos. Seu inventário explicativo aposta naquilo que há de social nos homens, de cultural nos indivíduos e grupos, de real nas representações. Não poderia ser diferente. Diante de um novo *fin-de-siècle*, sob o efeito dos *mass media*, assistimos à multiplicação generalizada de visões de mundo. De visões de história.

História: questões & debates não poderia furtar-se diante de tal quadro. Sob o risco da crítica ao novo, nossa revista une diferentes gerações e linhagens de historiadores para levar a seu público mais uma reflexão sobre os atuais horizontes historiográficos. Pensemos na produção da moderna sensibilidade, na promoção das experiências, na construção do social, isto é, no *fazer-se* da história. Ousemos o diálogo multidisciplinar e a ampliação do quadro de indagações. Ao elegermos essas temáticas, sugerimos ao leitor o exato enfrentamento das teorias do contemporâneo. Sim, porque ao reordenarmos o passado o fazemos com o instrumento de nosso tempo e, assim, revelamos as apreensões do *agora*.

A presente ampliação e diversificação do campo de competência do historiador algumas vezes é olhada com desconfiança e até com um certo temor. Especialmente porque novas linguagens e teorias desafiam antigos modelos e afetam a pretendida objetividade do conhecimento. Passamos a falar em sexualidade, sensibilidade, semiótica da privacidade, e a propor novos vínculos teóricos. Por certo, isso tudo causa impacto. Mas, sobretudo,, leva-nos a refletir sobre o *metier* do historiador, sobre a necessidade de uma historiografia criativa — menos presa às verdades, mais atenta às idéias.

Aí, voltamos a Nietzsche e ao seu singular propósito de ousar a tarefa criativa de pensar as formas determinadas de o homem lembrar. Seu percurso intelectual nega a deificação do passado à custa do presente e devolve-nos o sabor da história. Da história como metáfora. Sim, pois que para servir à vida, antes de ser ciência, deve ser arte. Como diria Benjamin, pensemos na arte de contar uma boa história. Como diriam os românticos, ousemos a essência do pensamento, o estilo.

Iniciemos esse percurso com Christopher Hill.

Francisco Moraes Paz,
editor.

NA CONSTRUÇÃO DA MODERNA SENSIBILIDADE

SEXO, CASAMENTO E FAMÍLIA NA INGLATERRA¹ (*)

CHRISTOPHER HILL

Professor do Balliol College, Oxford.

RESUMO

Neste trabalho, Christopher Hill resenha e analisa as obras de Peter Laslett e Lawrence Stone sobre o comportamento demográfico e amoroso da população inglesa no passado, tecendo críticas sobre essas obras com base em um amplo cerco historiográfico.²

I

Há trinta anos, John Buckatzch inaugurou uma nova fase neste periódico ao usar registros paroquiais para fins demográficos.³ A demografia na Inglaterra prosperou a partir de então. Peter Laslett produziu um livro um tanto prematuro, infelizmente — *The world we have lost* (O mundo que perdemos), em 1965, mas um grande número de trabalhos sérios foi produzido pelo Grupo de Cambridge pela História da População e Estrutura Social, os quais no momento oportuno conduzirão a conclusões sólidas. Dois periódicos, *Population Studies* (Estudos Populacionais) e *Local Population Studies* (Estudos Populacionais Locais), atestam o vigor da nova disciplina. Enquanto isso, a família como instituição tornou-se repentinamente um modismo, talvez como subproduto do movimento pela libertação da mulher. O artigo da dra. Joan Thirsk *The family*, em *Past and Present*, XXVII (1964), foi o precursor de inúmeros textos — bons, ruins e indiferentes. Esta produção veio principalmente dos Estados Unidos, onde há o periódico *Journal of Marriage and Family* (Revista do Casamento e da Família). O interesse pela infância foi estimulado pelo livro de Philippe Ariès traduzido como *Centuries of Childhood* (História social da família e da criança — 1962), e agora existe a *History of Childhood Quarterly* (História da Infância Trimestral), na qual alguns dos autores parecem pensar que as atitudes em relação aos filhos nos Estados Unidos de hoje colocam civilizações predecessoras em posição

vergonhosa. Se isto é fato, é um exemplo do fenômeno, conhecido de economistas, de que os métodos mais sofisticados de produção nem sempre garantem necessariamente o artigo mais prazerosamente acabado.

Os séculos XVI, XVII e XVIII são comumente aceitos como um período no qual fatos interessantes ocorriam à família na Europa Ocidental, embora haja pouco entendimento do que fossem tais fatos. Na Inglaterra, o livro do prof. Lawrence Stone *The crisis of aristocracy, 1558-1641* (A crise da aristocracia — Oxford, 1965) produziu aproximadamente 100 páginas fascinantes sobre o casamento e a família. Sendo assim, ambos os livros em questão são já antigos, e seus assuntos estão sobrepostos. O de Laslett é uma coleção de artigos e textos entre os quais alguns que foram impressos há muito tempo. É uma grande evolução sobre *The world we have lost*. O tom inseguro e vaidoso aparece menos em evidência, embora ele ainda insista em que tenha inventado algo que chama de sociologia histórica, a qual, crê, seja diferente e melhor do que a sociologia dos outros (p. 113, 174). Mas há coisas interessantes no livro. Valeu a pena reforçar que os filhos, na sociedade inglesa do presente, estão menos, não mais, inclinados a serem privados de seus pais consanguíneos (naturais) do que na Inglaterra do século XVII. O prof. Stone retorna a esse ponto, e como de costume, expressa-o de modo mais mordaz. A família era, “em termos estatísticos, uma associação temporária e transitória, de ambos marido e mulher ou pais e filhos [...]. É como se o divórcio moderno fosse um pouco mais do que um substituto funcional para a morte” (Stone, p. 55-6). “Nós dificilmente justificamos”, continua Laslett, “em termos históricos, tolerar a prevaência de casamentos desfeitos em nossos dias, e seu efeito deplorável sobre nossos filhos” (p. 170). Mas isto pode significar mais em nossa sociedade, onde as famílias estão mais isoladas umas das outras e de qualquer comunidade.

Por outro lado, o problema da velhice na sociedade moderna é novo, porque mais pessoas vivem por mais tempo (p. 180-1). Quando a morte encerrava casamentos mais ce-

do, um maior número de pais e mães viviam sós com seus filhos, a menos que estes fossem ricos o bastante para pagarem moradias independentes para seus pais (cap. 5). O prof. Stone argumenta que “a maioria dos viúvos de famílias camponesas viviam na mesma casa de um de seus filhos” (p. 24-25; cf. p. 28). O sr. Laslett força a busca no passado pelas “origens das características inter-relacionadas da família ocidental. No atual estágio do nosso conhecimento, não podemos dizer quando ‘o ocidente’ divergiu do resto da Europa” (p. 48). Por que, de fato, pode-se perguntar, alguém faria tal suposição? Não existiriam outros fenômenos, que os demógrafos assumiram muito facilmente que deveriam datar do século XVI, simplesmente porque começa a haver mais evidências então — como a mobilidade da população inglesa?

Laslett observa com sensibilidade que seria imprudente deduzir da evidência literária “que todo o conteúdo da atitude para com os filhos estava entre a elite minoritária, ainda mais para se tomar uma decisão confiável sobre o quão distante esta atitude estava do total, ou quase, de pessoas experientes como filhos ou que agiam como pais” (p. 19). O prof. Stone nunca teria escrito de modo tão canhestro; mas são palavras cujo conteúdo teriam lhe tocado o coração.

Quando Laslett aponta que “apenas as Províncias Unidas são até agora conhecidas por terem tido tantos — talvez até mais — artesãos nas vilas rurais” no século XVII quanto na Inglaterra, faz uma boa consideração (p. 64). Ele aprecia o fato de que a gravidez pré-nupcial possa não ter nada a ver com o “amor ilícito”, mas ao invés disso, reflita a sobrevivência de costumes matrimoniais mais antigos (p. 104). Mas ele parece esquecer isto quando discute o que chama de “a sub-sociedade que permanece da inclinação à ilegitimidade” (p. 3-4). Novamente, o fenômeno pode ser de diferenciais de classe nos costumes matrimoniais (p. 149-51) — um ponto ao qual deverei retornar.

Mas algumas idiossincrasias permanecem. É estranho falar do “padrão de família ocidental” e de “ocidentalidade”

quando o padrão familiar em questão parece limitado ao norte da França, à Holanda, à Inglaterra e poucas regiões da Alemanha (p. 14, 16, 24, 29, 31). O sul da França, os países Bálticos, a Hungria, Itália, Sérvia e Rússia estão excluídos (p. 12-16, 24, 29, 35). É estranho falar do francês como a língua estrangeira que usavam — ou pelo menos assim parece ao leitor inglês — quando se fala de seu uso por curas franceses” (p. 76).

A principal dúvida, contudo, sobre o trabalho de Laslett, recai sobre sua atitude acrítica em relação à sua fonte principal, os registros paroquiais. Isto é o mais notável desde que muitos historiadores e mesmo demógrafos previniram sobre sua fraqueza inerente. O artigo pioneiro de John Buckatzsch reconheceu isto e declarou claramente estas dificuldades nos idos de 1949.⁴ O prof. Flinn, também duvidou neste periódico “se algum dia seria possível extrair conclusões de algum valor real de registros paroquiais”. O alerta foi repetido pelo prof. Chambers e muitos outros.⁵ Não é apenas porque os pastores e funcionários paroquiais possam ter sido preguiçosos, incompetentes ou corruptos, embora essas considerações sejam importantes. Muitos não-conformistas desaprovam por princípio o batismo, casamento ou sepultamento na igreja da paróquia. Os profs. Collinson e Everitt, e os drs. Richardson, Spufford e Clark dão muitos exemplos de ministros vindos de fora da paróquia para batizar crianças que presumivelmente não estariam registradas, ou famílias que mudavam-se de suas próprias paróquias para o nascimento e que doravante seriam registradas em outra paróquia. Até 1590 o cemitério de Bedlam era usado para sepultamentos por pessoas “de diversos lugares da cidade de Londres”.⁶ Os Quakers rejeitavam o batismo da igreja, e embora algumas vezes conformavam-se com o casamento na igreja, evitavam-no tanto quanto possível. Na década de 1691-1700, os batismos não-registrados dos Quakers na paróquia de Weston, Lancashire, somavam 16% do total da paróquia; casamentos não-registrados, 20%.⁷ Mas este tipo de conhecimento é raro. Onde quer que se possam comparar registros paroquiais com outras fontes, os resultados aca-

bam sendo desesperançosamente incertos.⁸ O recente editor do *Josselin's Diary* (Diário de Josselin) aponta que Josselin “refere-se a um considerável número de sepultamentos, casamentos e batismos os quais [...] não aparecem nos registros paroquiais [...]. Seu Diário revela uma preocupação que alerta para a impropriedade de registros locais”. De 21 amostras de infanticídio na Essex do começo do século XVII, nenhuma foi registrada como nascimento ou batismo; apenas duas como sepultamento.⁹

Algumas paróquias recusavam batizar os filhos dos indigentes.¹⁰ A alta mobilidade dos séculos XVI e XVII faz com que seja difícil acompanhar o caminho dos trabalhadores: muitos permaneciam pouco tempo numa paróquia. Quantos errantes entraram nos registros paroquiais? Tais considerações levaram os drs. Hirst e O'Day a buscar críticas na reconstituição familiar.¹¹ Nas cidades, os riscos eram maiores. Não temos idéia sobre quantos residentes iam realmente à igreja regularmente: em muitas paróquias de Londres apenas uma pequena proporção deles poderia ter entrado na igreja de uma vez. O sr. K. V. Thomas cita um escritor de 1759 sobre o “número talvez inconsiderável entre a classe mais baixa da população que nunca foi trazida para ser batizada”.¹² A mobilidade social deve ter afetado a estrutura etária de diferentes paróquias de formas diversas: isto também aumenta a problemática da reconstituição familiar.

Somando-se aos escrúpulos conscientes dos não-conformistas, deve ter sempre havido um desejo de se evitar o pagamento de taxas. Mesmo no século XIX muitos mortos escaparam do registro. Nas décadas de 30 e 40 a maioria dos sepultados em cemitérios não-anglicanos eram tecnicamente anglicanos; os sepultamentos em suas igrejas da paróquia teriam custado três vezes mais. Não há porque supor que isto tenha sido um novo desenvolvimento; os conformistas dos séculos XVII e XVIII também não gostavam de pagar taxas. Por outro lado, dissidentes que nunca receberam o batismo anglicano eram freqüentemente sepultados

em cemitérios anglicanos. Os registros paroquiais variavam enormemente em termos de crianças não-batizadas, natimortos e abortos, no intervalo entre nascimento e batismo.¹³ Muitos conformistas relutavam para pagar a taxa de batismo.¹⁴ Razzell sugeriu que até um terço de todos os nascimentos jamais constaram dos registros paroquiais rurais.¹⁵ Havia grande variação de lugar para lugar; e haveriam variações ao longo do tempo na medida em que a dissidência tornou-se legalmente estabelecida e que os tribunais da igreja perderam seus poderes punitivos. Já em 1671, um parlamentar pedia urgência na proibição das celebrações não-conformistas de batismos, casamentos e funerais.¹⁶

O que devemos salientar é que não sabemos se um registro paroquial é confiável ou não, a menos que possa ser confrontado com alguma outra fonte.¹⁷ Certamente não podemos presumir, como faz Laslett, que as irregularidades neutralizar-se-iam. Um momento de reflexão mostrará o absurdo de se supor que opositores conscientes que buscavam o batismo fora de suas próprias paróquias seriam “contrabalançados por pessoas exatamente similares vindas à vila” (Laslett, p. 55-6). Isto porque aqueles que deixavam uma paróquia faziam-no porque objetavam contra as cerimônias ali realizadas e buscavam outra, na qual os serviços seriam “mais baixos”. Mas o “alto” paroquiano está muito mais apto a acreditar no desejo de batizar (ou sepultar) seus filhos em suas próprias paróquias. Há muitos exemplos de homens tentando se esquivar das cerimônias na busca de outra paróquia; poucos homens indo a uma paróquia para usarguir das cerimônias.¹⁸ Não pode haver compensação para a distorção: não podemos assumir que isto aconteça em nenhum dos eventos.

Laslett acredita que o número de bastardos na Inglaterra decresceu repentina e significativamente nas décadas de 1640 e 1650. O que ele encontrou, todavia, não é uma redução em nascimentos ilegítimos, mas uma redução em registros daqueles nascimentos. Laslett nos conta que há “sinais evidentes de um colapso repentino em registros após

1643, os os quais podem não ter sido acertados até após 1662 (p. 125).¹⁹ Ele fala das “irregularidades desconcertantes dos registros” (p. 144; cf. p. 108-II, 132). Mas em breve ele esquece de seus próprios avisos e escreve como se a queda pronunciada no número dos registros de nascimentos ilegítimos entre 1643 e 1660 represente “com precisão aproximada a história objetiva dos níveis de bastardia na Inglaterra” (p. 115).

Laslett é cuidadoso ao deduzir conclusões. Mas ele realmente fala que “pode ter sido de fato verdade que os puritanos tiveram sucesso na redução da quantidade de intercursos irregulares na Inglaterra durante a década de 1650, e na imposição de uma castidade insólita” (p. 110; cf. p. 120). Infelizmente, o que Pennington chamou de “autoridade ilegítima de uma coluna de números”²⁰ tende a prevalecer sobre os alertas daqueles que compilaram os números. Stone reproduz o gráfico de Laslett sobre ilegitimidade, atribuindo a queda impressionante entre 1640 e 1660 ao “controle puritano” (Stone, p. 613). Ele assume que “os puritanos tendiam a ser mais rígidos no registro de bastardos do que os anglicanos convencionais” (p. 144-6). Sua referência ao “grande experimento puritano de regeneração moral de 1640 a 1660” (p. 262) contradiz o sr. Veall, o melhor e mais recente historiador do assunto. Após cuidadosa inspeção da evidência, o sr. Veall descreve como “bastante errônea” a opinião de que “a vitória do Parlamento sobre o Rei [...] introduziu um período no qual ofensas à moral sexual eram duramente punidas”. Como de fato o “controle puritano” deve ter funcionado? Mesmo o mais desumanamente eficiente dos modernos governos repressivos não foi capaz de checar a população. Os tribunais da igreja foram abolidos em 1646, e nenhum sistema disciplinar presbiteriano tomou seu lugar. Tal opressão às mães solteiras como ocorreu foi feita por juizes de paz por razões tradicionalmente financeiras, e não por párocos puritanos por motivos teológicos. Na ausência de tribunais da igreja, o modo de executar leis contra a fornicação era inadequado, conta-nos o sr. Veall; a lei aterrorizante de 1650 contra o adultério nunca foi efe-

tiva. Depois de 1650 o não-comparecimento à igreja da paróquia cessou de ser uma ofensa legal; de 1653 a 1657 o casamento tornou-se uma cerimônia civil. A vida sexual dos ingleses de classe baixa foi mais livre entre 1641 e 1660 do que jamais havia sido há séculos.²¹

Portanto, é provável que antes de 1640 e após 1660 um maior número de puritanos convictos do que Laslett reconheceu conseguiram evitar casar-se, batizar seus filhos ou enterrar seus mortos na igreja da paróquia. O próprio Stone admite a possibilidade de que “a maioria dos filhos ilegítimos, ou não eram registrados, ou eram registrados como legítimos” (p. 144). Parece-me certo que esta tendência foi acentuada nos anos 40 e 50. Então não precisamos supor que os trovões dos pregadores puritanos produziram uma “castidade insólita”. O gráfico de Laslett representa a falha das autoridades paroquiais em *registrar* bastardos. Quando Stone diz que “a vida familiar dos pobres era mais duramente regulada pelas pressões públicas entre 1580 e 1660 do que antes ou a partir de então” (p. 146), ele pode estar certo sobre as décadas entre 1580 e 1640. Mas parece mais provável que a ansiedade sobre o custo de manutenção dos bastardos, ao invés do puritanismo, conduziu à rigidez dos controles nestes anos, especialmente após o fim da década de 1620.²² E a ruptura veio na década de 1640 e não na de 1660.

II

Mas exceto por ser desencaminhado por Laslett neste assunto, há muitas coisas excelentes no livro de Stone. Ele reconhece a força do argumento recente do prof. Finley, de que “todas as estatísticas possíveis sobre idade de casamento, tamanho da família, índice de ilegitimidade, não acrescentarão nada a uma história da família”.²³ O prof. Stone não teme o uso de “fontes literárias” e o faz com erudição e largo alcance. Ele tem uma afinidade com “uma teoria sociológica baseada em um conceito dominante de modernização marchando inexoravelmente através dos séculos” (p.

660), e com a “fantasia histórica cabal” que “a adolescência apenas tornou-se um problema social no século XIX” (p. 512; cf. p. 35, 107-8, 139, 245, 376-7). Ele não tem muita utilidade para as categorias eternas de Freud:

Nada poderia ser mais falso que dizer que as experiências e reações sexuais da classe média européia no final do século XIX eram típicas de toda a humanidade no passado, ou mesmo dos europeus nos três séculos precedentes, ou mesmo de todas as classes na sociedade vitoriana tardia (p. 16; cf. p. 161, 484, 681). O impulso sexual não é em si uniforme, mas é fortemente dependente de uma dieta adequada de proteínas e da quantidade de exaustão física e stress psicológico.

É possível enfatizar ao máximo o significado do enfaiamento, do desmame e do treinamento no uso das instalações sanitárias (p. 15).

Mas se Stone é cético a respeito de algumas ortodoxias convencionalmente recebidas, ele tem a consciência de historiador das dificuldades de se recriar os pensamentos e emoções de homens e mulheres do passado.

A natureza da evidência remanescente inclina de modo inexorável o livro na direção de um estudo de um pequeno grupo minoritário, especificamente as classes articuladas e literadas, e tem relativamente pouco a dizer sobre a grande maioria dos ingleses [...]. Muita correspondência de caráter explicitamente sexual ou embaraçosamente íntimo foi indubitavelmente destruída [...]. O que parece como crescimento de afeto [ao qual o prof. Stone parece querer dizer amor] pode de fato ser nada menos do que o crescimento na capacidade de expressar emoções no papel [...]. Qualquer modelo comportamental de mudança com o passar do tempo impõe uma esquematização artificial numa realidade caótica e ambígua (p. 11-14).

A evidência literária pode ser enganosa: a larga aceitação das teorias de Locke pode ter sido menos uma consequência dos seus textos do que uma “mudança profunda na

reação dos leitores, a qual [...] os fez mais receptivos à opinião” (p. 20).

Este é um começo promissora e cético, e nos dá segurança sobre muitas das conclusões do prof. Stone. Cerca de metade da população tinha menos de 20 anos, a despeito da morte de grande número de crianças; apenas um tanto vivia até os 60 ou mais anos. O casamento era adiado mais do que em qualquer outra sociedade conhecida. “O sistema de adiar casamentos faz bastante sentido em termos econômicos”, uma vez que era necessário estabelecer uma família independente para juntar-se à produção (p. 51-2). Todos estes pontos derivam de Laslett. O que talvez seja novo é a audácia com a qual o prof. Stone tira conclusões que afetam áreas delicadas da sensibilidade humana. A curta duração do casamento “fundamentalmente afetou todas as relações humanas”. A infância “só poderia ser considerada como fonte de despesa” (p. 81; cf. p. 32). Estas conclusões ousadas não saem necessariamente da informação demográfica.

Com a mesma confiança Stone periodiza a evolução da família na Inglaterra. Primeiro havia a *Linhagem Familiar Inaugural*, 1450-1630, com casamentos arranjados, subordinação das mulheres, negligência e doação de filhos à adoção, rígida disciplina paterna, pouca afeição, falta de senso de privacidade doméstica. Isto mudou na *Família Patriarcal Nuclear Restrita*, 1550-1700. A consolidação do Estado nacional levou a um declínio dos laços de parentesco e clientelismo, e isto foi a “maior causa do surgimento da família nuclear”. A monarquia Tudor deliberadamente adotou “a força do marido e pai na unidade conjugal” (p. 134-5). A Reforma, ao destruir rituais tradicionais, simultaneamente reforçou o poder do Estado e o cabeça da família que em muitos casos substituíam o sacerdote (p. 140, 152). Essas mudanças eram acompanhadas por uma “demanda quase histórica pela ordem a qualquer custo”. Os homens eram “uma presa à insegurança e ansiedades agudas. O mundo material era mais ameaçador e imprevisível do que jamais havia

sido". "A salvação era pensada em consistir-se de perseguição impiedosa de dissidentes". Nas classes médias baixas e trabalhadoras "a cooperação econômica na condução dos negócios familiares ditava uma certa medida na divisão de responsabilidades", e uma maior liberdade de escolha no casamento dos filhos. Mas os filhos estavam "provavelmente mais sujeitos à coerção física e moral desde cedo a fim de maximizar sua produtividade antes de sair de casa".

A Família Nuclear Doméstica Fechada, 1620-1800, reverteu a tendência na direção do patriarcado doméstico, ao mesmo tempo que a monarquia absoluta caía. A influência do parentesco e da vizinhança declinou. A escolha no casamento era mais livre, e agora baseava-se "tanto nas expectativas de afeição mútua duradoura" quanto em considerações econômicas. A autoridade dos maridos sobre as esposas e pais sobre filhos declinou. "Famílias de profissionais, da alta burguesia e da baixa aristocracia tornaram-se muito mais voltadas aos filhos e algumas adotaram atitudes notavelmente permissivas na criação dos filhos". A família de classe alta carregava "uma carga muito maior de compromisso emocional e social". "Entre a alta aristocracia, o adultério para ambos os sexos tornou-se de novo extremamente comum"; a prostituição aumentou. Mais e mais esposas de classe média eram retiradas da produção econômica, imitando o estilo de vida das classes mais altas. Entre os pobres despossuídos, a ilegitimidade cresceu grandemente (p. 652-8).

É de se admirar a extensão e coragem do projeto de Stone, mesmo que rudimentarmente sumarizado aqui. Ele é cuidadoso ao dizer que está lidando com "tendências e não com absolutos", e que há largas variações através do tempo e entre classes sociais. De muitas formas esta periodização faz sentido, e conduz, aliás, à observações fascinantes. O renascimento artificial do culto à cavalaria e à heráldica eram uma tentativa de "recender as brasas adormecidas da lealdade à linhagem" (p. 30). O triunfo dos novos estilos de casamento conduziram a:

uma maior reorientação de padrões de consumo, causados pelo crescimento de uma visão mais intimista, privada e um estilo de vida mais urbano para a família aristocrática. Isto era caracterizado pela retirada da família do grande hall para a sala de jantar privada, e pelo crescimento do hábito de residir por longos períodos em Londres para usufruir da estação (p. 125) [...]. Ao ponto em que [como] cresceram os escritórios de vendas no século XVII, isto minou a importância do parentesco (p. 128).

A administração doméstica (*household*) “ajudou a controlar potencialmente o mais desgovernado elemento em qualquer sociedade, a massa flutuante de jovens solteiros do sexo masculino” (p. 27). Uma subcultura aprendiz era uma constante ameaça à ordem pública em Londres, especialmente na década de 1640 quando os controles tradicionais tinham se rompido (p. 376). A sujeição das mulheres aos maridos e pais era tão axiomática que até os *Levellers*²⁴ nunca levantaram a questão do voto feminino (p. 195; cf. p. 240). O mercado nacional de casamento do século XVIII ajudou a reconciliar a aristocracia a uma maior liberdade de escolha matrimonial para seus filhos (p. 317).

Há discussões interessantes, se não conclusivas, de controle de natalidade, seja deliberadamente por *coitus interruptus* ou aborto (p. 63, 66, 398, 417, 432, 480, 651), ou acidentalmente por amamentação tão fortemente insistido por pregadores puritanos. As damas que contratavam amas-de-leite para suas crianças tinham mais filhos do que os pobres — embora a má nutrição entre os últimos pode também ter cumprido o seu papel. O prof. Stone tem um capítulo intitulado “O Comportamento Sexual Plebeu”, mas ele assume em discussão que:

Os dois setores líderes na sociedade [...], a alta burguesia das cidades e a aristocracia rural [...] estabeleceram um padrão que foi seguido, em intervalos variados de tempo, pela baixa classe média proprietária e pelos mais altos níveis da aristocracia da corte (p. 652). [...] As classes ilustradas e articuladas [eram] os termômetros da mudança cultural, e havia uma difusão estratificada descendente (p. 10, 12, 222, 274, 340, 362-3). [...] E

razoavelmente claro, [admite Stone], que nem o parentesco nem o clientelismo representaram o mesmo papel entre os camponeses, artesãos e pobres como o fizeram entre as classes mais altas (p. 142).

Então, *A Linhagem Aberta Familiar* presumivelmente não existiu entre a base de 80% da população. Muitas características do novo tipo familiar “nunca penetraram nas classes baixas até o século XIX ou mesmo no início do século XX” (p. 657-8). Se é isto, será de alguma ajuda tentar rastrear tendências ou desenvolvimentos na “família”?

Muito do que o prof. Stone tem a dizer sobre os 10% superiores da população é fascinante e convincente por ser baseado em conhecimento sólido. Para as classes abaixo desse nível é realmente difícil encontrar evidências. Mas não seria menos plausível assumir, como hipótese inicial, que muito tempo antes de 1500 houvera um diferencial de classe com relação ao casamento. A classe alta possuidora de terras necessariamente considerava o casamento como transação de propriedades, na qual o amor tinha pouco a ver. Mas por que esta atitude deveria ser “difundida descendentemente” entre os despossuídos? É ao menos possível que, como K. V. Thomas sugeriu há muito tempo atrás, a monogamia permanente nunca tivesse sido a regra entre as classes mais baixas.²⁵ O prof. Stone refere-se de tempos em tempos aos “costumes populares sobreviventes”, os quais indicam isto. Uniões consensuais podem ter sido um deles (p. 605-7, 637-8). Ele reconhece a existência de diferentes convenções da classe baixa, incluindo os “casamentos por aperto de mão” no norte. Mas ele parece esquecer isto mais tarde. Ele reforça que os pobres despossuídos estavam “razoavelmente livres para escolher suas próprias esposas” (p. 30-2, 91, 191-2). Stone dá evidências pela facilidade com que um homem pobre podia deixar sua esposa, desaparecer e casar-se novamente em outro lugar — *de facto* divorciar-se, apesar das proibições *de jure* da igreja.²⁶ Os “costumes populares oficiosos” de venda de esposa entre as classes mais baixas, pelas quais muita evidência do século XVIII sobrevive, são certamente tão prováveis como sendo uma sobrevivência assim como

uma novidade? (p. 38, 40-1). Robert Greene, por exemplo, refere-se a isto em 1592.²⁷ Stone nota que “a mudança na criação dos filhos”, à qual ele atribui muita importância, afetou primariamente as classes mais altas (p. 449). Ele até sugere que as cervejarias pudessem ser um centro da cultura das classes baixas em rivalidade com a igreja (p. 140). Mas ele nunca sujeita as convenções das classes baixas ao mesmo tipo de análise como faz com aquelas da alta e baixa aristocracia. Ele postula “uma aguda elevação no intercuro pré-marital” após 1700. “Entre os pobres despossuídos [...] *as relações sexuais antes do casamento tornaram-se normais* desde o final do século XVII” (p. 657 — sem grifo no original). O prof. Stone atribui isto (entre outras coisas) ao “crescimento de uma classe trabalhadora sem-terra, que conferia menos valor à virgindade do que à fertilidade”, e talvez “um renascimento do costume medieval reconhecido” de intercuro sexual após noivado público, mas antes do casamento na igreja. O prof. Stone dá evidência à prática em Leicestershire no século XVI: por que deveríamos supor que isto “espalhou-se” para outras áreas? É de se perguntar de fato o quão novo era isto; ou sobre isto “o crescimento das uniões consensuais”, “a emergência de uma subcultura hereditária predisposta à bastardia entre os pobres”,²⁸ e um “exército crescente de crianças abandonadas e assassinadas” (p. 615, 628-31, 645-8).²⁹ Thomas sugeriu que “o que observadores indignados [...] entenderam mal como os efeitos da Revolução Industrial sobre a moralidade das fábricas de algodão representou meramente os padrões que as classes trabalhadoras sempre souberam [...] a tradição da promiscuidade”.³⁰ O conceito do sr. Laslett da “continuidade da subsociedade inclinada à ilegitimidade” é uma forma não-historiográfica de descrever o mesmo fenômeno. É certamente possível que não estejamos lidando com “surgimentos”, “renascimentos”, ou “emergências”, mas com uma mudança nas atitudes sociais. Como o padrão de vida melhorou nas classes médias, os hábitos da classe baixa há muito estabelecidos, pareceriam menos aceitáveis; e a urbanização trouxe as convenções sexuais da classe baixa à atenção de classes mais elevadas.³¹

Eu não acho que Stone tenha estabelecido que “a cultura da promiscuidade sexual na classe largamente submergida dos pobres” crescia durante a Revolução Industrial (p. 617). Pode ter sido sua maior visibilidade que levou os evangélicos a trabalhar muito “para suprimir os costumes populares deploráveis dos pobres”. A “cultura popular hedonística dos pobres” a qual tinha “que ser feita para confirmar a moralidade da classe média” não se originou no século XVIII (p. 667, cf. p. 616-7). Quando alguns domicílios começaram a produzir para o mercado numa escala significativa, naturalmente eles iriam diferenciar a si mesmos da massa das classes mais baixas através de um novo reforço ao casamento monogâmico, onde a esposa adquiria um certo status como parceira júnior na empresa familiar. (Eu soube que os castores são os únicos roedores monogâmicos, porque a natureza das tarefas que assumem faz ser mais vantajoso trabalhar em duplas). A ideologia do domicílio veio a ser expressa na Inglaterra pelo protestantismo, como argumenta acertadamente o prof. Stone. Mas a nova ética do casamento precede a Reforma: não é desconhecida nos países romanos católicos. Acho que a sra. Davies está mais correta quando argumenta que os pregadores puritanos

não advogavam novos ideais para o casamento mas estavam descrevendo a melhor forma de casamento burguês que conheciam. Eles descreviam o comportamento de maridos e esposas que tinham de fato mudado muito pouco, a despeito de mudanças consideráveis na visão teológica sobre o status do próprio casamento.³²

Eu mesmo não estou convencido que a alfabetização e a imprensa “criaram grandes divergências entre as culturas alta e baixa” (Stone, p. 21 — sem grifo no original), embora sem dúvida eles as acentuaram. O que era novo no século XVII era que “os hábitos econômicos e prudentes” da cultura do domicílio “seduziam alguns de seus superiores sociais”.³³

Stone investiga as raízes econômicas da ideologia monogâmica na economia do domicílio (p. 258-62, 637-41), e pontua que “houve antes e alhures culturas burguesas, mas

em nenhum outro lugar elas espalharam seus valores pela elite proprietária de terras desta maneira” (p. 261). (Isto dificilmente era uma difusão descendente dos “setores liderantes”). Stone falha ao enfatizar que apenas na Inglaterra a baixa aristocracia estava participando na produção para o mercado através da criação de ovelhas, vestuário e indústrias extrativistas. A vitória derradeira das idéias “burguesas” entre a aristocracia rural deve mais, me parece, ao seu envolvimento num modo de vida crescentemente capitalista do que aos teólogos, ou a “uma série de mudanças na criação dos filhos, o que criou entre os adultos uma sensação de confiança ao invés de desconfiança” (p. 261, 268). O prof. Stone é cuidadoso ao argumentar que “a grande mudança do século nas atitudes e comportamento sexual” as quais ocorreram no final do século XVII e XVIII não tinham nada a ver com “o surgimento do capitalismo”, mas ele só pode fazê-lo ao equacionar capitalismo com industrialização de um modo que eu não aceitaria (p. 646-8, 661-5).³⁴

O próprio prof. Stone produz evidência de que não era (como ele declara) “entre os proprietários de terra, as classes profissionais e alta burguesia” que a “ideologia individualista” emergiu, a qual “mudou o caráter das relações familiares interna e externamente”, mas do que (podemos concordar) “entre os despossuídos industriais”. Era entre os pequenos empresários domésticos que as relações capitalistas e “o novo tipo familiar emergiu, na Inglaterra e Nova Inglaterra” (p. 361-2, 637-41, 653-4, 661-6). A alta burguesia e a aristocracia rural não eram os termômetros.

Tal cronologia talvez ajudasse a explicar a prioridade da Inglaterra sobre a França na adoção da amamentação pelas classes altas (p. 432, 479), e no abandono do enfaixamento das crianças (p. 424-6), ambos por algo em torno de um século, o qual separa as Revoluções Inglesa da Francesa (cf. p. 636). Não explicaria porque a Inglaterra atrasou-se, ficando atrás da França no uso de contracepção pelas classes baixas, e em abandonar as surras nas escolas (p. 480).

Antes da metade do século XVII, embora a nova ética no casamento pudesse ser usada como crítica à classe proprie-

tária rural dominante, seu maior impulso era dirigido contra a tradicional indiferença com o casamento por parte da massa da população — vadios e vagabundos, e habitantes de áreas remotas menos influenciadas pelo mercado de Londres. Em Lancashire como na Irlanda, no século XVI “o adultério, a fornicção e a alcovitice” estavam muito em evidência, e a ilegitimidade não carregava nenhum estigma social.³⁵ A imoralidade do País de Gales era atribuída ao ar intoxicante da montanha, mas parece mais que isto, como “a multiplicação sem o casamento” dos Gubbings em Devon, era uma descrição de velhas convenções do casamento pelos modernos protestantes. A percentagem de noivas elizabetanas grávidas ao casarem-se era duas vezes e meia maior em Devon do que na cidade de York. Dos vagabundos, reclamava um panfleto de 1567: “nenhum entre eles é casado”. Quão poucos mendigos, perguntou John Donne, “já estiveram na igreja, [...] cristianizados ou [...] casados?”. Panfletos de 1631 e 1654 concordavam.³⁶ A introdução dos registros paroquiais na década da Reforma protestante era parte de uma tentativa de impôr uma nova ética às classes mais pobres e nas áreas remotas. Mas a evidência de Simon Forman ao final do século XVI mostra um “alto nível de fornicção casual e adultério nas classes média-baixa, média e mesmo nos círculos das classes altas” de Londres (Stone, p. 550). As cortes civis, que controlavam a propriedade, reconheciam apenas casamentos religiosos; as cortes da igreja, que tinham que lidar com as massas despossuídas, reconheceram um contrato sem a cerimônia de casamento (p. 32). O que os respeitáveis chamavam de poligamia era alegado como sendo difundido na metade do século XVIII (p. 36). Isto tinha atraído muitos pensadores radicais dos anabatistas desde Milton até Samuel Richardson, para não mencionar James Boswell (p. 574, 586).

Somente se tivermos tal entendimento dos hábitos sexuais mais antigos profundamente arraigados podemos entender as práticas de casamento dos setores radicais. Uma proclamação real de 1548 denunciou pregadores sediciosos que defendiam a poligamia, ou o divórcio com a iniciativa

de ambos os sexos, pretensamente argumentando que a monogamia imutável era ordenada “não pela lei de Deus mas pela lei do Bispo de Roma”.³⁷ No começo do século XVII o divórcio era muito mais fácil entre as igrejas *emigrés*³⁸ na Holanda do que na Inglaterra. Havia uma longa história atrás da explosão da “imoralidade” contraditória nas décadas de 1640 e 50, as quais o prof. Stone menciona mas não explica. Opiniões contraditórias, ele afirma, eram “mais chocantes do que atraentes à grande maioria dos seus contemporâneos” (p. 627). Esta seria uma afirmação muito difícil de provar. Os governos que suprimiram os *Ranters*³⁹ parecem ter pensado de outro modo. Os contemporâneos que extraíram analogias entre éticas sexuais dos *Ranters* e dos vagabundos podem ter indicado algo: pela primeira vez os hábitos sexuais mais antigos estavam aptos a se expressarem de forma ideológica. Após 1660 a expressão foi novamente suprimida, mas os hábitos parecem ter sido mantidos imutáveis.

Stone realmente diz que “a Inglaterra em 1650 era provavelmente menos secular do que jamais havia sido antes” (p. 659),⁴⁰ e argumenta que o “erotismo franco e hedonista” de Aphra Behn e Bernard de Mandeville era “impensável” na Inglaterra em data anterior (p. 528, 530, 538, 543, 675-9). Era, contudo, muito pensável na década de 1650; os sobriños de Milton estavam entre os que o usufruíam. O cuidado com este fato teria poupado Stone de ter que postular que “o hábito de casamentos na igreja em parte faliu após a Reforma”, e que havia “um crescimento muito notável” na atividade sexual pré-marital (p. 603, 616-48). As libertinas do tipo *Ranter* novamente causavam alarme quando a Revolução Industrial trouxe grande número de pessoas para viver nas cidades, livres dos constrangimentos dos Juizes de Paz e párocos do campo (p. 611, 750). Eu não vejo duas ondas periódicas de repressão e regeneração moral, uma no século XVI e começo do século XVII, e a outra no século XIX (p. 9), mas ao invés uma luta contínua para impôr a nova ética. O declínio na mortalidade infantil pode ter tido causas econômicas como dever-se a “um crescimento na afei-

ção maternal e conseqüente cuidado com as crianças” (p. 677-9). A continuidade das atitudes das classes baixas sobre a relação dos sexos, cuja evolução é bem distinta das classes superiores, parece ser uma explicação mais plausível do curso dos eventos do que as “oscilações ondulantes de longa duração” do prof. Stone (p. 545), ou sua teoria de que apenas no século XVIII “a libido era [...] liberada de seu longo período de contenção religiosa” (p. 657). As suposições do prof. Stone sobre a rigidez do puritanismo, e sua falha ao permitir pelas complexidades da interação entre o puritanismo da classe média e as heresias das classes mais baixas, repetidamente o conduziram erroneamente. O vigor da propaganda dos pregadores em nome da autoridade patriarcal sobre as esposas e filhos, sugere que tal atitude não era tão universalmente aceita como eles desejariam (Stone, p. 151, 158-9, 168, 193-5, 198-200).

A rejeição da doutrina calvinista do pecado original no final do século XVII pode ter contribuído com as atitudes mais brandas para com os filhos, se é que isto realmente estava se desenvolvendo. Mas a causa “raiz” é mais provável tenha sido uma mudança geral nas atitudes dirigidas a causar dor; o uso da tortura declinava ao mesmo tempo, e não foram os calvinistas que inventaram a tortura. O *Oroonoko* de Aphra Behn pode ser uma “evidência inicial” do ponto de vista de que as crianças nascem boas mas são corrompidas pela sociedade (p. 406);⁴¹ mas isto tinha sido discutido quarenta anos antes por Gerrard Winstanley, sem falar em Henry Vaughan. Há *post-scriptii* nas páginas 275 (sra. Astell), 326 (Defoe) e 363 (Place). Aquele puritano favorito, o grande libertador educacional, Comenius, certamente não deveria figurar apenas como aquele que ameaçou as crianças com a vingança divina para o pecado (p. 410)? Eu não posso considerar como provado que “uma maioria [no século XVI e começo do XVII] [...] achava muito difícil estabelecer laços emocionais estreitos com qualquer outra pessoa” (p. 99), ou que “o amor antes do casamento, apesar de poder ter sido raro no século XVI, pode ter crescido no começo do século XVII e depois”. Eu

não sei como alguém provaria tal afirmação, mesmo para classes altas; mas certamente vai além da evidência afirmar que “o amor romântico e sexual [...] desempenhava pequeno papel ou nenhum na vida diária de homens e mulheres do final do século XVII e começo do século XVIII”. Há alguma razão para supor que os contemporâneos estavam certos ao sugerir que “o crescimento do casamento por amor no século XVIII foi causado pelo crescimento no consumo de romances”? (p. 249, 272, 283; cf. p. 387, 465, 685). Tudo que o historiador está apto a dizer, certamente, é que o *fatalório* sobre o casamento por amor cresceu.

Stone reconhece que discorda de outros acadêmicos neste ponto (p. 700), e tem que admitir a existência de Shakespeare (p. 102-3, 700). Ele também pode ter pensado em Chaucer, ou nos poetas “românticos” do mundo antigo. Eu soube que os chimpanzés estabelecem preferências sexuais contínuas, que podem ou não ser chamadas de amor.⁴² Se Arthur Young ficou prostrado quando sua querida filha morreu, o mesmo aconteceu com Oliver Cromwell aproximadamente um século e meio antes (p. 248). É necessariamente verdade que o abandono dos filhos em tempo de fome, ou o uso do trabalho infantil para aumentar a renda familiar, são evidência da falta de afeição? (p. 114). O último a nascer poderia ter que morrer para que os outros pudessem sobreviver. Não muitos de nós teriam que tomar esta decisão, mas muitas pessoas nas décadas de 1590 e 1620 devem ter se defrontado com ela.⁴³ O prof. Stone usa evidência das cortes legais para estabelecer “a falta de carinho e tolerância nas relações interpessoais”, e imprevidência, negligência e tratamento brutal às crianças (p. 98-9, 392-4, 451, 470, 476, 519, 655, 663, 683-7). Mas fontes similares proveriam evidência similar para nossa própria sociedade, a qual acredita o prof. Stone ser tão diferente nestes casos.

A suposição completa que valores descendem das classes altas às baixas me parece dubia. Como podemos saber se “para aqueles despossuídos, as relações maritais afetivas e companheiras não se desenvolveram antes do século XIX”?

(p. 389). Pode não ter havido muita evidência de outra forma, mas ao menos algumas baladas elizabetanas sugeririam que a generalização vulgar de Stone está errada.⁴⁴ Ele considera que para a classe média baixa “a autoridade patriarcal parece ter estado em *ampla decadência* pelo final do século XVII, se não *antes*” (sem grifo). Mas teve sua existência prévia demonstrada? “No *começo* (sem grifo) do século XVII”, Ralph Josselin estava “lutando em vão para controlar o casamento de seus filhos” (p. 292-3). A obsessão do prof. Stone com 1660 ao invés de 1640 como ponto de virada faz com que ele faça afirmações enganadas. O Tribunal Distrital não foi abolido na Reforma (p. 242); foi abolido em 1646, e esta abolição foi confirmada na Reforma. A “colonização rígida”, que minou a autoridade patriarcal, desenvolveu-se bem antes de 1660, quando o prof. Stone a data (p. 89).

O argumento do prof. Stone, então, dá pleno espaço à discórdia e à controvérsia. Ele não poderia ter escrito um livro desse alcance se ele não tivesse tido a intenção de provocar. Seu assunto é muito mais importante do que qualquer outro passível de ser abordado pela maioria daqueles que atirarão contra ele a partir do submundo acadêmico. A quantificação pode ser um servo útil se o historiador se satisfaz exatamente com o que foi contado; e é um padrão perigoso se o *background* histórico não é completamente levado em consideração ao assessor a exatidão dos números populacionais. Por esta razão a demografia histórica é séria demais para ser deixada a cargo dos demógrafos. O prof. Stone começou a tarefa de assimilar e interpretar suas estatísticas sob a luz do que os historiadores sabem sobre a sociedade do século XVII. Será preciso muito mais trabalho e discussão antes do acordo ser alcançado, e eu desejaria que ele tivesse sido mais crítico com o material demográfico cru em certos momentos. Mas devemos agradecê-lo por iniciar o processo com tal topete. Embora eu tenha me detido em alguns dos meus desacordos com algumas das interpretações do prof. Stone, é o lado positivo desta conquista que devemos terminar por destacar. Seu trabalho sobre

a alta e baixa aristocracia torna possível provar bem definitivamente, e ele mostrou as áreas que demandam mais pesquisa e análise, antes que possamos fazer afirmações sobre as relações sexuais e familiares do resto da população com igual segurança. Poucos historiadores vivos teriam tido a coragem de tentar pôr em ordem um assunto tão vasto e amorfo; ninguém teria escrito 800 páginas sobre o assunto com tal satisfação sustentada, poder e legibilidade.

NOTAS

(*) Texto originalmente publicado no *Economic History Review*, 31(3):450-463, 1978. Tradução de Maria Christina Baptista Pinto.

1 Uma crítica do livro de Peter Laslett: *Family life and Illicit love in earlier generations*, (1977); Lawrence Stone, *Family, sex and marriage in England, 1500-188*, (1977).

2 Após a publicação deste artigo, Laslett publicou uma edição revisada do seu artigo, onde incorporou algumas das críticas aqui elaboradas.

3 E. J. Buckatzsch, *Occupations in the Parish Registers of Sheffield, 1655-1714*, *Economic History Review*, 2nd ser. 1(1949), 148-9.

4 Buckatzsch, loc. cit. 148-9; cf. J.T. Krause, *Changes in English Fertility and Mortality, 1781-1850*, *Econ. Hist. Rev.* 2nd ser. 11(1958), 52-70.

5 M.W. Flinn, *Population in History*, *Econ. Hist. Rev.* 20(-987), 141-3, criticando especificamente o sr. Laslett; J.D. Chambers, *Population, Economy and Society in Pre-Industrial England*, (Oxford, 1972), pp. 59-64, 105, 110-14; cf. meu *Change and Continuity in Seventeenth-Century England* (1974), pp. 209-16.

6 P. Collinson, *The Elizabethan Puritan Movement* (1967), pp. 143, 373-4, 390-1; A. Everitt, *The Community of Kent and the Great Rebellion, 1640-60* (Leicester, 1966), p. 218; C. Richardson, *Quiritarianism in North-West England: A Regional Souvey of the Diocese of Chester to 1642* (Manchester, 1972), pp. 27, 79, 114, 185; M. Spufford, *Contrasting Communities; English Villagers in the Sixteenth and Seventeenth Centuries* (Cambridge, 1974), pp. 20, 27, 283-6, 296, 301; P. Clark, *Review of Periodical Literature, 1973: 1500-1700*, *Econ. Hist. Rev.* 2nd ser. 28(1975), 141.

7 H. Harbour, *The Quakers in Puritan England* (Yale, 1964), pp. 176-7; R. Speake, *Under-Registration in the Weston (Lancashire) Registers*, *Local Population Studies*, 15 (1975), 45.

8 Cf. D. V. Glass, 'London Inhabitants Within Walls, 1695', *London Record Soc. Publications*, 2 (1966), 35-7; idem, 'Two Papers on Gregory King', In: D.V. Glasse e D.E.C. Eversley, eds. *Population in History* (1965), p. 381-, 391; D.E.C. Eversley, 'A Survey of Population in an Area of Worcestershire from 1660 to 1850'; ibid. p. 396-7; A.A. Wrigley, 'A Simple Model of London's Importance', *Past and Present*, 37 (1967), 46.

9 A. Macfarlane, ed. *The Diary of Ralph Josselin, 1616-83* (Oxford, 1976), p. 22; K. Wrighton, 'Infanticide in Earlier Seventeenth-Century England', *Local Pop. Studies*, 15 (1975), 18.

10 Clark, loc. cit. 141.

11 Crítica de R. O'Day em *Econ. Hist. Rev.* 2.ª ser. 28 (1975), 322; crítica de Derek Hirst em *Social History*, 3 (1976), 382.

12 *A Collection of the Yearly Bills of Mortality from 1758(1759)*, p. 4, citada em K. V. Thomas, *Religion and the Decline of Magic* (1971), p. 166.

13 B. M. Bery e R. S. Schofield, 'Age at Baptism in Pre-Industrial England', *Population Studies*, 25 (1971), 453-63; E. A. Wrigley, 'Births and Baptisms: The Use of Anglican Registers as Sources', ibid. 31 (1977), 281-312. Wrigley reconhece a fraqueza destes registros paroquiais como fontes. Ele menciona, sem tentar avaliar, outras inadequações, que me parecem mais sérias, (p. 281). Cf. o seu "Clandestine Marriages in the Late Seventeenth Century", *Local Pop. Studies*, 10 (1973), 15-21.

14 Krause, "Changes in English Fertility and Mortality", 55. Cf. D. Levine, 'The Reliability of Parochial Registration and the Representativeness Reconstituion', *Pop. Studies*, 30 (1975).

15 P. E. Razzell, 'The Evaluation of Baptism as a Form of Birth Registration', ibid., 26 (1972), 131.

16 D. T. Whitcombe, *Charles II and the Cavalier House of Commons* (Manchester, 1966), p. 121.

17 Spufford, op. cit. p. 167.

18 Para se ter um exemplo, veja Richardson, op. cit. p. 79.

19 Neste ponto confirma-se, pelo menos para o período anterior a 1653, por Dorothy McLaren, 'The Marriage Act of 1653: Its Influence on the Parish Registers', *Pop. Studies*, 28 (1974), 319-27.

- 20 D. H. Pennington, *Seventeenth-Century Europe* (1970), p. 17-18.
- 21 D. Veall, *The Popular Movement for law Reform, 1640-60* (Oxford, 1970), p. 139-41.
- 22 Eu devo este ponto a M. J. Ingram, *Ecclesiastical Justice in Wiltshire, 1600-40, whit Special Reference to Causes Concerning Sex and Marriage* (tese não publicada, Oxford University, 1976), esp. p. 370-81.
- 23 M. I. Finley, "Progress" in *Historiography, Daedalus*, 106 (Verão, 1977), p. 139.
- 24 Sociedade rebelde irlandesa do séc. XVIII./N. da T./
- 25 K. V. Thomas, "The Double Standard", *Journal of the History of Ideas*, 20 (1959), 206; cf. J. Thirk, loc. cit. 120-1: "É quase certo que a história da família rica não é a mesma da pobre". P. Clark sugere que "o crescimento da pobreza e a migração por subsistência no século XVI minou a instituição (do casamento) ainda mais". - *English Provincial Society from the Reformation to the Revolution: Religion, Politics and Society in Kent, 1500-1640* (1977), p. 156. Sua fraqueza é confirmada por P. Slack, *Poverty in Early Stuart Salisbury* (Wiltshire Record Soc. XXXI, 1975), passim; cf. P. Clark e P. Slack, eds. *Crisis and Order in English Towns, 1500-1700* (1972), p. 135, 159-60, 167, e P. Clark, "The Ecclesiastical Commission at Canterbury, 1572-1603", *Archaeologia Cantiana*, 89 (1974), 195.
- 26 J. A. Sharp, "Crime and Delinquency in an Essex Parish, 1600-40", in J. S. Cockburn, ed. *Crime in England, 1550-1800* (1977), p. 99-100, confirma a questão.
- 27 R. Greene, *The Blacke Books Messenger*, in G. Salgado, ed. *Coney-Catching and Bawdy-Baskets* (1972), p. 325; cf. Thomas, "The Double Standard", 213.
- 28 Este é um conceito que Stone tomou, talvez inadvertidamente, de Laslett.
- 29 A referência mais plausível de Stone à "longa história de infanticídio razoavelmente generalizada na Europa Ocidental" (p. 473-4, 476; cf. p. 340, 375).
- 30 Thomas, "The Double Standard", 206.
- 31 A suposição do prof. Stone de que as Festividades de Maio vieram a ser criticadas apenas no século XVIII (p. 640).
- 32 Kathleen M. Davies, "The Sacred Condition of Equality — How Original were Puritan Doctrines of Marriage?", *Social History*, 5 (1977), 577; cf. Stone, p. 180-1.
- 33 Davies, loc. cit. 578; cf. Stone, p. 261-2, 321.
- 34 Para uma análise econômica mais convincente, veja H. Medick, "The Proto-Industrial Family Economy", *Social History*, 3 (1976), esp. 297, 305-6, 313-15.
- 35 N. P. Canny, "The Ideology of English Colonization: From Ireland to America", *William and Mary Quarterly*, 3ª ser. 30 (1973), 584-5; T. W. Moody, F. S. Martin e F. J. Byrne, eds. *A New History of Ireland*, 3 (Oxford, 1976), 1; C. Haigh, *Reformation and Resistance in Tudor Lancashire* (Cambridge, 1975), p. 374-81.
- 36 O meu *The World Turned Upside Down* (Penguin ed. 1975), p. 320; A. L. Rowse, *The Elizabethan Renaissance: The Life of the Society* (1971), p. 158; Thomas Harman, *A Caveat of Warening for Common Cursetors* (1566), in Salgado, ed. op. cit. p. 101-2, 121; C. Ricks, ed. *Sphere History of Literature in the English Language*, 2 (1971), 401; Wye Saltonstall, *Picturae Loquentes* (1631), Luttrell Soc. Reprints, n.º 1 (Oxford, 1946), p. 39.
- 37 D. M. Loades, *The Oxford Martyrs* (1970), p. 95.
- 38 Emigrantes, especialmente monarquistas que fugiram da França durante a Revolução Francesa./N. da T./
- 39 Pregadores metodistas primitivos./N. da T./
- 40 Contraste o bem informado prof. Olivier Lutaud: "Nunca a tendência na direção da secularização foi tão clara como entre os anos de 1649-52" — *Winstanley: Socialisme et Christianisme* (Paris, 1976), p. 426.
- 41 Oroonoko foi provavelmente escrito 20 anos ou mais antes de sua publicação em 1688 (contraste Stone, p. 231).
- 42 Eu devo esta informação à gentileza do prof. P. A. Jewell. Baseia-se observações feitas no local de estudos de Jane Goodall na Tanzânia. Também sou devedor do prof. Jewell a respeito dos castores, acima.
- 43 Hair sugere que um aumento aparente no infanticídio na Inglaterra elizabetana simplesmente significa mais atenção prestada ao caso — P. E. H. Hair, "Homicide, Infanticide and Child Assault in Late Tudor Middlesex", *Local Pop. Studies*, 9 (1972), 45, 48; cf. F. G. Emmison, *Elizabethan Life; Disorder* (Chelmsford, 1970), p. 156-7; Wrighton, loc. cit. 10-19; J. S. Cockburn, ed. *Western Circuit Assizes Orders, 1629-48*, Camden ser. 17 (1976), 144-5; R. W. Malcolm, "Infanticide in the Eighteenth Century", in *Crime in England, 1550-1800*, esp. p. 189-90.
- 44 A. Clark, ed. *The Shirburn Ballads, 1585-1616* (Oxford, 1907) p. 109-111, referindo-se a 1601.

HISTÓRIA PESSOAL E HISTÓRIA DAS EMOÇÕES (*)

TREODORE ZELDIN

Professor do St. Anthony's College, Oxford.

RESUMO

Este artigo passa em revista as possibilidades criativas da escrita da história e do trabalho do historiador e focaliza a história das emoções como uma dessas possibilidades, situando questões metodológicas básicas.

“Eu gostaria de *ousar* escrever um livro como o seu”. O professor da Universidade de Paris que, de modo bastante surpreendente, me disse isto em uma conversa particular, é espirituoso, excêntrico e modesto; ele regularmente brinca a respeito das monografias duras, argumentativas, mortalmente sérias e eruditas que publica e que tornaram-no o maior entendido em seu campo. Ele sabe sobre muito mais assuntos do que os que ele leciona, mas jamais escreverá sobre eles. Ele é completamente diferente em sua capacidade pública daquele homem que sua família e amigos conhecem. Os professores universitários, particularmente os norte-americanos, não são mais indiferentes para com seus alunos, mas geralmente eles ainda mantêm uma distância entre si próprios e suas publicações: não se pode normalmente dizer que tipo de homem o autor de um trabalho erudito é. Isso pode implicar que muitos professores ainda, deliberada ou inconscientemente, obedecem a um modelo de estilo “rigoroso”, como se a sombra do estereotipado *Herr Professor Doktor* do século XIX, ainda pairasse por sobre a academia, para garantir que as regras fossem obedecidas. A pomposidade certamente fornece uma máscara conveniente, mas por que os historiadores devem usar máscaras quando sentam à frente de suas máquinas de escrever? É porque eles se preocupam com o que seus vizinhos vão dizer? A grande diferença entre literatura erudita e imaginativa é que aquela tem que convencer os especialistas,

mesmo quando os desafia, enquanto esta pode ser uma rejeição de formas tradicionais de expressão e uma afirmação da personalidade individual.

A distinção ou barreira entre essas duas formas de escrita foi levantada em nome do profissionalismo, mas tornou-se opressiva, e é hora de ser demolida. A humanização da academia pode também estender-se à monografia erudita; as publicações não precisam ser um ritual tão previsível para todos. O principal obstáculo no caminho da mudança é a rigidez de opinião sobre a forma na qual o trabalho acadêmico deve ser apresentado. A arte pictórica permitiu uma vasta gama de experimentações: um retrato pode ser pintado em quase todas as cores hoje em dia, numa infinita variedade de formas, estilos e poses. Por que os historiadores são tão indissolúvelmente presos a um único estilo clássico? Eu iniciei minha carreira como historiador publicando um artigo em cada uma das principais revistas eruditas, e cada uma delas exigiu algumas mudanças. O preço da publicação é a conformidade às opiniões do editor. Uma revista científica faz mais do que destilar um odor particular para determinar as expectativas do leitor. Quando escrevi para uma enciclopédia americana que se auto proclama "Britannica", meu estilo foi radicalmente alterado para harmonizar com seu padrão, ainda que meu nome aparecesse no final. Os editores também conspiram para manter os padrões tradicionais de escrita; desesperados para aumentar suas vendas, eles tentam moldar os livros para que pareçam livros-texto e encaixá-los em cursos estabelecidos. A maioria dos autores lembrar-se-á de como eles regatearam sobre os títulos de seus livros, em tentativas vãs de reconciliar interesses comerciais e considerações acadêmicas e pessoais. É claro que, quando você tiver mostrado que pode jogar à maneira deles, às vezes você obtém o privilégio ou a confiança para escrever a seu próprio modo, sem qualquer tipo de pressão. É ao autor já estabelecido que é permitida uma maior liberdade, o que é uma pena, porque o novo autor é quem tem maior necessidade de liberdade e, mais provavelmente, tenha algo novo a dizer.

Talvez seja necessária uma variedade especial de história que deliberadamente rejeite tais constrangimentos. Caso me fosse perguntado que tipo de história eu mais gosto de escrever, eu responderia: história pessoal ou individual. Não gosto de rótulos, mas este ao menos tem a compensação de ter duas faces, já que simultaneamente alude a uma outra aspiração de igual importância. Por um lado, sugere uma forma de escrita que expressa abertamente a personalidade dos historiadores individualmente, do mesmo modo que pinturas e romances o fazem. O ideal de história científica emergiu do prestígio das descobertas científicas do século XIX; o crescimento do individualismo deve inevitavelmente proporcionar a ascensão de um tipo individualista de história. Uma profissão começa por garantirem-se padrões uniformes; quando amadurece, é mais capaz de admitir, tolerar, e mesmo encorajar o pluralismo. Mas a história pessoal não é somente um método; ela também convida a uma questão diferente, uma preocupação pelo papel do indivíduo no passado. Eu creio, acidentalmente, que uma reação seja necessária contra a prioridade dada ao estudo de classes, nações, movimentos e forças abstratas. A história pessoal é atraente aos historiadores que queiram compreender a si próprios através de seus trabalhos (em oposição a buscarem fugas em seus trabalhos) e que consideram que uma melhor compreensão do indivíduo precisa ser o próximo grande objetivo da pesquisa histórica. Espera-se assim utilizar o crescimento da auto-consciência e do interesse em estados emocionais para ampliar o conhecimento tanto do passado quanto do presente. Considera-se o indivíduo como o átomo da história, e pensa-se que é hora de os historiadores tentarem dividir seu átomo, estudando suas partes constituintes de modo mais cuidadoso. Os cientistas nucleares transformaram nossa noção do que é a matéria; as coisas não são mais o que parecem ser. É possível recombina moléculas para criar novos materiais; dentro dos limites, o homem pode manipular seu meio. Os historiadores, por contraste, não podem continuar repetindo que a natureza humana é sempre a mesma, recusando-se a reexaminar este e outros velhos

adágios semelhantes que eles tomam *a priori*, ou a investigarem se as emoções humanas são de fato constantes, permanentes e imutáveis. A combinação desses dois amplos objetivos indica que a história pessoal não tenta substituir outras formas de história, ou reivindicar ser melhor do que elas: ela representa um ponto de vista pessoal, e nada mais. Ela aplaude o fato de que haja outros tipos de história, porque valoriza uma variedade de perspectivas como partes essenciais da arte histórica. Ela não é um substituto para o estudo do comportamento coletivo, instituições e comunidades, mas sim, seu complemento.

Ela pode, talvez, estimular um pequeno movimento de libertação dos historiadores, conquanto ela requeira um novo tipo de relacionamento com as ciências sociais. Os historiadores têm viajado no trem da alegria dos estudos interdisciplinares há já algum tempo, e tiraram muita excitação e benefícios do passeio. Sua aliança com as ciências sociais de fato transformou-se frequentemente em caso de amor e em casamento mais ou menos oficial; há historiadores que mudaram de nome e se auto-proclamam cientistas sociais. O matrimônio foi contraído na esperança de que traria uma ampliação dos horizontes, o que aconteceu, mas a experiência caiu em uma rotina razoavelmente previsível. Na prática, a maioria dos historiadores passou a aceitar a influência dominante da sociologia e da economia, ou caso eles não gostem disso, adotaram teorias psicanalíticas. Para ser um psico-historiador, deve se submeter a treinamento psicanalítico. Para ser um historiador econômico, precisa-se ter algo de matemático. Uma grande parte daquilo que é considerado mais interessante na escrita histórica é baseado na aplicação de idéias e teorias de outras disciplinas. Cada vez mais, a implicação é que os historiadores não podem mais executar suas tarefas exceto até o ponto em que eles dominem as teorias e métodos desenvolvidos por outras ciências. Mesmo aqueles antigos pioneiros, a Escola de *Annales*, que, uma vez, deram um novo brilho de orgulho aos historiadores, dizem agora sem nenhuma ponta de reclamação, que os historiadores são pesquisadores de campo, seguindo atrás de

outras ciências que executam os verdadeiros avanços no conhecimento. Há portanto um vago paralelo com o sentimento que algumas mulheres têm de que o casamento priva-lhes de sua identidade. A identidade do historiador, a natureza peculiar da abordagem histórica, pode ser difícil de definir, mas vale a pena perguntar se a história tem alguma mensagem, algum valor independente de suas parceiras.

A resposta, é claro, é que os historiadores não concordam entre si, o que é a razão pela qual os estudos interdisciplinares são tão convenientes. Mas há provavelmente um corpo de opiniões bastante grande entre os historiadores que pode admitir adotar três características específicas. Em qual outra disciplina poderiam eles ter uma fascinação indelével pelo caso do indivíduo particular, por si próprio, não importando as conclusões gerais que possam ser atingidas? Em segundo lugar, qual das ciências sociais coloca tanta ênfase quanto o fazem os historiadores no estilo literário, de modo que a escrita se torna quase tão importante quanto a análise? Isso talvez seja uma relíquia dos dias em que os historiadores eram, acima de tudo, narradores. Idealmente, eles querem que o leitor não só sinta-se mais sábio, mas também que ele se emocione por um livro de história. Os grandes historiadores do passado sempre foram grandes escritores. E, em terceiro lugar, os historiadores aceitam o fato de serem simplesmente especialistas, e não também, em alguns sentidos, generalistas; pois que tudo que já foi feito ou pensado cai em seu domínio? Eles têm tanto em comum com os romancistas (de quem não se espera que provem nada) e com os filósofos (que refletem sobre as outras disciplinas) quanto com os cientistas sociais. Os historiadores que pensam desse modo precisam ser capazes de usar seus nomes de solteiro às vezes e não tentarem ser cientistas sociais o tempo todo, com a única diferença de que excluem o presente de suas preocupações. Eles precisam de um abrigo, ainda que somente para uso ocasional, onde possam dar rédeas soltas a aspectos de suas perspectivas e temperamentos que seus parceiros não satisfazem, onde possam deixar de lado molduras rígidas ou estilos con-

sagrados, onde possam adotar uma atitude de independência com relação a teorias em voga, onde possam admitir que não podem explicar tudo e que há muitos mistérios insondáveis e comportamentos casuais, onde possam fazer experimentações com a criação artística.

Os historiadores estão, de qualquer forma, sendo liberados, quer eles gostem ou não, porque as grandes teorias gerais que dominaram as ciências sociais durante a última geração estão caindo, e uma nova era de pluralismo está começando.¹ Pegar emprestado e testar os conceitos e hipóteses de outras pessoas costumava estar na moda: inventar seus próprios conceitos e hipóteses talvez esteja ainda mais, no futuro. Os estudos interdisciplinares implicavam em compartilhar-se idéias entre especialistas; pode haver uma reação contra os especialistas e estudos contra-disciplinares: protestar contra as tendências esotéricas dos especialistas pode ser a próxima moda. Os estudos de mulheres, por exemplo, concebidos na era da interdisciplinaridade, usaram até agora os mesmos métodos que todos os outros, somente limitando-se à metade da espécie humana; uma vez estabelecida sua respeitabilidade acadêmica, elas podem muito bem ser guiadas pelos pontos de vista e ênfases que estão sendo revelados para desenvolver métodos realmente diferentes.² A dificuldade implícita em emprestar-se idéias de outras disciplinas reside no fato de que o empréstimo tende a acontecer bastante tarde, com frequência logo que elas deixaram de ser acreditadas pelos pioneiros daquele assunto. Todas as disciplinas acadêmicas estão em desordem hoje, mudando sutilmente suas bases, e isso pede vigilância contra a complacência para com padrões de pensamento estabelecidos.

De mais a mais, a imaginação é tão importante para o historiador quanto novos documentos. Estes, são um modo fácil de dar a si mesmo uma ilusão de originalidade. É muito mais difícil pensar de modo novo sobre fatos conhecidos. A era da dissertação de Ph.D. não durará para sempre. Enquanto o material disponível cresce de modo tão enorme que se torna impossível de ser assimilado, o prêmio irá para aqueles que possam refletir sobre ele ao invés de somar a

ele. Qualidades tão humanas, as capacidades de simpatia e sensibilidade serão crescentemente valorizadas à medida que se espera que os historiadores reinterpretem e recriem o passado, e não simplesmente somem conhecimento. A explosão na pesquisa das últimas décadas deve inevitavelmente ser contrabalanceada agora por um período de digestão e reflexão, e também por mais confrontações da pesquisa com a experiência do presente. Assim, o historiador que possa descobrir os elos entre sua própria vida e aquilo que ocorreu nos séculos passados, que possa expressar de uma nova maneira como o passado está vivo, ou que possa dar-lhe uma nova coloração através do crivo de suas próprias idiossincrasias, não será mais idiossincrático. Como resultado, as desigualdades que frustram a profissão histórica podem ser bastante atenuadas. Aqueles que obtêm bolsas de pesquisa para visitarem arquivos, ou que vivem em grandes cidades com facilidades superiores, não serão mais capazes de dar um complexo de inferioridade ao professor da cidade do interior, ou ao homem de família que não pode afastar-se. A qualidade da experiência pessoal de um historiador é, no limite, decisiva em determinar a qualidade de seus escritos. E não há nenhuma razão pela qual o estudo histórico deva necessariamente manifestar-se somente através de livros e artigos. A mania pela publicação a qualquer custo é o resultado da conveniência administrativa e da busca pela promoção e posse, e não de necessidades da disciplina. Os filósofos estabeleceram seu direito a serem filósofos simplesmente pensando e conversando. A filosofia pode ser tratada como uma experiência. A história pode ser também um modo de vida. Todos reconhecem que há excelentes historiadores que nunca publicam muito, mas cujo discernimento, lançado casualmente na conversação, pode ser mais esclarecedor que toda uma estante de monografias. Escrever é somente uma das maneiras de resolver o que se pensa e um dos modos de comunicá-lo. Sem dúvida, no futuro, o filme será usado para transmitir idéias e informações históricas. Pode ser também que a maioria dos historiadores influentes do próximo século expressar-se-á por meios visuais. Isto colocará problemas inteiramente novos, pois filme e histó-

ria combinam como o encontro de duas artes. Não há nenhuma fórmula pronta para sua cooperação, o que torna tudo muito mais desafiador.

Focalizar o indivíduo como a figura central na história significa mais do que a multiplicação das biografias (ainda que isto faça parte); significa também uma expansão das ambições da biografia. A biografia acadêmica é normalmente subordinada à história, no sentido que espera-se que ela contribua para a solução de problemas gerais sobre a época do biografado. Assim, quando escrevi uma biografia há vinte anos, desculpei-me em meu prefácio, com a afirmação de que não estava escrevendo uma biografia comum, porque meu objetivo principal era esclarecer a evolução constitucional do regime de Napoleão III. Eu reagia contra a idéia de que uma biografia popular é um mero colar de anedotas. Àquela época interessavam, em meu personagem principal tanto sua capacidade como político quanto sua vida pessoal. Se estivesse reescrevendo esse livro agora, eu seria tentado a acrescentar aos capítulos sobre os vários problemas políticos com os quais lidei, outros sobre egoísmo, lealdade, obstinação e pesar, ou seja, não tomaria como dado o fato de que sua carreira política é a coisa mais importante a seu respeito. Eu tentaria desenvolver outras perspectivas criadas por sua experiência particular. Os biógrafos podem hoje, não somente fazer mais do que fizeram no passado, mas podem também ir além, aplicando as teorias de outras disciplinas à biografia. Assim, era comum aplicar-se as teorias de Freud e Erikson para explicar comportamentos passados, isto expandiu enormemente nosso conhecimento, em particular sobre a infância e a família.³ Mas há hoje psicólogos que desafiam ativamente a idéia de que eventos da infância têm um efeito decisivo na conduta futura, ou mesmo que o caráter é consistente por toda a vida. A medida em que dedica-se mais atenção aos diferentes estágios da vida, e particularmente à gerontologia, a capacidade humana de mudança vai sendo asseverada.⁴ A biografia, de mais a mais, não é monopólio exclusivo dos historiadores. Há uma emergente escola de psicologia do ciclo de vida.⁵ Há um ressurgimen-

to e desenvolvimento da sociologia biográfica patrocinado pela Escola de Chicago, culminando com as obras-primas de Oscar Lewis. Há até mesmo um novo “grupo para a abordagem biográfica em sociologia” em Paris.⁶ Tudo isso indica uma nova ênfase na experiência individual, mas uma ênfase distintamente pluralista. A conclusão, hoje, não é que os historiadores devam mudar seus modelos e aplicar essas novas abordagens à biografia (ainda que isto possa ser estimulante), mas eles precisam desenvolver suas próprias abordagens.

Isso também derivará do reconhecimento de que a melhor chance para novas abordagens históricas surge, não com os estudantes seguindo as idéias propostas por seus professores, mas escolhendo temas que sejam adequados a sua personalidade — de forma alguma algo fácil. Há alguns que usam a história como um *hobby* especializado, que é somente uma parte de suas vidas; para outros ela é uma obsessão irresistível que os absorve totalmente; para outros ainda, ela é um caminho para novas descobertas, uma forma de vida feita de simpatias, um modo de encontrar, por confrontações com as vidas de outras pessoas, o tipo de vida que eles querem. Não há nenhuma metodologia para organizar isto. Os historiadores não têm nenhum sentido de direção geral parecido com aquele que leva os pesquisadores médicos a colaborarem para a cura de doenças, ou que leva os engenheiros a dedicarem-se a desenvolver formas mais baratas de transporte. Paradoxalmente, os historiadores pessoais, que são o último tipo de historiadores a sentir a necessidade de um programa comum, podem talvez estar trabalhando em direção à criação de um novo e razoavelmente coerente ramo da história.

Aqueles que estiverem interessados em ampliar o conhecimento da natureza humana e em fazê-lo de um modo que seja tanto autônomo (isto é, eles não somente irão aplicar as teorias de outros à história) e que responda às preocupações da sociedade moderna (isto é, as preocupações de suas vidas cotidianas), podem encontrar-se na base comum de uma história das emoções.

Tal história ainda está por nascer porque ainda que tenha havido estudos sobre as emoções no passado, estes foram feitos no contexto de outros ramos já estabelecidos da história. O amor, por exemplo, é geralmente visto como parte da história do casamento, da família como instituição, ou da demografia. Os historiadores ainda não estudaram-no por si mesmo, em todas suas manifestações e seus disfarces ambíguos, a partir de um foco independente. A história das emoções oferece a possibilidade de ao menos três formas de pesquisa. Primeiro, ela convida a levantar-se o espectro do comportamento humano, da mesma forma que se pesquisa os recursos agrícolas, minerais e industriais de uma região e se acompanha seu crescimento e desenvolvimento. Poder-se-ia verificar a prevalescência e manifestações de diferentes emoções em diferentes locais e épocas. Poder-se-ia escrever sobre o medo no Bronx na década de 1890, ou o ciúme no século XVII, ou variedades de esperança entre empresários do início da Revolução Industrial. Segundo, ela abre a perspectiva de esclarecimento e investigação mais profunda do significado, vocabulário, comportamento e os gestos de emoções em particular — das palavras que os historiadores usam sem pensar duas vezes. Não é suficiente buscar as palavras no dicionário, que dá essencialmente definições literárias, ou seja, as interpretações colocadas em palavras por escritores. Suas definições são de grande importância, porque os escritores freqüentemente influenciaram os comportamentos com suas idealizações ou condenações das emoções, mas quanta influência eles realmente tiveram, é um ponto que ainda precisa ser trabalhado.⁷ Também não é suficiente perguntar aos psicólogos o que são as emoções, porque eles discordam completamente entre si, mas a psicologia das emoções tornou-se, nas últimas décadas, um campo bastante agitado, que fornece muito material para reflexão.⁸ Pode ser que as descobertas com bases psicológicas da emoção um dia introduzam um novo tipo de (pseudo?) determinismo na história. Qualquer um que estiver escrevendo uma biografia de uma pessoa ainda viva e que não a submeta a testes químicos, pode estar per-

dendo algo, e seu trabalho pode, no futuro, parecer pré-diluviano.⁹ A emoção tem manifestações físicas e estas precisam ser monitoradas tanto quanto as idéias ou palavras com as quais ela está associada; ou, para esse fim, tanto quanto renda e despesa do indivíduo em questão, a emoção encaixa-se na mesma esfera da saúde e da idade, como influências sobre a conduta. Terceiro, a história das emoções pode consistir em uma re-escrita de uma parte da história a partir do ponto de vista de uma emoção em particular.

A melhor maneira de explicar isto é tomarmos um exemplo, como o amor. Ninguém sabe ao certo o que significa amor, não há duas pessoas que tenham-no experimentado exatamente da mesma forma. "Vocês se amam?", perguntou um jornalista a Lady Diane Spencer no dia de seu noivado com o príncipe de Gales. "É claro", disse ela; "o que quer que amor signifique" acrescentou o príncipe.

O amor não pode ser contado ou medido, mas tem que ser incorporado em explicações do comportamento e de eventos. Um modo de elucidar seu conteúdo é dividi-lo nos elementos dos quais ele pode ser composto, e usá-los como ferramentas para um tipo individual de exploração histórica. Assim, a atração é um desses elementos. É possível rearranjar os fatos na história de modo a tornar a atração um critério central. As pessoas podem ser divididas não somente em ricos e pobres, capitalistas e operários, lordes e plebeus, mas também naqueles que são atraentes e os que não o são, por razões que não precisam sempre serem associadas à posse material ou status social. Os atraentes também são uma classe. A atração é tanto uma fonte de poder quanto de desvantagens. Pode ser uma armadilha, um rótulo fácil que condena a pessoa a quem é aplicado. É manipulada por leis não escritas, tem sua própria literatura, seus manuais sobre como fazer amigos e influenciar pessoas; suas próprias estética e ética; é tão instável como fonte de prestígio quanto à política ou o dinheiro; os critérios pelos quais é julgada mudam drasticamente com o tempo. Quando algum historiador elucidar como Elizabeth Taylor teve sucesso em

ser atraente a toda uma geração, ele estaria justificado em perversamente rotular sua teoria explicatória de tailorismo, simplesmente para enfatizar que o outro tipo de tailorismo, que teve um tal papel na arregimentação do trabalho fabril, não arregimentou as mentes ou imaginações dos operários.

O amor tem seus próprios tiranos, conquistas, batalhas e alianças. Ele pode fornecer uma pista para a ligação da história do conflito no passado quase tão bem quanto a história da guerra. As lutas de pais e filhos podem ser cronicizadas para fornecerem estudos de caso a serem comparados com as análises de batalhas e campanhas de guerrilha dos historiadores militares.¹⁰ As opressões e conspirações envolvidas nas relações de mães e filhas podem ser escritas da mesma forma que se escreve sobre a conquista de tribos ou as intrigas de cortes. Contudo, somente quando os estudantes regularmente dedicarem teses inteiras a uma única relação entre pais e filhos sem subordiná-las à história política ou econômica, é que as conclusões gerais poderão começar a ser formuladas. Tais teses assemelhar-se-iam a romances ou novelas, exceto pelo fato de que não seriam ficção; as especulações do autor seriam mais que comentários pessoais. Dar uma noção criativa de atmosfera é tão meritório quanto desenvolver uma teoria.

O amor está crescentemente desenvolvendo-se para, ou sendo confundido com, amizade: a “modernização” do amor em casamento baseado em companhia é o triunfo da amizade.¹¹ Mas a história da amizade é cheia de ambigüidades; ela costumava incluir alianças que não necessariamente envolviam afeição. Afirmou-se que a amizade era o elo decisivo entre as pessoas na Inglaterra pré-moderna, muito mais que família ou parentesco.¹² Mas a amizade no passado separou os sexos, porque a amizade entre os sexos era considerada impossível. Examinar exatamente quem era amigo de quem, por que e quando, da mesma forma que se estuda quem reinou sobre quem ou quem empregou quem, poderia desenvolver um tipo alternativo de história diplomática, como um complemento emocional às ententes, detentes, acordos e tratados dos diplomatas.

Outra categoria relacionada é a da intimidade.¹³ Este já era um eufemismo para relações sexuais no século XVII, mas ele também transmite duas idéias adicionais: o contato físico em geral e harmonia espiritual. Dormir juntos não foi sempre uma atividade sexual; quando as famílias, empregados e mesmo animais compartilhavam uma cama, este era um sinal de uma noção de comunidade com uma base física. O crescimento de novos tipos de sensibilidades, a evolução da noção de odor, por exemplo, merece um historiador. O aumento das distâncias entre as pessoas precisa ser mapeado; há também uma geografia da emoção. Este é um assunto enorme, porque inclui uma das principais atividades humanas — a construção de lares, que mudou relacionamentos de modos muito importantes: um “quarto próprio” é uma declaração de independência. A história do melhor amigo mostrará como essa independência é compartilhada.

A história da solidão mostrará suas inconveniências. Presume-se facilmente demais que a solidão é um fenômeno moderno.¹⁴ O fato de que alguns monges buscavam a solidão voluntariamente, que alguns artistas triunfaram sobre ela através da arte, não a torna um problema que tocou somente as margens da sociedade. A solidão levanta a questão do que as pessoas sentiram falta, quais eram suas expectativas, o que as fez considerarem-se fracassadas, ou incompletas em si mesmas, ou incapazes de encontrar conforto mesmo na companhia de outros. Um modo de atacar essa questão pode ser escrever a história da timidez. Mais de 40% dos americanos consideram-se tímidos; mulheres são mais tímidas que homens; a timidez é sentida de modo mais forte quando as pessoas são o foco da atenção (como quando estão falando em público): estas são algumas das conclusões de um psicólogo de Stanford que, se fossem buscadas no passado, apresentariam uma visão bastante diferente da história americana.¹⁵ As nações podem ser incapazes de evitarem lutar umas com as outras por causa dos mitos e da paranóia que as separa: a timidez é uma reprodução dessas barreiras no nível individual.

É precisamente porque os psicólogos ainda estão em um estágio preliminar em suas investigações das emoções que os historiadores podem ter esperanças de fazer uma contribuição. Os historiadores têm a custódia de mais estudos de caso que quaisquer outros. É precisamente porque os psicólogos não podem nem mesmo decidirem quantas emoções há, quais são “dominantes” e quais não o são que os historiadores podem esperar coletar informações que sejam de interesse geral. Não proponho examinar aqui todas as possibilidades que a história das emoções oferece. Minhas próprias investigações preliminares sobre a história das emoções na França, com ênfase particular na ambição, preocupação, tédio e orgulho, revelaram que há uma grande quantidade de material disponível, em um século.¹⁶ O quanto é rica a história do medo foi revelado por Jean Delumeau; é significativo que ele empreendeu seu estudo porque desejava entender o terror que ele sentiu à idade de dez anos, quando um amigo morreu de repente. Um terror tão intenso que ele ficou longe da escola por três meses. O problema do medo sempre o assombrou. Sua vida tem sido uma busca da serenidade através da aceitação do inevitável. Portanto, essa história é muito a reflexão sobre a experiência, individual, dando a luz a uma reflexão sólida sobre a experiência dos outros.¹⁷ Um outro estudo sobre o medo, em preparação, vem de uma perspectiva totalmente diferente. Brendan Nagle tomou, como ponto de partida, a análise do medo encontrada em Tucídides, mas ele é igualmente inspirado por suas próprias descobertas de medos ocultos sob sorridentes faces californianas quando ele era padre e assistente comunitário. Da mesma forma, a inveja, que um antropólogo usou para interpretar todo um espectro de comportamentos, também pode ser estudada em contextos históricos específicos.¹⁸

As contribuições ao volume do *Journal of Social History* sobre a história do amor são todas escritas a partir de diferentes pontos de vista e com métodos completamente independentes; dois dos autores deixam claro que seu interesse não é somente acadêmico, mas sim uma contribuição a suas

medições pessoais sobre sua própria experiência. É dando mais de si, compartilhando mais de suas preocupações, que os historiadores podem restabelecer melhor sua posição como monitores da sensibilidade de sua era.

NOTAS

(*) Texto originalmente publicado em *The Journal of Social History* 15(3):339-347, Spring 1982. / Special issue on the history of love. / Tradução de Cláudio Denipoti.

1 WILEY, Norbert. The rise and fall of dominating theories' in American sociology. In: SNIZEK, W.E. *Contemporary issues in theory and research; a metasociological perspective*. New York: 1979, 47-80.

2 Ver meu artigo no *London Observer*, 24/mai./1981.

3 O *Journal of psychohistory* está cheio de idéias e informações, mesmo para aqueles que não concordam com suas interpretações.

4 BRIN JR., Orville e KAGAM, Jerome. *Constancy and change in huwan developments*. 1980; cf. GUSDORF, George. *La découverte de soi*. 1948.

5 Ver a pesquisa em BRIM e KAGAM, p. 530-95, feita por MOSS, H. A. e SUSMAN, E. J.; BALTES, P. R. *Life soan development and behaviour*. 1979; e para aplicações históricas, ELDER JR., Glen. *Children of the Great Depression*. 1974 e HAREVEN, Tamara K. *Transitions: ha family and the life course in historical perspective*. 1978.

6 *Cahiers internationaux de sociologie* vol. 69, 1980, Edição especial. 'Histoires de vie et de vie sociale'; BERTAUX, Daniel. *Biography and society*. 1981. E para uma visão diferente, SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

7 DAVITZ, Joel R. *The language of emotion*. 1969.

8 STRONGMAN, K. T. *The psychology of emotion*. 1978. PLUTCHIK, Robert. *Emotion, a psycho-evolutionary synthesis*. 1980; IZARD, Carol E. *Emotions in psychology and psychothology*. 1979; PLUTCHIK, Robert. *Emotion, Heory, research and experience*, vol. 1. *Theories of Emotion*, 1980.

9 DAVIDSON, Julian M. e DAVIDSON, Richar J. *The psychobiology of consciousness*, 1980; NEBYLITSYN, V.D. e GRAY, J. A. *Biological bases of individual behaviour*. 1972; COTMAN, Carl W. e McGAUGH, James L. *Behavioral neuroscience*. 1980; BLACK, P. *Physiological correlates of emotion*. 1970; TYRER, Peter. *The role of bodily feelings in anxiety*. 1976.

10 ROLLINS, Richard M. *Long journey of Noah Webster*. 1980; MAZLISH, Bruce. *James and J. S. Mill: father and son in the 18th century*. 1975; dois artigos sobre mães e filhas em RANSEL, D. L. *The family in imperial Rússia*. 1978; BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado; o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. MERWISSI, F. *Beyond the veil; male female dynamics in a modern muslim society*. 1975.

11 STONE, L. *The family, sex and marriage in England (1500-1800)*. 1977.

12 TRUMBACH, Randolph. *The rise of the egalitarian family; aristocratic kinship and domestic relations in 18th century England*. 1978; cf. CONNOR, W. Robert. *The new politicians of Fith century Athens*. 1971. CRAIG, Albert e SHEVELY, D. M. *Personality in Japanese history*. 1970; TSURUMI, Kasumo. *Social change and the individual in Japan before and after the defeat in War 2*, 1970; DE BARRY, W. T. *Self and society in Ming thought*. 1970, 145-248.

13 MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable*. 1978; JOSEPH, Isaac. *Vie privée — Vie publique*. s.d.; FLANDRIN, J. L. *Familles*. 1976; YOUNG, J. B. *Privacy*. 1979; MAIO JR., Alfred J. D. *Soviet Union housing*. 1974; BENDER, Thomas. *Towards a vision*. 1975; SCHACHTER, Stanley. *The psychology of affiliation (the sources of gregariousness)*. 1961.

14 GORDON, Suzanne. *Lonely in America*. 1976; WEISS, Robert S. *Loneliness; the experience of emotional and social isolation*. 1973.

15 ZIMBARDO, Philip G. *Shyness*. 1977.

16 ZELDIN, Theodore. *France 1848-1945* (2 vols.) 1973-7, reimpresso em cinco volumes; *Ambition and Love; Intellect and pride; Taste and corruption; Politics and anger; Anxiety and hypocrisy*.

17 DELUMEAU, Jean. *La peur en Occident*. 1978. LEBRUN, Jacques. *La Peur*. 1979. LAIK, Madeleine. *La peur ou'on a*. 1979; GRAY, J. A. *The psychology of fear and stress*. 1971.

18 SCHOEK, Felmut. *Envy*. Tradução inglesa do original alemão, cf. WALCOT, Peter. *Envy and the greeks*.

A FORÇA DO DESEJO E O PERIGO DO PRAZER: A SEXUALIDADE VITORIANA RECONSIDERADA (*)

STEVE SEIDMAN

Professor do Departamento de Sociologia da State
University of New York - Albany.

RESUMO

O presente texto é uma discussão sobre as análises da sexualidade vitoriana feitas a partir da década de 1970, revisitando as fontes utilizadas pelos autores resenhados e apontando divergências analíticas quanto às conclusões daqueles com relação ao comportamento sexual da sociedade do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XX, reformadores liberais, radicais políticos e rebeldes sexuais desenvolveram uma construção do vitoriano reprimido. Este estereótipo foi adotado por estudiosos e, por volta dos anos 60, tornou-se um tipo de ortodoxia.¹ De acordo com esta visão, os vitorianos negavam que as mulheres possuíssem sentimentos sexuais. Eles buscavam purgar o sexo de seus aspectos sensuais e restringir seu papel à procriação. O casamento vitoriano era, finalmente, descrito como tão caracteristicamente frio quanto as relações entre os esposos eram emocionalmente distantes e formais. Os vitorianos, em outras palavras, eram responsabilizados pela criação de uma cultura sexualmente negativa, contra a qual os “modernos” do século XX rebelaram-se.

Esta visão do vitoriano reprimido foi desafiada na última década, aproximadamente. Em particular vários historiadores, mais notadamente Carl Degler, Peter Gay e Ellen Rothman, ofereceram grandes reinterpretções da cultura íntima vitoriana norte-americana.² Com respeito à classe média branca dos Estados Unidos, eles realçaram o papel da escolha pessoal do(a) companheiro(a) e a natureza informal da corte entre os vitorianos. Eles descreveram o casamento

vitoriano como um arranjo consensual baseado no amor. Maridos e esposas buscavam — e freqüentemente encontravam — companheirismo e felicidade pessoal no casamento. A expressão sexual era aceita como uma parte integrante do amor e do casamento. O sexo não era, de mais a mais, restrito a uma função procriadora, mas era aceito como um sinal de amor e como o domínio do prazer sensual. Finalmente, como Carroll Smith-Rosenberg argumentou, a intimidade e o amor entre pessoas do mesmo sexo eram com freqüência considerados compatíveis com o amor heterossexual e com o casamento.³

Esses relatos revisionistas fornecem uma correção bastante necessária à nossa visão da sexualidade vitoriana. Infelizmente, exercícios corretivos produzem, com demasiada recorrência, suas próprias simplificações. Essas revisões, creio eu, substituem o estereótipo popular do vitoriano reprimido por uma imagem moderna e abertamente otimista.

Consideremos o importante desafio de Carl Degler à noção de que os vitorianos viam as mulheres como seres sem sentimentos sexuais ou sem paixão. Degler critica este estereótipo citando uma gama de literatura popular de conselhos médicos e documentos pessoais do século XIX, que reconhecem e afirmam a presença de sentimentos sexuais femininos. Degler não só está errado, mas sua análise também perde o foco central e a complexidade do debate vitoriano sobre a sexualidade das mulheres.

Certamente, nenhum texto de conselhos médicos negava que as mulheres tivessem sentimentos sexuais. Degler cita a afirmação de Willian Acton de que “a maioria das mulheres [...] não é perturbada por sentimentos sexuais de nenhum tipo”.⁴ Ainda assim, a posição consistente de Acton era de que tais sentimentos são “muito moderados em comparação com aqueles dos homens” e motivados pelo “desejo da maternidade”.⁵ Orson Fowler afirmava que “a dotação das mulheres com esta paixão [sexual] é admitida [...] mas sua força relativa — esta é a questão”.⁶ A intenção dos textos de conselhos enfatiza as diferenças entre sexualidade

masculina e feminina. As mulheres eram consideradas como menos motivadas carnalmente; seus sentimentos sexuais eram pensados como girando em torno do desejo de amar e serem amadas. A paixão das mulheres era por um marido, um lar e uma família. A “paixão central [...] das mulheres é a maternal [...] A paixão central do homem é a sexual [ou seja, a carnal]” diz Dio Lewis.⁷ Esta crença era compartilhada por aqueles conselheiros que Degler acredita terem representado uma opinião central. As mulheres, argumentou James Ashton, “são primordialmente motivadas” pelo desejo de serem “amadas e pelo desejo de dar prazer ao objeto de seu amor”.⁸ Frederick Hollick mantinha que o desejo feminino era motivado pelo “esforço de ser amada e ser apreciada”.⁹ A sexualidade feminina pode ser apaixonada, mas esta paixão é essencialmente espiritual em sua natureza. Os sentimentos sexuais femininos estão “sob a influência da mente”.¹⁰ Elizabeth Blackwell insistia que a paixão das mulheres era mental. “Aqueles que negam os sentimentos sexuais às mulheres [...] confundem apetite [isto é, desejo carnal] e paixão; eles perdem de vista esta imensa força espiritual de atração [...] que existe em uma proporção muito ampla na natureza feminina”.¹¹ Eliza Duffey propôs que “as mulheres não são como os homens em questões sensuais. Elas [...] não amam a luxúria pela luxúria. A paixão deve vir acompanhada [...] pelas doces graças da bondade e [...] auto-recusa ou elas ficam rapidamente aborrecidas”.¹² Duffey conectou a sexualidade feminina ao instinto maternal. “As mulheres [...] têm mais em si da natureza maternal que da conjugal”.¹³ O debate a respeito da sexualidade feminina entre os vitorianos de classe média centrava-se menos sobre a questão da presença ou ausência de sentimentos sexuais do que sobre a diferença entre os sexos. Degler está correto, contudo, em interpretar a espiritualização da sexualidade feminina como algo conectado à luta das mulheres por autonomia. Com base em sua reivindicação pela virtude moral e espiritual, as mulheres podiam exigir tanto o controle sobre a vida doméstica quanto sobre todas as coisas espirituais da esfera pública.¹⁴ Ainda, como Carol e Peter

Stearns apontam, esta espiritualização do desejo feminino certamente teria criado nas mulheres uma profunda ansiedade e ambivalência com relação a seus próprios desejos eróticos.¹⁵ A análise de Degler perde algumas das complexidades e tensões centrais no discurso vitoriano sobre a sexualidade feminina.

Este ensaio oferece uma crítica positiva de recentes relatos revisionistas da sexualidade vitoriana. Não tentarei contemplar todas as análises revisionistas nem comentar sobre a ampla gama de tópicos abrangida nessas discussões. Ao invés disso, minha discussão focalizará uma questão: as crenças e normas que a classe média branca vitoriana mantinha no tocante à relação entre sexo e amor heterossexuais. Ao menos uma grande corrente de revisionismo propôs que, na essência, esses vitorianos aceitavam o sexo não somente por razões procriadoras, mas como um meio de prazer e de amor.¹⁶ Contrários ao estereótipo popular, esses vitorianos, argumenta-se, conseguiam integrar satisfatoriamente erotismo ou sensualidade e amor em sua cultura íntima.

Desejo desafiar esta afirmação. Proponho detalhar um conjunto de suposições e apelos contraditórios que estão no âmago da cultura íntima vitoriana. Os vitorianos afirmavam que o instinto sexual era uma força poderosa que precisava ser canalizada de modo adequado para ser benéfica à humanidade. Porque o casamento era pensado como envolvendo um relacionamento de amor e responsabilidades permanentes, ele era considerado a esfera ideal para a expressão sexual. O sexo era, conformemente, uma parte necessária e esperada do casamento. Ainda assim, o casamento não era simplesmente um arranjo com o propósito de satisfazer necessidades sexuais ou de criar uma família. Era, idealmente, um relacionamento de amor. E o amor, insistiam os vitorianos, era essencialmente um fenômeno espiritual relacionado com afinidade mental e comunhão de almas. Assim, de forma ideal, o casamento deveria ser baseado no amor, mas deveria também incluir a expressão sexual como um componente integral e obrigatório. Surgem problemas, con-

tudo, devido à crença na onipresença e poder do instinto sexual. Os vitorianos acreditavam que despertar sentimentos sexuais facilmente provocava a sensualidade; o sexo ameaçava engolir o casamento em um mar de luxúria, para preservar a essência espiritual do casamento, os vitorianos sentiam-se compelidos a dessensualizar o sexo ou a erguer barreiras elaboradas para conter os desejos eróticos. Em certos momentos, essa ânsia por controlar o erotismo passava pela demanda para dessexualizar o próprio casamento. Isso, contudo, conflituava com a quase ubíqua crença no poder e nos efeitos benéficos da expressão sexual adequada. Elaborei este tema primeiro concentrando-me sobre a literatura de conselhos, depois recorrendo a documentos pessoais e à pesquisa Mosher.

1. A dialética do sexo: os prazeres e perigos do instinto sexual

Longe de negar e desvalorizar a importância do instinto sexual, os vitorianos admitiam sua onipresença e poder. De fato, eles exaltavam-no como um poder benévolo. O outro lado da moeda de assumir-se o poder do sexo era seu perigo potencial. O discurso vitoriano dos perigos do sexo era destinado a restringir o desejo e, no limite, fornecer uma justificativa para sublimar o impulso carnal e transformá-lo em amor espiritual. Os vitorianos imaginaram um drama do impulso sexual poderoso e onipresente levando na direção do prazer mas susceptível aos perigos do excesso e da ruína. Auto-controle e espiritualização do desejo possibilitariam um ser autônomo e uma sociedade saudável.

Os vitorianos originaram a moderna idéia de um instinto sexual que é natural, onipresente e poderoso. A maioria deles teria concordado com a observação do Dr. Frederick Hollick de que “o instinto [sexual] [...] é inato em todos os seres, e exerce uma poderosa influência, tanto sobre a ação individual quanto sobre os destinos das nações”.¹⁷ A Dra. Elizabeth Blakwell estava ainda mais segura quanto ao poder do instinto sexual. “O instinto do sexo sempre existe como a condição indispensável da vida, e o fundamento

da sociedade. É a maior força na natureza humana”.¹⁸ O impulso sexual não era somente uma força poderosa, mas também era benévolo. Tipicamente, os escritores de literatura médica avançaram as justificativas higiênicas do sexo. “O ato sexual é sem dúvida benéfico para a saúde em todas as pessoas completamente desenvolvidas”, comentou Willian Ashton.¹⁹ Essa crença foi reiterada por Willian Acton. “O intercuro sexual regular e moderado é, no todo, vantajoso para todo o sistema [físico]”.²⁰ Pensava-se que o apropriado exercício da função sexual contribuía para a saúde mental e o vigor do indivíduo. “Assuntos sexuais”, escreveu Henry Guernsey,

são tão completamente interligados com os mais altos destinos da raça humana, física, mental e espiritualmente, que quase não há nenhuma função tão altamente importante [...] quanto aquela destinada aos órgãos sexuais. Nenhuma função concerne mais profundamente a saúde do corpo, a clareza e brilho do intelecto.²¹

O Dr. Edward Foote conectou o uso apropriado do instinto sexual com o espírito criativo do indivíduo. “Ele dá vigor [e] [...] estimula a ambição”.²² Em um dos primeiros livros médicos populares do século XIX, Robert Dale Owens enfrentou os Shakers e outros detratores do instinto sexual: “Eu acho que sua influência [é] moral, humanizadora, lapidante, benéfica”.²³ Quase 50 anos mais tarde, o médico Dr. Trall fez eco a esta idéia. “Normalmente exercitado, nenhum ato de um ser inteligente é mais sagrado, mais humanizador mais enobrecedor”.²⁴ Esses vitorianos acreditavam que o próprio progresso da humanidade estava ancorado no instinto sexual. “Os sentimentos sexuais exercem um poder diretivo sobre a maioria das atividades da vida, moldando nossa religião, nossa literatura, nossa arte, nossa etiqueta”.²⁵ Guiado pela razão, declarou James Scott, o instinto sexual “avançará a civilização até seu [...] mais alto destino”.²⁶ Para os vitorianos, o sexo era um instinto natural cujo significado para o indivíduo e para a sociedade era de amplo alcance e poder.²⁷

O instinto sexual não era somente um poder benevolente, mas também potencialmente uma das principais fontes de infortúnio e mal. Sua própria capacidade de moldar o destino da humanidade tornava o sexo uma ameaça em potencial. A crença no perigo do sexo era simplesmente o reverso de crêr-se em seu poder. Os escritores de literatura de conselhos não precisavam alertar seus contemporâneos dos graves perigos que seguem o abuso do instinto sexual, a menos que ele fosse presumido como uma força poderosa.

Um motivo proeminente é que os sentimentos sexuais são perigosos porque eles facilmente estimulam sentimentos sensuais ou eróticos. Pensava-se que a sensualidade era governada por uma lógica interna cuja força dinâmica era a luxúria e cujo resultado era a ruína pessoal. A lógica do desejo sensual, como os vitorianos imaginavam-na, pode ser descrita como um tipo de teoria-dominó do sexo. Uma vez que os desejos sensuais são estimulados, eles tornam-se insaciáveis. “A indulgência”, declarou Orson Fowler, “inflama [...] quanto mais se indulge, mais se exige”.²⁸ Gradualmente, a motivação carnal vem monopolizar a vida inconsciente e consciente do indivíduo. Uma vez que os prazeres da gratificação sensual são experimentados “estes se tornam habituais e assombram-no, até que finalmente a paixão sexual absorve não somente seus pensamentos funcionais, mas seus próprios sonhos”.²⁹ O indivíduo é preso em uma vida de excesso e perversão sexuais. Ele ou ela torna-se, inadvertidamente, o “escravo de suas paixões”.³⁰ O resultado é a degradação moral, sofrimento inimaginável e ruína pessoal. Falando dos perigos do auto-erotismo, o Dr. Samuel Woodward enunciou essa lógica insidiosa na qual as tentações do prazer trazem a ruína inevitável.

Ela [a masturbação] é um vício que excita [...] as mais fortes e incontroláveis propensões da natureza animal; estas são tornadas mais ativas pela indulgência, enquanto o poder de [...] abstinência é diminuído em proporções geométricas. A sensibilidade moral torna-se tão amortecida a ponto de não reter nenhum domínio no caráter para controlar e regular a conduta. Sob tal circuns-

tância, as melhores soluções para reformar [...] não obtêm sucesso. Apesar de si mesma, a vítima afunda cada vez mais na poluição, até que ela seja finalmente dominada pela ruína e desgraça irreversíveis.³¹

Os perigos do sexo eram destacados pelo fato de que as conseqüências da indulgência sensual eram generalizadas. Ashton relaciona o excesso à impotência masculina. “Excessos venéreos longamente cometidos, com mulheres ou por meio do onanismo, são uma causa freqüente de esterilidade e impotência nos homens”.³² Sylvester Graham ligou o excesso a uma deterioração geral do sistema nervoso. “Todos os órgãos e tecidos do corpo [...] tornam-se extremamente debilitados e seus poderes funcionais excessivamente fracos”.³³ A debilitação física deixa o corpo vulnerável a uma hoste de doenças. “Os excessos venéreos ocasionam as doenças mais repugnantes, horríveis e calamitosas que a natureza humana é capaz de suportar”.³⁴ após descrever em detalhes a degeneração física que acompanha os excessos sexuais, Graham fornece uma suscinta resenha de seus custos:

Languidez, cansaço, debilidade geral, sensação de peso, depressão do espírito, perda do apetite, indigestão, fraqueza da circulação, calafrios, cefaléia, melancolia, hipochondria, histeria, fraqueza de todos os sentidos, visão diminuída ou perda de visão [...] desordens do fígado e rins, dificuldades urinárias, desordens nos órgãos sexuais, fraqueza no cérebro, perda de memória, epilepsia, insanidade, apoplexia, — e extrema fraqueza e morte prematura dos bebês —, estão entre os males comuns que são causados pelos excessos sexuais.³⁵

Como indica a afirmação sombria de Graham, os excessos sexuais eram considerados como debilitantes não somente físicos mas “diminuidores das faculdades intelectuais e morais, e aviltadores da mente”.³⁶ Depressão, insônia, desvitalização, melancolia, impotência, insanidade e suicídio eram consideradas as conqüências fatais do excesso sexual. De fato, Augustus Gardner conectou o excesso à morte.³⁷ “Sabemos que o excesso é a morte prematura”. Tipicamente, o excesso sexual era invocado para explicar várias patologias sociais. O Dr. Trall observou a “predominância do vício, cri-

me, doença e degradação resultantes de amorosidade [sexualidade] pervertida”.³⁸ O Dr. Henry Kellog ligou o excesso sexual ao declínio social. “O que está minando a saúde da raça e a constituição de nossos homens americanos? Não pode haver dúvidas que o vício é a causa mais ativa [particularmente] o pecado secreto [isto é, a masturbação] e seus vícios correlatos”.³⁹ Até onde o instinto sexual foi considerado como uma força tão poderosa que podia trazer a ruína ao indivíduo e à civilização, ele tinha que ser controlado. Seus efeitos benévolos só podiam ser concretizados se ele fosse adequadamente direcionado. O instinto sexual tinha que ser estritamente regulado e uma ampla gama de sentimentos e atos sexuais, vigorosamente censurados e silenciados.

2. Casamento, sexo e amor: a antinomia da sensualidade e do amor

Os vitorianos de classe média aceitavam o sexo como uma parte natural e positiva da vida humana. Se exercido adequadamente, o instinto sexual trazia saúde, vigor mental, ambição, criatividade e progresso social. A esfera adequada do sexo era o casamento.

Os escritores da literatura de conselhos endossavam a importância do sexo no casamento contanto que sua frequência fosse moderada e que não incitasse desejos sensuais. O comentário de Willian Acton é típico nesse tocante: “a gratificação moderada da paixão sexual na vida matrimonial é geralmente seguida pelas mais felizes conseqüências para o indivíduo”.⁴⁰ De fato, Acton afirmava que o sexo podia contribuir para a manutenção do elo marital. “A atração física, novamente, ajuda a superar muitas daquelas pequenas diferenças domésticas que ocorrem na vida conjugal”.⁴¹ Acton recomendava “moderação na indulgência sexual” para os casados.⁴² Ele acreditava, contudo, que já que o sexo é uma “situação prazerosa [...] de duração momentânea”, seu lugar no casamento seria normalmente limitado.⁴³ Elevar-se o papel da expressão sexual no casamento degradaria os

esposos para o “nível dos animais”.⁴⁴ Esses autores tipicamente fundamentavam uma ética da moderação sexual nos princípios da fisiologia. “Uma emissão muito freqüente do fluído vital, e uma excitação sexual do sistema nervoso muito constante são em sí mesmas extremamente destrutivas”.⁴⁵ A questão para esses vitorianos não era a legitimidade do sexo no casamento, mas sim seu local e papel adequados.

Aprofundando este tema, é instrutivo considerarmos o reformista bastante influente, Sylvester Graham. Em seu *Lecture to young men on chastity* (Lição aos jovens sobre a castidade), Graham concedia que a expressão sexual e seus prazeres concomitantes eram naturais e, de fato, benéficos:

Constituídos como somos, nossos corpos devem ser sustentados, para o bem de nossos poderes mais nobres, e com a execução das funções voluntárias e necessárias de nossos corpos, Deus conectou o prazer, de modo que enquanto realizamos funções para o bem físico de nossos corpos e de nossa espécie [...] preenchemos os propósitos de nossas funções corporais com o prazer.⁴⁶

O sexo é necessário, argumentava Graham, para promover a saúde individual e garantir a reprodução da espécie. Para assegurar que esses fins fossem atingidos, o sexo era acompanhado pelo prazer sensual. Esses prazeres serviam como um meio pelo qual os desígnios da natureza e de Deus fossem realizados. Graham era inflexível, contudo, quando afirmava que o erotismo nunca poderia funcionar como um fim em sí. O sexo nunca deveria ser valorizado simplesmente por suas qualidades expressivas ou sensualmente prazerosas. “Quando exercitamos nossos órgãos genitais na função da reprodução [...] obtemos grandes prazeres e resultados saudáveis; mas quando os prazeres dessa função tornam-se o principal objeto de nosso desejo [...] a instintiva propensão torna-se excessivamente depravada [...] e terrivelmente perniciosa em seus efeitos”.⁴⁷ Elevar-se o prazer erótico a um valor autônomo abre as portas para o domínio das paixões animais sobre a razão nos assuntos humanos. Controlado por exigências sensuais, o indivíduo perde o auto-controle e o propósito social. Isto inevitavelmente leva à auto-

destruição e ao declínio e ao caos social. Coerentemente, Graham recomendava a moderação e alertava para grandes infortúnios — da impotência à doença orgânica, insanidade e suicídio — para indivíduos que excessivamente praticavam ou buscavam o prazer sensual como um fim em si mesmo. O texto de Graham é menos prestativo para entendermos como os vitorianos relacionavam o sexo ao amor.

Esse tema foi explorado pelo frenologista prático e grahaminiano, Orson Fowler. *Love and parentage* (Amor e ascendência) afirmava o prazer erótico como um propósito legítimo do sexo. “O exercício legítimo dessa faculdade [sexual] é designado e calculado, em si e de si mesmo, para fornecer uma grande quantidade de prazer, além daquele experimentado por seus produtos vivos”.⁴⁸ De fato, Fowler acreditava que o prazer sexual mútuo é uma exigência de um casamento feliz. “A felicidade matrimonial não pode mais ser obtida sem reciprocidade e mútuo prazer”.⁴⁹ Ainda assim, em um estilo tipicamente vitoriano, ele atacava a “indulgência [sexual] buscada por si mesma” porque reduz os seres humanos a “um tipo de instrumento animal, um mero objeto sexual”.⁵⁰ Em um suplemento a *Love and parentage*, Fowler revertia sua posição anterior condenando a não ligação da expressão sexual com um papel procriador. “O único fim designado a ser assegurado por essa propensão são os filhos. Portanto, ela deve ser exercitada somente para executar seu destino legítimo. Exercê-la meramente como um fim em si mesma [...] como um meio de gratificação sensual [...] é uma violação de suas leis”.⁵¹ Este é um tema grahaminiano: o prazer sexual somente é legítimo quando é uma conseqüência não premeditada do ato procriador.

O papel do sexo no casamento é melhor esclarecido quando consideramos a noção de amor de Fowler. Ainda que ele às vezes via o sexo como um sinal de amor, não o identificava como um comportamento significativa do amor. A expressão sexual é descrita como um dever ou obrigação do casamento; não o é, definitivamente, do amor. Este último é visto como um fenômeno espiritual. Além disso, Fowler acreditava que a mais alta forma de casamento fosse aque-

la baseada no amor. A tensão entre um casamento baseado em uma noção espiritual de amor e a expectativa do sexo no casamento é o tema do restante desta seção.

Fowler falava do sexo com relação àquilo que ele chamava de "amatividade". Este conceito refere-se a uma função orgânica que governa o instinto reprodutivo. A amatividade está, como a fome ou o sono, sujeita às leis da natureza. Ela surge como uma atração magnética emanando da genitália masculina e feminina. Fowler estabeleceu uma lei fisiológica envolvendo uma atração magnética entre os órgãos genitais dos dois sexos. Esta energia magnética induz ao ato reprodutivo. A mistura de cargas ou energias magnéticas no homem e na mulher garante a saúde individual e a reprodução saudável da espécie.

Fowler contrastou a amatividade com o amor. Enquanto a primeira pertence a um evento físico ou sexual, a última é estritamente espiritual. Fazendo paralelo com a sua descrição da amatividade como uma atração magnética entre a genitália masculina e feminina, Fowler concebia o amor como uma atração magnética entre as características de gênero dos dois sexos. O amor é uma atração do princípio masculino incorporado nos homens pelo princípio feminino encarnado nas mulheres. "O verdadeiro amor [...] pertence principalmente a [...] esta coabitação de alma com alma [...] É esta afinidade espiritual do mental masculino e feminino um pelo outro".⁵² Em outras palavras, há uma atração magnética entre características masculinas e femininas. "O homem, em seu trabalho, em sua aparência e em suas ações emana de seu fluido masculino uma mentalidade que sua apaixonada consorte incorpora com a sua própria, e vice-versa quanto às mulheres".⁵³ Como a união de qualidades espirituais concebidas em termos de gêneros bipolares ou, "uma união sagrada de suas naturezas interiores", o amor é visto como um fenômeno estritamente mental.⁵⁴ A partir do ponto de vantagem dessa visão espiritualizada do amor, o próprio ato sexual aparece mais como ato mental que sensual.

Aquele ato que multiplica a nossa raça não deveria ser mais sexual do que mental e espiritual [...] De fato, esses últimos aspectos em si próprios santificam o primeiro — isolado, ele é humano. Tudo o mais é vulgar, aviltante [...] porque consiste [...] na indulgência sensual de uma propensão animal.⁵⁵

Fowler propôs que uma noção espiritual do amor torna os sentimentos sexuais, especialmente os sensuais, uma ameaça para o amor e o casamento.

Nenhum homem ou mulher completamente não doutrinados nesta verdade cardeal da espiritualidade do amor [...] pode tornar-se ou permanecer licencioso. Saber e sentir que ela em si [isto é, a espiritualidade do amor] incorpora mesmo o prazer sexu além sua mais perfeita fruição [...] excluirá a sensualidade e colocará a pureza moral em seu lugar.⁵⁶

O amor espiritual e a sensualidade eram concebidos como princípios antagônicos.

Na exata proporção em que o amor de qualquer indivíduo tende à gratificação sexual como tal, é aviltante e brutal, porque não é guiado pelo intelecto e santificado pela pureza moral [...] Enquanto o amor baseado nas mais altas faculdades mata a sensualidade como tal, e satisfaz-se com aquela intercomunicação espiritual.⁵⁷

Se o verdadeiro amor é espiritual, como Fowler reconciliava um casamento baseado no amor com a expectativa do sexo no casamento? Sua solução era pregar a dessensualização do sexo no casamento. “De fato, o amor espiritual reprime o desejo animal como tal, e contenta-se com aquela sagrada comunhão da alma”.⁵⁸ O próprio casamento, na essência, torna-se sinônimo de amor espiritual. “Esta perfeita unicidade de sentimento e confluência da alma; a completa solução de todos os sentimentos e faculdades de cada um com todos os sentimentos e faculdades do outro, e o desejo por sua auxiliadora comunhão espiritual, em si constitui o verdadeiro casamento”.⁵⁹ Neste, a expressão sexual é dessensualizada e, de fato, o lugar do sexo é enormemente restrito. O coito torna-se infrequente e confinado à função procriadora. Finalmente, Fowler encorajava uma sexualidade não ge-

nital como idealmente apropriada para o verdadeiro casamento, já que ela purgaria completamente o sexo da sensualidade. “O gozo de uma ordem superior [pode ser encontrada] ao envolver o objeto amado nos braços do carinho e ao oferecer e receber carícias e abraços de amor mútuos sem um desejo carnal sequer. A suposição de que todo prazer sensual é incorporado nesta última função é extraordinária”.⁶⁰ Dentro da moldura do verdadeiro casamento, o sexo é purificado de todos os desejos e prazeres sensuais: ele funciona como um veículo para a expressão do amor espiritual.

Henry Guernsey, médico e autor de *Plain talk on avoided subjects* (Conversa franca sobre temas evitados) afirmava em termos nada incertos que a expressão sexual deveria ser aceita como um aspecto natural do ser humano. “Os órgãos geracionais [...] são uma parte de nós [...] devemos [...] aceitar [...] nossos corpos [...] e paixões como elas são”.⁶¹ O casamento era, naturalmente, o domínio adequado do sexo. Guernsey mantinha, coerentemente, que o sexo deveria ser uma parte esperada e necessária de um casamento feliz. “Ordenamente e bem regulado, o ato sexual é necessário para os esposos”.⁶² De fato, Guernsey deixou claro que o sexo é considerado obrigatório. “Nenhuma mulher deve jamais casar sem um completo conhecimento de seus deveres para com seu marido, particularmente no tocante ao sexo, pois sem dar este privilégio a seu marido em total e livre acordo, não se pode manter uma vida matrimonial feliz”.⁶³ Ao mesmo tempo, Guernsey insistia em que a procriação fosse seu objetivo principal. “O sexo por prazer carnal é inaceitável. Toda a sexualidade reside na idéia da criação e, vindo do Senhor, será a altos e sagrados propósitos. Nunca foi destinado a mero prazer carnal”.⁶⁴ O lugar e significado do sexo no casamento são mais detalhadamente explicados quando Guernsey relaciona-o com o amor. O amor conjugal significa “uma união de mente e comunhão de almas que eleva o ser acima da sensualidade”.⁶⁵ Segue-se que em um casamento ideal ou em um baseado no amor, o sexo seria dessensualizado. Seria concebido como um ato de união espiritual. “Para garantir-se um casamento real, deve haver uma con-

junção espiritual das mentes, e a conjunção dos corpos no casamento é simplesmente a [...] manifestação de princípios espirituais".⁶⁶ A expressão sexual é afirmada, mas somente após ter sido transfigurada em um ato de união espiritual.

Em muitos textos encontramos uma versão mais fraca do tema da espiritualização do amor. O sexo é conceitualizado como uma parte do amor, mas seu lugar é altamente circunscrito. A sensualidade continua a ser proscrita. O livro de Eliza Duffey *The relations of the sexes* (As relações dos sexos) ilustra essa configuração simbólica. Duffey admitia francamente que o sexo "entra como um importante elemento no casamento, especialmente para os homens".⁶⁷ Ainda assim, Duffey endossava o típico contraste entre amor e sensualidade. "Não é possível que possa haver um amor forte o suficiente, que crie uma ligação tão forte, não maculado pela paixão, que mantenha um marido ou esposa firmes dentro de seus laços, e que deixem-lhes pouco a desejar? Eu creio nele. Eu o conheço".⁶⁸ Em um casamento ideal, a dessensualização do sexo teria poucas conseqüências. De fato, ela achava que seria um indicativo de elevação moral.

Creio que homens e mulheres podem ser felizes casados e mesmo verdadeiramente sem sequer um átomo [de sexo], e creio, além do mais, que enquanto um homem e uma mulher continuam a relação conjugal, este sentimento apaixonado deva ser destilado e desaparecer gradualmente.⁶⁹

O último julgamento de Duffey sobre o lugar do sexo no casamento reflete sua desvalorização deste papel. "Creio no casamento integral — a alma, a mente, o coração e o corpo — e faria destes últimos os elos mais fracos e menos indispensáveis".⁷⁰

O popular conselheiro médico, Henry Chavasse, lutou contra a tensão entre sexo legitimador em um casamento fundado idealmente em uma noção espiritual do amor. Ele afirmou, ao menos inicialmente, o lugar do sexo no casamento e no amor. "O amor não é amizade [...] o amor contempla

a indulgência de uma paixão que a natureza implantou em todos”.⁷¹ Chavasse não hesitou em reconhecer os prazeres advindos do sexo. “Não pode haver dúvidas de que essa gratificação é permitida ao homem como um dos poucos prazeres concedidos a ele entre tantas mágoas e cuidados”.⁷² Ainda assim, Chavasse mantinha que, fundamentalmente, “o amor é uma atração, uma afinidade mental”.⁷³ Previsivelmente, a oposição padrão entre amor e sensualidade emerge. “Mas enquanto nós assim falamos de amor puro e apaixonado, podemos referirmo-nos à paixão animal, que não é de modo algum relacionada ao amor. Podemos gratificar as paixões do corpo [...] mas isto não é amor”.⁷⁴ O amor pode ter acarretado a expressão sexual, mas ele não deveria ter nenhum traço de desejo carnal para evitar sua degradação. No limite, o sexo deveria servir como um veículo para exibir o amor espiritual. O amor deve ser apaixonado em um casamento, mas quando a “paixão é gratificação [sensual], o amor cessa em tais casos”.⁷⁵

Os autores de conselhos da era vitoriana reconheciam o sexo e os prazeres que acompanhavam-no como um aspecto legítimo do casamento. Eles simultaneamente definiam o amor como um relacionamento espiritual que é o significado essencial do casamento. Isto criou um dilema. Até onde os sentimentos sexuais facilmente evocavam desejos sensuais, a norma do sexo no casamento ameaçava minar sua base espiritual. Assim, os vitorianos reagiam exigindo a dessensualização do sexo. O amor e o erotismo eram rotulados como antíteses. O desejo sexual, é claro, não desapareceu simplesmente. Ele foi sublimado na busca de companheirismo espiritual e social entre marido e mulher. O próprio sexo foi transformado em ato espiritual.

Minha análise da cultura íntima vitoriana dependeu, até aqui, de textos médicos populares de aconselhamento. Recentemente, dúvidas foram levantadas quanto à sua confiabilidade como indicadores da cultura e comportamento convencionais.⁷⁶ Esses textos, argumenta-se, são prescritivos. Eles refletem as idéias dos reformistas. Não acho este argumento definitivamente constrangedor.⁷⁷ Para caracterizar

um discurso ou texto — não simplesmente uma expressão — como prescritivo, devemos ser capazes de descrever sem ambigüidades práticas e comportamentos reais. No caso victoriano, as vastas falhas e ausências documentais tornam essa tarefa virtualmente impossível. Contudo, a ligação entre um discurso, mesmo que prescritivo, e práticas sociais é complexa e mutável. Assim, como o domínio do sexo inclui normas, crenças, ideais e desejos, qualquer descrição provavelmente inclui elementos que derivam de discursos prescritivos. Além disso, as convenções eróticas mudam, e o fazem sob o impacto de, e às vezes — na direção desejada pelo — discurso prescritivo. Em outras palavras, os reformistas são freqüentemente bem sucedidos; o que era prescritivo torna-se descritivo.⁷⁸ Ao invés de perseguir essas considerações metodológicas, desejo mudar o foco da discussão dos textos de aconselhamento para os documentos pessoais. Obviamente, posso fazer pouco mais aqui do que aumentar a plausibilidade de minha tese. Restrinjo meus comentários a duas coleções de cartas publicadas.

3. O verdadeiro amor como união espiritual

As cartas de Byron Cadwell Smith a Katherine Stephens, redigidas entre 1874 e 1876, servirão como meu primeiro estudo de caso. Seguindo aquilo que era aparentemente o hábito entre a classe média, Byron tomou a iniciativa de pressionar Katherine. Ele repetidamente insistia para que ela admitisse seu amor. “Oh, escreva, escreva, eu estou morrendo por ver no papel as palavras — eu te amo”.⁷⁹ Para provocar essa declaração, Byron assegura Katherine do quanto ela significa para ele. “Para mim a vida tem uma única solução — deve ser preenchida com Katerine”.⁸⁰ Byron fala de seu amor por Katerine como “uma grande paixão que me preenche”.⁸¹ Ainda assim, Byron é cuidadoso ao comunicar a Katherine que sua “grande paixão” não é um amor do tipo “romântico”. Este último é descrito como transitório e superficial — “um capricho dourado, uma ilusão — sonho cheio da agitação de asas de pombas”.⁸² Byron descreve seu amor por Katherine não como romântico, mas

como “verdadeiro”. Este é um amor que é permanente, constante e elementar, um caso do coração e da alma, não do corpo e do desejo. Esperando assegurar Katherine que seu amor é verdadeiro, Byron escreve: “Amo aquele profundo e sutil [...] coração que me ama”.⁸³ Mas Katherine inicialmente ocultou seu amor, aparentemente tendo algumas reservas sobre se o amor de Byron era verdadeiro ao invés de romântico. Byron escreve-lhe sentindo-se algo magoado e indignado. “Você tinha medo quanto a minha constância! Meu Deus!”⁸⁴ Para aliviar as ansiedades de Katherine, Byron tinha que assegurá-la da constância de seu amor. Com esse objetivo, Byron enfatiza que seu amor não é incidental ou superficial, mas envolve as partes mais profundas e elementares de si. “Como poderia eu ser falso para com um sentimento que não pude sufocar em meu desespero!”⁸⁵ Tentando convencer Katherine que seu amor é sincero, ele descreve o verdadeiro amor como espiritual. “Ele [o verdadeiro amor] significa amar com toda a alma aquilo que é puro, alto, eterno”.⁸⁶ Byron repetidamente caracteriza seu amor por Katherine em termos espirituais. “Sentir aquele desejo suave e dominador no qual todas as coisas combinadas são altas, ardentes e puras”.⁸⁷ Em uma carta escrita perto do fim de sua corte, ele reitera essa noção espiritual de amor. “Um coração brando e verdadeiro que ama sem egoísmos, e busca entender um amor que não é a mera surpresa dos sentidos, mas por que eu deveria continuar a descrever aquilo que amo para ela a quem amo?”⁸⁸ Resumindo, o verdadeiro amor é essencialmente espiritual e portanto, constante e verdadeiro. E porque tal anseio espiritual parte do próprio âmago de um indivíduo e envolve todo o seu ser, ele é uma “grande paixão para toda a vida”.

Byron descreve o amor como uma experiência religiosa.

Querida, sua carta respira àquele sentimento que transforma nosso amor em verdadeira adoração. Ser constante, carinhoso, apaixonado, não é suficiente. Minha adorada, ao menos no excesso desses sentimentos, os elementos do amor sentem um novo sentido nascer, e não encontro outra palavra além de adoração.⁸⁹

Em outro momento, Byron descreve o amor entre um homem e uma mulher como o modo em que o “poder divino” é revelado. “Sinto, de certo modo, que o poder divino que sustenta e move o antigo universo [...] revela-se para mim como amor”.⁹⁰ O amor torna-se um mandato divino, um modo de ser verdadeiramente religioso. “Amá-la [...] e submergir minha vida na vida Divina através de você, parece ser o objetivo supremo de minha existência”.⁹¹ Finalmente, ao encaixar o amor em uma moldura religiosa cristã, seu significado essencial só pode ser espiritual. “O amor é um culto e nosso amor será nossa religião [...] Um ao outro revelaremos somente os atributos divinos do carinho e da paciência”.⁹²

O esforço para reconciliar o dever moral cristão de amar a Deus, com o amor conjugal detém uma posição proeminente na extensa correspondência entre o ministro abolicionista Theodore Weld e Angelina Grimke, abolicionista e feminista. Ao contrário de Byron Smith, para quem o próprio amor conjugal torna-se uma forma de adoração religiosa, Angelina e Theodore estavam mais preocupados se tal amor era um tipo de heresia ou significava uma fé debilitada. Angelina, particularmente, temia que o amor conjugal fosse um tipo de idolatria. “Estarei colocando *a ti* no lugar de *Jesus*? Estarei alarmada e confundida por meus sentimentos [...] Sinto às vezes como se não pudesse viver sem ti. [...] Estarei pecando ou Nosso Senhor aprova tal coisa?”. Na próxima frase, Angelina apaziguava sua própria ansiedade: “Creio que é tudo obra Dele, mas ainda assim temo dizê-lo”.⁹³ Na verdade, em uma carta anterior ela já interpretara seu amor por Theodore como um ato divinamente motivado e sancionado: “A partir do momento em que você convenceu-se de que o amo, tornamo-nos um — Nosso Senhor juntou-nos, deu-nos um ao outro [...] Sinto que somos duas metades iguais de nosso todo perfeito, e que Nosso Senhor no céu sorri sobre a sagrada união”.⁹⁴ Ainda assim, parece que Angelina quer ser tranquilizada por Theodore. Ele mesmo parece nunca ter duvidado que o amor conjugal era obra divina e um dever cristão. “Quantas vezes senti meu coração

[...] buscando-a em agonia e *unindo-se* a você, sentindo que não estamos *mais* à parte, mas somos uma *única* carne. Você pergunta, não é idolatria? Respondo que nunca tive uma consciência mais doce da aprovação divina”.⁹⁵ De fato, Theodore interpretou seu amor por Angelina como aproximando-o mais de Deus. “Amo *menos* o meu Abençoado Salvador porque amo a *você* como amo? Meu coração é testemunha que meu amor por você levou-me para uma comunhão mais doce e próxima com Ele que nos ama e morreu por nós”.⁹⁶ Para ambos Theodore e Angelina, uma vida cristã completa não está, de forma alguma, oposta ao amor conjugal. Mas precisamos perguntar, que tipo de amor é este que carrega a aprovação divina?

Angelina descreve seu amor como um caso do coração e da alma. “Sim, meu coração continuamente une-se a você, a parte mais profunda de minha natureza é movida a encontrar as agonias de sua alma que me busca”.⁹⁷ Theodore fala no mesmo idioma. “Quantas vezes senti meu coração [...] buscando-a em agonia e *unindo-se* a você, sentindo que não estamos *mais* à parte mas somos uma *única* carne”.⁹⁸ O amor não vem dos desejos do corpo mas dos anseios espirituais do coração. O amor é experienciado como uma afinidade espiritual poderosa e dominadora, um entrelaçar-se de almas que transforma dois indivíduos em um único em seus espíritos.

Uma interessante troca de cartas entre Angelina e Theodore, na qual eles intrigavam-se quanto à dinâmica do amor heterossexual, revela muito sobre o que o amor significava para eles. Angelina imaginava por que ela não estava satisfeita com o amor pelas mulheres em sua vida: “Por que o amor de minha querida irmã não [...] satisfaz. [...] Por que sinto no mais fundo de minha alma que você, só você, pode preencher o profundo vazio que há lá?”⁹⁹ Ansiosa por não deixar que essa afirmação sugerisse a Theodore uma base física e sensual do amor, Angelina imediatamente observa: “Creio poder dizer que com você é o espírito [...] um espírito desencarnado, sem nenhuma das associações [...] da natureza física que me recobre com um poder domina-

dor".¹⁰⁰ Quaisquer que fossem as razões para o amor heterossexual, Angelina não duvida que é essencialmente um amor espiritual e não físico ou sensual. Em uma resposta elaborada a Angelina, Theodore confirma que, de fato, somente o amor heterossexual é totalmente satisfatório. Isto não ocorre, contudo, devido a qualquer atração física ou complementariedade entre os sexos, mas provém de uma afinidade espiritual profunda e misteriosa. São as afinidades mentais, morais e sociais entre os dois gêneros que resultam na origem e dinâmica do amor heterossexual. Theodore presume que os dois sexos representam dois tipos humanos diferentes, ainda que complementares, cujas diferenças físicas são indicadoras de diferenças mentais, morais e sociais. É nessas complementariedades que reside a base do amor. De fato, na passagem citada abaixo, Theodore declara que a atração e a complementariedade física entre os sexos não somente é irrelevante para o amor mas também é sua antítese.

Para a mente no exercício desse amor [conjugal] as diferenças [físicas] de sexo não são uma questão de consciência [...] não somente a excitação original não é para ela nada além de um intruso indesejado, do qual a mente instintiva e instantaneamente livra-se, por senti-la como uma força perturbadora, um isolante interceptando o progresso da alma em direção ao espírito que a atrai e um véu sobre sua visão do ente amado. Este amor é produzido pela percepção e apreensão de qualidades morais, intelectuais, espirituais, sociais, etc... combinadas.¹⁰¹

Note-se que a mera consciência de um aspecto físico para o amor é considerada uma "força perturbadora" que diminui, e até obstrui o caminho do verdadeiro amor. Resumindo suas visões, Theodore coloca a origem do amor heterossexual no desejo espiritual por complementariedade e totalidade. "Suponho que pessoas do *mesmo* sexo não possam ser atraídas tão intensamente uma pela outra [...] pois sendo do *mesmo* sexo, seu amor não é auxiliado pelas [...] afinidades unidas e simultâneas de *todas* as susceptibilidades da natureza composta agindo juntas".¹⁰² Somente no sexo oposto, diz Theodore, cada um de nós encontra aque-

les elementos espirituais que tornam-nos completos e realizados. Gravitamos como se fossemos compelidos por uma força inconsciente, “em direção à parte ausente de [...] [nossa] própria identidade”.¹⁰³

O verdadeiro amor é então descrito como espiritual. Para citar Angelina: “O verdadeiro amor [...] é a busca, pelo espírito, por comunhão espiritual [...] a união do *coração, da mente e da alma*”.¹⁰⁴ Porque o verdadeiro amor é descrito como uma busca pela união espiritual, os amantes devem conhecer-se uns aos outros de um modo completo e profundo para julgarem a afinidade espiritual. O verdadeiro amor nunca deve ser baseado em uma atração meramente incidental ou em um conhecimento superficial. Ao invés disso, somente com base em um completo conhecimento do outro ou somente com cada um revelando todos os detalhes importantes sobre si, o verdadeiro amor é possível. O amor pode ser espiritual, mas deve-se entrar nele de uma forma razoável, deliberada e considerada. Da mesma forma, a mútua revelação torna-se uma norma do amor vitoriano de classe média.

Uma vez que ambos, Angelina e Theodore, confessaram seu amor mútuo, cada um deles prossegue, página após página de detalhes, a contar tudo sobre si mesmos. Theodore, em particular, insiste em que Angelina deva conhecer todos os seus defeitos de caráter ou hábitos estranhos para que o amor que ela lhe devota não seja baseado em qualquer decepção ou idéia falsa sobre si. Tendo registrado em detalhes suas emoções, seus comportamentos, hábitos e aspirações mais básicos e íntimos, Theodore conclui:

Agora, minha amada, eu lhe disse com toda a franqueza, até onde eu as conheço, as minhas principais deficiências, tolices, fraquezas, hábitos repulsivos, ignorâncias, vergonhas e culpas [...] Eu lhe imploro que não presuma que contei-lhe todos os meus hábitos, temperamentos e práticas ruins — isto exigiria volumes. Mas meramente que não há nada em meu coração ou em minha história que eu não deseje que você conheça. Não há nada, não importa o quão vil, baixo ou terrível, que eu não

colocaria em sua posse, porque sinto que é proeminente-mente seu direito e meu privilégio contá-lo a você — sim, se todo meu coração e toda minha história fossem uma transparência, com todo o sentimento, palavra e ação, eu lhe enviaria nessa carta [...] e a seguraria ante seus olhos até você lê-la inteira [...] não casarei com você Angelina com uma cortina em torno de meu coração ou com uma atitude falsa em meu caráter.¹⁰⁵

Angelina confirma a visão de Theodore de que o amor não deve ser baseado em sentimentos românticos com suas idealizações e desejos efêmeros, mas em afinidades espirituais e compreensão mútua. “Agradeço-lhe mil vezes por contar-me suas faltas. Creio que aqueles que esperam, como nós, uma união sagrada, devem saber e *estudar* os caracteres uns dos outros [...] O amor que é cego para as faltas um do outro, deve ser transitório em sua existência e *fatal* em seus efeitos”.¹⁰⁶

Angelina e Theodore concordam que somente o verdadeiro amor deve ser a base de um casamento. O casamento baseado em um cálculo de segurança, status, propriedade ou baseado no desejo sexual são lugares comuns e como tais, considerados estados “decaídos” do casamento. De fato, como Angelina diz, o verdadeiro amor é o verdadeiro casamento. “Perante Deus, somos casados, mesmo que nunca nos vejamos face a face, a partir do momento que você foi assegurado de que eu o amo, tornamo-nos um — Nosso Senhor uniu-nos”.¹⁰⁷ A cerimônia de casamento, nessa visão, não é nada mais que o signo externo de um estado interior de amor ou união espirituais.

Dois breves estudos de caso somam pouca documentação à minha tese. Ainda assim, eles ao menos emprestam-lhe credibilidade. Os temas delineados na literatura de conselhos não podem ser desconsiderados rapidamente como um discurso prescritivo até onde eles emergem claramente em outros documentos. Nesse aspecto, volto-me brevemente a um último documento que tornou-se proeminente no debate sobre a sexualidade vitoriana: a pesquisa conduzida por Clelia Duel Mosher sobre 45 mulheres casadas.¹⁰⁸

4. A pesquisa Mosher: imagens vitorianas e pós-vitorianas da sexualidade feminina

Desde sua descoberta inicial por Carl Degler em 1973, e sua publicação em 1980, a pesquisa Mosher tornou-se um documento crucial no debate corrente sobre a sexualidade vitoriana. Historiadores revisionistas em seu esforço de alterar nossa concepção de sexualidade vitoriana foram atraídos por ela. Os editores da pesquisa afirmam que ela contradiz o estereótipo popular da mulher vitoriana escrupulosa e sem paixões. “As mulheres vitorianas entrevistadas por Mosher gostavam de sexo, afirmaram ter índices de orgasmos maiores que mulheres entrevistadas para uma pesquisa em 1972. Há pouca evidência aqui do escrúpulo vitoriano”.¹⁰⁹ Os editores concluem que este “documento pioneiro [...] ajuda a dissipar mitos persistentes sobre a sexualidade das mulheres vitorianas”.¹¹⁰ Degler encontra na pesquisa Mosher o apoio para sua afirmação de que apesar da ideologia da ausência de paixões femininas promovida pela literatura médica popular, a realidade era que as mulheres aceitavam a si mesmas como seres sexuais completos e expressivos. “Parece evidente”, diz Degler, em uma afirmação que pretende resumir seu texto,

que entre essas mulheres, as relações sexuais não eram nem rejeitadas nem eram realizadas com desgosto ou relutância. De fato, para elas a expressão sexual era um caminho para uma vida saudável e, freqüentemente, um prazer. Certamente a literatura prescritiva que denegria os sentimentos sexuais ou sua expressão entre as mulheres não pode ser lida como descritiva dos comportamentos ou atitudes dessas mulheres.¹¹¹

Peter Gay afirma que a pesquisa Mosher mostra que as mulheres vitorianas tinham prazer no sexo; que elas endossavam uma norma de prazer mútuo; que a maioria das mulheres acreditava que o sexo era uma expressão de amor e uma fonte básica do elo marital. A pesquisa Mosher, observa Gay,

sugere de modo persuasivo que muitas mulheres burguesas educadas do século XIX valorizavam — algumas até mesmo ansiavam por — um comércio sexual que trazia uma

igual medida de gratificação a ambas as partes, e não hesitavam incluí-lo na lista das qualidades essenciais para um bom casamento.¹¹²

Desejo lançar dúvidas sobre essa interpretação revisionista.¹¹³

A pesquisa Mosher nos fala primordialmente sobre as crenças e normas que essas 45 mulheres casadas de classe média ou alta tinham quanto ao sexo. Suas principais questões sobre sexo, por exemplo, “o ato sexual é ou não agradável para você?” ou “o que, para você, seria um hábito ideal?”, provocam respostas com informações sobre crenças e não práticas. Mas mesmo neste aspecto, a pesquisa revela sérias falhas. O significado de muitos dos termos-chave não é claro dada a forma que as questões são feitas. Além disso, as respostas são altamente ambíguas, pois elas tipicamente somam a não mais que uma palavra ou sentença. Por exemplo, Degler valoriza o fato de que quase todas as mulheres relatam que o ato sexual é agradável. Ele acredita que isso confirme sua conclusão de que, apesar da ideologia da falta de paixão, as mulheres vitorianas aceitavam seus sentimentos sexuais. Em nenhum lugar, contudo, a própria Dra. Mosher define o que significa “agradável” nem, na maioria dos casos, o fazem as depoentes. O sexo pode ser agradável devido a seus prazeres físicos ou sensuais, sua intimidade, como cumprimento de uma obrigação marital, como um modo de agradecer ao marido, como uma expressão amor, e assim por diante. A pesquisa simplesmente não nos permite chegar a esses significados.

De mais a mais, a questão é ainda mais complicada pelo fato de que quase todas as mulheres indicaram que elas preferiam ter menos sexo do que elas tinham. A frequência média de relações sexuais é, grosseiramente, entre uma e duas vezes por semana; a frequência preferida é uma ou duas vezes por mês. É claro, é bastante possível que as mulheres achassem o sexo agradável ainda que quisessem reduzir sua frequência. Dados os riscos de uma gravidez indesejada, doença, dor, etc., que acompanhavam o coito àque-

la época, limitar-se a atividade sexual é algo bastante razoável. Isto sugere, contudo, que apesar de que o sexo possa ter tido um aspecto agradável, ele da mesma forma carregava ressonâncias de perigo. As respostas, na pesquisa Mosher não chegam a esses níveis de significado ao redor do sexo.

A interpretação revisionista da pesquisa Mosher é definitiva de um modo mais básico. Nem Degler, nem Gay levaram em consideração o fato de que aproximadamente metade das entrevistas foram feitas antes de 1900 e o restante, após essa data. Se eles tivessem relacionado os questionários preenchidos à época da entrevista, eles teriam tido que modificar seriamente, se não rejeitar, suas conclusões originais. As mulheres entrevistadas antes de 1900 mostram atitudes ou crenças sobre sexo significativamente diferentes daquelas entrevistadas após esse ano. Consideremos as diferenças em sua resposta à questão de se o ato sexual era uma necessidade para ambos, homem e mulher. Para aquelas mulheres do primeiro grupo (entrevistadas antes de 1900) 3 das 18 respondentes (17%) cuja entrevista pode ser datada de forma definitiva, responderam com um inequívoco "sim". Seis daquelas mulheres (33%) disseram que não era uma necessidade e outras 33 por cento relataram que o ato sexual era uma necessidade somente, ou mais, para o homem. Das 20 mulheres entrevistadas após 1900 cujas datas das entrevistas pude estabelecer, 12 delas (60%) afirmaram que as relações sexuais eram uma necessidade para ambos, homem e mulher. Só uma mulher indicou que o sexo era uma necessidade somente para o homem. Ainda mais revelador das diferenças entre esses dois grupos de mulheres é o modo como elas relacionaram sexo à reprodução e a um significado espiritual. Das 17 entrevistas conduzidas antes de 1900 para as quais estabeleci uma data definitiva da entrevista e obtive informação relevante, 10 respondentes (59%) afirmaram que a reprodução é o objetivo principal do ato sexual. O número comparável para o segundo grupo é 2 (12%). Além disso, considerando as mulheres do primeiro grupo, somente 4 (23%) indicaram justificativas espirituais para o sexo (por exemplo, afeição, amor, ou união mental). Quan-

to às mulheres do segundo grupo, 12, ou 70 por cento delas identificaram o sexo como tendo um significado e uma justificativa espirituais.

Estes números sugerem uma conclusão diferente daquela dos revisionistas. As mulheres entrevistadas antes de 1900 relataram esmagadoramente que o sexo não é integral e é menos necessário para as mulheres que para os homens. O sexo foi ligado à procriação como sua função primordial. O ato sexual era só fraco ou periféricamente associado com qualquer significado espiritual. As mulheres do segundo grupo, também esmagadoramente, afirmaram a necessidade do sexo para ambos, homem e mulher. Elas definiram o sexo relacionando-o a considerações espirituais, especialmente como uma expressão ou sinal de amor. A procriação torna-se uma razão marginal e realmente insignificante para o ato sexual. A ligação de sexo e amor parece decididamente ser um desenvolvimento do século XX.

A pesquisa Mosher aponta para uma diferença geracional entre as mulheres entrevistadas antes e depois de 1900. De fato, há alguma evidência para apoiar esta afirmação. Aquelas mulheres entrevistadas antes de 1900 nasceram, em média, em 1859, enquanto a data média do nascimento das mulheres entrevistadas no século XX, foi 1870. Estas últimas atingiram a maturidade em uma conjuntura histórica de significativas mudanças sociais. Essas mulheres, muitas das quais foram entrevistadas até em 1917, foram expostas a discursos e representações sexuais, bem como a uma economia orientada para o consumo, que aponta para além de uma cultura sexual vitoriana. Em uma palavra, a pesquisa Mosher documenta uma mudança geracional para uma cultura pós-vitoriana que reconfigurou a relação entre sexo, amor e casamento.

5. Conclusão

O estereótipo do vitoriano reprimido foi desafiado pelo recente aparecimento de vários esforços de reinterpretação histórica. Sem dúvidas, essas reavaliações dos costumes se-

xuais vitorianos, especialmente considerando-se seu caráter decididamente positivo, são ao menos em parte uma resposta aos excessos notados e conseqüências malfadadas (por exemplo, herpes, AIDS, altos índices de divórcio, ilegitimidade e gravidez juvenil) dos movimentos de liberação sexual dos anos 1960. Esses relatos revisionistas da vida íntima vitoriana revelam uma tendência em direção à idealização daquela era que fornece um ponto-base crítico com relação a convenções sexuais contemporâneas. De fato, esta literatura revela um tipo de nostalgia por um tempo em que o desejo sexual estava mais firmemente preso a uma moldura moral e social, envolvendo compromissos extensos e regras e rituais de corte e romance elaborados. A cultura sexual vitoriana pode servir como um ideal moral, contudo, somente se descobirmos que a expressão sexual teve um lugar significativo naquela cultura. Detratores de convenções sexuais correntes podem inquietar-se pela relevância da sensualidade em nossos negócios íntimos mas há pouca simpatia hoje por deserotizar-se o amor.

Se esta conjectura estiver de qualquer modo correta, ela ajuda a explicar uma das principais falhas de parte do trabalho revisionista, a saber, sua tendência a analisar a cultura sexual vitoriana em termos de debates ideológicos atuais sobre o equilíbrio adequado entre vida pessoal e pública da expressão sexual. Por exemplo, o trabalho de Degler exhibe um esforço unilateral por encontrar-se na cultura vitoriana uma afirmação da expressão sexual. Assim, sua polêmica contra o estereótipo das mulheres vitorianas como dessexualizadas não vai além de encontrar evidência textual que reconhece os sentimentos sexuais femininos. Os limites dessa abordagem são que a questão da presença ou ausência de desejo sexual ou a legitimidade da expressão sexual é unidimensional. Ela desvia de questões concernentes ao significado do desejo sexual feminino ou as normas que guiam a expressão sexual ou a gama de práticas em cujos termos o erotismo podia ser publicamente exposto. De fato, vimos que a questão crucial nesse debate não era a presença ou ausência de sentimentos sexuais femininos, mas sua diferen-

ça da sexualidade masculina. Dado o fato de que a sexualidade era codificada por gênero, uma questão-chave era como as mulheres podiam ser sexualmente expressivas e ainda acomodarem-se em um ideal de virtude espiritual e moral feminina.

Um de meus objetivos principais foi tentar levar a discussão da sexualidade vitoriana para além do debate sobre se eles eram sexualmente reprimidos ou não. Os revisionistas estão certamente corretos em afirmar que os vitorianos não negavam a centralidade do sexo em suas vidas. Eles não envolviam o sexo em um véu de silêncio. Eles também não desejavam reprimir todos os desejos sexuais. Ao invés, como Michel Foucault afirmou, eles consistentemente, talvez obsessivamente, reconheciam sua presença e poder. Foi precisamente porque o sexo foi elevado a uma força de tamanhas conseqüências que eles sentiam-se compelidos a detalhar seu uso adequado e a descrever os males que acompanhavam seu abuso. Os vitorianos buscavam discernir as leis naturais do sexo para explorarem seus poderes para promover o progresso individual e social.

Para beneficiar a humanidade, fronteiras morais claras tiveram que ser erguidas ao redor do instinto sexual. Em particular, os vitorianos esperavam subordinar a força benevolente do sexo sem ativar a sensualidade com sua lógica de excesso e ruína. Sua estratégia envolvia a compartimentalização do sexo ou seu isolamento de outras esferas da vida. O sexo devia ser restrito ao casamento heterossexual e, dentro desse domínio, era centrado no coito. Já que o ato sexual dentro do casamento não oferecia nenhuma proteção contra a sensualidade, uma ética de auto-controle ordenando aos indivíduos que extinguissem todos os pensamentos e desejos carnis tornou-se necessária. No limite, o desejo sexual tinha que ser transfigurado em um ideal de amor espiritual para torná-lo uma força benevolente. Propor fazer do amor a base do casamento, pode ter permitido que os vitorianos controlassem o desejo sexual, mas também exigiu a deserotização do sexo. Esse imperativo, contudo, conflituou

com a legitimação do prazer como uma condição de realizar-se os benefícios higiênicos e morais do sexo. Esse conflito intensificou-se até o ponto em que os vitorianos interpretaram a espiritualização do amor como um mandato para elevar-se o casamento, dessexualizando-o. Isto contradizia sua firme crença na onipresença e na força benéfica do instinto sexual.

Concluo com uma nota metodológica. O estudo de Carroll Smith-Rosemberg sobre a intimidade entre mulheres foi desbravador não somente porque desencavou um segmento da experiência das mulheres negligenciado pelos historiadores, mas, igualmente, porque serviu como uma poderosa crítica ao “presentismo”. As categorias de heterossexualidade e homossexualidade, como as entendemos hoje, não eram adequadas para descrever a experiência dessas mulheres.¹¹⁴ Smith-Rosemberg teve que depender da linguagem que elas usavam para caracterizar sua própria experiência. Estudos sobre a cultura íntima devem ter o estudo de Smith-Rosemberg, ao menos nesse aspecto, como um modelo. Nossa pesquisa deveria, creio, começar com questões sobre as crenças e normas, expectativas e ansiedades, que a população sob estudo atribui ao sexo, tornando-o um fenômeno denso e complicado.

Eu recomendaria que estudos descritivos meticulosos sobre diferentes literaturas ou discursos que articulam “o sexual” fossem uma prioridade. Ainda que possamos desejar relacionar discursos ou representações sexuais ao comportamento, precisamos proceder cuidadosamente aqui. Isto é especialmente verdadeiro quando a evidência sobre comportamentos é escassa e altamente ambígua. O uso de documentos pessoais para obter-se uma visão diferente das convenções sexuais vitorianas é importante mas dificilmente nos permite chegar à “forma como realmente era” ou a um domínio puro do comportamento. Usar-se cartas, diários ou autobiografias levanta seus próprios problemas relacionados com o status normativo ou descritivo de suas afirmações. Além disso, o comportamento sexual não se refere simples-

mente a atos discretos mas inclui uma densa rede de crenças, normas, ideais, sentimentos, prazeres, perigos, proibições e fantasias. Para obtermos acesso a estas camadas de significado que não são, afinal, significados pessoais mas comuns ou sociais, os documentos públicos podem ser mais frutificantes já que articulam significados que são tipicamente obscuros ou inconscientes em um nível pessoal. O ponto a que quero chegar é que enquanto é importante relacionar-se idéias sobre sexo a práticas, não devemos permitir que uma atração pelo comportamento obstrua a necessidade de cuidadosas análises descritivas dos significados sexuais. Uma das principais tarefas deve ser mapear o terreno cultural da vida vitoriana através de estudos descritivos dos diversos, e freqüentemente conflituosos, discursos e representações dos significados sexuais.

NOTAS

(*) Texto originalmente publicado no *Journal of Social History* 24(1):47-67, Fall, 1990. Tradução de Cláudio DeNipoti.

1 Por exemplo: MARCUS, Steven. *The other victorians*. New York: 1964; e COMINOS, Peter. Late victorian sexual respectability and social system. *International review of social history* 8 (1963).

2 DEGLER, Carl. *At Odds*. New York: 1984; e *What ought to be and what was: women's sexuality in the nineteenth century*. *American historical review* 79 (dec. 1974); GAY, Peter. *The bourgeois experience*, Vol. 1, Education of the senses. New York: 1984. ROTHMAN, Ellen. *Hands and hearts*. Cambridge: 1986.

3 SMITH-ROSEMBERG, Carrol. *Disordely conduct*. New York: 1985.

4 ACTON, Willian. *The function and disorders of the reproductive organs*. Philadelphia: 1865, p. 119, 3.ª ed.

5 ACTON, p. 133.

6 FOWLER, Orson. *Love and parentage*. New York: 1850, p. 88.

7 LEWIS, Dio. *Chastity or, our secret sins*. New York: 1974 (1874), p. 117.

8 ASHTON, James. *The book of nature*, New York: 1970, p. 35.

9 HOLLICK, Frederick. *The marriage guide on natural history of generations*. New York: 1974 (1885), p. 356.

10 HOLLICK, p. 362.

11 BLACKWELL, Elizabeth. *The human element in sex being; a medical inquiry into he relation of sexual physiology to christian morality*. London: 1894, p. 49, 2.ª ed.

12 DUFFEY, Eliza. *The relations of the sexes*. New York: 1876, p. 49.

13 DUFFEY, p. 219.

14 Cf. COTT, Nancy. *The bonds of womanhood*. New Haven: 1977; e ————. *Passionless: an interpretation of victorian sexual ideology, 1970-1850*. *Sions* 4 (1979). Ver também: SMITH, Daniel Scott. *Family limitations, sexual control and domestic feminism in victorian america*. In: HARTMAN, Mary e BANNER, Lois, orgs. *Clio's conscientiousness raised*. New York: 1974.

15 STEARNS, Carol e STEARNS, Peter. *Victorian sexuality: can historians do it better?* *Journal of social history* 18 (Summer 1985).

16 GAY, *The bourgeois experience... Vol. 1* e ————. *The bourgeois experience*. Vol 2. *The tender passion*. New York: 1986.

17 HOLLICK, p. 356.

18 BLACKWELL, Elizabeth. *Counsel to parents*. London: 1913, p. 1, 8.ª ed.

19 ASHTON, p. 35.

20 ACTON, p. 204.

21 GUERNSEY, Henry. *Plain talk on avoided subjects*. Philadelphia: 1907 (1882), p. 60.

22 FOOTE, Edward B. *Plain home talk*. New York, 1981 (1870), p. 172.

23 OWEN, Robert Dale. *Moral physiology*. New York: 1974 (1830), p. 11.

- 24 TRALL, R. T. *Sexual physiology and hygiene*. New York: 1974 (1866), p. 236.
 25 SCOTT, James Foster. *The sexual instinct*. New York: 1898, p. 138.
 26 SCOTT, p. 117.
 27 Cf; FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality; an introduction*. New York: 1978.
 28 FOWLER, p. 131.
 29 LEWLER, p. 131.
 29 LEWIS, p. 27-8.
 30 BLACKWELL, *Counsel...* p. 39.
 31 WOODWARD, Samuel Bayard. *Hints for the young in relation to the health of body and mind*. Boston: 1856 (1838), p. 7.
 32 ASHTON, p. 12.
 33 GRAHAM, Sylvester. *A lecture to young men*. New York: 1974 (1834), p. 42 3.
 34 GRAHAM, p. 48-9.
 35 GRAHAM, p. 35.
 36 GRAHAM, p. 45.
 37 GARDNER, Augustus. *Conjugal sins*. New York: 1870, p. 84.
 38 TRALL, p. 234.
 39 KELLOG, J. H. *Plain facts for old and young*. New York: 1974 (1877), p. 346.
 40 ACTON, p. 102.
 41 ACTON, p. 108.
 42 ACTON, p. 110.
 43 ACTON, p. 110.
 44 ACTON, p. 110.
 45 ACTON, p. 122.
 46 GRAHAM, p. 59.
 47 GRAHAM, p. 61.
 48 FOWLER, p. 20.
 49 FOWLER, p. 122.
 50 FOWLER, p. 137.
 51 FOWLER, p. 68.
 52 FOWLER, p. 68.
 53 FOWLER, p. 68.
 54 FOWLER, p. 75.
 55 FOWLER, p. 68.
 56 FOWLER, p. 83.
 57 FOWLER, p. 100.
 58 FOWLER, p. 132.
 59 FOWLER, p. 69.
 60 FOWLER, p. 132.
 61 GUERNSEY, *Plain talk*, p. 59.
 62 GUERNSEY, p. 93.
 63 GUERNSEY, p. 94.
 64 GUERNSEY, p. 92.
 65 GUERNSEY, p. 89.
 66 GUERNSEY, p. 91.
 67 DUFFEY, *The relations...* p. 210.
 68 DUFFEY, p. 91.
 69 DUFFEY, p. 96.
 70 DUFFEY, p. 212.
 71 CHAVASSE, Henry. *Physical life of man and woman*. Cincinnati: 1871, p. 38.
 72 CHAVASSE, p. 74.
 73 CHAVASSE, p. 38.
 74 CHAVASSE, p. 39.
 75 CHAVASSE, p. 46.
 76 Ver DEGLER, *What ought to be...*
 77 Outros historiadores expressaram reservas semelhantes. Ver STEARNS, Carol e STEARNS, Peter. *Victorian Sexuality*. FREEDMAN, Estelle. *Sexuality in the nineteenth century America: behaviour, ideology and politics*. *Reviews in American History* 10 (Dec., 1982) e ————. E D'EMILIO, John. *Intimate Matters*. New York: 1988.
 78 SMITH-ROSEMBERG, p. 302.
 79 SMITH, Byron Cadwell. *The love life of Byron Cadwell Smith*. New York: 1930, p. 4.
 80 SMITH, p. 5.
 81 SMITH, p. 4.
 82 SMITH, p. 4.
 83 SMITH, p. 5.
 84 SMITH, p. 8.
 85 SMITH, p. 8.
 86 SMITH, p. 9.
 87 SMITH, p. 49.
 88 SMITH, p. 141-142.
 89 SMITH, p. 73.
 90 SMITH, p. 73.
 91 SMITH, p. 74.
 92 SMITH, p. 74.

- 93 BARNES, Gilbert e DUMON, Dwight, orgs. *Letters of Theodore D. Weld, Angelina Grimke Weld and Sara Grimke*. New York: 1934, p. 625.
- 94 BARNES e DUMON, p. 588.
- 95 BARNES e DUMON, p. 583.
- 96 BARNES e DUMON, p. 583.
- 97 BARNES e DUMON, p. 588.
- 98 BARNES e DUMON, p. 583.
- 99 BARNES e DUMON, p. 554.
- 100 BARNES e DUMON, 554.
- 101 BARNES e DUMON, p. 582.
- 102 BARNES e DUMON, p. 582.
- 103 BARNES e DUMON, p. 583.
- 104 BARNES e DUMON, p. 588.
- 105 BARNES e DUMON, p. 598-9.
- 106 BARNES e DUMON, p. 586.
- 107 BARNES e DUMON, p. 588.
- 108 MOSHER, Clelia Duell. *The Mosher survey*. Sexual attitudes of 45 Victorian women. New York: 1980. MAHOOD, James and WENBURG, Kristine, eds.
- 109 MAHOOD, James and WENBURG, Kristine, eds. Editor's preface. *The Mosher survey*. p. 5-6.
- 110 MAHOOD and WENBURG. p. 9.
- 111 DEGLER, *At odds*, p. 263.
- 112 GAY, *The bourgeois experience*, vol. 1, p. 141.
- 113 Para uma discussão mais detalhada, ver meu texto: "Sexual attitudes of victorian and post-victorian women: another look at the Mosher survey". In: *Journal of American Studies* (Spring. 1989) e ROSEMBERG, Rosalind. *Beyond separate spheres*. New Haven: 1982.
- 114 SMITH-ROSEMBERG, Carroll. The female world of love and ritual: relations between women in nineteenth century America. In: *Disordely conduct*. Cf. FADERMAN, Lillian. *Surpassing the love of men*. New York: 1981.

SEXUALIDADE E HISTORIOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE DO SÉCULO XIX

CLAUDIO DENIPOTI

Aluno do Curso de pós-graduação em História da
Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

Este artigo busca revisar parte da historiografia contemporânea sobre a sexualidade vitoriana, analisando como os autores estudam mitos e estereótipos estabelecidos quanto à sexualidade reprimida do século XIX. As problematizações e questionamentos dos autores são discutidas face a suas questões metodológicas básicas e às fontes utilizadas.

O ser amado é desejado porque um outro ou outros mostraram ao sujeito que ele é desejável: por mais especial que seja, o desejo amoroso é descoberto por indução.¹

A sexualidade como uma ampla gama de temas e assuntos, passou a ser uma das áreas privilegiadas pela história nas últimas décadas, particularmente a partir dos anos 60. Ainda assim, a discussão que os historiadores realizam entre si e com suas fontes é bastante vasta, recebendo influências da demografia e/ou da psicologia, ciência na qual a sexualidade é objeto de estudo desde o século XIX. Destacando-se como um desdobramento da história da família, a história da sexualidade tem se alimentado de diversas abordagens que se embasam tanto na própria história da família quanto também nos resultados de outros ramos que dela se desenvolveram, como a história das emoções e sentimentos e a história do pensamento médico sobre a família.

Alguns trabalhos recentes de historiadores despertaram enorme interesse para essa área da história que está em franco desenvolvimento. Notadamente, os dois volumes de *A experiência burguesa...* de Peter Gay² são um exemplo de um

dos desdobramento assumidos por esse ramo da história, a psico-história. No *corpus* de obras que P. Gay utiliza como fontes para compreender a paixão e o amor na era do romantismo, ele navega por entre romances, diários e tratados “científicos”, buscando compor o retrato de como uma época lidou com as questões relacionadas à sua sexualidade. Nesse extenso trabalho, Peter Gay busca ver, por um lado, os “esforços para classificar os tipos de amor, descrever seus sintomas, diagnosticar sua causa, mapear seu curso e documentar seu esgotamento”,³ e por outro lado, os trabalhos dos romancistas do século XIX, cuja preocupação fundamental “sempre foi o amor”.⁴

Como Robert Darnton, nas obras em que apresenta os resultados de suas pesquisas sobre uma história da leitura,⁵ Peter Gay pode apenas inferir a reação dos leitores face a tais obras, mas ele vai buscar no próprio *corpus* da literatura, elementos que permitam-lhe afirmar, com relação à produção literária sobre o amor e suas correntes, que:

Apesar de toda a influência dessa profusão impressa, tanto erudita quanto popular, como guias do comportamento, os livros e os artigos gozavam de menos autoridade do que o próprio mundo. De maneira geral, os burgueses aprendiam sobre o amor principalmente com os pais e os irmãos, com os empregados mais próximos e com alguns amigos ou conhecidos ocasionais. A experiência, “o melhor de todos os professores”, cumpria sua tarefa pedagógica no amor com a mesma eficiência que apresentava em todos os outros campos.⁶

O autor deduz, do *corpus* de obras que analisa, os mecanismos de repressão e seus custos, principalmente psicológicos, para a burguesia, mostrando principalmente que a imagem estereotipada de abstinência e castidade vitorianas passavam mais pelo silêncio sobre a sexualidade do que pela abstinência sexual. É nesse conflito entre o silêncio e a tentativa de sua quebra que construiu-se essa sexualidade, principalmente, ao redor da idéia da paixão terna e é desse conflito que surgiram, entre outras coisas, o feminismo e a própria psicanálise.⁷

Sendo o estudo da sexualidade, portanto, uma das possibilidades inerentes a um *corpus* de obra disponíveis a um determinado grupo de leitores, a sexualidade sendo definida como a “capacidade de comportar-se sexualmente, isto é, de responder a estímulos eróticos e obter prazer de atividades sexuais”⁸ e pressupondo que “a sexualidade humana é fundamentalmente cultural, portanto variável histórica e geograficamente”,⁹ cabe ao historiador buscar essas variações em sua especificidade, tentando ver aí um dos perfis possíveis de uma sociedade no passado.

Esse trabalho, como já dissemos, percorreu um longo caminho a partir da história da família para chegar a estudos tão específicos como os de Peter Gay.¹⁰ O percurso passa pelos trabalhos de Jean Louis Flandrin, que parte de bases demográficas para discutir parentesco, domicílio, moralidade doméstica, reprodução e vida sexual, auxiliado por manuais de confissão e memórias,¹¹ para, depois, debruçar-se exclusivamente sobre questões relacionadas com a sexualidade — amor, prostituição, casamento, infância, celibato —, trabalhando os conflitos entre a Igreja Católica e os hábitos milenares, principalmente das classes baixas e dos camponeses, relacionados com a sexualidade.¹² Passa também pelos trabalhos de Edward Shorter, que partiu, da mesma forma, da demografia histórica para ligar o crescimento da ilegitimidade com uma mudança nas atitudes face ao sexo por mulheres de classe baixa, uma mudança tão grande que resulta em uma “revolução sexual”. Ligando esta mudança nas atitudes à urbanização e modernização econômica da Europa no fim do século XVIII e início do século XIX, Shorter vê o crescente êxodo das mulheres em busca de emprego nas áreas urbanas, fazendo com que elas se desligassem mais e mais das relações de parentesco e vizinhança e de valores tradicionais contrários ao sexo pré-marital. Isto acrescido da independência econômica levaria as mulheres a buscarem prazer sexual em encontros ilícitos, somando às taxas de ilegitimidade.¹³ Shorter passa, mais tarde, a estudar a evolução histórica de sintomas psíquicos no século XIX, particularmente aqueles ligados à repressão da sexualidade e ao culto do corpo.¹⁴

Esses são apenas exemplos de um grande grupo de historiadores que têm se dedicado, cada vez mais e em novos aspectos, à história da sexualidade. Naturalmente, as diferenças encontradas por estes historiadores entre seus trabalhos — e as conseqüentes críticas uns dos outros¹⁵ — fazem parte do trabalho de construção do conhecimento histórico e da “natureza peculiar da abordagem histórica” que leva-nos, junto com Theodore Zeldin, a crer que: “os historiadores, é claro, não concordam entre si”,¹⁶ mas os estudos subseqüentes fornecem elementos uns para os outros, os mais recentes constantemente se alimentando — para negar, afirmar ou citar — nos antigos, sem criar com isso camadas sobrepostas de conhecimento histórico.

É nesse sentido que Carl Degler estuda a sexualidade feminina do século XIX.¹⁷ Partindo das entrevistas realizadas pela doutora Clelia D. Mosher com suas pacientes na virada do século, Degler pode verificar a distância entre os sentimentos sexuais das mulheres e o que os médicos escreveram a este respeito. Nuançando o estereótipo de que o poder médico do século XIX funcionava somente para negar a sexualidade feminina, Degler encontra também as evidências de que os médicos — ou, ao menos, alguns deles — sabiam daqueles sentimentos e mesmo afirmavam que sua repressão causava doenças e distúrbios psíquicos.¹⁸ As conclusões do autor são no sentido de afirmar que o erro consiste em crer que os médicos, ao descreverem a sexualidade feminina — ou sua ausência — produziam uma literatura que descrevesse a ideologia sexual de então, quando na maior parte do tempo, essa literatura era “parte de um esforço por outros escritores médicos de estabelecer uma ideologia e não de delinear uma que já fosse aceita”.¹⁹ Isto é, a literatura que buscava negar a sexualidade feminina era normativa ou prescritiva em sua forma, essa literatura buscava estabelecer um novo padrão de comportamento sexual.

Degler conclui, analisando as respostas das pacientes da dra. Mosher com relação à freqüência de orgasmos e necessidade de relações sexuais, que a “literatura que denegria os sentimentos sexuais ou sua expressão entre as mulheres não

pode ser lida como descritiva do comportamento ou das atitudes dessas mulheres”,²⁰ ainda que isto não seja o mesmo que dizer que os manuais de casamento não tiveram nenhuma repercussão entre essas mulheres. Os argumentos de Degler são no sentido de afirmar que o comportamento das mulheres de classe média do século XIX só era periféricamente afetado por uma ideologia sexual gestada pelo saber vitoriano.

Este estudo dará origem e fará parte de um trabalho maior, mais dinâmico, em que Degler tentará a união da história da família com a história das mulheres, até então efetuadas de modo mais ou menos isolado. Os resultados falam sobre a história da mulher e seu papel na família e na sociedade norte-americana dos séculos XVIII ao XX, com momentos de rara percepção.²¹

Trabalhando com um universo extremamente amplo de fontes — dados demográficos, cartas e diários, relatos e debates médicos sobre sexualidade e casamento, por exemplo — Degler mostra, de forma muito peculiar, o funcionamento dos mecanismos conservadores da sociedade americana. Um exemplo é o movimento sufragista da segunda metade do século XIX. Tanto as defensoras quanto os oponentes do sufrágio feminino estavam profundamente marcados pela ideologia das diferentes esferas de ação humana, onde homem e mulher tinham papéis diversificados a representar na sociedade. Ambos também acreditavam que o voto feminino mudaria de forma radical o comportamento eleitoral — e, a sociedade americana. A luta se deu exatamente neste terreno: o voto feminino, para as defensoras do sufrágio que não abraçavam explicitamente o feminismo, seria uma forma de as mulheres participarem da legislação que acabaria com os “desvios” do universo familiar — o *salloon*, com suas bebidas e prostitutas que afastavam filhos e maridos da segurança do lar. Os oponentes ao sufrágio partiam também da base da família para negá-lo às mulheres: a ideologia das esferas diferenciadas afastava a política das mulheres pois dava-se no espaço público, predominantemente masculino. Caso as mulheres tivessem o voto, votariam em mulheres e, como

estas últimas eram majoritárias nos Estados Unidos do século XIX, o espaço da política passaria a ficar na mão de mulheres, que abandonariam seus lares e famílias. As feministas, é claro, tinham exatamente esta idéia e para tanto, defendiam o sufrágio.

Quando o voto foi sendo gradualmente concedido, estado por estado, o que se verificou foi que essencialmente nada mudou, já que os mesmos políticos continuaram a ser eleitos nos mesmos lugares onde antes somente o voto masculino os elegera. Como consequência, a organização em torno do sufrágio desmantelou-se, só conseguindo igualar-se nos anos 60 deste século, com o movimento dos direitos humanos.

Degler vê como a sexualidade é elaborada pela sociedade e suas facções para destinar papéis, delimitar espaços e restringir atuações que possam por em perigo a estrutura da família, na qual aquela sociedade crê estar embasada. As mulheres, individual ou coletivamente, participam desses processos ativamente, ainda que às vezes defendendo sua submissão.

Levado pelo desafio de descobrir até que ponto os conceitos médicos da sexualidade feminina influenciaram o comportamento individual ou políticas públicas, Peter L. Tylor aponta para o fato de que Degler negligencia “a concordância geral entre esses autores [médicos] em dois pontos. Primeiro, que as necessidades sexuais das mulheres eram menos intensas que as dos homens, e segundo, que a satisfação sexual só poderia ser permitida dentro dos limites do matrimônio e da moderação”.²² O estudo de Tylor sobre as instituições de seqüestro para deficientes mentais indica que tal concenso teve uma influência muito forte sobre milhares de meninas e mulheres se considerarmos que, segundo esses paradigmas médicos, o intenso desejo sexual feminino era considerado sintoma de doença mental, portanto passível de levar à internação daquelas mulheres que o manifestassem.

O trabalho de Peter Gay não é, *grosso modo*, muito diferente daquilo que é apontado por Tylor e Degler. Ele bebe em ambas as fontes, ao ver as nuances dos comportamentos

individuais e da elaboração de uma “ideologia” sexual. Ao estabelecer um profundo diálogo com a psicanálise — principalmente aquela que é fruto do período estudado por esses autores, a teoria freudiana — Gay amplia a compreensão daquilo que estava contido naquela literatura médica e na literatura romântica do mesmo período.²³

Alguns trabalhos mais, também contribuem para ampliarmos o conhecimento histórico sobre a era Vitoriana. Um exemplo é o de Jihang Park sobre a auto-percepção que as mulheres adquirem na Inglaterra da segunda metade do século XIX. Outro é o de Robert Ireland sobre o código de honra e a lei não-escrita que davam o direito ao marido traído de matar o amante da esposa, além da própria, nos Estados Unidos, durante todo o século XIX de início do século XX, com a anuência de juízes e juri. Estes trabalhos acrescentam mais algumas peças ao quebra-cabeças da sexualidade vitoriana.²⁴

Revisão das revisões, Steve Seidman reavalia os trabalhos, como de Carl Degler e de Peter Gay, que descrevem a sexualidade vitoriana através de uma imagem moderna do casamento como uma união consensual baseada no amor, da busca pela felicidade pessoal dentro do casamento. Utilizando basicamente algumas das mesmas fontes que Peter Gay e Carl Degler, Seidman manifesta algumas opiniões contrárias às conclusões daqueles autores e aponta algumas falhas na abordagem que eles fizeram do material à sua disposição.

Para Seidman:

a crença [vitoriana] no perigo do sexo era simplesmente o reverso da crença em seu poder [...] enquanto ao instinto sexual era atribuído um poder tão forte que ele podia trazer a ruína ao indivíduo e à civilização, ele tinha que ser controlado. O instinto sexual tinha que ser estritamente regulado e um espectro de sentimentos e atos sexuais, vigorosamente censurados e silenciados.²⁵

Assim, tentando levar o debate para além da discussão de se os vitorianos eram sexualmente reprimidos ou não, Seidman vê na proposta vitoriana de fazer do amor a base

do casamento — verificada por ambos, Degler e Gay — que, embora permitisse o controle do desejo sexual, também exigia a “deserotização” do sexo.

É estudando as entrevistas da Dra. Clelia Mosher — descobertas por Degler e utilizadas por Peter Gay — que Seidman aponta o que ele considera como um sério erro nas conclusões de ambos sobre a presença do desejo sexual nas 45 mulheres entrevistadas pela Dra. Mosher. Além da ambigüidade das respostas dadas a perguntas pouco específicas, aproximadamente metade das entrevistas foi realizada após 1900 — algumas em 1917 —, com mulheres que em seus depoimentos afirmavam majoritariamente a necessidade do sexo para ambos homens e mulheres, ao contrário das que foram entrevistadas ainda no século XIX, que afirmavam que o sexo era mais necessário aos homens do que às mulheres. O primeiro grupo considerava a procriação como função primordial do sexo, enquanto o segundo definia o sexo com relação a “considerações espirituais”, especialmente como uma expressão e sinal de amor, a procriação sendo marginal.²⁶ E Seidman concluiu que:

as mulheres do último grupo amadureceram em uma conjuntura histórica de significativa mudança social. Essas mulheres [...] foram expostas a discursos e representações sexuais, tanto quanto a uma economia orientada para o consumo, que apontava para além da cultura sexual vitoriana. Em uma palavra, a pesquisa Mosher documentou uma mudança de gerações para uma cultura pós-vitoriana que reconfigurou a relação entre sexo, amor e casamento.²⁷

Para Seidman, a união entre sexo e amor parece ser um fruto do século XX.

Deste debate emerge uma sensação geral de que o mito da sexualidade vitoriana reprimida foi criado pela “revolução sexual” do século XX, para ter um “inimigo”, um “outro” cuja negação dava sentido à liberdade de sentimentos e ações. Autores como Degler e Gay vieram provar que o mito escondia profundas diferenças entre o que se dizia, bus-

cava ou pretendia e a realidade cotidiana dos homens e mulheres.²⁸ Seidman não retorna ao mito; avança a discussão.

A sexualidade no século XIX pode ainda ter outras relações com a própria organização da sociedade que desenvolveu historicamente o conceito de respeitabilidade utilizado como freio à sexualidade e suas manifestações.²⁹ Respeitáveis eram aqueles que, além de evitarem falar sobre assuntos relacionados com sexo, utilizavam-se dessa noção de respeitabilidade para afirmarem-se enquanto classe e enquanto nação.³⁰ Neste sentido, o nacionalismo “Não só ajudava a controlar a sexualidade, a reforçar o que a sociedade considerava normal, mas também fornecia os meios através dos quais as atitudes sexuais cambiantes [da virada do século] podiam ser domadas dentro da respeitabilidade”.³¹

À medida que o século XX avança, as representações da sexualidade vão mudando, mesmo para aqueles que estavam no auge do debate sobre a sexualidade. Richard Von Krafft-Ebing, pressionado por outros teóricos do sexo, como o radical Magnus Hirschfeld, acaba por fazer concessões à sexualidade — e à homossexualidade — feminina. O próprio Hirschfeld pregava, em 1914, contra as leis prussianas que criminalizavam o homossexualismo, afirmando que o objetivo do impulso sexual era o prazer para o engrandecimento da vida.³²

Freud, por sua vez, já havia delineado boa parte da teoria da psicanálise até a Primeira Guerra Mundial, e apesar de render tributo a Kraft-Ebing e Havelock-Elis,³³ renova a abordagem “científica” dada até então por médicos, psicólogos, antropólogos e escritores em geral. Estes buscaram, por um lado, estabelecer padrões de comportamentos sexuais que condissessem com uma norma social — a qual eles também se encarregavam de definir —, e por outro lado, solucionar alguns dos problemas deixados pelo “século nervoso” com relação às manifestações e representações da sexualidade.

Ao historiador, fica a tarefa básica de tentar, como a maioria dos autores acima citados, redescobrir os “mundos perdidos” que as sociedades no passado viveram, não bus-

cando estabelecer verdades científicas como se fez outrora. Nos múltiplos níveis da realidade vivida por aquelas sociedades, o historiador pode buscar as representações criadas, em torno da sexualidade, por exemplo, e tentar “desvendar” o passado através dessas representações.

NOTAS

- 1 BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 128.
- 2 GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud; e educação dos sentidos*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; ————. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud; e paixão terna*, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 3 GAY, *A paixão terna*... p. 58.
- 4 GAY, p. 120.
- 5 DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos; e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. ————. *Boemia literária e revolução; o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. ————. *Edição e sedição; o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 6 GAY, p. 88.
- 7 Os principais pontos, para Peter Gay, dos dois primeiros volumes de *A experiência burguesa* são o “conflito disseminado entre a franqueza e a reticência na cultura de classe média; a fome pela moralização de todos os aspectos da vida, inclusive a arte; a tendência a retirar o poder de detonação dos temas eróticos explosivos, dando-lhes uma forma aceitável”. GAY, *A experiência*... p. 358; ver, também, ————. (...); a educação dos sentidos...
- 8 GOLDENSON, M.R. e ANDERSON, D.N. *Dicionário de sexo*. São Paulo: Ática, 1989. p. 245.
- 9 MOTT, Luiz. *O sexo proibido; virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papirus, 1988. p. 13.
- 10 Ver, STONE, Lawrence. Family history in the 1980's: past achievements and future trends. *Journal of interdisciplinary history* 12(1):51-87, summer, 1981.
- 11 FLANDRIN, Jean Louis. *Families in former times; kinship, household and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- 12 FLANDRIN, Jean Louis. *O sexo e o ocidente; evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 13 SHORTER, Edward. Illegitimacy, sexual revolution and social change in modern Europe. *Journal of interdisciplinary history* 2:237-272, autumn, 1971; ————. *Naissance de la famille moderne*. Paris: Seuil, 1977.
- 14 SHORTER, Edward. Paralysis: the rise and fall of a “hysterical” symptom. *Journal of social history* 19(4):549-582, summer, 1986; ————. The first great increase of anorexia nervosa. *Journal of social history* 21(1):69-96, fall, 1987.
- 15 Ver, por exemplo, FAIRCHILD, Cissie. Female sexual attitudes and the rise of illegitimacy: a case study. *Journal of interdisciplinary history* 8(4):627-667, spring, 1978; HILL, Christopher. Sex, marriage and the family in England. *Economic history review* 21(3):450-463, aug., 1978.
- 16 ZELDIN, Personal history... p. 341.
- 17 DEPLER, Carl. What ought to be and what was: women's sexuality in the nineteenth century. *American historical review* 79(5):1467-1490, dec., 1974.
- 18 DEGLER, p. 1474.
- 19 DEGLER, p. 1477.
- 20 DEGLER, p. 1488.
- 21 DEGLER, Carl. *At odds; women and the family in America from the Revolution to the present*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- 22 TYLOR, Peter L. Denied the power to choose the good; sexuality and mental defect in American medical practice. *Journal of social history* 10(4):472-489, summer, 1977.
- 23 GAY, *A experiência*...
- 24 PARK, Jihang. Women of their time; the growing recognition of the second sex in Victorian and Edwardian England. *Journal of social history* 21(1):49-68, fall, 1987; IRELAND, Robert M. The libertine must die: sexual dishonor and the unwritten law in the nineteenth century United States. *Journal of social history* 23(1):27-44, fall, 1989.
- 25 SEIDMAN, Steve. The power of desire and the danger of pleasure; Victorian sexuality reconsidered. *Journal of social history* 24(1):47-67, fall, 1990. p. 50-1.
- 26 Ao notar que muitas das entrevistadas responderam que o ato sexual é agradável, Carl Degler “acredita que isto confirma sua afirmação que apesar da ideologia da ausência de paixão feminina, as mulheres vitorianas aceitavam seus sentimentos sexuais. Em nenhum momento a própria Dr. Mosher definiu o que significa agradável, nem, na maioria dos casos, as entrevistadas o fazem. O sexo pode ser agradável devido

aos prazeres físicos ou sensuais, à sua intimidade, como uma realização da obrigação marital, como o modo de agradar o marido, como uma expressão de amor, e assim por diante. A pesquisa Mosher simplesmente não nos permite chegar a estes significados". SEIDMAN, *The power of desire...*, p. 60; Ver, também, DEGLER, *What ought to be...*;

- . *At odds...*
- 27 SEIDMAN, ... p. 61.
- 28 Foucault, cujo trabalho inspirou e informou boa parte dos autores aqui analisados, ao elaborar sua "hipótese repressiva" afirma que "Em vez da preocupação uniforme em esconder o sexo, a característica dos nossos três últimos séculos é a variedade, a larga dispersão dos aparelhos inventados para dele falar, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, registrar, transcrever e redistribuir o que se diz". FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I; a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1987, p. 35. Ver também: GAY, ... *A educação dos sentidos*, p. 360.
- 29 MOSSE, George L. Nationalism and respectability; normal and abnormal sexuality in the nineteenth century. *Journal of contemporary history* 17(2):221-246. apr., 1982. (Sexuality in history).
- 30 HULL, Isabel V. The bourgeoisie and its discontents; reflections on nationalism and respectability. *Journal of contemporary history* 17(2):247-268. apr., 1982. (Sexuality in history).
- 31 MOSSE, Nationalism... p. 222.
- 32 FULL, The bourgeoisie...
- 33 BÉJIN, Andre. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: ——— e ARIÈS, Philippe, orgs. *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- BÉJIN, Andre e ARIÈS, Philippe, orgs. *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos; e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- . *Boemia literária e revolução; o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *Edição e sedição; o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DEGLER, Carl: *What ought to be and what was: women's sexuality in the nineteenth century*. *American historical review* 79(5):1467-1490. dec., 1974.
- . *At odds; women and the family in America from the Revolution to the present*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- FAIRCHILD, Cissie. Female sexual attitudes and the rise of illegitimacy: a case study. *Journal of interdisciplinary history* 8(4):627-667. spring, 1978.
- FLANDRIN, Jean Louis. *Families in former times; kinship, household and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- . *O sexo e o ocidente; evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I; a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud; a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- . *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud; a paixão terna*. V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . **Mitos, emblemas e sinais; morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOLDENSON, M.R. e ANDERSON, D.N. **Dicionário de sexo.** São Paulo: Ática, 1989.
- HILL, Chistopher. Sex, marriage and the family in England. **Economic history review** 31(3):450-463. aug., 1978.
- HULL, Isabel V. The bourgeoisie and its discontents; reflections on nationalism and respectability. **Journal of contemporary history** 17(2):247-268, apr., 1982. Sexuality in history.
- IRELAND, Robert M. The libertine must die; sexual dishonor and the unwritten law in the nineteenth century United States. **Journal of social history** 23(1):27-44. fall, 1989.
- MOSSE, George L. Nationalism and respectability; normal and abnormal sexuality in the nineteenth century. **Journal of contemporary history** 17(2):221-246. apr., 1982. Sexuality in history.
- MOTT, Luiz. **O sexo proibido; virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição.** Campinas: Papyrus, 1988.
- PARK, Jihang. Women of their time; the growing recognition of the second sex in Victorian and Edwardian England. **Journal of social history** 21(1):49-68. fall, 1987.
- SEIDMAN, Steve. The power of desire and the danger of pleasure; victorian sexuality reconsidered. **Journal of social history** 24(1):47-67, fall, 1980.
- SHORTER, Edward. Illegitimacy, sexual revolution and social change in modern Europe. **Journal of interdisciplinary history** 2:237-272, autumn, 1971.
- . **Naissance de la famille moderne.** Paris: Seuil, 1977.
- . Paralysis: the rise and fall of a "hysterical" symptom. **Journal of social history** 19(4):549-582. summer, 1986.
- . The first great increase of anorexia nervosa. **Journal of social history** 21(1):69-96. fall, 1987.
- STONE, Lawrence. Family history in the 1980's: past achievements and future trends. **Journal of interdisciplinary history** 12(1):51-87. summer, 1981.
- TYLOR, Peter L. Denied the power to choose the good; sexuality and mental defect in American medical practice. **Journal of social history** 10(4):472-489, summer, 1977.
- ZELDIN, Theodore. Personal history and the history of emotions. **Journal of social history** 15(3):339-347. spring, 1982. Special issue on the history of love.

HISTÓRIA E LITERATURA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

A RETIRADA DA LAGUNA: NACIONALISMO, MODERNIDADE E MEMÓRIA

ANAMARIA FILIZOLA

Professora do Departamento de Lingüística da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

Este ensaio enfoca a obra *A Retirada da Laguna*, do Visconde de Taunay, como uma memória de luta, em contraste com a **Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1940**, de Gonçalves de Magalhães, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Nessas memórias que abrangem três períodos diferentes da história do Brasil, interessou como foram tratadas as questões da modernidade e da nação/nacionalidade, imaginadas e/ou reais.

O movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começava a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influenciando na literatura, deviam pôr termo ao domínio exclusivo do Romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte anos depois de verificada sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil [...]; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado [...]; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas conseqüências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais. Certos efeitos inesperados da guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, ape-

nas acabada, surgiu entre a tropa demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da monarquia, não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional. Também a revolução espanhola de 1868 e conseqüente advento da república em França, em 1870, fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a idéia republicana, que desde justamente este ano de 70 se consubstanciara num partido com órgão na imprensa da capital do Império. [...] Atuando simultaneamente sobre o nosso entendimento e a nossa consciência, pela comoção causada nos espíritos aptos para lhes sofrer o abalo, estes diferentes sucessos produziram um salutar alvoroço, do qual evidentemente se ressentiu o nosso pensamento e a nossa expressão literária. As idéias, nem sempre coerentes, às vezes mesmo descontraídas daquele movimento, fadoras também nos acontecimentos sociais e políticos apontados, chamamos aqui de modernas; expressamente de 'pensamento moderno'. [...] Na ordem mental, e particularmente literária, os seus efeitos se fizeram sentir numa maior liberdade espiritual e num mais vivo espírito crítico. (José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*).

1. Considerações introdutórias

Talvez para sempre, pode parecer imodéstia de minha parte, mas não sei, nutro a ambição de que não de chegar à posteridade duas obras minhas *A Retirada da Laguna* e *Inocência*... [...] A este respeito, tomei um dia a liberdade de dizer ao Imperador — isto na festa do Instituto Histórico oferecida aos oficiais do encouraçado chileno Cochrane, em fins de outubro de 1889 — mostrando-lhe aqueles dois livros bem encadernados, que ia oferecer ao Comandante Constantino Bannem: “Eis as duas asas que me levarão à imortalidade”. Sorriu-se Sua Majestade e observou: “Uma é mais comprida que a outra”. “Assim não chegarei, repliquei, porque com essa diferença o vôo é impossível. Antes asas curtas e iguais”. (Visconde de Taunay, *Memórias*).

O texto de José Veríssimo norteia este trabalho; sua postura de crítico — aberta e profícua — aponta para alguns pontos interessantes: o vínculo entre as mudanças das mentalidades e as circunstâncias político-sociais; a denominação

de *modernas* às idéias novas que aparecem no final do século XIX; e o justo destaque da guerra do Paraguai no cenário brasileiro de então. Pois como coloca Ricardo Salles,

O final da guerra do Paraguai coincide com o começo dos anos 70, a partir dos quais se inicia todo um processo de transformações econômicas, sociais e políticas que vão culminar com a queda do Império. Entretanto, em determinado sentido, a guerra do Paraguai é justamente o último grande acontecimento do período anterior, de apogeu do Império.²

Daí a escolha da *Retirada da Laguna*, do Visconde de Taunay, livro sempre citado mas pouco estudado, que juntamente com a *Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, por Gonçalves de Magalhães, e com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, forma um trio de relatos/memórias de lutas bastante peculiar. Além do fato de seus autores freqüentarem as páginas das histórias da literatura brasileira, os fatos que narram tão talentosamente ocorrem em três momentos distintos e marcantes da história do país: a Balaiada, que ocorre no Maranhão entre 1838-41, tem seu final coincidindo com a Maioridade, ou seja, final da Regência, começo do Segundo Reinado; a retirada da Laguna (1867), episódio da guerra do Paraguai (1865-70), marca o auge do reinado de Pedro II; e o episódio de Canudos (1896-97) situa-se nos primórdios da República. As diferenças das narrativas, no entanto, revelam mudanças substanciais na maneira de pensar e perceber a nação.

As lutas, internas ou externas, sempre traumáticas, são deflagradoras de mudanças (além de às vezes serem causadas por mudanças) nas mais diferentes esferas. A maneira como as versões oficiais “se apropriam” desse binômio luta/mudança nem sempre corresponde à realidade dos fatos, como é sabido. A análise de relatos de luta permite entrever não só os traumas, mas as diferentes manipulações dos acontecimentos e seus desdobramentos (o relato da luta nos *Sertões*, por Euclides da Cunha, é sem dúvida o mais famoso e bem acabado exemplo).

Em se tratando do Brasil oitocentista, as inúmeras lutas acontecidas a partir da Independência colocam em foco a questão da nação/nacionalidade, deixando mais para o fundo da cena a questão da modernidade, embora ela esteja presente nos diferentes projetos ideológicos do Estado desde a Regência (na verdade, a vinda da Família Real em 1808 pode ser considerada o início desse processo modernizador), acentuando-se no Segundo Reinado e se constitui no projeto da República.

Na literatura, como é sabido, o projeto nacionalista de “primeira hora” é o da busca da identidade nacional; também nesse sentido o Romantismo é uma renovação, uma vez que coincide com a Independência. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX o projeto nacionalista “se moderniza”.

Alguns dos principais historiadores/críticos da literatura brasileira³ ao estudarem a obra do Visconde de Taunay são unânimes ao apontar *A retirada da Laguna* e *Inocência* como sua melhor produção, para em seguida deterem-se no estudo do último enquanto obra de ficção, dedicando ao primeiro alguns comentários sobre o estilo.

Todavia, *A retirada da Laguna* oferece material iluminador de vários conceitos, como nacionalismo (a nação como *comunidade imaginada*) e modernidade (a consciência do “vazio civilizatório” num país em que o Estado-Nação é o lugar privilegiado das representações e cujos projetos de modernização quase sempre se fazem com a “exclusão das almas”) possibilitando repensar a obra mesma de Taunay e a literatura do fim do século que concentra tantas novidades e mudanças das mais diversas ordens.

O relato de Taunay não tem a contundência de idéias de Euclides da Cunha (nem é escrito com o mesmo objetivo), mas também já não apresenta a visão unilateral dos “vencedores” do texto de Gonçalves de Magalhães.⁴

A leitura d'*A Retirada* não pretende confrontar as versões oficiais a respeito da guerra do Paraguai, nem tampou-

co checar o que o Visconde de Taunay escreveu tentando estabelecer algum parâmetro de verdade “histórica” (seria muita ingenuidade considerá-lo um revisionista *avant la lettre*). Procuo ver como Taunay narra a nação naquele momento: imaginada e/ou real. Sempre estudado como ficcionista, me parece fecundo estudar a escritura não ficcional desse episódio que marca tão fortemente as idéias no fim de século brasileiro (inclusive a literatura). Em virtude disso, a leitura d’A *Retirada* começa balizada por sinais deixados pela crítica literária interessada no autor de *Inocência*.

2. Nacionalismo & modernidade

Dentro de um espírito antropológico, proponho então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão [...]. De fato, todas as comunidades maiores de que as primitivas aldeias de contato face à face (e, talvez mesmo estas) são imaginadas. As comunidades não devem ser distinguidas pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. (Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*).

A questão da literatura nacional está presente em todos os textos sobre Taunay (e vice-versa, pode-se afirmar). Sílvio Romero, por exemplo, vai ressaltar o que ele chama de “uma espécie de contradição que parece intrínseca e fundamental, entre o romancista e o político: aquele um dos mais *brasileiristas* havidos; este um dos mais *estrangeiristas* apreciados em plagas nacionais”.⁵

A seguir, Romero frisa a origem francesa de Taunay, acentuando o fato de o pai ter sido pintor “fanático pela natureza brasileira”, o que lhe teria marcado a infância, para em seguida falar da juventude marcada pela guerra do Paraguai, quando, aos 22 anos, participou da Expedição do Mato

Grosso. A esse fato, ou seja, à essa experiência “deveu ele esse aferrado brasileirismo que traduz através de toda a sua obra e faz deste filho de franceses um dos nacionalistas mais extremados de nossa literatura”.⁶

Embora com o senso de observação da natureza brasileira incentivado pelo pai e o nacionalismo posto à prova, Taunay é criticado por Romero por ser um “autor de pouca imaginação”, que “não progrediu, sendo as suas melhores obras as mais antigas, bastando lembrar entre elas *A retirada* e *Inocência*”.⁷

José Veríssimo, na *História da literatura brasileira* ao estudar Taunay, o faz depois de tecer considerações sobre o desgaste do Romantismo no que tangia aos seus traços distintivos (“a intenção nacionalista, realizada no poema ou no romance, já indianista, já do pitoresco patricio da paisagem ou da vida, e a sentimentalidade idealista”), de referir-se ao artigo de Machado de Assis, “Instinto de Nacionalidade” (de 1873), e de mostrar que a guerra do Paraguai teria modificado, tornado maduro, o sentimento nacionalista.⁸

Com relação à obra de Taunay, Veríssimo não é menos rigoroso que Romero: “A sua obra, considerada pela cópia e ainda pela qualidade, faltou coesão e intensidade que lhe dessem mais solidez e distinção. [...] Dois livros destacam-se de toda ela, que lhe asseguraram em vida nomeada de bons quilates e lhe dão um lugar na nossa literatura: [...] *A Retirada da Laguna* e o romance de costumes sertanejos *Inocência* [...]”.⁹ Observa ainda Veríssimo que havia em *Inocência* feitiço diferente e o mérito da novidade. A falta de imaginação apontada por Romero é vista como qualidade por Veríssimo, rendendo o “primeiro romance realista” por não idealizar a natureza, usos e costumes.

As inúmeras qualidades que aponta em *Inocência* não se repetiriam na obra do romancista, só sendo “digno par desta *A Retirada da Laguna*” por sua sóbria elegância e o intenso vigor descritivo.

É interessante notar como ambos os críticos relacionam a questão do nacionalismo à guerra do Paraguai, embora com

intenções e resultados um tanto diferentes; Romero chama atenção para “determinantes” do homem/estilo (a “herança paterna” e a experiência da guerra); Veríssimo adianta-se ao mostrar que o contexto tomava contornos novos; depois da guerra do Paraguai não é mais possível à literatura continuar como tinha sido da Independência até então. Há um sentimento novo com *fronteiras alargadas, estendidas*. Essas mudanças, cujas origens Veríssimo aponta no texto em epígrafe (algumas de ordem nacional, outras internacionais), ele as identifica como modernas no sentido de que rompem com uma tradição, com um passado, mas não são apontadas como presentes na obra de Taunay além daquelas já destacadas acima. Pode-se dizer que Veríssimo *percebe* mudanças a partir das relações entre as diferentes esferas, enquanto que as *intui* na produção literária, fazendo uma leitura que eu diria calçada na lição machadiana do “Instinto de Nacionalidade”.

De qualquer modo, a guerra do Paraguai é por demais importante para não ser associada com a idéia de nação/nacionalismo, exacerbando o sentimento para com o *espaço*, a defesa intransigente da “integridade territorial” que sempre esteve presente na formação da sociedade e do estado brasileiro. Não é gratuita, pois, a relação estabelecida por Romero e Veríssimo com a guerra, o nacionalismo e a literatura que muda, “*se moderniza*”.¹⁰

Desnecessário lembrar a importância da natureza para o Romantismo, mas a geração de 1870 se propõe o conhecimento dessa natureza e do homem que a habitava, visando, guiada pelo “espírito ilustrado”, integrar o Brasil ao mundo moderno.

Lúcia Miguel Pereira, ao estudar o período, é mais precisa com relação ao que se produziu então:

O traço característico do decênio 1870-1880 é assim a indecisão, a tonalidade furta-cor, os ecos do passado se misturando aos esboços do futuro, tudo em surdina, tudo apagado. [...] E não deixa de ser significativa a convergência entre os primeiros ensaios regionalistas, as inicia-

tivas intelectuais das províncias [...] e a maior sedução exercida sobre os homens de pensamento político pelo ideal federativo. Ao mesmo tempo que Tavares Bastos reclamava a descentralização administrativa — *A Província* foi publicada em 1870 — pendiam os escritores para a descentralização intelectual, patenteando mais uma vez a unidade fundamental de todas as manifestações da vida de um país.¹¹

É nessa indecisão entre *ecos românticos e veleidades realistas* que se delineará a obra de Taunay.

Restringindo-se a analisar a obra de ficção e demonstrando as razões por que *Inocência* mereceu o sucesso que as demais obras não alcançaram, Miguel Pereira aponta e explica a preocupação do Autor com tudo que caracterizasse o grupo humano de onde tirara as personagens: “Cautelosa e embuçada, precisando de um entrecho romântico para se fazer aceitar, era a necessidade de aproveitar o romance como um meio de observação, um agente de aproximação entre as camadas cultas do país e as suas verdadeiras condições, que penetrava na literatura”.¹²

Pode-se aferir, a partir do que foi colocado acima, vários fatores que se modernizam por ocasião da guerra do Paraguai: o projeto ideológico do Estado,¹³ a apreensão que a literatura faz disso (sem que necessariamente seja especular) e o “instinto de nacionalidade” (tomo de empréstimo a Machado a expressão, por dar conta da dificuldade de se ser objetivo quando se fala de nacionalismo ou sentimento de nacionalidade que se moderniza). O próprio conceito de nação/nacionalismo enquanto *artefato cultural fundado na história e na natureza*, é recente, datando do final do século XVIII.

No caso das nações americanas, originalmente colônias de metrópoles européias, há uma coincidência entre a formação das nacionalidades e o advento do nacionalismo distintamente moderno, mas mesmo nos casos dos estados-nações mais antigos, como é o caso de Portugal, há que distinguir “a modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador e a sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas”.¹⁴

Encarar o nacionalismo como pertencente ao universo *simbólico* capaz de expressar as possibilidades de organização da sociedade nas diferentes esferas, abre precedentes para que se repense determinados períodos da história da Nação (tão cheia de contradições como o moderno e o tradicional, o rural e o urbano, o poder central e o local, a civilização e a barbárie) e suas diferentes manifestações (que ora generalizam o todo, ora se voltam para a parte), como é o caso do período em que se insere *A Retirada da Laguna*.

A guerra do Paraguai, assim como as demais lutas, parece ser um acontecimento que concretiza o exemplo da comunidade política imaginada, limitada e soberana, unindo brasileiros de norte a sul, deslocando tropas para fronteiras só conhecidas nos desenhos dos mapas. Possibilitando o confronto entre o real e o imaginário.

Mais do que isso, a guerra expõe os dois impérios existentes: o escravista e o capitalista; de um lado a política interna, de outro, a externa. Salles mostra com clareza os problemas enfrentados pelo Império:

Na era dos impérios, em que o capitalismo europeu se colocava o direito de militarmente civilizar seus diferentes e, para tanto, produzia culturalmente o que eram as diferenças, era necessário que mostrasse capacidade efetiva de resistência e de manutenção de suas diferenças. [...] Buscar um lugar mais favorável na correlação de forças internacional era essencial para o Império. [...] A escravidão, a monarquia, a origem portuguesa, a soberania do Estado sobre o vasto território nacional eram aspectos a serem ressaltados e não minimizados nas relações do Brasil com seus vizinhos platinos. [...] Obter uma posição hegemônica — mesmo que regional — no plano internacional era, ao mesmo tempo, resultado e elemento da consolidação da hegemonia interna da classe escravista. [...] Mais do que uma estratégia conscientemente concebida, essa era a única via de afirmação internacional possível para o Império escravista.¹⁵

Mas o país não estava preparado para uma guerra das proporções da que foi a guerra do Paraguai. Na formação do exército nacional precisaram ser recrutados escravos, o

que equivale a dizer que a estes foi outorgada *cidadania*. As conseqüências desse ato — necessário por um lado, cômodo por outro — foram catastróficas para o Império escravista (creio que é a isso que se refere Veríssimo quando fala de “certos efeitos inesperados da guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa *demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da monarquia*”). [sem grifo no original].¹⁶

Tanto a dualidade entre o ser um Império escravista e estar num mundo capitalista, como essa inesperada cidadania que alcança os voluntários da Pátria são fatos que atestam a complexidade da realidade e talvez daí a dificuldade em apreendê-la de uma forma ou de outra.

Paradoxalmente, a literatura da época não produziu nenhuma épica com o material das lutas havidas. O que temos são relatos como *Os Sertões*, a própria *A Retirada* ou a menos conhecida, mas não menos interessante *Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, por Gonçalves de Magalhães, nas quais prevalece um naturalismo assombrado.

Publicada originalmente em francês, em 1871, *A Retirada da Laguna*¹⁷ é dedicada ao Imperador D. Pedro II, leitor virtual do texto. Tal virtualidade me parece determinar a condução da narrativa, assim como seu aferrado monarquismo e a disciplina militar do então 2.º tenente-bacharel que não tinha ainda 30 anos quando a publicou.

A leitura não revela nenhum nacionalismo piegas ou fatos fantasiados por imaginação romântica. A objetividade e a elegância da narrativa, elogiada pela crítica e atribuída ao fato de ter sido escrita em francês, se explica em parte por esses fatores. Não quer o narrador apelar para os sentimentos de leitores anônimos que desconhecem as circunstâncias de uma retirada sofrida (se pensarmos que o texto está escrito em francês, imagina-se que não é o grande público mesmo que está sendo visado); o leitor é o Imperador da nação, quem, a princípio, tudo sabe. Não se atreveria o 2.º tenente

a informar o Imperador, mas tão somente narrar o acontecido, como a dar esclarecimentos, como a prestar contas.

Antonio Candido observa com acerto que tanto em *Inocência* quanto n'*A Retirada* predominam impressões e lembranças do período da Expedição do Mato Grosso.¹⁸ De fato, as experiências e vivências de então foram escritas diversas vezes; o Autor dá notícias de um diário que elabora durante a expedição; nos "Documentos brasileiros oficiais sobre *A Retirada da Laguna*" (apensos ao relato), há várias Ordens do Dia e outros documentos redigidos pelo tenente Taunay na qualidade de secretário do comandante; na lista de obras, constam sete títulos (fora *A Retirada*) sobre as campanhas de Mato Grosso e Paraguai; nas *Memórias* o assunto se repete também.

Todavia, há que ressaltar a diferença das narrativas; enquanto nas *Memórias* predomina o exacerbamento do subjetivismo próprio do Romantismo,¹⁹ n'*A Retirada* a experiência pessoal se dissolve na coletiva sem que haja qualquer tipo de idealização ou deformação dos fatos, ou ainda a heroiização do narrador. Em outras palavras, há uma adequação do discurso aos seus fins, como também há um discurso apropriado para a escrita do eu, no caso os relatos autobiográficos.

O que se encontrará n'*A Retirada* é o predomínio dos fatos. Ao referir-se ao episódio da retirada nas *Memórias*, Taunay fala de esforços e sofrimentos inúteis, o que não acontece n'*A Retirada*; o leitor é que deverá chegar a essa conclusão; o leitor virtual, esse já saberá de antemão que foi equivocada a estratégia, em vão os esforços. Naquilo que o texto cala, estabelece-se uma respeitosa cumplicidade do narrador com o Imperador; a passagem do tempo permitirá a publicação da opinião do Visconde de Taunay, mas então já estará morto o Imperador e envelhecida a República que depôs o monarca do trono e que adoeceu o Visconde.

Mas, mesmo nas *Memórias*, o leitor não vai encontrar a preocupação maior com uma denúncia fundada no desejo de acertar os ponteiros da História, como no caso de Eucli-

des da Cunha. Ainda que se sinta à vontade para tecer comentários e citar incidentes nem sempre condizentes com a disciplina ou bravura militares, inexistente uma visão totalizadora que dê conta das rachaduras da(s) ideologia(s) do Império, embora elas se deixem ler ao longo da narrativa dos fatos.²⁰

3. Memória

Se as cenas de que somos testemunhas gravadas ficam em nossa memória, nem por isso dispensam a narração delas para o futuro; [...]. Por isso tomo sobre mim escrever a história da rebelião da província do Maranhão, a qual manifestou-se em dezembro de 1838, posto que suas causas morais tenham mais anterior data. Não é missão da história lisonjear paixões; e bom fora que disto se convencessem os que governam ou alguma autoridade em exercício, que tão descuidados andam do futuro, como se lhes devessem tomar ajustadas contas: tratando eu de contemporâneos, já espero que alguém se dê por muito agravado, mas aí vão os fatos e os documentos para juízes imparciais, e sobra-me a consolação de não faltar à verdade, sem agravar muitas culpas. (Domingos José Gonçalves de Magalhães, *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840*).

Começava a expedição de Mato Grosso. Dia por dia contei, oficialmente, a espaçada e morosa viagem que fez pelas províncias de S. Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros*, por mim redigido, de Santos até vila de Miranda, viagem completada por operações de guerra narradas no meu livro, hoje bem conhecido, a *Retirada da Laguna*. [...] Nestes dois documentos, e em diversas partes, das *Histórias brasileiras* e *Narrativas militares* encontram-se todas as informações, já sistematizadas, já escritas ao correr da pena e do capricho, a respeito daquelas forças de Mato Grosso que tanto e tão inutilmente sofreram e de cujas aventuras dramáticas e até trágicas não restaria hoje o mais leve sinal, a mais apagada lembrança, se eu as não tivesse — talvez para sempre! — livrado do esquecimento. (Visconde de Taunay, *Memórias*).

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazêmo-lo porque a

sua instabilidade de complexos fatores múltiplos e diversamente combinados, [...] as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização [...]. A campanha de Canudos tem por isso a significação inegável de um primeiro assalto (da “força motriz da História”), em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizados elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patricios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica — o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciamo-lo. (Euclides da Cunha, *Os Sertões*).

O que torna três narrativas tão instigantes para o estudioso é o caráter de vivência/testemunho dos fatos pelos seus narradores. Gonçalves de Magalhães, mais conhecido por sua obra poética e pela influência que exerceu entre os primeiros românticos, acompanha o desenrolar da Balaiada na qualidade de secretário do então ainda não Duque de Caxias, designado Presidente da Província do Maranhão para pôr fim à revolta; Taunay, 2.º tenente engenheiro, é convocado para a Expedição do Mato Grosso; Euclides da Cunha é mandado para o sertão baiano para fazer a cobertura jornalística da revolta de Canudos. Três narradores, três momentos históricos. Parafraseando Flora Süssekind, tal luta, qual Brasil?

O caráter de vivência/testemunho dos fatos gera diferentes memórias, diferentes funções de memória, como é possível aferir a partir dos trechos selecionados acima. Gonçalves de Magalhães narra sua memória documentada “a bem da verdade”; Taunay para salvar o acontecido do esquecimento; Euclides da Cunha, mais que salvar o acontecimento do olvido, quer trazê-lo para a história. Só Euclides tem a consciência do rolo compressor da civilização, da não homogeneidade do projeto nacionalista do Estado-Nação, que embora já República, nesse sentido é mera continuidade do Império.

3.1 A viagem, o mapa

Os três narradores são viajantes: deslocam-se da Corte para as províncias do Maranhão e Mato Grosso, Magalhães e Taunay, respectivamente, e Euclides, de São Paulo para a Bahia. O motivo do deslocamento dos narradores é de interesse nacional; há que se defender a integridade física e política do país cujo poder central se faz onipresente por meio de uma burocracia muito eficaz²¹ mas sem nenhuma garantia de homogeneidade além da lingüística.

Flora Süssekind, interessada pelo processo de constituição do narrador na ficção brasileira no século passado, décadas de 30 e 40, mostra à exaustão essa preocupação com o conhecer o país, que leva o narrador a ser um viajante/cronista. Flora observa com muito acerto que não se trata da origem, mas do começo histórico do narrador de ficção no Brasil e justifica citando Foucault: “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem — é a discórdia entre as coisas, é o *disparate*”.²²

Essa discórdia entre as coisas me parece persistir na base desses relatos de luta (apenas Magalhães é contemporâneo do período estudado pela Autora) com diferentes graus de *apreensão* dessa discórdia. No caso das lutas na região desconhecida, a apreensão se dá a partir do conhecimento da realidade física concomitantemente ao da peculiaridade histórica da nação.

Se a causa do deslocamento é de caráter nacionalista, não é esse o sentimento que predomina com relação aos habitantes do Maranhão; ao longo do relato de Magalhães é possível identificar a separação entre os rebeldes e “os nossos”. O cap. II, “Usos e costumes do Maranhão” é necessário porque “sem este prévio conhecimento pareceriam, à primeira vista d’olhos, inexplicáveis”.²³ As diferenças é que são inexplicáveis e sua descrição é feita com o mais puro “centrismo”. A relação do narrador para com as circunstâncias do narrado é de estranhamento.

A narrativa de Euclides tem objetivo oposto — é necessário conhecer as diferenças para resgatar uma injustiça cometida em função da ignorância da terra e do homem.²⁴

Já no caso de Taunay, o fulcro da narrativa do episódio está no próprio título — retirada — uma vez que nenhum sucesso é logrado; mais do que o infortúnio de ser vencido pelo inimigo, a narrativa se justifica pelas *razões do não sucesso do planejado*. Melhor preparados que os paraguaios enfrentados, os brasileiros não têm condições de sustentar o ataque ao Paraguai pelo norte, via Mato Grosso. A idéia em si era boa, como observa Taunay, no Cap. I:

Teria impedido a guerra arrastar-se durante cinco anos consecutivos esta conjugação de esforços simultâneos. Mas era-lhe a realização extraordinariamente difícil, devido às enormes distâncias a transpor. Basta lançar os olhos sobre um mapa da América do Sul e examinar o interior do Brasil, em grande parte desabitado, para que qualquer observador de tal se convença logo.²⁵

A leitura do mapa, ou olhar o mapa é o primeiro problema apontado por Taunay e é revelador dessa defasagem apontada entre o poder central e as formas de sua manutenção (a defesa do território nacional e a existência de um exército para esse fim) e a inadequação da ação. Para o leitor, fica difícil priorizar as falhas: a inexistência de tropas locais ou a “ignorância” do mapa. A viagem da tropa se dá ao longo de um território estranho sem estar preparada para o desconhecido; a insalubridade dos pantanais faz vítimas não somente entre os soldados, mas também entre os animais, causando grande perda na cavalaria. As conseqüências disso se fazem sentir quando do confronto com o inimigo (reforços são inutilmente aguardados).

A maior evidência do “desconhecimento do mapa” é a necessidade de guia. A presença do guia Lopes, ao longo da narrativa é muito interessante;²⁶ além de seu desempenho no reconhecimento do terreno e algumas participações em decisões de táticas mais adequadas, sua estória pessoal é que determina sua participação no episódio; teve a família cap-

turada pelos soldados paraguaios quando da invasão do Mato Grosso:

Por todas estas razões, nele encontrou o coronel Camisão apaixonado adepto. Desde que, dando-lhe a conhecer os seus projetos, acenou a José Francisco Lopes com o ensejo de, como guia da expedição, ir ter com a família e vingar-lhe os agravos, empolgou o espírito do sertanista brasileiro, que, apesar de todo o ardor, jamais perdeu, contudo, a perfeita intuição das conveniências.²⁷

Euclides é contundente quando comenta o despreparo das tropas enviadas à Canudos — nem uniformes, nem táticas à altura do inimigo adaptado ao clima e ao terreno.

Embora Magalhães no seu relato não mencione embaraços com relação à região da luta além da estação das cheias, uma das providências de Lima e Silva, constante no seu relatório final, é a correção dos mapas existentes e o mapeamento de alguns rios, de modo que se pode concluir que houve também dificuldades táticas relativas ao terreno.

O Brasil é longe daqui, o Brasil não conhece o Brasil.

3.2 Vencido, vencedor

Nas três lutas temos o exército nacional²⁸ de um lado e “revoltosos populares” do outro (na Balaiada e em Canudos), e o exército paraguaio em Laguna, sendo que somente neste último episódio as forças nacionais saem perdedoras.

O epíteto de *nacional* ao exército parece que lhe justifica os atos *a priori*, qualquer coisa como *tudo pela pátria*; mas nem sempre é assim. O nacionalismo pode ser também equivocado quando das suas correlações de força, mesmo vencedor.

As narrativas das lutas não deixam de abordar esse problema, ora de forma direta, como é o caso de Euclides, ora indiretamente, como no caso de Taunay, ora inconscientemente, como no caso de Magalhães.

Pode-se afirmar que a *Memória documentada* é um relato típico de vencedor; sua intenção é ser exemplar. Embora os rebeldes sejam mencionados por seus atos vis, mais

importante é a ação do governo da Província. Mais importante ainda é o Presidente da Província que cumpre com eficiência o que lhe é solicitado (determinado? ordenado?) pela Corte. O relato quer dar conta desse desempenho modelar — para quem fosse exercer o poder. Assim, são criticados não somente os rebeldes, mas o Presidente sob cujo governo começou a rebelião e cuja incompetência é causa da crescente ação dos revoltosos. Há uma missão a cumprir: organizar, urbanizar, plantar, mapear, conservar, consertar.²⁹ Os rebeldes acabam ficando em segundo plano mesmo na qualidade de inimigos; diria até que são desprezados, tais os termos pejorativos usados tanto por Magalhães como por Caxias (“cardumes de homens ociosos”, “enxame de rebeldes”, “terríveis canibais”, “cáfila de trezentos bandidos”, “grossas manadas de rebeldes e negros aquilombados”).

No caso d'A *Retirada*, trata-se de narrar a derrota, como já aponte, e o discurso de Taunay é bastante peculiar: *Mantém-se equilibrado*. Evita a hipérbole em todos os sentidos — não é sentimental no nacionalismo, não exagera quando fala do inimigo paraguaio, nem é apaixonado para denunciar as causas da retirada, embora estas estejam presentes ao longo da narrativa, mais ou menos explicitadas:³⁰ a inexequibilidade da estratégia proposta em função da distância e do feitio do terreno; o desconhecimento da região; o despreparo da tropa; o temperamento inconstante do comandante; a falta de recursos médicos para os feridos e as abandonadas vítimas do cólera; inexistência de socorro de uma retaguarda solicitada e esperada, enfim, a falência da empreitada. Nesse contexto, a bravura é sobreviver, não deserta, não enlouquecer. Qual o inimigo? Onde?

Desnecessário estabelecer comparações com o texto de Euclides no que tange à sua relação com os vencidos covardemente; a meticulosidade com que Euclides relaciona as tropas, batalhões, companhias de soldados e sua respectiva origem, que se deslocaram para combater os fortes mas minoritários sertanejos sitiados chega às raias da caricatura, assim como o retrato do coronel Moreira César. Não é possível falar de vitória do exército.

3.3. A nação imaginada

Tal luta, qual Brasil? Repito.

A escritura das memórias de lutas permite vinculá-las com o contexto nacional de formas diferentes. Para Magalhães, a nação, representada na competência da ação governamental repressora e controladora da rebeldia, é promissora, é viável. A falha é política e pessoal; os rebeldes são *excluídos*, como se não existissem.³¹

Para Taunay, há uma coleção de erros cujos prejuízos humanos são irreparáveis (o episódio em si foi *inútil*), mas urge narrá-los para que *não sejam esquecidos*. E há que oferecer essa memória para o Imperador (que tudo sabe ou deveria saber) — este é quem entenderá o que fazer com essa série de maus sucessos. Tirá-los do pesadelo noturno para o papel³² significa compartilhá-los com muitas pessoas, com o *público*. Se o pesadelo não aponta o causador dos sofrimentos para denunciá-lo com veemência, ao menos há possibilidade de exorcizar o mal-estar expondo-os (o pesadelo e o mal-estar). Algo vai mal no reino e não é no da Dinamarca.

A nação para Euclides vai mal, padece de males atávicos que não se resolveram com a República; não é mais possível imaginar soluções (nem *imaginar a nação aleatoriamente*); é preciso *conhecer, estudar o país na sua totalidade*; não se pode mais confiar em corrigir o mapa, como Caxias o fez, nem ler mal o mapa para mandar tropas daqui para ali, apontando com légua de beíço — é preciso prevenir o erro. Descompromissado com o aparelho do Estado, Euclides nem dedica a memória, tampouco restringe sua circulação: publica um livro para o anônimo grande público que teria dificuldade em se reconhecer naquela história:

Entre dous extremos, do arrojo de Gumercindo Sarai-va à abnegação de Gomes Carneiro, a opinião nacional oscilava espelhando os mais díspares conceitos no aquilatar vitoriosos e vencidos; e nessa instabilidade, nesse baralhamento, nesse afogueado expandir da nossa senti-

mentalidade suspeita, o que de fato se fazia em todos os tons, com todas as cores e sob aspectos vários — era a caricatura do heroísmo. Os heróis imortais de quarto de hora, destinados à suprema consagração, de uma placa à esquina das ruas, entravam, surpreendidos e de repente pela história dentro, aos encontros, como intrusos desapontados, sem que se pudesse saber se eram bandidos ou santos, envoltos em panegíricos e convícios, surgindo entre ditirambos ferventes, ironias diabólicas e invectivas despidadas, da sangueira de Inhanduí, da chacina de Campo Osório, do cerco memorável da Lapa, dos barrocias do Pico do Diabo, ou do platonismo marcial de Itararé. Irrompiam a granel. Eram legião. Todos saudados; amaldiçoados todos.³³

4. A guisa de conclusão

Qual dos dois livros de Taunay teria a asa mais curta? O texto das *Memórias* não deixa entrever a opinião do Imperador; se D. Pedro selecionasse tendo em mente o estatuto de verdade, gostaria mais d'*A Retirada*; a ficção teria a asa mais curta.

Todavia, se seu juízo levou em conta a curta memória dos seus súditos para com os assuntos da pátria, talvez se referisse a *Inocência* como tendo a asa mais longa; o romance frustrado da sertaneja poderia interessar a mais pessoas por mais tempo.

Mas é preciso lembrar que esse diálogo cifrado se deu em outubro de 1889. Talvez tivesse em mente *A Retirada* como tendo a asa mais longa...

NOTAS

1 Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Foot Hardman, da UNICAMP.

2 SALLES, (1190), p. 39.

3 A revisão bibliográfica levada a efeito para este trabalho não foi exaustiva; ative-me aos "clássicos": José VERÍSSIMO (1987), Sílvio ROMERO (1949), Antonio CÂNDIDO (s.d.), Alfredo BOSI (1985), Lúcia MIGUEL PEREIRA (1973), Heron ALENCAR in Afrânio COUTINHO (1986) Antonio Soares AMORA (1969).

4 Depois de efetuada a revisão bibliográfica, tive acesso ao artigo "Euclides e Taunay", p. 287-292, de Alceu de Amoroso LIMA (1948). Originalmente escrito para saudar os dez anos de morte de Euclides, o artigo que pretendia comparar os dois autores, acaba por não o fazer, dedicando a Taunay pouco mais que uma página: mas conclui: "E se Euclidez é a semente fecunda e magnífica, original e impressiva, da grande corrente nacionalista, se bem que sua figura abranja todas as faces da nacionalidade e seja por unanimidade reconhecida como uma das maiores de nossa história literária, encarnando a tragédia da terra, Taunay por seu lado, com a obra ungida de aticismo e repassada de regionalismo, pode apresentar-se como um dos precursores desse

outro aspecto essencial e expressivo da nossa alma contemporânea — a tragédia da consciência”. p. 292.

5 ROMERO (1949), p. 101.

6 Idem, p. 102.

7 Idem, *ibidem*.

8 VERÍSSIMO (1987). “Pela primeira vez depois da Independência (...) sentiu o povo brasileiro praticamente a responsabilidade que aos seus membros impõem essas coletividades chamadas nações. Ele que até então vivia segregado nas suas províncias, ignorando-se mutuamente, encontra-se agora fora das estreitas preocupações bairristas do campanário, num campo propício para a confraternidade de um povo, o campo de batalha. (...) Houve enfim uma vasta comunicação interprovincial do Norte para o Sul, um intercâmbio nacional de emoções cujos efeitos se fariam sentir na mentalidade nacional”. p. 220. O estudo sobre Taunay encontra-se no cap. 14. Os últimos Românticos I — Os prosadores, p. 219-232.

9 Idem, p. 221.

10 Com relação aos projetos nacionalistas e a geopolítica, cf. OLIVEIRA (1990), com proveitosa bibliografia.

11 MIGUEL PEREIRA (1973), p. 38.

12 Idem, p. 42.

13 Cf. SALLES (1990), em especial o Cap. III, “O Império às vésperas da guerra do Paraguai”; o Autor oferece um quadro sucinto do processo de modernização e diversificação que se acelera a partir de 1850. Cf. também HARDMANN (1988) que aponta com fartura de exemplos outros aspectos do mesmo processo.

14 ANDERSON (1989), p. 13. “Se é amplamente reconhecido que os Estado-nação são ‘novos’ e ‘históricos’, as nações a que eles dão expressão política assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, deslizam para um futuro ilimitado. A mágica do nacionalismo consiste em transformar o acaso em destino”. p. 19-20. Com relação a este assunto, cf. FOSSBARN (1991) que avança a discussão de Anderson.

15 SALLES (1990), p. 47-49.

16 VERÍSSIMO (1987), p. 233.

17 Todas as referências *A Retirada* são da 13.^a edição, traduzida da 5.^a edição francesa por Afonso de E. Taunay. São Paulo, Melhoramentos, s.d. Obras do Visconde de Taunay (esta lista inclui as obras publicadas em vida (com exceção das Memórias) mais citadas pelos estudiosos. Remeto à edição citada de *A Retirada*, que traz como apêndice “A obra do Visconde de Taunay (Ensaio de Bibliografia, 1952)”. p. 197-202, que lista sua numerosa produção, classificada em gêneros de discurso (ficção, memória, viagens, etc.): 1868 — *Cenas de viagem*; 1869 — *Viagem de regresso do Mato Grosso à Cortes*; 1871 — *A retirada da Laguna*; *Mocidade de Trajano*; 1872 — *Inocência*; 1874 — *Ouro sobre azul*; *Histórias brasileiras*; 1875 — *Lágrimas do coração* (em segunda versão, de 1899, se chamou *Manuscrito de uma mulher*; 1878 — *Narrativas militares*; 1879 — *Questões militares*; 1881-83 — *Estudos críticos*; 1882 — *Céus e terras do Brasil*; 1887 — *Amélia Smith* (teatro); 1894 — *O encilhamento*; 1899 — *No declínio*; 1948 — *Memórias* (deveriam ter sido publicadas no ano de centenário de seu nascimento, por desejo expresso do Autor, em 1943).

18 CÂNDIDO (s.d.) cf. v. 2, Cap. VII, 3: “A sensibilidade e o bom senso do Visconde de Taunay”.

19 Com relação ao memorialismo/autobiografia nos oitocentos, remeto ao trabalho de CARDOSO (1988).

20 Nas Memórias, p. 440-3, Taunay refere-se à composição de *A Retirada*: “Já a este tempo tinha eu escrito toda a *Retirada da Laguna*, e isto devi exclusivamente à insistência de meu bom e extremo pai. Mal lhe contara todas as peripécias, tão pungentes e dramáticas, instara para que, aproveitando a memória fresca dos fatos, os fixasse no papel, mas fui adiando o cumprimento formal da promessa que lhe fizera”. Crítica-lhe o pai essa delonga em cumprir a tarefa: “Perdes, Alfredo, maravilhoso ensejo para que te cubras de glória”. (As vezes, no retocar o auto-retrato, peca-se pela ingenuidade...).

21 Com relação à eficácia da burocracia do Estado cf. URICOECHEA (1978), que estuda a organização da Guarda Nacional. Pode-se perceber a centralização do poder através da correspondência entre os presidentes de província e a Corte. A memória da Balaiada, por Gonçalves de Magalhães se fundamenta principalmente nesse tipo de correspondência, e nota-se que há uma certa crítica velada ao Presidente que antecede a Luiz Alves de Lima, por não revelar com maior objetividade a realidade dos fatos. Cf. Cap. V da *Memória Histórica*, cujo assunto é “Do procedimento do Sr. Camargo, parte falsa dada ao ministério, sua demissão”.

22 SÜSSEKIND (1990), p. 19.

23 MAGALHÃES (1989), p. 16.

24 Dado que *Os Sertões* é um texto sobejamente estudado, limito-me a tecer comentários generalizadores.

25 TAUNAY (s.d.), p. 31.

26 No já referido “Ensaio bibliográfico” há a referência a um romance histórico *O guia do Mato Grosso*, do autor português Eduardo de Noronha (Coimbra, 1909) que sugere quão impressionante é a sua participação no relato. “Merece este ser apresentado ao leitor antes que o veja agir. Dentre nós, os que tinham, presentes os romances de Fenimore Cooper, não podiam, à vista do sertanejo brasileiro, o homem das solidões,

deixar de evocar a grande e singela figura de Olho de Falcão no **Últimos dos Moicanos**". TAUNAY, (s.d.), p. 39.

27 Idem, p. 40.

28 Uso a denominação de exército nacional generalizando conscientemente; sabe-se que as milícias se organizaram diferenciadamente ao longo da história do Brasil, desde a Colônia. Neste sentido, cf. URICOECHEA (1978), que ao estudar a organização da Guarda Nacional traz subsídios interessantes para que se entenda as mudanças havidas e em função de interesses. Cf. também SALLES (1990) que se concentra nas mudanças havidas na época da guerra do Paraguai.

29 Cf. o Cap. XXXVI, "Exposição feita ao Dr. João Antonio de Miranda pelo coronel Luiz Alves de Lima na ocasião de entregar-lhe a presidência da Província", MAGALHÃES (1989), p. 62-66.

30 Alceu Amoroso Lima observa esse traço: "Não se desmente ela (a facilidade da composição) neste pequeno volume tão interessante dos seus primeiros sofrimentos da campanha, onde a adversidade, talvez porque evocada muito mais tarde, nunca perturba a distinção natural desse espírito de tanta linha". Op. cit., p. 292.

31 A Memória foi publicada originalmente na Revista Trimestral de História e Geographia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3.º semestre de 1848, portanto oito anos após o final do episódio; não houve pressa em publicar (no sentido de tornar pública) uma ação cuja eficácia se pôde auferir na manutenção dos princípios.

32 Taunay narra nas Memórias que ao começar a escrever A Retirada sentia dificuldade em lembrar os fatos com exatidão; porém, uma noite tem um pesadelo em que aparecem as lembranças com clareza assustadora; acorda e começa a escrever, terminando a narrativa em cerca de vinte dias.

33 CUNHA (1985), p. 322.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORA, Antonio Soares. **O romantismo**. (1833-1838/1878-1881). 3.ª ed. São Paulo: Cultrix, 1969.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3.ª ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- CARDOSO, Marília Rothier. Auto-retrato retocado: em torno de **Minha formação** de Joaquim Nabuco. **O eixo e a roda**. Memorialismo e autobiografia. 6:61-79, jul-1988.
- CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira; momentos decisivos**, 4ª ed. São Paulo: Martins, s.d.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. ed. crítica por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Afrânio, org. **A literatura no Brasil; era romântica**, 3ª ed. rev. e atual. Rio: José Olympio; UFF, 1986.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma; a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio: Paz e Terra, 1991.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Primeiros estudos; contribuição à história do modernismo literário**. I o pré-modernismo de 1919 a 1920. Rio, Agir, 1948.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Membria histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840**. **Novos estudos CEBRAP**, 23:41-68, maio, 1990.

- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da literatura brasileira; prosa de ficção** — desde 1870 a 1920. 3ª ed. Rio: José Olympio/MEC, 1973. (Documentos Brasileiros, 63).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. **Lua Nova**. Revista de Cultura e política, 20:41-68, Maio 1990.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira; diversas manifestações na prosa. Reações antiromânticas na poesia**. 4ª ed. Rio: José Olympio, 1949. v. 5. (documentos Brasileiros, 24-d).
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai; escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio: Paz e Terra, 1990.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui; o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- TAUNAY, Visconde de (Alfredo D'Escagnolle). **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Progresso Editorial, 1948.
- . **A Retirada da Laguna**, 13ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- URICOECHA, Fernando. **O minotauro imperial**. São Paulo: DIFEL, 1978.
- VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1987. (Biblioteca Básica Brasileira, 3).

BARBÁRIE: UM TEMA DA MODERNIDADE

MARILENE WEINHARDT

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

Na narrativa brasileira moderna, um dos caminhos do nacionalismo crítico é eleger a barbárie como tema, assumindo-a como uma das faces da brasilidade. É desta perspectiva que este texto seleciona seis expressões ficcionais da construção da nacionalidade: **Os Sertões** (1902), de Euclides da Cunha, enquanto mea culpa das elites; **Os Jagunços** (1898), de Afonso Arinos, representante de uma voz monarquista; **Pedra Bonita** (1938), de José Lins do Rego, mescla de misticismo e cangaço; **Casa Verde** (1955), de Noel Nascimento, que coloca o Sul em cena; **Coração do Deserto** (1964), de Guido Vilmar Sassi, apresentação do brasileiro em estado agônico; **Videiras de Cristal** (1990), de Luiz Antônio de Assis Brasil, recriação de um movimento de imigrantes e liderado por uma mulher, portanto duplamente marginal.

Creio que devemos iniciar modificando este título, em benefício da clareza sobre o que pretendo abordar, para *A Barbárie enquanto tema da literatura brasileira no século XX*, acrescentando ainda a especificação “algumas expressões”, evitando-se assim expectativas de levantamento e análise minuciosos e exaustivos.

A tarefa de repensar 1922 sob a ótica da dupla Cultura e Modernidade levou-me a examinar as alternativas de que dispunha, como estudiosa da literatura, para apresentar um assunto que tivesse possibilidades de vir a significar uma contribuição a este evento, promovido por entidades voltadas para o estudo da história e destinado sobretudo a estudiosos da história. Conclui que não havia porque desviar-me do foco de minhas pesquisas neste momento, justamente voltadas,

eu não diria apenas genericamente para as relações entre literatura e história, mas para um espaço preciso de encontro entre essas duas áreas do conhecimento, um ponto de confluência de interesses, de intercessão de técnicas, método e material.

A nossa tradição literária, de Basílio da Gama a Rubem Fonseca, passando por José de Alencar e Érico Veríssimo, para ficar em nomes evocados ao sabor da memória, busca seus temas na história com significativa frequência. Colocando-se à parte as especificidades de cada período estético, de cada autor, e mesmo de cada obra, o que permeia todas essas manifestações é a questão do ser brasileiro, e como tal entender-se e assumir-se. O nacionalismo é um traço permanente na literatura brasileira. Os períodos de pico encontram sua explicação em razões que ultrapassam as fronteiras estéticas: no romantismo foi ufanista, no modernismo crítico, para me servir de expressões consagradas pela crítica e que prescindem de explicações.

Aí nos acercamos do assunto de hoje: um dos caminhos que a narrativa do século XX experimenta para alcançar o estágio crítico do nacionalismo admite a barbárie como uma das faces da brasilidade, abandonando de vez tanto a visão idealizadora da identificação da primitividade com o paraíso, como, no extremo oposto, a noção e que aí reside o ponto de contato do ser humano com a bestialidade. Afinal, ainda no século XVI, num de seus *Ensaio*s, provavelmente o mais conhecidos dos brasileiros — *Des Cannibales* — Montaigne constava que *chacun appelle barbarie ce qui n'est pas de son usage; comme de vray, il semble que nous n'avons autre mire de la verité et de la raison que l'exemple et idée des opinions et usances du país où nous sommes.*

Como campo de investigação para o estudo do tema, delimitarei os textos narrativos sobre os movimentos messiânicos brasileiros que acabaram atingindo coloração político-social e cuja solução pelos poderes constituídos, teoricamente representantes da civilização, foi buscada na intervenção ar-

mada, a saber: Canudos, Pedra Bonita, Contestado e movimento dos Muckers.

O uso da expressão “textos narrativos”, em detrimento de romances históricos, ou mesmo textos ficcionais, objetiva evitar a discussão sobre o gênero literário a que pertence justamente a obra que se impõe como ponto de partida para este estudo e que data de vinte anos antes do marco oficial do modernismo: Euclides da Cunha publica *Os Sertões* em 1902, desde então muito citado mas não tão lido, relatando “um episódio da história do Brasil ocorrido nos últimos anos do século passado, mais precisamente entre 1896-97, e que certamente não se teria popularizado tanto se não tivesse merecido a atenção do engenheiro-jornalista que foi antes de tudo um escritor”. (*Letras*, nº 39, p. 48)

A fortuna crítica da obra máxima de Euclides é extensa e variada. Insiste-se em como classificá-la entre os gêneros literários, de modo a resolver a sua acolhida na história literária convencional. Estudam-se suas qualidades estilísticas, descobrindo-lhe um estilo tenso e vibrante, ensaiam-se abordagens de tendências sociológicas, que percebem um profundo nexos entre texto e contexto. Presta-se também a análises mais formalizantes, que classificam Euclides como representante de uma estética que explora ao máximo as potencialidades léxicas e semânticas do código linguístico, no que é comparado a seus contemporâneos, caso de Coelho Neto, por exemplo. Neste momento *Os Sertões* interessa-nos enquanto forma de manifestação trágica e agônica da construção da nacionalidade, o *mea culpa* das elites, como entende Tomas Skidmore em *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (Paz & Terra, 1976).

Para tanto, Euclides serve-se do cruzamento de várias modalidades de discurso, que alcançam seu potencial máximo na medida que se contrapõem e que dialogam com outras manifestações literárias. Há o discurso do viajante, do ensaísta, do ficcionista, numa construção retórica que reflete, como um espelho multiforme, a complexa realidade brasileira.

Para melhor nos situarmos em relação ao texto e às condições da época, recordemos a dualidade das forças políticas da República nascente. Recorro à esclarecedora síntese que Roberto Ventura apresenta na abertura do artigo “Cabeças cortadas em Canudos” publicado em *Ciência Hoje* (nº 59):

Proclamada em 1889 por um golpe do Exército, sob os olhares atônitos da população, a República se debate até 1898 entre duas concepções conflitantes. De um lado, um grupo de inspiração jacobina e positivista, favorável a uma ditadura militar centralizadora. Do outro, o movimento civilista e federalista, de base liberal-democrática, partidário de um governo descentralizado, capaz de permitir às oligarquias rurais o controle do sistema político e a manipulação do voto popular. Mas não se trata de um conflito entre ditadura e democracia, e sim da disputa entre duas compreensões igualmente autoritárias da República.

Nesse contexto, tudo o que representava a causa republicana era visto como positivo para o código civilizado, enquanto Canudos era a personificação do que há de retrógrado, de fanatismo, de bárbaro, identificando-se à monarquia. E o que diz o discurso de extração positivas e cientificista típico da época, como o da médica Nina Rodrigues ou o do jornalista Euclides da Cunha, discurso que, aos olhos de hoje, numa leitura mais apressada, parece ser o exclusivo de *Os Sertões*. Sem dúvida, a marca da época está presente no texto de 1902, mas os cinco anos que o separam dos fatos não se passaram impunemente para Euclides. Para perceber a consciência crítica presente em *Os Sertões* não é necessário coejá-lo com outros autores do período, porque a comparação com os artigos do próprio Euclides publicado em *O Estado de São Paulo* é suficientemente significativa. Walnice Nogueira Galvão, uma desbravadora do texto euclidiano em muitos aspectos, é quem chama a atenção para a “reviravolta de opinião” que marca a diferença entre o “correspondente de guerra” e o autor da denúncia praticada em *Os Sertões*. A leitura de *Canudos (Diário de uma expedição)* mostra um *cidadão* (como se auto-denominavam os republicanos, seja

os franceses do século XVIII, seja os brasileiros do final do século XIX) que vê a história de uma ótica universalista, crendo firmemente que os fatos se repetem, seguindo sempre o modelo. Assim, a República brasileira não poderia fugir ao protótipo da Revolução Francesa, reeditando inclusive o episódio da Vendéia. “A nossa Vendéia” é expressão de larga veiculação na época e significativo título de dois dos artigos de Euclides. Assim como os republicanos franceses só conseguiram derrotar os camponeses insurretos depois de várias tentativas frustradas, os brasileiros sem dúvida estavam condenados a destino semelhante, acredita o articulista como acreditava toda a população dita civilizada. Os primeiros artigos, publicados no *O Estado de São Paulo* de 14 de março a 17 de julho de 1897, são escritos ainda em São Paulo. No início de agosto o jornalista segue de navio para a Bahia. Em “O correspondente de guerra Euclides da Cunha” (*Saco de Gatos. Ensaios críticos*), Walnice Nogueira Galvão observa:

Só a 10 de setembro está enviando uma correspondência do acampamento em Canudos. Como o arraial foi tomado e a luta concluída a 5 de outubro, Euclides não chegou a presenciar um mês de campanha. Cerca de dois terços do conjunto das reportagens foram por ele escritas antes de chegar a Canudos, alimentando-se das informações prévias e de informações colhidas; [...] a última correspondência tem a data de 1 de outubro, quatro dias antes da queda do arraial, portanto. Euclides não relatou os últimos dias da luta. [...]

Walnice ainda observa: “A publicação das correspondências nas páginas d’ *O Estado de São Paulo* foi extremamente irregular e não respeitou a ordem em que elas foram escritas, mas sim a ordem de recebimento [...]”. Evidentemente os artigos podem ter rareado em função dos azares do estado de guerra, mas vislumbra-se a possibilidade de estes fatos se terem conjugado a uma crise nas convicções do republicano de primeira hora. Recorro mais uma vez a Roberto Ventura, que analisa:

Nos dois artigos intitulados “A nossa Vendéia”, o mesianismo é reduzido ao estatuto de “incultura”, em que o homem, reflexo de uma natureza hostil, é caracterizado como “bárbaro”, “impetuoso”, “adversário traçoeiro”, “sertanejo fanatizado”, e Canudos enquanto “povoação maldita”, “sociedade obscura”. Em artigos da mesma série, Euclides desenvolve um conjunto de oposições polares e assimétricas que ratificam essa abordagem; à civilização se opõe o atraso, ao litoral o sertão, à República a Monarquia, ao soldado o jagunço.

Ao longo das reportagens, porém, começam a se delinear os contornos de uma ordenação etnológica e sociológica diferenciada dos padrões de civilização “importada”, dominantes nas cidades e no litoral. Esta mudança de perspectiva provoca um progressivo impasse, manifestado na ausência de qualquer menção, nos artigos, aos fatos por ele presenciados no sertão e que constituem o núcleo trágico do livro-denúncia: a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças. [...] a percepção do potencial de violência inerente à sua própria cultura desarticula o seu quadro político-ideológico, levando-o ao mutismo. [...]

A partir da reviravolta de opinião de **Os Sertões**, Euclides constrói um novo esquema interpretativo que não mais identifica como equivalentes o litoral à cultura e o sertão à incultura. Por um lado, reconhece o sertão como contracultura, dotada de uma estrutura distinta, ainda que historicamente defasada. Por outro, procura apreender a irrupção da incultura [ou seja, da barbárie], em meio aos termos anteriormente designados de forma positiva. As assimetrias iniciais cedem lugar às simetrias relativas entre o litoral e o sertão, a República e a Monarquia, o Exército e Canudos, Moreira César e Antônio Conselheiro, o florianismo e o messianismo. Euclides deixa de pensar Canudos como elemento externo à nacionalidade, considerando-o parte integrante de uma nação dividida entre o dinamismo do processo civilizatório tid o como positivo e inevitável e a resistência das sobrevivências culturais e atavismos etnológicos. (*Ciência Hoje*, n.º 59, p. 49-55).

Vale notar ainda que as posições de 1902 não se estratificaram. Num ensaio provavelmente de 1904, intitulado “Um velho problema”, publicado na coletânea *Contrastes e Confrontos*, que data de 1907, Euclides aprofunda a ruptura com

a mítica da Revolução Francesa e do liberalismo, manifestando franca adesão aos princípios socialistas.

Ironicamente, em seu trágico fim a história repete-se duplamente: morto a tiros pelo amante da mulher, que age em legítima defesa, seu matador mata também, e da mesma forma, sete anos depois, Euclides da Cunha Filho, que tentava vingar a morte do pai. Legistas e antropólogos da época, que haviam buscado no crânio de Antônio Conselheiro as marcas do desvio, do crime, examinaram também o crânio do escritor, acreditando que a ciência antropométrica poderia detectar os traços do gênio, do estilo.

Antes de Euclides, outro jornalista se apercebera do potencial dramático do confronto entre os conselheiristas e o Exército da República. Afonso Arinos, sob o pseudônimo Olívio de Barros, publicou a “novela sertaneja” *Os Jagunços*, em folhetim do *Comércio de São Paulo* já em outubro-novembro de 1897 e em livro no ano seguinte. Um paralelo entre Afonso Arinos, e Euclides da Cunha mostra pontos de aproximação (são contemporâneos, ambos residem em São Paulo na época e exercem atividade jornalística) e de distanciamento (pertencem a extração social diversa, freqüentam círculos intelectuais diferenciados, têm opções políticas antagônicas). Baseada sobretudo na recorrência de imagens, Walnice acredita na probabilidade de Euclides ter lido e mesmo se utilizado do romance de Arinos, ao qual entretanto não faz menção. Há ainda a possibilidade de ambos se terem servido “de uma outra fonte que deixou nas obras de ambos uma mesma e inconfundível marca”. (*Saco de gatos*, 1976. p. 67-87)

Para analisar o romance de Arinos valho-me de trechos de uma monografia que escrevi em 1990, para cumprir obrigações acadêmicas, posteriormente publicada com o título “*Os Jagunços ou os tortuosos caminhos da nacionalidade*”:

Para situar *Os Jagunços* esteticamente e historicamente, cumpre observar detalhes do trato ficcional e suas relações com as peculiaridades do momento sociopolítico vivido pela nascente República brasileira. Note-se que sua publi-

cação se dá praticamente “no calor da hora”, para emprestar a sugestiva expressão de Walnice Nogueira Galvão.

Em longo artigo publicado pelo **Comércio de São Paulo** a 9 de outubro de 1897, portanto no dia seguinte ao anúncio da rendição, sob o título “Campanha de Canudos”. [O Epílogo da Guerra], Afonso Arinos demonstra extraordinária lucidez e recusa uma interpretação imediatista ao afirmar:

“[...] essa luta deveria merecer a atenção dos publicistas, para ser estudada, não simplesmente na trágica irrupção e no desenvolvimento, mas nas suas origens profundas, como um fenômeno social importantíssimo para a investigação psicológica e o conhecimento do caráter brasileiro”.

É a busca dessas “origens profundas” que determinam a estrutura externa do romance. Dividido em duas partes, a primeira com quatro capítulos, ocupando cerca de um terço do total de páginas, decididamente fictícia, é toda dedicada a mostrar a vida do sertanejo: meios de sobrevivência, estrutura social, festejos, princípios morais, etc. É na segunda parte, composta de cinco capítulos, que se situa a ação histórica. [...]

As falhas de estruturação narrativa, sobretudo no trato do tempo ficcional [rupturas inoportunas e inábeis da linearidade, inépcia na representação da passagem do tempo] e no alongamento excessivo da descrição de cenas pelos seus aspectos típicos, buscam compensação na vivência que o autor demonstra do interior brasileiro, seja mineiro, goiano ou baiano. [...] O que ocorre aí de singular é o fato de a narrativa estar centrada nas camadas inferiores, deixando os conflitos da casa-grande e atentando para o pátio, os currais, as casas dos vaqueiros e os dramas que aí se desenrolam. É uma tentativa de deixar o alpendre, embora o efeito ainda seja o de um olhar e ouvidos curiosos, não integrados ao ambiente e que não resistem aos aspectos pitorescos. O intelectual com pretensões de porta-voz do povo, escrevendo para o deleite de cidadãos burgueses com vagas aspirações de revolução proletária, evidentemente desde que todos tenham suas prerrogativas asseguradas, tem longa tradição na cultura brasileira. Afinal até o gênero romance, produto importado, é uma invenção para consumo da classe média.

[...] o narrador procura manter-se predominantemente junto aos jagunços [...] mas muitas vezes a tentação

de uma análise de cunho sócio-político parece irremediável, em intervenções totalmente inoportunas. [...]

É nas personagens fictícias que o narrador se sente em liberdade para idealizar e construir alegorias à vontade, enquanto as personagens históricas [...] estão presas à contingência humana. [...] A ação militar também é representada como digna de admiração. Valente, bravo, feroz são os adjetivos que qualificam os soldados. Em nenhuma passagem encontra-se o tom de crítica irônica que permeia *Os Sertões*. Inclusive os momentos de maior fragilidade merecem explicações de cunho sociológico ou psicológico. O Exército não é questionado. O papel de vilão da história é reservado exclusivamente ao governo. A culpa do mal-entendido que gera o caráter político que o movimento tomou, cabe à incompreensão do Governo da República [...], como Afonso Arinos já denunciava no artigo de 9 de outubro. Ele não demonstra preocupação com as filigranas da disputa entre facções civis, jacobinas ou militaristas, figurando o poder “como se monolítico fosse o grupo dirigente”, para empregar a expressão de Raimundo Faoro a propósito da denúncia monarquista.

A convicção da impossibilidade de qualquer ajuda monarquista interna ou externa, é reiterada nas descrições do armamento obsoleto dos jagunços e do seu espanto e inabilidade perante as armas do Exército. [...] O monarquismo da pregação do Conselheiro fica em posição muito secundária, quase esquecido, sem um mínimo de identificação com os ideais dos defensores da Restauração. [...] o anti-republicanismo deve-se antes à resistência a inovações do que a princípios monárquicos, e a estrutura social atribuída a Belo Monte é antes a das sociedades tradicionais, no modelo medieval, do que uma sociedade estruturada a partir de doutrinas comunistas. A concepção do tempo no início da narrativa é muito mais próxima à concepção primitiva da circularidade, marcada pelas comemorações religiosas. É a partir do início da guerra que o registro cronológico passa a predominar, verdadeira entrada na História, como quer Mircea Eliade.

Apesar da expressão artificial, Arinos é homem de seu tempo, sentindo e traduzindo a tensão entre civilização e barbárie, a segunda ainda com uma halo de idealização, desde que não tome aspectos violentos. Mas a contradição fica latente. No mesmo trecho e um que se compara as “guerras feudais do sertão da Bahia” às *vendettas* que “só

terminam pela destruição completa de uma das famílias inimigas”, afirma-se que “apesar da ausência de autoridade e de força, há menos crimes [nos sertões brasileiros] do que numa só das nossas grandes cidades”. Ou ainda, enquanto ao longo do texto encarece a importância da ação civilizadora exercida pelo Conselheiro, tais como alfabetização, hábitos higiênicos, normas morais, padrão de comportamento social, afirma: “E naquele povo todo reinava a abundância, filha do trabalho. Eles não conheciam o luxo, nem o que se chama erroneamente “conforto”, aí pelas cidades grandes”.

Os Jagunços é mais um dos textos que proliferaram numa época em que os escritores tiveram presença tão marcada, seja como “polígrafos da imprensa”, autênticos representantes da **Belle Époque**, seja como ratés, “boêmios” ou “escritores-cidadãos”, para empregar a clivagem proposta por Nicolau Sevcenko, que inscreve Afonso Arinos neste último grupo, cujo corifeu é Euclides da Cunha.

Ainda há um último aspecto a sublinhar em Afonso Arinos. Num momento em que a maioria dos antigos partidários do Imperador merecia o rótulo de adesista, não são fartos os registros da agonizante voz monárquica. Desta perspectiva, o livro deixa seu caráter de produção individual para tomar o de expressão de uma classe. Vale resgatá-lo, ainda que só para trazer mais uma achega à tese da inviabilidade de restaurar o velho regime quando, como diz Francisco Iglésias, a “República era uma fatalidade para o Brasil”. (*Letras*, n.º 39, p. 47-62, 1990).

Se para a história política interessa o registro do ponto de vista de um monarquista e para a história da ficção interessa o exemplar da norma literária, o modo de expressão de uma ideologia constitui o encontro de interesses da história e da ficção.

Há ainda *Guerra do fim do mundo*, do peruano Vargas Llosa, mas essa já é outra história.

Antônio Conselheiro não foi o único messias brasileiro a merecer a atenção da literatura. A constância dos movimentos messiânicos no sertão nordestino despertou o interesse de pelo menos um dos romancistas nordestinos representantes do chamado “romance de 30”. Refiro-me a José Lins do Rego, que em 1938 publicou *Pedra Bonita*. O título nada

acrescenta ao autor de *Fogo Morto* e é mesmo inferior aos seus romances de memórias de infância, mas denuncia os equívocos dos que se consideram civilizados quando se defrontam com revivescências de traços de barbárie.

A advertência do autor inscrita no verso da página de rosto situa o fato histórico que serviu de referência e da liberdade do escritor perante o factual: “A narrativa deste romance quase nada tem de ver com a geografia e o fato histórico desenrolado em Pernambuco nos princípios do século XIX”.

A trama, situada em 1921, gira em torno da vida de um criado do padre do Açú, que lhe fora dado por gente da Pedra Bonita durante a seca de 1904. As duas localidades, muito próximas, tem uma longa história de rivalidades plena de insinuações e mútuas acusações, história que é objeto de investigações do rapaz. Na longa primeira parte, intitulada “A Vila do Açú”, o narrador põe em cena personagens típicos e situações-padrão do interior nordestino. A apreensão se dá sobretudo, mas não exclusivamente, pelos olhos do rapaz Antônio Bento. Só o padre nunca é visto de dentro, recurso para garanti-lo como representante modelar do bem. A caracterização do espaço e das personagens é frisada à exaustão.

A segunda parte, intitulada “Pedra Bonita”, apresenta maior densidade. Durante uma viagem do padre, o afilhado e remetido para junto da família, que mora num dos poucos espaços da caatinga quase perenemente férteis, num pé de serra junto a nascentes, mas inexplicavelmente não progride. É então que, pelo relato de um velho curandeiro e rezador que Antônio Bento (e com ele o leitor) chega à epifania: há muitos anos, ao pé de duas torres de pedra existente na região, aparecera um profeta, um santo que fazia curas milagrosas e prometia a felicidade. Reunira uma turma de seguidores. Requeria virgens e o sangue de meninos para lavar o mundo de suas impurezas. Mas um antepassado de Antônio Bento traíra a comunidade e indicara o caminho a uma força policial do Açú, que massacrara os devotos. Daí a maldi-

ção sobre a descendência, conforme o código primitivo. Então Antônio Bento entende as singularidades de sua família e as acusações do povo do Açú, que atribuía o atraso da região aos vizinhos, enquanto, por sua vez, estes expressavam seu ódio ignorando o Açú, que se interpusera na sua caminhada para a felicidade. Nesse interim, novo santo se anuncia e a história é revivida.

No esquematismo da narrativa, a única personagem portadora de alguma duplicidade é o criado do padre, um estranho na comunidade de origem e rejeitado pela de criação. É ele quem sente, e transmite ao leitor, a falsidade da oposição entre civilização e barbárie, que se transforma em problema de consciência: os preceitos cristãos que seu padrinho, súpula da perfeição, lhe ensinou, não lhe permitem admitir as crenças de pessoas que admira. Por outro lado, aqueles que teoricamente representam o mundo cristão, civilizado, os habitantes da vila, não o aceitam e chegam a ser violentos nessa recusa. Também a ação das volantes e dos canageiros não se distingue e leva a resultados semelhantes.

Mais uma vez, o único caminho encontrado pela cultura é destruir a contracultura, eliminando um segmento da nacionalidade, já que não tem habilidade para incorporá-lo. A marginalidade do grupo já surgira do preconceito, da incompreensão e do abandono, da muralha que divide o sertão do litoral.

O mesmo episódio da Pedra Bonita origina um romance cujo paralelo mais frequentemente apontado pela crítica é com o *Grande Sertão: Veredas*, ainda que não venha merecendo a mesma atenção. Estou me referindo ao *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-volta*, de Ariano Suassuna, “romance armorial-popular brasileiro”, conforme indicação da página de rosto, publicado em 1971. Este exige a mobilização de um instrumental de abordagem totalmente diverso, por trabalhar com outra modalidade de representação do real, utilizando-se do entretencimento de muitos códigos (cavalaria, crônica, epopéia, rapsódia), magica-

mente unidos e transfigurados pela sátira. É uma análise que por hora fico devendo.

A leitura desses relatos dá a impressão a nós, leitores do Sul, descendentes sobretudo de operosos e racionais imigrantes europeus habitantes de região em que não há calor alucinatório nem agressividade na natureza, que tais fenômenos, reais ou imaginados, só poderiam se localizar naqueles espaços. Mas o determinismo está superado há muito. Não é só a zona tropical que dispõe de movimentos messiânicos para alimentar o imaginário de escritores e de leitores. Embora com menos repercussão no cenário nacional, o que não se deve apenas a fatores de ordem literária, também temos nossos messias e fanáticos, e escritores que os recriaram na narrativa ficcional.

A questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina é anterior à própria criação da Província do Paraná. No início do século a situação social da região agravou-se seriamente com o comprometimento das atividades extrativas primárias e com a expulsão de camponeses das terras de seus avós, em decorrência de concessões a companhias estrangeiras, seja para colonização, seja para a construção da estrada de ferro, seja para a exploração de madeira, questões agudizadas pelas disputas entre latifundiários ou entre políticos dos dois Estados, aqueles interessados em não perder as prerrogativas de senhores, estes discutindo a criação do Estado das Missões. Cria-se assim um universo de deserdados, ideal para o surgimento de milagreiros, que por aqui se chamaram *monges*. A fusão de questões de ordem política com problemas sociais é inevitável, criando uma situação típica em que a suposta civilização se serve dos que considera bárbaros enquanto convém a seus interesses e, quando perde o controle da situação que fomentou, só encontra o caminho da extinção pelo massacre.

São dois os romancistas que se debruçam sobre a Guerra do Contestado: o paranaense Noel Nascimento publica *Casa Verde* em 1955, e o catarinense Guido Wilmar Sassi publica *Geração do Deserto* em 1964.

A narrativa de Noel Nascimento inicia-se em tempo cronologicamente bastante anterior ao período da luta, na época de outra guerra, a Revolução Federalista, deixando clara a existência da tradição da passagem de monges e de seu envolvimento em conflitos armados. Assim José Maria, o monge do Contestado, encontrou não só um solo fértil, mas um campo semeado. Não lhe foi difícil explorar a imaginação exaltada dos habitantes da região, apresentando-se como sucessor do monge João Maria, que deixara na memória popular benefícios e profecias. A maior qualidade estética de *Casa Verde* reside numa razoável integração do narrador ao universo caboclo, sem cair na armadilha da tentativa de transcrever a fala do sertanejo, comum e via de regra desastrosa nas manifestações da literatura de cunho regionalista. A oralidade se faz presente, bem como colagens do noticiário da imprensa, mas são recursos bastante bem dosados e integrados ao conjunto. O narrador só se distancia das personagens quando percebe grande desvirtuamento na chefia do movimento que, a partir de certo momento passa a ser dominada exclusivamente por exploradores de má fé. Mas nem por isso o narrador vai maniqueisticamente se bandear para o outro lado. Ele entra firme na denúncia: “Dois terços do Exército Nacional, mais as polícias estaduais e particulares além de bandos de vaqueanos, entraram em ação para efetuar uma caçada a um punhado de caboclos. Esses caboclos sustentaram uma formidável guerra intestina, mas houve preocupação em ocultá-la e a imprensa só dava cobertura à conflagração européia”. (p. 92)

Num estudo comparativo entre Juazeiro (do Padre Cícero), Canudos e Contestado, Duglas Teixeira Monteiro só identifica características milenaristas no último (Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In:—— e outros. *O Brasil republicano*. Sociedades e Instituições. 1889-1930. 1977, p. 39-92). O que me parece também singular é que o período de luta armada transcorre quase todo sem a presença física do messias, que morre no primeiro combate de maiores dimensões, no qual perece também o Coronel João

Gualberto, a versão sulista de Moreira César. A coesão do grupo é mantida pela força das profecias, pelas tendências do sertanejo em conviver com o sobrenatural e, sobretudo, pelo sistema: o monge instituíra sua guarda de honra composta de doze pares (o modelo era Carlos Magno, mas na versão caipira os privilegiados foram 24), uma disciplina rígida, com castigos corporais e até a sentença máxima para as transgressões do código, e ainda um esquema de rituais que assegurava o clima de exaltação permanente, ainda que a “cidade santa” fosse móvel. Como em Canudos, é a aliança com o meio que permite o momentâneo sucesso dos revoltosos e, como lá, os equívocos dos poderes instituídos e a ignorância sobre as verdadeiras condições de vida do brasileiro levam à luta fratricida, a mais um “crime de nacionalidade”.

Os Sertões é o modelo confesso de Guido Wilmar Sassi, que opta pelo tom de altíssima densidade trágica. O limbo em que jaz *Geração do Deserto* é inexplicável do ponto de vista estético. Acredito que não esteja definitivamente incorporado à nossa história literária em função do momento histórico em que apareceu, além das habituais barreiras comerciais para quem vive fora do circuito cultural reconhecido como tal.

A tese exposta por Guido Wilmar Sassi é de que o movimento do Contestado foi uma luta dos espoliados habitantes da região que, fragilizados pela exploração, transformam-se em presas fáceis do fanatismo religioso, caindo na rede de espertalhões travestidos de guias místicos, mensageiros do além e intermediários iluminados, que lhes prometiam o reino da abundância. A narrativa é organizada de modo que não só denuncia os equívocos das instituições, mas também desmascara a má fé dos líderes, numa postura de simpatia pela ingenuidade dos caboclos. Há lances que poderiam conduzir ao cômico, mas construídos de tal modo que a dramaticidade não afrouxa. Para tanto, senhor da arte de narrar, Sassi escolhe detalhes aparentemente insignificantes mas re-

veladores, cria cuidadosamente as personagens, a partir de tipos (o cego, o morfético, o bobo e a mãe louca), mas dando-lhes profundidade psicológica. Há cenas muito fortes, beirando perigosamente o patético, mas via de regra o narrador não escorrega para a pieguice, para o sentimentalismo vulgar.

O desfecho não é dominado integralmente pelo pessimismo. Sobrevivem uma velha e duas crianças, ou seja, como em *Os Jagunços* de Afonso Arinos, a raça não é extinta, apesar dos esforços da cultura dominante em sentido contrário.

Chegamos ao fim da palestra e ao fim do Brasil. O último texto data de publicação recente, mas em contrapartida aborda um movimento ocorrido há mais de um século, mais precisamente em 1873-74, no Rio Grande do Sul.

A literatura gaúcha tem uma expressiva tradição de romances históricos, mas só há pouco o movimento dos *mu-ckers*, revolta de colonos alemães contra as instituições, religiosas ou laicas, com a particularidade de centralizar a liderança espiritual na figura de uma mulher, encontrou sua expressão ficcional. Refiro-me a *Videiras de Cristal* (1990), de Luiz Antônio de Assis Brasil, um ficcionista que vem se dedicando sistematicamente a recriar a história do Rio Grande do Sul da perspectiva do questionamento da história oficial. O autor aproveita essa experiência com o trato de temas históricos, bem como outra vertente a que se dedica, que é a de narrativas de aprofundamento psicológico, para apresentar, de um ponto de vista simpático, um movimento que conseguiu na época ter contra si a difícil unanimidade de católicos e luteranos, conservadores e liberais, brasileiros e alemães cultos.

A epígrafe, buscada no *Journal* dos Frères Goncourt, é reveladora da opinião do autor quanto às relações da literatura com a história: *L'histoire est un roman qui a été; le roman est de l'histoire qui aurait pu être*. E no Posfácio adverte: "Nunca me passou pela cabeça escrever um romance histórico, muito menos uma "história romanceada". Assim,

os puristas de plantão devem esquecer o propósito de conferir datas, nomes e eventos; talvez os encontrem subvertidos ou mascarados pela fantasia — não tão feérica — do autor!” Mas a leitura evidencia uma acurada pesquisa histórica, voltada sobretudo para a ambientação, para a questão social. O romance é dedicado à memória de Josué Guimarães. Vale notar que o tempo ficcional situa-se exatamente onde acaba o segundo e último volume de *A ferro e fogo*, a grande obra de ficção sobre os imigrantes, originalmente projetada como trilogia.

O narrador organiza a narrativa de modo a denunciar a indistinção entre a ação oficial e a ação dos revoltosos, ambas igualmente violentas, a dos últimos com o atenuante de se apresentar como reação à incompreensão dos poderes constituídos. Ou seja, repete-se a troca de posições entre a civilização e a barbárie.

Esta é uma pesquisa que está apenas iniciada. Nem mesmo a análise dos textos ficcionais está no mesmo estágio. Mas já é possível concluir que é uma vertente não esgotada, seja para a crítica, seja para a criação. O romance histórico teve um período áureo durante o romantismo, caindo depois no ostracismo por muito tempo. Hoje assistimos à revitalização do gênero em todo o mundo ocidental. E não por acaso também no campo teórico verifica-se uma fecunda convergência, troca de experiências de técnicas e abordagens, de campos diversos como a literatura, a antropologia, a sociologia, a história em diversas modalidades (cultural, do cotidiano, das mentalidades). Acredito que dessa “troca de figurinhas” de todas as disciplinas envolvidas colherão frutos livres de preconceitos decorrentes de tentativas de hegemonia de qualquer destes campos, em benefício da expressão cultural e, no nosso caso, da compreensão do homem brasileiro e, por extensão, do ser enquanto indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaina. **Conflito social no Brasil; a revolução dos Mucker**. São Paulo: Símbolo, 1973.
- ARINOS, Afonso. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. **Videiras de cristal**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . **Caderneta de campo**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.
- . **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.
- COUTINHO, Afrânio, org. **A literatura no Brasil**, 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986. v. 4.
- Dicionário histórico-biográfico do Paraná**. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- GALVÃO, Walnice Nogueira, org. **No calor da hora; a guerra de Canudos pelos jornais**. São Paulo: Atica, 1974.
- . **Saco de gatos**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Estudos literários**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. v. 1.
- LINHARES, Temístocles. **História crítica do romance brasileiro**. (1728-1981). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987. v. 2.
- LLOSA, Mário Vargas. **A guerra do fim do mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LUKACS, George. **Le roman historique**. Trad. Robert Saille. Paris: Petite Bibliothèque Payot, (1977).
- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977-78. v. 5.
- MONTAIGNE. **Essais**. Livre 1. Paris: Garnier-Flamarion, 1969.
- MONTEIRO, Douglas T. **Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado**. In: FAUSTO, Bóris, org. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977, v. 3/2.
- NASCIMENTO, Noel. **Casa verde**. 3ª ed. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- REGO, José Lins do. **Pedra bonita**. In: ———. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987. v. 1.
- RIEDEL, Dirce Cortes, org. **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- SASSI, Guido Vilmar. **Geração do deserto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. 3ª ed. São Paulo: Brasileira, 1989.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.
- SUASSUNA, Ariano. **Romance da pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- VENTURA, Roberto. Cabeças cortadas em Canudos. **Ciência Hoje**, 10(59):15-55, nov. 1989.
- WEINHARDT, Marilene. Os jagunços ou os tortuosos caminhos da nacionalidade. **Letras**. Curitiba, 39:47-62, 1990.
- WHITE, H. **Tropics of discourse**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1985.
- ZUMTHOR, Paul. **Introduction à la poésie orale**. Paris: Seuil, 1983.

HISTÓRIA E PRODUÇÃO; A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL

A INVENÇÃO DO HERÓI: A AMÉRICA PELA VONTADE DE DEUS

EUCLIDES MARCHI

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

O texto mostra como, por ocasião da comemoração do terceiro centenário da descoberta da América, a Igreja, através da Carta enviada por Leão XIII às autoridades eclesiásticas da Espanha, Itália e América, se apropria de um fato e o esvazia de seu caráter histórico, resgatando-o essencialmente no seu aspecto de ação salvadora. Resalta ainda que, ao interpretar a História dentro de uma perspectiva providencialista, transforma Colombo num homem da Igreja, um misto de mito-herói, agente da vontade de Deus e instrumento de realização dos desígnios divinos em seu plano de intervenção nos destinos da humanidade. Deslocando as questões políticas e econômicas que permearam os descobrimentos para um segundo plano, elege como missão principal do navegador a de facilitar a obra de evangelização dos povos da América. Com isso, Leão XIII retira da História seu caráter de construção da realidade e condena ao esquecimento a história de uma sociedade construída no decorrer de três séculos.

Ao expirar do quarto século, a contar d'aquele dia em que, assistindo-o Deus, o intrepido Ligúrio aportou, primeiro de todos, além do Oceano Atlântico em desconhecidas plagas, alegrem-se os povos em celebrar com sentimentos de gratidão a memória d'aquele facto, e exaltar o seu autor. (Leão XIII, Carta dos Arcebispos e Bispos da Hespanha, Itália e das Américas, sobre Christovão Colombo).

[...]. Não nos penalizamos com as condições deprimentes dos povos que sofrem as conseqüências do processo marginalizante. Entendemos que são eles os portadores da Mensagem da Salvação, para um mundo que enriqueceu demais e que ao invés de construir uma família fraterna, construiu uma espécie de Torre de Babel. A convicção profunda dos missionários ligados à Igreja é que esses povos (e eu estou pensando, por exemplo nos povos indígenas) são os verdadeiros evangelizadores do mundo,

Nós, os missionários, não vamos a eles como quem leva doutrina ou uma evangelização que o Cristo nos trouxe e confiou, e que nós revestimos com ritos civilizados e cultos. Temos a convicção de que eles vivem o Evangelho da Boa-aventurança. E de que por isso se impõe a nós uma conversão às suas culturas, sabedores de que a Boa Nova do Evangelho se encarna em qualquer cultura. E a partir dos mais marginalizados e oprimidos ela se torna a Boa Nova Universal, com valor de profecia para todos os homens. (Dom Thomás Balduino. *Jornal VERSUS*, 12/07/77).

Relembrar os quinhentos anos da América, ou aquela ensandecida fascinação pelo desconhecido, cultivada pelos navegadores do último quartel do século XV, remete, quase que de imediato, a um dever de ofício — reelaborar o passado. Sem dúvida, uma salutar tarefa de visitar fontes, resgatar falas, rever informações, reconstruir imagens, reler contos, reverenciar heróis e denunciar bandidos. Um exercício de (re)contar a experiência da sociedade dos navegadores na epopéia das descobertas, de penetrar na esfera de construção de seus mitos, de avalizar a divulgação de seus feitos e de reelaborar o espaço da representação e da revelação do desconhecido.

Relembrar os quinhentos anos da América representa não apenas resgatar a história das descobertas, mas também rever a especificidade das falas, a originalidade das múltiplas leituras e dos diferentes olhares sobre Cristovão Colombo e sua empresa.

Uma dessas falas desperta especial interesse. É a carta do Papa Leão XIII, enviada aos arcebispos e bispos da Itália, da Espanha e das Américas, por ocasião das festividades comemorativas do quarto centenário da descoberta. O documento pontifício espelha e reflete, de forma ineludível, o olhar da Igreja sobre o “Novo Mundo” e o papel desempenhado pelo seu descobridor.

Escrito há cem anos atrás e há quatrocentos após a descoberta, transforma-se num documento estimulante por suas idéias, por sua concepção de história e pelo contexto em que

foi produzido. Sua leitura impõe ao historiador a necessidade de perseguir as razões que geraram aquele olhar sobre o fato.

Coincidências instigantes permitem traçar paralelos entre o final dos séculos XV e o XIX. As últimas décadas do século XV indicavam que os espaços físicos e as fronteiras do pensamento já não eram os mesmos. Enquanto os ventos e as correntes marítimas empurravam as caravelas europeias para o interior dos oceanos e ao longo das costas africanas, para lá de milhares de quilômetros de água descobriam-se novas terras, novas riquezas e novas sociedades. A intelectualidade da época debruçava-se sobre as novas realidades, num esforço incansável para elaborar outras explicações, redesenhar os velhos mapas e entender o Novo Mundo. Os teólogos rastretavam seus desgastados manuais, as *sumas* tomasianas e as *civitas* agostinianas. A patrística e a escolástica entravam em cena respondendo ao desafio imposto pelo universo da teologia que precisava explicar não apenas as origens, mas o que fazer com o novo homem, da qual somente agora a cristandade tomava conhecimento. Seria ele descendente de Adão? Teria ele alma igual ao europeu? Seria o mais legítimo representante do paganismo? Suas crenças, seus deuses e seus ritos chocavam os navegadores e desafiavam os apóstolos da evangelização.

Já a segunda metade do século XIX trazia como identidade um conjunto de transformações que impeliam a sociedade a caminhar sob os signos da modernidade, impulsionada pela força da racionalidade técnica, enfretando e resolvendo os inúmeros conflitos gerados pelas relações entre o homem e a máquina, vivenciando o processo de politização do *locus* do trabalho e consolidando a rearticulação dos espaços políticos. Os teólogos já não eram chamados a explicar a origem do homem, nem a montar planos específicos de evangelização dos gentios. Os intelectuais ousavam pensar o mundo sem Deus. Os ventos da modernidade impulsionavam as idéias para além dos limites pretendidos pelas instituições religiosas e pelos representantes da hierarquia católica.

No quadro dessa trajetória, crises, confrontos e alianças marcaram as relações entre a Igreja, os governantes e a sociedade. Se no final do século XV predominavam as alianças políticas entre o papa e os governantes, o mesmo não ocorrera com o XIX. Os caminhos trilhados pela cristandade católica, indicavam a necessidade de se buscar alternativas capazes de minimizar as crises e os confrontos entre a instituição e a sociedade moderna. Durante este mesmo período no interior da Igreja Católica ocorriam transformações estruturais que modificavam suas relações com a sociedade e com o Estado.

O mundo moderno definia-se em função de determinadas idéias que o afastavam da causalidade lógica e ideológica estruturada numa relação de dependência conectiva com o cristianismo e, mais explicitamente, com a religião católica. Instalava-se um processo gradativo de secularização entendido como:

o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo (BERGUER, 1985: 119).

Por sua vez, as influências da Revolução Francesa e do livre-pensamento cresceram ao longo do século XIX e criaram um quadro nada confortável para a Igreja católica. O debilitamento dos conceitos de família e propriedade, os ataques às estruturas institucionais e organizacionais internas da Igreja e o questionamento da autoridade eclesiástica, forçaram a intelectualidade católica a organizar a defesa de seus princípios e de sua visão de mundo.

Numa atitude de quase desespero, essa intelectualidade resgatava, com todo o vigor, os princípios teológicos norteadores da cristandade medieval. Fortalecia as teses tridentinas, valorizava os ideais sócio-culturais, baseada em inter-

pretações da realidade extraídas do pensamento de Santo Tomás de Aquino. Construía uma intransigente defesa das “verdades” reveladas e dogmáticas e assumia o papel de policiadora dos erros, das heresias e de qualquer doutrina que ameaçasse a integridade dos dogmas. (LIBANIO, 1987: 86)

A Igreja do século XIX, além de fechar-se a esta inquestionável trajetória do mundo moderno, no qual a teologia católica fora bombardeada em todos os flancos pela racionalidade científica e filosófica, também elaborou um discurso condenatório, deixando claro que havia um inimigo identificado genericamente por “mundo moderno”, travestido de naturalismo, liberalismo, socialismo, racionalismo e sobretudo de livre pensamento. A hierarquia eclesiástica durante o Concílio Vaticano I de 1870, declarava-se a favor dos princípios teológicos e da tradição católica e rejeitava *in totum* a racionalidade moderna. Posicionava-se explicitamente pelo fortalecimento da autoridade papal, (confirmada pelo dogma da infalibilidade) e pela implantação do ultramontanismo.

Dentre as mudanças ocorridas na política da Igreja, neste mesmo período, destaca-se a postura de Roma em relação à América luso-espanhola. Após um longo silêncio de mais de dois séculos, o papado voltou a se manifestar, não apenas buscando resgatar a imagem da Igreja, mas visando reconduzir a América à “verdade católica”. Os católicos americanos, vistos até então como aquela parcela dos fiéis pouco adaptados às recomendações pontifícias, aos princípios das verdades romanas e facilmente envolvidos em “erros” e dominados pela ignorância religiosa deveriam ser redimidos para um catocilismo nos padrões do Vaticano. Por recomendação do papa e por solicitação dos bispos americanos, um crescente número de congregações religiosas deslocava-se para a América, enquanto da América partiam muitos seminaristas rumo ao Colégio Pio Latino-americano, (fundado em 1858 por Pio IX) para lá receberem uma “sólida formação” dentro dos princípios da Igreja romanizada. Conforme ressalta Henrique Dussel, *Se comienza a producir una cierta “roma-*

nización” dela Iglesia latinoamericana — que habia sido mas ibérica que romana hasta entonces. (DUSSEL, H. 1973: 75).

O movimento de emancipação nacional que proliferou nos Estados latino-americanos no decorrer do século XIX, desarticulou a cristandade e desorganizou a estrutura funcional da Igreja, dos seminários e dos conventos. Os governantes buscavam organizar o patronato nacional e submeter a Igreja ao seu mando, mesmo contra os desejos de Roma. Desta forma, em momentos diferentes e em situações específicas, os governos na América Latina se opuseram ao poder temporal da Igreja e do clero. Essas atitudes contribuíram para o desencadeamento de manifestações de anticlericalismo e defesa da secularização e laicização das funções públicas. Todavia, isso não significa que a população latino-americana tenha aderido a esse movimento ou tenha abandonado o catolicismo.

Na esteira da mudança de postura em relação à América Latina reascende-se, no século XIX, o fervor religioso missionário, reeditando, embora em outros termos e em outras condições, a proposta evangelizadora vivenciada pelos missionários que acompanharam os conquistadores no século XVI. O desafio que se colocava aos pontífices transcendia à bipolarização do mundo entre espanhóis e portugueses e à necessidade de viabilizar a pregação da fé católica nas terras de além mar. Agora, tratava-se de resolver a difícil situação da Igreja frente aos poderes locais, às elites políticas e impedir os avanços da secularização dos costumes e sobretudo combater o perigoso adversário e o grande inimigo da Igreja: o mundo moderno.

Em meio a esta situação aproximavam-se os festejos comemorativos do quarto centenário do descobrimento da América. Ninguém melhor do que Roma saberia aproveitar politicamente a data e sinalizar o desejo do pontífice em relação a seus comandados da cristandade americana. Foi assim que num gesto de extrema consideração e fazendo coro com as manifestações comemorativas aos descobrimentos, Leão XIII encaminha, aos arcebispos e bispos da Espa-

nha, da Itália e das Américas, sua carta, na qual (re)apresenta e (re)lembra sobremaneira um personagem, cuja figura é parte integrante da memória de toda a coletividade dos cidadãos americanos — Cristóvão Colombo. Ao voltar o seu olhar sobre o descobrimento, o papa coletiviza o fato, investe Colombo de virtudes louváveis e divinizadas. Ele é transformado em herói e sua memória transcende a nação, universalizado-se no interior da Igreja por força de recomendações do papa.

Este procedimento surgere duas situações. Por um lado, resgata o caráter supranacional da autoridade do papa. Autoridade esta que, aceita e consagrada na época dos descobrimentos e que o autorizava a dividir o mundo entre espanhóis e portugueses, se repetia no século XIX quando Leão XIII transformava a comemoração em data supranacional, elegendo a descoberta como um dos grandes feitos da humanidade realizado por um *Homem da Igreja*. Por outro, naquele momento era fundamental salvaguardar a unidade da instituição e reencetar o diálogo com os Estados modernos. Por isso a busca de um elemento unificador, cuja figura exemplar integrasse os católicos e cuja imagem de herói restabelecesse as relações entre a Igreja e o poder laico.

Desta forma, além da questão política, a carta de Leão XIII externaliza uma determinada visão de História e de passado defendida pela Igreja Católica na pessoa do Romano Pontífice. A descoberta da América revelava a ação da “Divina Providência” guiando Colombo pelos caminhos do desconhecido.

Todavia, se comemorar a descoberta da América jamais deixará de provocar sentimentos ambivalentes e contraditórios, impossível seria esconder os traumatismos de um passado que até o momento não está de todo esclarecido. Certamente, um misto de comemoração da gloriiosidade de alguns povos e dos sentimentos dilaceradores da identidade de outros aflorará, fustigando a memória daqueles que levantam dúvidas sobre o que comemorar.

Leão XIII reinterpretava o passado em função do seu presente preocupado em manter a unidade da Igreja, especialmente naqueles países onde a crise era mais iminente. Não se tratava de deturpá-lo intencionalmente, mas de resgatar aspectos da memória mais do que da história, dentro dos limites e dos interesses políticos e ideológicos, deixando-se claro que o que estava em jogo nessa memória era o sentido de identidade da própria Igreja. Nesta perspectiva idealizou um determinado descobrimento, onde sobrevaloriza o papel do descobridor transformando-o em herói em detrimento da colaboração e interveniência das forças sociais e dos agentes históricos.

Para a Igreja, Deus se revelava em seus santos e sua vontade se manifestava nos homens de gênio, porque a genialidade é um dom gratuito de Deus. Por esta razão, mesmo reservando as maiores honras às virtudes morais, aplaudia e recomendava a realização de manifestações honoríficas para comemorar os feitos dos que vivem como heróis na memória da posteridade.

O olhar do papa sobre a descoberta da América, traduzido em sua carta, impressiona pelo caráter de grandiosidade atribuído ao fato — “o maior e o mais admirável de quantos jamais se tem visto na ordem das coisas humanas”. (Leão XIII, 1892: 7).

Colombo, o realizador, é comparado aos poucos que foram grandes pela têmpera de ânimo e elevação de engenho. Através de sua obra surgiu do inexplorado oceano um novo mundo do qual, milhões de criaturas racionais saíram do olvido das trevas para completar a família humana, tornando-as, de bárbaras que eram, em mansas e civilizadas, regenerando-as, pela esperança da vida eterna, graças à participação dos bens sobrenaturais, trazidos à terra por Jesus Cristo.

Mas a perspicácia do papa não menospreza o outro lado do fato. Por isso ressalta que a Europa ficou maravilhada com a novidade e com a grandeza do acontecimento e soube

avaliar o quanto ficou devendo a Colombo, de modo especial pelo que as Américas representaram para o mundo do comércio, das riquezas e do incremento do homem europeu.

Além disso, a Igreja tinha razões particulares para comemorar o evento, dado que tanto na elaboração do projeto, quanto na execução das viagens de Colombo, a fé católica teve parte principalíssima. Isso o distinguia dos demais navegadores pois, além de fazer avançar o conhecimento náutico, buscar riquezas e glórias, resplandecia nele o sentimento da religião de seus pais e sua intenção era a de abrir caminhos para a pregação do Evangelho. Por isso, toda a humanidade era devedora da Igreja Católica, pelos feitos do seu herói.

O olhar pontifício vai além. Ultrapassando o campo da ciência, vê em Colombo o navegador que aliou o estudo da natureza ao zelo da piedade e seu imaginário persuadia-o de que, para lá do mundo conhecido, deveria haver países e povos desconhecidos, envoltos em trevas, praticando cerimônias loucas e superstições idolátricas, mantendo hábitos selvagens e costumes ferinos.

Todavia, se tudo isso era uma infelicidade, muito pior era não ter notícias do verdadeiro Deus. Daí todo o esforço em estender ao Ocidente o nome cristão, o benefício da caridade, conforme se colhe de toda a história da descoberta.

Colombo, ao se dirigir aos reis de Espanha e apresentar sua proposta de organizar e assumir a empresa, insiste que “a glória de suas Magestades seria imperescível se consentissem que se levasse a tão remotas plagas o nome e a doutrina de Jesus Cristo”. (Leão XIII, 1892: 11)

O papa destaca também os aspectos católicos da empresa. Lembra que, ao solicitar missionários ao Papa Alexandre VI diz expressamente: “muito espero, com o auxílio de Deus, poder agora espalhar em todo mundo o Santo nome e o Evangelho de Jesus Cristo”. (Leão XIII, 1892: 11)

Ressalta ainda que a empresa não teve outro fim, senão o incremento e a honra da religião cristã. Fundamenta sua

afirmação no pedido de Colombo aos Reis espanhóis para que somente os católicos tivessem permissão para navegar os mares do novo mundo e plantar tráfico nas novas regiões. E ainda o mesmo Colombo que afirma que o dinheiro gasto com as expedições seria muito bem empregado, contanto que aí se seguisse a difusão do catolicismo.

Observa ainda que todos os reveses enfrentados por Colombo, como as traições dos amigos e companheiros de viagem, conspirações perversas, perfídias dos invejosos, lutas contra selvagens, calúnias e até cadeias, o teriam feito sucumbir se não fosse a consciência de que sua empresa era fecunda para a glória de Deus e a salvação para milhões de almas.

O papa chega mesmo a considerar que a obra de Colombo e a descoberta da América seguiram os caminhos misteriosos da Providência e foram ordenadas por Deus, para reparar os danos sofridos pela Igreja e pela fé católica dentro da Europa. Por esta razão, embora a tarefa de converter os índios ao cristianismo fosse de responsabilidade da Igreja, ele aplainou o caminho para a evangelização, tudo fazendo com essa finalidade, sempre inspirado na religião e na piedade.

Desta forma, parece certo que a carta de Leão XIII pretende induzir a comunidade católica a pensar que Colombo foi o grande herói dos descobrimentos não apenas por seus méritos, mas especialmente por ser o eleito de Deus para facilitar a obra de evangelização de milhares de almas perdidas nas trevas da ignorância e desconhecedoras dos divinos mistérios da salvação.

Fundamentado nessa visão providencialista da história, tornava-se imprescindível e obrigatório rememorar o herói e recordar seus feitos. Mas, acima de tudo, era preciso reconhecer e venerar singularmente os altos decretos da mente eterna, à qual Colombo serviu de instrumento.

Em função disso, Leão XIII acrescentava que para celebrar dignamente as solenidades da descoberta da América e

em harmonia com a verdade histórica era necessário que as comemorações civis se aliassem à santidade da religião. Por essa razão escreve:

[...] Ordenamos que no dia 12 de Outubro, ou na Domingo seguinte, se assim o julgar conveniente o Ordinario do lugar, nas egrejas Cathedraes e Collegiadas de Hespanha, Italia, e das Americas, depois do Officio do dia, seja cantada solememente a Missa De Sanctissima Trinitate. — Além dessas regiões mencionadas, confiamos que por iniciativa dos Bispos, o mesmo se faça na outras, sendo conveniente que todos concorram para celebrar com piedade e reconhecimento um acontecimento que redundou em proveito de todos. (Leão XIII, 1982: 14/14)

A carta de Leão XIII sobre o quarto centenário desperta minimamente uma série de curiosidades e merece algumas considerações. Obviamente, o papa não estava inovando em termos de análise histórica. No entanto ela adquire significado porque, se por um lado, reflete o esforço para esclarecer a trajetória do navegador sob o ponto de vista da Igreja, por outro, atende aos múltiplos interesses em exaltar a figura do herói descobridor.

Sem dúvida, a fala pontificia insere-se no contexto das preocupações da Igreja na segunda metade do século XIX momento em que o discurso encomiástico atinge as raias da apologia. Cite-se como exemplo o trabalho do Conde Rosely de Lorgues sobre Colombo, por encomenda de Pio IX em 1851, o qual chega a propor a canonização do almirante das Índias (Baretta, 1945: 762).

Se a obra de Lorgues, apesar do possível zelo na pesquisa documental, do rigor metodológico e do uso das mais modernas técnicas de investigação, revela mais fervor do que espírito crítico, a carta de Leão XIII ultrapassa o simples limiar da história para resgatar outros aspectos que no seu entender são explicativos do ato e revestem de exemplaridade o fato. O descobridor das Américas é representado como portador de virtudes que o tornavam digno de perfilar ao lado dos beatos da Igreja. Foi por isso que no final do

século XIX, ao se comemorar o IV Centenário da descoberta da América, Colombo chegou muito próximo aos altares. Pio IX, atendendo interesses de católicos de diversos países esteve seriamente inclinado a beatificá-lo. Afinal, nenhum evangelizador conseguira feito igual: levar a tantos a fé católica.

Todavia, o herói capaz daqueles feitos e de tão bem representar a vontade divina, não conseguiu comprovar suas habilidades milagrosas, e por um desses erros ou incontinências sexuais, acabou tendo um filho fora do casamento. Nisto o Vaticano não transige! Colombo viu fecharem-se as portas e se desfazerem as passarelas que poderiam conduzi-lo à glória dos altares.

Mas, se o navegador não conseguiu a auréola dos bem-aventurados da Igreja, contribuiu para que Leão XIII, imbuído dos sentimentos do final do século, construísse uma versão católico-clerical da história dos descobrimentos e de sua trajetória pelos mares, fazendo prevalecer as virtudes do herói mitológico, quase santificado, que além de constituir a grandeza do descobrimento, edificava as virtudes cristãs. Colombo passava a ser o católico no sentido pleno da palavra, homem da Igreja e instrumento da Divina Providência.

A versão papal ressalta uma interpretação do real onde o possível e o extraordinário se auto-sustentam para construir uma ficção mais que propriamente uma história, posta a serviço do exemplar. A concepção providencialista da história, segundo a qual Deus dispõe da capacidade de nela intervir, até mesmo para modificar seu curso, permite ao papa ratificar a tese da existência de um plano divino sobre os destinos da humanidade. Por ele é possível construir uma história regida pela necessidade, uma história para além dos planos naturais e sociais. Deus resgatava na América, através de seus representantes, as perdas provocadas pela expansão do protestantismo nas terras européias.

Assimilando o pensamento papal, Júlio Maria em sua obra *O catolicismo no Brasil* destaca que “[...] o descobrimento da América [foi] um fato providencial, de indústria

preparado por Deus para compreensão e equilíbrio das perdas que na Europa o protestantismo acarretou à Igreja. [...]” (Júlio Maria, 1950: 25).

E as criaturas feitas à sua imagem e semelhança, mas dele afastadas eram, a partir de então integrados ao rebanho dos eleitos. Os altos feitos de Deus e a de seus servos ocupavam o primeiro lugar na cena da história.

Em outras palavras, a carta, como diria Michel de Certeau, mostra que “através de um santo (uma exceção) a história está aberta ao poder de Deus” (Certeau, 1982: 270). Colombo fora transformado no divulgador do cristianismo e do evangelho, não somente por sua vontade, mas por eleição especial da divina providência que o tornara instrumento de sua vontade. Assim, o papa retirava da história seu caráter de construção da realidade e a esvaziava de parte central de sua substância. Retirava ao fato seu caráter histórico e o resgatava fundamentalmente no seu aspecto da ação salvadora. Ou ainda, como sugere Edgar de Decca,

Tal movimento multiplicador de imagens e sacralizador dos mitos, exercendo-se desde o passado ao nosso presente efetivo, expulsa da história a própria história; diversifica, amplia e reproduz núcleos de saber que se perpetuam em todos os níveis, impedindo que nosso olhar sobre a realidade esteja despojado de tais imagens. (Decca, Edgar Salvadori de, 1987: 36)

Ao agente ou sujeito do fato resta o aspecto do espetacular, minimizado no seu caráter social e político, esvaziado nos seus efeitos econômicos, abstraído de sua carga cultural e reelaborado num misto de mito-herói para explicar um fato carregado da Providência e dos desígnios de Deus.

Ao resgatar o papel da Providência na história está resgatando a Idade Média como tempo de referência. Esse retorno não é mera externalização da presença da divindade, mas sobretudo de uma tradição, do resgate de valores que redefinem um tipo de sociedade que recusa os princípios do individualismo liberal e do totalitarismo político. O apelo ao

passado, regresso à origem, à descoberta, à sublimação desse tempo, desse passado representa, na atitude de Leão XIII, como de outros pontífices que o precederam (falo sobretudo de Pio IX), a recusa ao movimento da história e das guinadas da sociedade. (Girardet, 1987:97)

O esvaziamento da história realiza-se pelo “abandono” de 400 anos de trajetória da conquista e dominação marcadas pela presença dos “homens da Igreja”, entendidos aqui como missionários e conquistadores, os quais, na sucessão dos séculos, foram responsáveis, conforme diria Leão XIII, pela consolidação da “vontade divina”. O resgate apenas da descoberta e do seu realizador, condena ao esquecimento a história de uma sociedade construída no decorrer dos séculos e absolutiza o “antes”, liberto de toda a experiência produzida no tempo, imobilizada pela irredutibilidade do movimento da vida. O apelo à sublimação do passado, abstraído de qualquer experiência humana, localizada e associada a acontecimentos precisos e identificados, implica em esvaziar o processo de construção da história de sua historicidade, valorizando o seu caráter extra-temporal, a-histórico. Um passado onde o tempo não passa e onde a história não acontece. A trajetória de quatro séculos é purificada pela lembrança da obra interventora da Providência, que no seu projeto de resgatar uma parcela da humanidade abandonada, elege uma instituição — a Igreja — e escolhe um de seus homens — Colombo — para realizar seus desígneos. Está construído aí um cenário onde os meios e os fins se completam e se justificam e onde o homem não age — representa — e o presente reencontra o seu sentido e sua razão de ser no reencontro dos valores e ideais que o mundo moderno destruiu.

No horizonte de outro tempo e na restauração do outrora, o papa resgata outra história — aquela na qual a Providência se manifesta e realiza seus planos.

A mitificação da descoberta e a heroicidade de seu realizador — instrumento da vontade divina — recorda e evoca um passado que contrasta com o presente. Um passado de glória, de ordem, um passado do espaço da Providência em

contraste com um presente de desordem, de degradação, de ausência da divindade. Em meio a uma crise da Igreja e da cristandade, o papa atribui a Colombo o papel de mediador em relação à vontade divina. Desta forma “os primeiros papéis do teatro histórico competem a Deus e aos seus agentes na terra, reais ou prelados, os únicos em condições de intercederem para apaziguar a sua cólera”. (Bourde, G. Martin, Hervé, 1983: 14-15).

Por transposição, o papa delega a Colombo esse papel de agente da vontade de Deus. Neste caso não se trata de aplacar sua cólera, mas de salvar almas perdidas *ad saecula saeculorum*. Resgata não somente o papel da Providência na história, mas também as teses de que a interpretação dos desígneos divinos precede a investigação das razões humanas. Desta forma a Providência adquire *status* explicativo na lógica do discurso católico.

Partindo da hipótese de que é viável construir o relato histórico pelo olhar do descontínuo e do inesperado, há que se considerar a possibilidade de se operar o desvio pela vontade divina. Nesta ótica, os acontecimentos podem ser analisados de forma isolada, separados entre si, todos produzidos pela arbitrariedade do absoluto. Assim, o papa não se constrange em considerar a descoberta como obra da vontade divina e em não atrelá-la aos acontecimentos dela decorrentes, mesmo em relação àqueles em que a presença da Igreja foi decisiva e nos quais, ao que tudo indica, torna-se difícil acreditar que os fios da intriga tenham sido comandados pela interferência direta de Deus.

A carta é enviada no momento em que na América valorizavam-se aspectos de uma história não-oficial ou uma contra-história. Depois dos movimentos de emancipação política valorizava-se um passad opré-colonial, na busca de uma laicização da sociedade e na tentativa de resgatar um passado livre da influência da Igreja e dos “heróis” conquistadores, substituindo-os pelos heróis da Independência. Com sua carta, Leão XIII reintroduz a versão europocêntrica e providencialista da história, valoriza a civilização dos descobridores.

res e desqualifica qualquer característica da cultura e da sociedade dos nativos. Seleciona e articula a fala e os fatos para ressaltar as virtudes do herói, reservando a glória e as homenagens àquele que se manteve fiel aos princípios da catolicidade e obediente à vontade divina, apesar dos revezes, dificuldades e até mesmo das traições. Colombo é resgatado, acima de tudo, por sua identidade com a Igreja Católica.

Valendo-se das idéias de Bossuet, sobretudo aquelas publicadas na obra *Discurso sobre a história universal* (publicada em 1681), o papa estaria confirmando a tese de que Deus fez o encadeamento do universo e que a Divina Providência preside o destino dos impérios. Desta perspectiva, a descoberta não pode ser entregue ao acaso ou aos resultados de planos político-econômicos, mas a um objetivo universal, final e absoluto.

Na esteira da religiosidade da comemoração estava a política da Sé romana, qualquer que fosse o signo da ideologia da origem. O papa busca reunificar a América em torno de uma Igreja romanizada, obedecendo a uma política ultramontana de centralização das decisões resgatando-a para a catolicidade.

Sua análise decorre de um processo simplificador, que opta por transformar o descobridor num homem excepcional, cuja missão é um exemplo para o presente. Sua lembrança transforma-se em elemento etnocêntrico e saudosista e cultuá-lo significará o predomínio ou a presença da Igreja no controle das instituições sociais.

Ao estruturar sua explicação pela via da Providência, o papa transforma os reis conquistadores em zelosos propagadores da fé católica, protetores dos nativos e promotores da salvação de suas almas. Reduz à insignificância o explícito desejo de exploração das riquezas das terras descobertas.

No contexto de um mundo em que o objetivo era a des-sacralização da existência humana, o papa sacraliza o fato his-

tórico e a partir dele a história da América assume o caráter de externalização do sagrado.

Leão XIII estava falando na última década do século XIX, quando o desafio posto à autoridade pontificia já não se situava no simples plano da legitimação de uma divisão do mundo entre Portugal e Espanha, mas tratava-se de resolver a difícil situação da Igreja frente aos poderes constituídos nas terras americanas e à penetração de idéias hostis à Igreja. Por esta razão, ao escrever aos bispos da Itália, da Espanha e das Américas, retoma a valorização da glória nacional, mas esvazia o nacionalismo quando afirma que “Colombo é homem da Igreja”, por isso a descoberta perde o caráter nacional e universaliza-se em nome da Igreja, avaliadora de um caráter transnacional e transcendental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IGREJA CATÓLICA, Papa. (1878-1903: LEÃO XIII). **Carta de S.S. Leão XIII aos Arcebispos e Bispos da Espanha, Itália e das Américas sobre Christovão Colombo**. Nicteroy: Typ. Salesiana, 1982.
- . **Inscrutabili Dei Consilio** (Sobre os males da Sociedade Moderna, sua Causas e seus Remédios). Petrópolis: Vozes, 1947.
- ALBERIGO, Giuseppe. Metodologia para uma história da Igreja na Europa. In: **Para uma história da Igreja na América Latina**, marcos teóricos. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BERETTA, Antônio Ballesteros. **Cristóbal Colón y el descubrimiento de America**. Buenos Aires; Salvat Editores S/A. 1945. (Col. Historia de America y de los pueblos Americanos).
- BERGUER, Peter. **O dossel sagrado**, elementos para uma teoria sociológica da Religião. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOURDE, Guy & MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: Publ. Europa-América, 1983.
- BRUNEAU, Thomas C. **Religião e politização no Brasil**, Igreja e regime autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.
- CARPENTIER, Alejo. **A harpa e a sombra**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S/A., 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DECCA, Edgar S. de. O tema da industrialização. In: **Cadernos de História**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- DELUMEAU, Jean. **El catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor S/A. 1973.
- DUSSEL, Henrique. Hipótese para uma história da teologia na América Latina (1942-1980). In: CHURRUCÁ PELÁEZ, A. et. alli. **História da teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- . Hipóteses fundamentais da História Geral da Igreja na América Latina. In: **Para uma história da Igreja na América Latina**. marcos teóricos. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GONÇALVES, Aldo Mário. A igreja da conquista e o Império incaico. In: **História da evangelização na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- HOFFNER, Joseph. **Colonização e evangelho; ética da colonização espanhola no século de ouro**. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- ONAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil; Primeira Época; evangelização do Brasil durante a primeira época colonial**. Petrópolis: Vozes, 1977. (col. Hist. Geral da Igreja na América Latina).
- LEON, Antonio del. **La Iglesia y eclesiásticos españoles en la empresa de Indias**. Barcelona; Rio de Janeiro: Salvat, 1945.
- LIBANIO, João Batista. **Teologia da Libertação; roteiro didático para um estudo**. São Paulo: Loyola, 1987.
- MADURO, Otto. **Religião e luta de classe**. Petrópolis: Vozes, 1963.
- MARIA, Pe. Júlio. **O catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1985.
- MULLETT, Michael. **A Contra-reforma**. Lisboa: Gradiva, 1974.
- PAGALDAY, Pe. José Ramon I. Bartolomeu de Las Casas e o seu conceito de Evangelização. In: **História da evangelização na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

FRONTEIRAS DA CRISTANDADE

RONALD RAMINELLI

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

O artigo parte de uma discussão historiográfica em torno dos cristãos-novos no Brasil colonial para refletir sobre as possíveis representações dos mesmos presentes nas Visitações do Santo Ofício na Bahia e Pernambuco.

A liberdade de pensamento não difere de liberdade de errar. A livre escolha, dizia Roberto Belarmino, torna-se particularmente desastrosa quando se refere aos assuntos da fé.¹ Com esta lógica, a Igreja Tridentina promoveu uma verdadeira reviravolta no cotidiano da Cristandade, levando a lei de Deus aos homens e mulheres iletrados. A difusão da “palavra do Senhor” ocorreu a partir do aperfeiçoamento teológico do clero, proliferação dos bispados, igrejas e capelas. A ortodoxia rompeu, então as fronteiras dos claustros e altares para regrar os corpos e almas. Os primeiros missionários, dedicados a defendê-la, logo constataram a ignorância de seus paroquianos: pobres paroquianos que nada sabiam, nem mesmo ler. Muitos religiosos percorreram os campos da Europa e depararam com seres tão alheios ao cristianismo quanto os ouvintes dos primeiros apóstolos. Outros mesclaram a tradição judaico-cristã às práticas milenares que regiam as sementeiras, as colheitas e as festividades pagãs perpetradas pelos camponeses. Deste modo traziam uma lógica particular aos ensinamentos, às vezes estranhos e incompreensíveis, ministrados pelos portadores da “palavra divina”. A diversidade de interpretações há muito comprometia a execução dos preceitos propalados pela Igreja: para contornar a situação, o Concílio Tridentino sistematizou inúmeros ritos destinados a regrar a vida dos fiéis desde o nascimento até a morte. Criou um exército de religiosos com a

atribuição de preservar as fronteiras da Cristandade e recuperar o espaço perdido para Lutero e seus seguidores. O novo avanço do cristianismo se deu sobre os antigos impérios do oriente e em direção às povoações da América recém descoberta, aproveitando a expansão marítima promovida por espanhóis e portugueses.²

As Visitações do Santo Ofício vieram reforçar o trabalho de aculturação iniciado pelos jesuítas e outras ordens que desembarcaram ao longo do litoral brasileiro. Os inquisidores não se caracterizavam como mestres, representando, sim, o papel de juízes e algozes, tentando a eliminação dos prodimentos heréticos. As missões jesuítas destinadas a levar o cristianismo aos nativos não obtiveram bons frutos; nem mesmo o clero português havia conduzido os fiéis segundo os preceitos tridentinos. Muitos imigrantes presentes na Colônia, no tempo das Visitações, desconheciam as condutas básicas de um bom cristão: uns se confundiam nas rezas, outros se benziam de maneira incomum. O lavrador Jorge Martins, habitante de Porto Seguro, teimou com vários religiosos que seu modo de se benzer era o correto. Muitos padres tentaram lhe ensinar a bênção aceita pela Igreja, mas todas as tentativas foram em vão. Jorge continuava a defender seu ponto de vista tendo como respaldo o credo. Os vizinhos do pertinaz já o conheciam por sua teimosia, intransigência que acabou por levar seus desvios ao conhecimento do Visitador.³ Dona Marta Dermondo, moradora de Ilhéus e “tida por cristã-velha”, também demonstrou que não havia entendido as palavras repetidas pelos padres no momento de consagração da hóstia. Em conversa com uma amiga, Dona Marta assim comentou: “filha, quem toma o Santo Sacramento não recebe o Senhor senão a graça, porque não fica na pessoa o Senhor se não a graça”. A amiga logo lhe admoestou dizendo que o padre quando “dá o Sacramento diz vedes aqui o corpo do Senhor e o Senhor que tira os pecados do mundo”.⁴

Outros colonos admitiam que o “estado de casado” era melhor do que o “estado dos clérigos”, sem saber das reso-

luções do Concílio de Trento sobre o assunto. A Igreja da Contra-Reforma era enfática em afirmar que a castidade e a reclusão monacal eram formas de vida superiores ao casamento.⁵ Neste sentido, os monitórios do Santo Ofício causaram grande impacto entre os moradores de Olinda e Salvador, pois muitos desconheciam o conteúdo herético das práticas arroladas pela Inquisição. A cristã-velha Felipa de Freitas somente entendeu que Lianor da Rosa era judaizante “depois que ouviu publicar o Édito da fé”, antes não viu maldade nos procedimentos da sua conterrânea.⁶ Francisco da Costa Solazar confessou a Marcos Teixeira que trocava a camisa todos os sábados, mas nem por isto seguia os preceitos de Moisés. Na verdade, o cristão-novo pretendia convencer os inquisidores que não sabia do grave crime de heresia que perpetrava, só “soube senão depois de ser publicado o Édito da Fé neste Colégio a poucos dias”.⁷

O também cristão-novo Estevão Cordeiro confessou a Heitor Furtado que “o estado de casado era melhor do que o dos religiosos e admitiu ter dito que em Roma as mulheres andam com os peitos descobertos e que os padres pagavam indulgências a quem com elas dormissem”.⁸ O aspecto burlesco do depoimento de Estevão nos lembra um dos maiores críticos da Igreja renascentista. Rabelais, por intermédio de personagens grotescos, externou muitas das pilhérias e anedotas populares envolvendo a Igreja e seus representantes. A irreverência expressa pelo autor se aproxima bastante das blasfêmias delatadas ou confessadas durante a permanência do Inquisidor na América Portuguesa. O cristão-novo Manuel Paredes foi acusado pela família da esposa por não acreditar na virgindade de Maria. Comparou a virgindade de sua mulher com a de Nossa Senhora, ressaltando que sua esposa não era virgem quando com ele se casou.⁹

Do mesmo modo, Rabelais, por não acreditar piamente nas Escrituras, criou páginas da mais pura ironia, parodiando passagens bíblicas. A natividade de Gargântua é tão espetacular quanto a de Cristo, argumentou o autor, pois se deu pela veia cava e a orelha esquerda de sua mãe. O nasci-

mento do personagem deve ser considerado tão real quanto a concepção do Salvador por uma mulher virgem. O autor ainda afirmou que não se deve duvidar. Um homem de bom senso deve sempre acreditar no que lhe contam ou nos testemunhos escritos, pois a Deus tudo é possível. “A fé é o argumento das coisas invisíveis”, já diziam os sorbonistas. De maneira cômica, Guicciardini também comentou a natividade do menino Jesus: “é preciso beber antes, durante e depois da refeição, porque a mãe de Deus foi virgem antes, durante e depois do nascimento do senhor”.¹⁰

Em várias passagens, Rabelais zombou dos sábios da Sorbonne e de seus argumentos exuberantes, atacando igualmente as Sagradas Escrituras. Em *Gargântua*, o herói se dirigiu a um lugar reservado para defecar. Seu preceptor, que não admitia perder alguns minutos de estudo, ao ver o pupilo retornar, lhe perguntou o que havia lido no retiro. Gargântua lhe respondeu que havia se debruçado sobre páginas do livro sagrado.¹¹ Os comentários argutos do escritor não se expressam apenas na voz do grotesco personagem. Em outra obra, Rabelais comentou: “Para que dizer mais, quando, qualquer pessoa, de mediana inteligência, pode verificar uma quantidade enorme de coisas semelhantes, que as Escrituras contam como se fossem realmente verdadeiras e que, ao tomá-las textualmente, pouca verdade contêm”.¹² Lucien Febvre, porém, não concebeu as provocações de François Rabelais como prova de sua descrença. Os comentários do escritor não passavam de pilhérias sem veneno, cujo inventor certamente não foi Rabelais, pois era comum os homens do povo se divertirem através de anedotas clericais. Os mesmos gracejos ganharam malícia após a Reforma, quando os religiosos se dispuseram a perseguir as tantas graçolas, transformando-as em sacrilégios.¹³ Por conseguinte, homens como Manuel Paredes e tantos outros colonos denunciados durante as visitas, cuja fé não era cega, tornaram-se alvo de comentários e desconfianças que ora os caracterizavam como heréticos pertinazes, ora os compunham como pessoas descontroladas, sem domínio sobre os atos e palavras.

A Igreja do século XVI não restringiu o seu campo de ação às blasfêmias, pilhérias e risos provenientes de anedotas anti-clericais. Os judeus, muçulmanos e protestantes residentes na Península Ibérica e no Império Colonial foram duramente perseguidos pelos inquisidores. No entanto, a tarefa do Santo Ofício não se sagrou vitoriosa de uma hora para outra, foram necessários longos séculos para extirpar as heresias presentes no território da Cristandade. Os descendentes dos judeus e mouros resistiram de vários modos, a princípio recusando os ritos e crenças católicos, ou perpetrando em segredo cerimônias proibidas. Os procedimentos inquisitoriais também promoveram a adulteração do judaísmo e do islamismo, pois os detentores do saber foram eliminados ou fugiram para lugares onde se tolerava a pluralidade religiosa.

Nas Visitações do Santo Ofício realizadas em terras coloniais, o islamismo e o protestantismo tiveram pouca ou nenhuma recorrência, enquanto o judaísmo e as gentilidades ocupam páginas e páginas dos documentos inquisitoriais. Neste sentido, o presente artigo deseja avaliar como os marcos eram concebidos pelos colonos e que perigos representavam.

1. De cristãos a demoníacos.

A historiografia dedicada aos cristãos-novos portugueses raramente se volta para a especificidade de uma população que, mesmo sofrendo um processo de transformação cultural paulatino, não deixou de ser judia de uma hora para outra. Perder esta perspectiva significa desprezar a força da tradição judaica e desconhecer os mecanismos de aculturação.¹⁴ Enfim, não há para os primeiros séculos após a conversão um estudo sistemático sobre a cultura judaica e seu processo de cristianização. Os enfoques repetem, insistentemente, os casos de heresias, a ação do Santo Ofício e as contribuições do elemento judeu ou dos cristãos-novos.

O mais polêmico e controvertido estudo sobre os cristãos-novos portugueses é o de Antônio José Saraiva, que

aponta para a inadequação do termo cripto-judeu ou judeu; a denominação correta seria cristão-novo. Esse cuidado conceitual faz sentido quando se analisa sua opinião sobre o problema da conversão forçada. Saraiva concebe o batismo em massa e as leis que objetivavam a eliminação do judeu do território português, como capazes de transformar judeus em cristãos. O período compreendido entre o batismo coletivo e o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício é entendido pelo historiador como tempo de assimilação dos judeus agora cristãos-novos, à Cristandade. O entrosamento e a crescente igualdade conquistados pelo cristão-novo provocaram uma maior concorrência, e logo, revolta por parte da sociedade — o que acarretou, junto a outros fatores, o aparecimento da Inquisição.

A visão de Saraiva me parece equivocada. Não se pode aceitar a possibilidade de que um conjunto de leis — e mesmo a pressão popular, aspecto pouco desenvolvido pelo historiador português — tenha o poder de transformar, em algumas décadas, como em um milagre, judeus em cristãos. Um indivíduo não é judeu pelo simples fato de participar de ritos vinculados à tradição judaica. O judaísmo deve ser entendido como um conjunto maior de traços culturais que conformam a visão de mundo de seus adeptos, seus comportamentos, suas atitudes, pois como dizia Ruth Benedict: *No man ever looks at the world with pristine eyes. He sees it edited by a definite set of customs and institutions and way of thinking.*¹⁵ Assim sendo, não concordo com Saraiva quando restringe a cultura aos ritos religiosos e não percebe o conceito de cultura como um todo integrado, mas como traços sem conexões entre si. Pensar em uma assimilação, como fez o historiador lusitano, é desprezar a força da tradição; por outro lado, é considerar, como fizeram os inquisidores, judeus somente aqueles que seguiam alguns ritos judaicos. Portanto, não se deve considerar os judeus convertidos como novos cristãos e esquecer, como desejou o Santo Ofício, a cultura judaica que padronizou as condutas de muitos elementos referidos pelo estudioso português.

Em *Cristãos-Novos na Bahia*, Anita Novinsky trilha, em parte, os caminhos de Antônio José Saraiva e valoriza o enfoque econômico como causa das perseguições empreendidas pela Inquisição. Ao avaliar a cristanização imposta pela Igreja, no entanto, a historiadora procura caracterizar o cristão-novo como “homem dividido” entre a tradição judaica de seus antepassados e a ortodoxia imposta pela religião dominante. Nesse sentido, menciona o baixo nível de religiosidade judaica dos cristãos-novos presos entre 1619 e 1644 e resalta a recorrência do “ateísmo” e “indiferença” em relação aos valores religiosos.¹⁶ Deste modo, a professora Anita Novinsky demonstra a dificuldade dos cristãos-novos em assimilar alguns traços da tradição católica. Esse grupo foi, repetidas vezes, delatado por expressar repulsa pelas imagens de santos e considerar a religião católica como idolatria. A aversão ao cristianismo se explicaria pela manutenção da essência de sua cultura judaica original. Assim sendo, o judaísmo inconsciente criava sérios empecilhos à plena assimilação destes indivíduos.¹⁷ Por outro lado, os cristãos-novos haviam esquecido o significado de muitos ritos judaicos. As práticas judaizantes, destarte, não eram executadas por exigência interior, mas pela necessidade de identificação.¹⁸

Lendo as narrativas fixadas pelos inquisidores durante a Primeira e Segunda Visitações do Santo Ofício,¹⁹ cheguei a princípio às mesmas conclusões. Há notadamente inúmeros elementos cristãos-novos, acusados de desconhecer e/ou desprezar os dogmas cristãos. Essas delações possuem, comumente, dois enfoques: expressam a ignorância e a dificuldade do grupo em admitir o cristianismo e denunciam o não cumprimento de normas ditadas pela ortodoxia católica como resistência, desrespeito e heresia. O distanciamento dos valores religiosos insistentemente denunciados demonstram que a conversão forçada impeliu, paulatinamente, os cristãos-novos em direção ao materialismo e à relativização dos valores e costumes cristãos e judaicos.²⁰

Em outras ocasiões, porém, os colonos denunciaram, em detalhes, ritos judaicos não mencionados pelos monitórios de

1536 e pelo rol de transgressões encontrado no Regimento de 1940.²¹ As práticas supracitadas não constituem meras invenções incriminadoras, fazendo parte da tradição judaica. Um exemplo é encontrado na deleção de Alvaro Sanchez, cristão-novo e escrivão da chancelaria de Salvador. Em 12 de setembro de 1618, ele denunciou Domingos Alvares de Serpa, mercador e cristão-novo, por se comportar mal durante a missa e dizer “Gayas, Gayas”, que segundo o escrivão era palavra de judeus.²² Guaias, Guaias são suspiros e lamentações, praticados também no ritual religioso judaico. Para os inquisidores, esse termo foi empregado como “movimentos rítmicos e inclinações rituais do corpo durante a oração, sentido esse não registrado pelos dicionaristas”.²³ Existem ainda outras delações que descrevem ritos inexistentes nos monitórios. Há, do mesmo modo, narrativas destinadas a acusar elementos “da raça judia” por praticar heresias mencionadas pelos inquisidores. Contudo, ao relatar as práticas, fornecem informações detalhadas que não constam do rol de desvios.²⁴

Estes indícios tendem, a princípio, a relativizar a tese de A. Novinsky que caracteriza os cristãos-novos como alheios e indiferentes aos sentimentos religiosos. Os relatos supracitados, por não constar dos monitórios, fugiram ao embotamento empreendido pela Inquisição, fato que corrobora a hipótese de que os ritos judaicos não eram tão estranhos à população colonial. No entanto, o estudo da cristianização e resistência dos cristãos-novos se torna precário devido ao conteúdo ambíguo das fontes. Ao fornecerem pormenores sobre a tradição judaica, os depoimentos se prestam a interpretações duvidosas e subjetivas, dificultando uma análise rigorosa sobre a questão. Esses obstáculos existem devido ao caráter da fonte inquisitorial, que se constituía de narrativas originadas, muitas vezes, da coação, do sentimento de vingança ou do desconhecimento do que seria uma prática judaizante. Desta forma, a leitura dos depoimentos fixados pelo Santo Ofício se torna uma tarefa árdua, pois se destina a perceber, de modo precário, omissões, mentiras incriminadoras e invenções descabidas.

Por outro lado, muitos colonos externaram, na presença do Visitador, o seu desconhecimento do caráter judaizante de vários costumes. Um número significativo de cristãos-novos usou deste estratagema para persuadir os inquisidores de sua inocência. No entanto, alguns dados lançam dúvidas sobre tais subterfúgios:

1 — Muitos judeus conviveram com populações cristãs na Península Ibérica. Desta forma, a tradição judaica não poderia ser estranha aos portugueses do século XVI. Um morador de Lisboa, Évora ou Porto, certamente, tinha notícias, por exemplo, do repouso sabático e do uso de roupas limpas às sextas-feiras;

2 — Os monitórios, por intermédio dos quais as here-sias judaizantes eram difundidas, existiam desde 1536. Portanto, ao final do século XVI, muitas visitas inquisitoriais haviam percorrido o território lusitano e o ultramar, alertando a população para os ritos incriminadores. Essas viagens pretendiam delimitar, com certa precisão, quem eram os heréticos, ressaltando, por conseguinte, as diferenças culturais. Desta forma, as particularidades da tradição judaica não poderiam estar esquecidas ou inconscientes. As atitudes heréticas deveriam estar vivas e incandescentes na memória dos cristãos-velhos e novos;

3 — Os conversos puderam, graças a D. Manuel, professar o judaísmo a portas fechadas até a década de 1530.²⁵ Desse modo, alguns cristãos-novos, que compareceram diante de Heitor Furtado de Mendonça, conviveram com os ritos judaicos durante uma parte de sua infância. Outros talvez tiveram contato com o judaísmo por intermédio dos seus pais ou parentes mais velhos.

No tempo das Visitações, a cristianização dos cristãos-novos ainda não permitia o esquecimento e nem mesmo a execução de ritos heréticos de maneira inconsciente. A perda de sentido dessas práticas deve ter ocorrido com intensidade em um período mais recente. Também devo ressaltar que o cristão-novo não pode ser caracterizado como um tipo ho-

mogêneo. Havia cristãos-novos mercadores, sapateiros, vagabundos, burocratas, cristãos devotos e degredados, que não respondiam aos apelos do cristianismo de modo semelhante. Por todas essas razões discordo, em parte, da tese de A. Novinsky, sobretudo quando enfatiza o baixo índice de religiosidade judaica e a execução de ritos de modo inconsciente. Sua análise, contudo, torna-se fundamental quando se refere aos mercadores — homens muitas vezes pragmáticos e comumente acusados de descrentes e blasfemadores. Vale também ressaltar que as fontes empregadas pela historiadora não são as mesmas compulsadas pela presente pesquisa.

Elias Lipiner,²⁶ diferentemente de Saraiva e Anita Novinsky, acredita na existência de núcleos judaicos na Colônia. Outros estudiosos aceitam o mesmo ponto de vista e consideram os cristãos-novos como judeus em potencial. Essa tese é defendida comumente por historiadores tradicionais como João Lúcio de Azevedo, Kayserling, Wiznitzer e Mendes dos Remédios.²⁷ *Os Judaizantes nas Capitânicas de Cima* tem, contudo, uma abordagem muito original do tema. Lipiner realizou a pesquisa junto à documentação proveniente da Primeira e Segunda Visitação do Santo Ofício e procurou reconstruir as relações de parentesco dos acusados, o clima de perseguição após a chegada do Visitador e os cultos judaicos denunciados. Neste sentido, o estudo se mostrou surpreendentemente inovador. Porém, chega a conclusões óbvias e lhe falta conhecimento teórico capaz de criar perspectivas e possibilitar o melhor aproveitamento das fontes. O estudo de Lipiner também carece de crítica documental, pois tem como verdadeiras muitas das denúncias e confissões ouvidas pelos inquisidores. Essa “ingenuidade” talvez se explique por intermédio de sua tese de que os cristãos-novos eram, na verdade, judeus camuflados — cripto-judeus. Assim, toda denúncia que corrobore esta hipótese, Lipiner a tem como verídica.

Um estudo com base na documentação inquisitorial e destinado a compreender o movimento de aculturação dos conversos deve partir dos monitórios do Santo Ofício, pois era por intermédio do rol das transgressões que as comuni-

dades lusitanas e coloniais conheciam a definição institucional ou “verdadeira” de judeu ou judaizante. Capistrano de Abreu afirmou que o *Monitório de Évora*, publicado em 1536, auxiliou os inquisidores quando estiveram no Brasil. A mencionada lista de transgressões caracteriza os criptos-judeus como aqueles que promoviam reuniões às sextas-feiras, guardavam os sábados, degolavam animais de modo ritual, recusavam determinados alimentos, faziam jejuns, celebravam a Páscoa dos Judeus, executavam orações judaicas e salmos sem *Glória Patri et Filio et Spiritu Santo*, cumpriam determinados ritos funerários, davam bênção aos filhos aos modos judaicos, se submetiam a circuncisão, negavam o batismo e o crisma católicos.²⁸

I. S. Révah considera que o *Monitório de Évora* enumerou práticas judaizantes abandonadas pelos marranos após a conversão forçada e perseguições empreendidas pelo Tribunal do Santo Ofício. A circuncisão, o dever de dar aos filhos nomes judeus, cerimônias de negação do batismo, as regras de abate, o uso de filacteres nas orações, a festa do ano novo judeu e certos costumes funerários foram esquecidos devido à capacidade dos mesmos de incriminar aqueles que os perpetrassem.²⁹ A advertência de Révah é válida para os marranos residentes no Brasil. Os ritos supracitados quase não aparecem entre as denúncias e confissões. A constatação corrobora a hipótese de que os *monitórios* não eram assim tão eficazes na criação de judaizantes; do contrário, tais procedimentos seriam denunciados. Contudo, não descarto a idéia de que a divulgação dos ritos judaicos promoveu, repetidas vezes, a incriminação de pessoas inocentes, criando heréticos onde não existiam. Deste modo, seria perigoso pensar a aculturação e resistência cultural somente por intermédio das várias denúncias cujo conteúdo havia sido propalado pelos visitantes. Assim, a análise em torno da cristianização e persistência do judaísmo será realizada a partir de indícios estranhos aos *monitórios*, pois, do contrário, os resultados da pesquisa seriam desacreditados, a partir da constatação de que a Inquisição favorecia o aparecimento de judaizantes.

Muitas delações descrevem ritos presentes nos monitórios, porém fornecem detalhes não mencionados pela Inquisição, evidenciando que os mesmos não influenciaram os relatos dos denunciadores. Felipe Cavalcante, senhor de engenho e cristão-velho florentino, narrou o jejum do *Quipur* comemorado por Henrique Mendes, Antônio Dias, seu cunhado Alma de Burzeguis “o qual se gabava que fora batizado em pé”.³⁰ O monitório de 1536 comenta que o maior jejum dos judeus é comemorado em setembro; a proibição alimentar dura todo o dia até chegar as estrelas. No início da noite, os judeus comem carnes, tigeladas e pedem perdão uns aos outros.³¹ Felipe Cavalcante, em denúncia, relatou que Henrique Antunes era acostumado a todas as luas de agosto ir para Camaragibe, lá havia uma “esnoga onde se ajuntavam os judeus desta terra e faziam suas cerimônias”, celebrando “a festa do jejum do *Quipur*”.³² A descrição do florentino é pobre em detalhes, mas não repete o texto do monitório, além de datar o *Quipur* em agosto, quando os inquisidores afirmavam ser em setembro. Elias Lipiner, comentando o erro de datação, diz que os meses do calendário judaico nem sempre coincidem com outras formas de marcar o tempo; o isolamento vivido pelos colonos também favorecia a erros deste tipo.³³ Por outro lado, a denominação *Quipur* não foi mencionada no rol de transgressões: outro indicio de que o florentino não incriminou Henrique Mendes guiado somente pelo comunicado inquisitorial.

Antônia Oliveira, cristã-nova e residente em Porto Seguro, confessou que seu primo Álvaro Pacheco aconselhou-a a procurar Violante Roiz, tia de ambos, para que a última lhe lançasse uma bênção “e a dita sua tia pôs a mão na cabeça nomeando Abraão”.³⁴ A bênção judaica mencionada pelo monitório difere em parte da narrada por Antônia Oliveira. Na primeira “os pais deitam a bênção aos filhos, pondo-lhes as mãos sobre a cabeça, baixando-lhe a mão pelo rosto abaixo, sem fazer o sinal da cruz, à forma e modo judaico”.³⁵ Os depoimentos até agora arrolados demonstram que a Inquisição não inventou o judaizante — o marranismo era uma realidade na Colônia.

Nos autos das Visitações do Santo Ofício, encontram-se igualmente descrições de ritos e cerimônias não arrolados nos monitórios. Um bom exemplo foi narrado pela cristã-velha Lianor Carvalha que, por volta de 1550,³⁶ entrou em uma sinagoga em Arzila, onde havia uma “canteira com um frontal de pano da Índia pintado” na qual se encontravam uns rolos “de pergaminhos enfronhados em uns sacos de pano de linho”, em frente havia, pendurado na parede, um alampadário aceso. Encontrou também um grupo de judeus sentados em bancos “entoando uma toada” enquanto um moço estava de costas e servia de “estante” para um livro.³⁷ Melchior de Bragança, cristão-novo marroquino, contou a Marcos Teixeira que Manoel Roiz Sanchez e Luiz Álvares visitaram uma sinagoga em Flandres; ao entrarem lavaram as mãos, puseram-nas na testa, beijaram-nas e levantaram-nas. Os cristãos-novos seguiram em direção ao fundo do templo “meneando o corpo rezavam os Salmos de David em linguagem hebreia”. Depois da reza, veio um rabino vestido com uma roupa branca sobre um “vestido ordinário” subiu ao púlpito onde disse algumas orações e os demais o respondiam: “Amém, dando saltos para cima, dizendo Cadox, Cadox, que queria dizer, Sanctus, Sanctus, Dominus Sabaoth”.³⁸

Oferecer azeite para acender as alampadas das sinagogas também era indicio judaizante, tal acusação sendo rara entre os documentos provenientes das Visitações. Porém, Tomás Lopes de alcunha o Maniqueté, era conhecido em Pernambuco por usar uma “rondilha no pé” que servia como aviso aos marranos, alertando-os para contribuir com esmolas na compra de azeite destinado a manter em funcionamento a alampada.³⁹ O cristão-novo Henrique Vaz teve seu nome denunciado perante Heitor Furtado de Mendonça por rezar salmos de David em linguagem. A transgressão a ele atribuída se encontra nos monitórios, contudo o delator fornece detalhes precisos: “rezando ajuntava as palmas e tornava a afastar e tornava a juntá-las e abaixar a cabeça para cima e às vezes fazia isto à boca da noite junto de uma grade, olhando para as estrelas”.⁴⁰

Os procedimentos supracitados demonstram que o judaísmo ainda habitava a consciência de muitos colonos, fossem eles cristãos-velhos ou novos. Assim, seria quase impossível conceber como crível depoimentos de cristãos-novos adultos ou anciãos que juravam desconhecer o conteúdo herético de práticas elementares da tradição judaica. Alguns depoimentos indicam que a tradição, mesmo adulterada pelas circunstâncias, era transmitida nos núcleos familiares. Os ensinamentos eram difundidos aos jovens, depois que os mesmos já tivessem noção dos perigos envolvendo as práticas judaizantes. A confissão da cristã-nova Antônia Oliveira revela exatamente como a heresia marrana era perpetuada através das gerações.

A confitente declarou ao Visitador que jejuava “do carnal” às quartas, sextas e sábados, reverenciando a Deus Nosso Senhor, à Virgem Nossa Senhora e aos santos “do paraíso encomendando-lhes também ao dito seu marido ausente e rezando-lhes pelas contas as orações da Santa Madre Igreja”. Um dia, seu primo Álvaro Pacheco lhe disse que a mesma pouco sabia sobre a salvação e queria lhe ensinar o modo como seus avós se salvaram. Para tanto, Antônia jejuaria às segundas e quintas-feiras, sem comer, beber e dormir até sair as estrelas no céu. Depois do cair da tarde e reinar da escuridão, a mesma poderia comer à vontade. Os jejuns eram realizados pelos homens e mulheres da família que ao mesmo tempo se confessavam e comungavam como pessoas honradas. O primo lhe aconselhou em seguida a tomar bênção com Violante Roiz: depois de jejuar, “fosse ela a dita sua tia que lançasse a bênção dizendo-lhe também que se a dita sua avó Branca Roiz” fosse viva lhe ensinaria como havia de se salvar, “porque fora muito santa mulher e morrera uma morte santa”. Antônia teria, a fim de se salvar, que guardar os sábados, estes os verdadeiros domingos. Na oportunidade, deveria vestir camisas lavadas e descansar, sendo o domingo e os demais dias da semana dedicados ao trabalho. A confitente disse “que fez os ditos dois jejuns parecendo-lhe que neles fazia uma grande devoção à Nossa Senhora sem enten-

der serem judaicos”, somente vindo a descobrir seu conteúdo herético depois da chegada da Santa Inquisição.⁴¹

As instruções do primo Álvaro revelam que a aculturação dos cristãos-novos se encontrava em andamento, dando origem aos ritos marranos: mescla de traços da cultura judaica com outros tantos da ortodoxia católica. No exemplo citado, nota-se que os jejuns e a preservação do repouso sabático constituem uma fração reduzida dos cultos judaicos, enquanto o comungar e confessar os atrelavam aos devotos cristãos. Na vida íntima, em família, os marranos se ligavam aos antepassados e à tradição milenar; na vida pública, participavam das manifestações de fé promovidas pelos padres. A mesma dualidade se encontrava na maneira de se obter a salvação; de um lado, os jejuns, e o *shabat* redimiam os marranos da existência como cristãos e da negação pública das leis de Moisés; por outro lado, as determinações do culto católico possibilitavam aos mesmos terem uma “morte santa”.

Antônia de Oliveira, em confissão, deixa claro que desconhecia o conteúdo herético dos jejuns e os realizou em devoção à Nossa Senhora Virgem Maria.⁴² Na mesma oportunidade, “incriminou” toda a família, pois enfatizou a dualidade religiosa como sendo consciente. Heitor Furtado de Mendonça pouco aproveitou do depoimento da confitente, deixando passar contradições gritantes: por que a mesma executou os jejuns apenas duas vezes? Isto não está claro no relato; se os homens e mulheres da família realizavam os jejuns e descansavam no sábado, por que nunca despertaram a atenção da confitente às diferenças entre os cultos católicos e judaicos? Seria possível acreditar que uma cristã-nova adulta — Antônia tinha 30 anos quando compareceu à mesa do Santo Ofício — desconhecesse por completo a prática de descansar nos sábados e ter os domingos como dias normais? A negligência do Visitador torna-se mais grave quando se sabe que Álvaro Pacheco pertencia a uma das famílias mais denunciadas na Bahia. Álvaro era filho de Mestre Afonso e Maria Lopes, a última, por sua vez, era uma das filhas de Ana Roiz. Álvaro Pacheco teve seu nome denunciado três

vezes. A primeira delação conta que o marrano proferiu palavras contra a “Santa Fé”, afirmando que a “Epístola da missa” nada dizia; em seguida, foi acusado de casar à moda judaica com uma das primas também cristã-nova; por último, a delação partiu do esposo de Antônia de Oliveira, o cristão-novo Pero Fernandes, que narrou os jejuns prescritos pelo primo à sua mulher.⁴³ Enfim, a família de Antônia era conhecida de “fama pública” por perpetrar o judaísmo.

A dualidade vivida pelos marranos dava margem para comentários maldosos, como foi feito em relação a Bartolomeu Fragoso. Madeira de Sá delatou Bartolomeu por teimar que sua conta estava certa e que nem Cristo provaria o contrário. Em seguida o denunciador comentou que o “vê fazer mostras do cristão no exterior”, duvidando da sinceridade devocional do mesmo.⁴⁴

Outros cristãos-novos eram determinados a viver como cristãos “lindos”⁴⁵ rezando à Nossa Senhora, “fazendo esmolas e obras de quem teme a Deus”, assim afirmou Nicolau Faleiros de Vasconcelos em relação à sua esposa cristã-nova.⁴⁶ Na verdade, se comportar como um cristão era um requisito básico para se viver em harmonia em uma sociedade que não admitia a pluralidade religiosa. A Inquisição não era a única a perseguir o desviante. O preconceito, a superstição transformavam o suspeito em inimigo, capaz de, a todo instante, arruinar ou prejudicar os membros da comunidade cristã. Portanto, manter uma imagem de devoção e respeito aos dogmas significava a possibilidade de ser assimilado à sociedade; contrair casamento com cristãos-velhos, se integrar à vida econômica, exercer cargos públicos e pressão econômica sobre determinados grupos.

A ambigüidade vivida pelos marranos deve, então, ser vista em sua complexidade, ressaltando os aspectos econômicos, sociais e religiosos da integração dos cristãos-novos à Cristandade. A denúncia de Melchior Bragança, anteriormente citada, revela pontos interessantes da vida dos grandes mercadores cristãos-novos. Manoel Roiz Sanchez e Gonçalo Nunes, residentes em Salvador, mas tendo vínculos com os

portos de Lisboa e Amsterdam, foram acusados de “viver na lei de Moisés” quando estavam em Flandres.⁴⁷ Diogo Lopes de Évora, cristão-novo e dono de um dos guindastes de Salvador, relatou que Manuel Homem “apostara da nossa Santa Fé Católica e se fizera judeu na cidade de Nostra Dama”, em Flandres.⁴⁸ Vários relatos descrevem heresias perpetradas por colonos quando se distanciavam das garras da Inquisição. A princípio entendendo os procedimentos como indícios de marranismo, ou seja, os ditos cristãos-novos quando podiam expressar livremente sua crença religiosa o faziam em público.

Uma outra leitura poderia ser realizada a partir das mesmas denúncias. A dualidade dos marranos, vista sobre uma ótica política permite vislumbrar a hipótese de que os delatores se comportavam segundo os preceitos do meio cultural. Deste modo, o mercador Manoel Sanchez, por exemplo, se comportaria como cristão entre os comerciantes de Salvador e Lisboa, como judeu na comunidade judaica de Amsterdam. O avanço da aculturação poderia facilmente forjar comportamentos hipotéticos como estes, criando homens alheios aos códigos religiosos. Por outro lado, os judeus residentes em Flandres talvez mantivessem relacionamentos mais cordiais com mercadores que externassem resistência contra os procedimentos da Inquisição. Um cristão-novo plenamente assimilado não teria a mesma recepção dedicada a um marrano, o fervor religioso da comunidade judaica da Holanda, sem dúvida, favorecia a aproximação do judaísmo.⁴⁹ Contudo até que ponto os colonos poderiam se integrar a tradição judaica, tendo vivido longos anos como cristãos? Até que ponto, repito, a aculturação promovida pela Igreja e Inquisição seria irreversível? Teriam a conversão e aculturação forçadas transformado parte dos cristãos-novos em descrentes, alheios aos apelos da religião?

Os autos das Visitações não caracterizam os cristãos-novos como seguidores de uma religião sincrética, ou melhor dizendo, as denúncias ressaltavam a dualidade religiosa como se a mesma fosse consciente. O marrano seria, então, aquele

que em um lugar oculto reverenciava a Moisés e em público atacava os dogmas e os padres, sem deixar transparecer que era herético; ou fazia “mostras de bom cristão”, mas frequentava a esnoga. Os mercadores, por sua vez, quase sempre zombavam da fé, desrespeitavam os santos e os padres, dedicando-se ao lucro e às onzenas. Enfim, a documentação é inadequada para o estudo da cristianização dos conversos, pois privilegia as resistências ao invés da aceitação da ortodoxia católica.

Muitos cristãos-novos se recusavam a cumprir os rituais católicos, não iam à missa, a festas, nem tão pouco se confessavam, exceto nos períodos em que toda a comunidade demonstrava devoção. A renitente Ana Roiz nunca ia à igreja “senão mui raramente”, nem se confessava por livre vontade, relatando seus pecados ao clérigo somente durante a quaresma.⁵⁰ Manuel Faria, seu neto, também foi acusado de não gostar da reza, de sair antes da missa terminar e de não possuir o livro de horas de Nossa Senhora.⁵¹ Branca de Leão era falecida no Tempo das Visitações, contudo seu nome não deixou de ser citado em dezenas de delações. Em uma delas, à defunta era atribuído um ato de resistência próprio de um judaizante; segundo a denúncia, a mesma havia lançado um púcaro de água em um crucifixo, molhando-o. Sua irmã Catarina Fontes se espantou com o procedimento e lhe perguntou o motivo do desrespeito com Cristo. Branca respondeu que “aquilo era um papel, que Deus que estava no céu”.⁵²

Entre as delações havia testemunhos mais contundentes, provas da repulsa dos cristãos-novos à aculturação empreendida pelo Estado lusitano. Miguel Fernandes, natural do Porto e residente em Lisboa, quando esteve na Colônia foi pego sentado sobre o altar, em cima da pedra d’ara de modo que estava de costa para o crucifixo. Além desta ousadia, Miguel fez “comédia ao divino” na hora da festa do Santíssimo Sacramento, desrespeitando todos os fiéis presentes na Sé de Salvador.⁵³ O mestre-de-açúcar Fernão Roiz, conhecido pelo olho torto, afirmou em público que caso se deparasse com Nossa Senhora, a colocaria em uma forma de açúcar. Em

outra oportunidade, o mesmo Roiz, durante uma “procissão das endoenças”, onde havia um homem representando Cristo a caminho do Calvário e outros como fariseus, dava “doces da misericórdia” apenas para os últimos e nada para a figura de Cristo”, procedimento que escandalizou o delator.⁵⁴ A vizinha de Maria Lopes relatou ao Visitador condutas desviantes da cristã-nova filha de Ana Roiz. Em 13 de agosto de 1591, Maria Eça declarou que viu no quintal vizinho uma grande cruz de madeira, “das que se costuma por pelas estradas deitadas no chão”. Observou diversas vezes as negras da dita Maria Lopes andarem por cima dela e lavarem a louça e pratos sobre o objeto sagrado. A cruz então permanecia na lama, na “sujidade”. O acontecimento lhe causou muito escândalo “por ela ser cristã-nova”.⁵⁵ Fernão Soares, ensinou a um negrinho um sinal da cruz muito especial. O dito negrinho assim se benzia: “pondo a mão na testa disse, boi, e pondo a mão no peito disse, corda, e pondo a mão no ombro esquerdo disse, faca, e pondo a mão no ombro direito disse, Amém Jesus”.⁵⁶

A resistência dos cristãos-novos não se restringia aos dogmas e fé católicos, atingindo igualmente aos representantes da Igreja e à Inquisição. Bartolomeu Garces, obreiro de alfaiate e morador de Tapagipe, confessou ter dito a seguinte blasfêmia: “por clérigos e frades se há de perder o mundo”, em uma alusão aos perigos do poder dos religiosos.⁵⁷ Diogo Fernandes, por sua vez, teve seu nome denunciado por valorizar a resistência dos marranos frente aos tormentos e torturas empreendidos no cárcere do Santo Ofício. Disse ao primo, cujos pais haviam sido queimados pela Inquisição, para não chorar, pois ambos haviam morrido pela honra.⁵⁸ Maria Antunes esteve em Évora e presenciou um Auto-de-Fé, onde mestre Roque foi castigado com a morte. A delatora conversou sobre o acontecido com Maria Lopes e a última comentou que o mestre era seu parente e que havia morrido de “morte honrada”. Maria Antunes achou suspeita a defesa do apóstata feita pela cristã-nova e resolveu comunicar ao Visitador. Mas deixou claro que se considerava amiga da denunciada.⁵⁹

A recusa da gente da nação não era expressa apenas por indivíduos isolados. Há denúncias dedicadas a revelar a existência de grupos ou indivíduos cristãos-novos cujo objetivo era auxiliar os irmãos pobres que aportavam na Colônia. A delação de Domingos da Rosa demonstra como funcionavam as “irmandades marranas” em Salvador. O último contou ao Visitador que ao chegar na cidade, Gomes Fernandes o recebeu com muitas gentilezas, pois pensava que Domingos era “da nação dos cristãos-novos”. Fazia-lhe “festas e dava mostras de amor e amizade dizendo-lhe que quando a esta cidade vinha algum cristão-novo”, procurava amparar e favorecer os pobres descendentes dos conversos, “estrangeiros que não achavam senão a ele para os ajudar”. Durante um ano, Gomes Fernandes, o desnarigado, ofereceu ao delator a sua residência “para tudo que houvesse mister”. Contudo, depois de saber da origem cristã-velha de Domingos, tudo mudou, o cristão-novo se comportando como se nunca tivesse conhecido seu protegido.⁶⁰ Doutor Melchior de Bragança contou durante a Segunda Visitação uma história muito semelhante. O denunciador era marroquino e hebreu da nação, tinha por volta de 40 anos e lecionava língua hebréia nas universidades de Alcalá e Salamanca, ambas na Espanha. Estava na Colônia com degredado, pois havia matado um homem. Melchior se encontrava em situação difícil quando chegou em Salvador, por isso pediu ajuda a Álvaro de Serpa, cristão-novo e mercador que se mostrou muito solícito. Em conversa, Serpa lhe perguntou se ele realmente havia renegado a lei de Moisés e se tornando um “cristão de vontade”. O delator confirmou a história e provocou protestos por parte de Domingo: “a lei de Moisés era a lei verdadeira; e por isso não podia ele denunciante deixá-la. E que se tinha necessidade, que se recolhesse a casa dele denunciado, e se declara-se com ele”. O rico e poderoso senhor da terra Dinis Bravo também atendeu aos pedidos do degredado, dando-lhe esmolas. Em uma determinada ocasião Dinis afirmou a Melchior que os judeus de Espanha eram os melhores. O Licenciado Francisco Lopes Brandão, advogado da nação, concedeu ao marroquino uma

“carta de favor”, depois que o mesmo interpretou um salmo em favor dos judeus. Após ter ouvido o depoimento, Marcos Teixeira resolveu indagar porque razão os mencionados marranos haviam confessado sua fé na lei mosaica. O doutor respondeu dizendo que todos acreditavam que ele fosse um marrano. Mas uma vez descoberta a verdade, “logo o desampararam, e não somente lhe deixaram de fazer bem e ajudá-lo como se costuma entre a gente da nação, mas ainda pretenderam persegui-lo e desacreditá-lo por sua boa reputação”. [...] ⁶¹

Os depoimentos até então mencionados demonstram a dificuldade dos descendentes dos conversos em se adaptar à sociedade cristã; por um lado, havia diferenças doutrinárias, sobretudo em relação à vinda do Messias e nos cultos a santos e imagens; por outro, a repressão do Santo Ofício e das comunidades que viam nestes indivíduos judeus em potencial. Os suspeitos de marranismo provocavam comentários, muitos deles sem fundamentos. Contudo, a impossibilidade de se verificar se um relato é verídico não inviabiliza uma análise sobre a representação do judeu na sociedade colonial, pois a existência de mentiras e invenções é um dado relevante e não desprezível. A falsidade dos testemunhos indica a necessidade de incriminar um determinado indivíduo. O seu comprometimento, porém, somente era efetivado, caso outras informações fossem somadas à mentira. Assim, se houvesse respaldo da população a fraude seria aceita como verdade. O mesmo ocorria com o Santo Ofício: uma denúncia não era capaz de levar um réu ao cárcere. Muitas heresias, ou possíveis inverdades, eram de “fama pública”, tendo a credibilidade da população. Outras denúncias, nem tanto, sendo provenientes de um ou dois indivíduos. A repetição de um desvio nada diz sobre sua existência real. Esta constatação inviabiliza as tentativas destinadas a se certificar da veracidade de um relato. Contudo, interessa ao historiador conhecer as informações tidas como reais pelos colonos. Então, o número de delações de uma mesma heresia torna-se uma peça fundamental para o estudo.

O marranismo tinha existência real na Colônia, não era mais uma invenção do Tribunal do Santo Ofício. Do mesmo modo, é incontestável a dificuldade e resistência dos cristãos-novos em se adaptar aos parâmetros impostos pela Cristandade: não foi suave, nem repentina a aculturação dos conversos e seus descendentes. Por outro lado, a partir da reflexão sobre a mentira, é possível concluir que a “fama pública” põe em evidência o espaço ocupado pelos heréticos no imaginário popular. Na verdade, os desviantes desempenhavam um papel importante nas sociedades tradicionais, a eles cabendo fortalecer os valores vigentes, a partir da sua negação — voltarei mais tarde ao tema.

Um judaizante, conhecido como tal por toda a comunidade, não obedecia apenas às leis de Moisés, a ele sendo atribuídos muitos outros delitos. Às vezes chicoteava sem razão os negros da terra, quebrava mesas e cadeiras quando da morte de um ente próximo, cobrava juro escorchantes, raptava mulheres casadas, subornava autoridades ou soltava pombas no nascimento de um filho. O judaizante era caracterizado como herético, ameaça à comunidade, desregrado, sexualmente desequilibrado... enfim constituía o MAL, capaz de pôr em em perigo a ORDEM imposta por Deus e obedecida pelos cristãos devotos. Deste modo, a possível fraude dos depoimentos auxilia o historiador a compreender o quanto era terrível um judaizante, sujeito incapaz de se comportar segundo os preceitos e padrões culturais de uma comunidade. A função social da mentira, no caso específico das denúncias ao Santo Ofício, auxilia o entendimento de dezenas de relatos que atribuíam aos marramos práticas alheias à tradição judaica.

Em certa ocasião, a família de Ana Roiz havia matado um porco; depois da execução do animal, começaram a dançar em torno dele, cantando cantigas em linguagem.⁶² Em uma sexta-feira, Branca Dias matou um pequeno porco e o comeu na noite do mesmo dia.⁶³ Salvador da Maia e alguns amigos judaizantes comeram um porco na sexta-feira e denominaram-no de “chaucarona”.⁶⁴ O mesmo Salvador da

Maia, em outra denúncia, foi acusado de comer o cordeiro pascal com Francisco da Costa, obedecendo os preceitos judaicos (sic) para a semana santa.⁶⁵ Maria de Azevedo em denúncia comentou sobre a existência “de uma toura de barro com cornos dourada e malhada de roxo com cornos dourados e as pontas pretas”; o objeto se encontrava em casa de Fernão Soares, conhecido mercador cristão-novo de Pernambuco. A delatora ainda forneceu detalhes surpreendentes: “vendo o dito seu avô a dita toura disse que era a toura dos judeus a qual toura seria do tamanho de uma palmo e estava assentada no chão com as pernas encolhidas a qual em uma parte não lhe lembra se em uma ilharga se onde, tinha metido um parafuso”. [...] ⁶⁶

Todas as denúncias mencionadas vinculam o culto judaico a animais. Os homens da “raça hebréia” sacrificavam ou adoravam porcos, cordeiros e touras. Os depoimentos caracterizam as cerimônias como parte de judaísmo, revelando indícios incriminadores capazes de provar o comprometimento dos acusados com as leis de Moisés. Porém nada é mais estranho à religião judaica do que o emprego de animais durante os ritos. As delações, por conseguinte, não passam de invenções incriminadoras, destituídas de fundamento teológico.

Dona Mécia, mulher de Francisco Araújo e Dona Isabel, esposa do Fidalgo da Casa Real Cristovão de Barros, ambas cristãs-novas, foram encontradas no caminho para Vila Velha “como feiticeiras”.⁶⁷ Isabel de Sandales também conhecia histórias extraordinárias atribuídas à Dona Mécia e sua companheira, pois achara as duas “donas honradas desta cidade em figuras de pata”. O cura havia presenciado o mesmo evento e disse: “ali vai Dona patinha aludindo a figura de pata em que fora achada”.⁶⁸ O senhor de engenho e homem da nação hebréia chamado Gaspar Pacheco havia se dado ao Diabo,⁶⁹ enquanto na casa de Diogo de Paiva, em Tejucupapo, encontraram dois castiçais com velas e uma figura de cera preta, que era a representação de um homem com dois cornos. Segundo a narrativa, o altar só poderia ser coisa de judeus. A delação ainda fornece os seguintes detalhes:

[...] Detrás da porta armado um altar bem concertado com seu frontal e toalhas pregadas com alfinetes, com altar de dizer missa no qual estavam dois castiçais de latão com suas velas e no meio estava em lugar de imagem uma figura feita de cera preta a qual figura era de homem nu e na cabeça na testa dois cornos feito da mesma cera e em uma mão tinha feito da mesma cera como vela ou vara. [...] ⁷⁰

A diabolização do cristão-novo não se restringe a acusações de feitiçaria, sacrifícios e adorações de animais e rituais satânicos. A caracterização dos marranos se destaca, em várias ocasiões, pelo seu aspecto monstruoso, deficiente, imperfeito: Salvador da Maia era manco de um pé, Gomes Fernandes tinha a alcunha de “o desnarigado” e Tomas Lopes era denominado “o Maniquete”; dois filhos de Branca Dias eram conhecidos pelos seus defeitos físicos, Brites, “a Alcorcovada”, e Manoel Afonso sem braços; Fernão Roiz possuía um olho torto, outros se destacavam por sinais, verrugas... ⁷¹

Conceber o cristão-novo como adepto de cultos satânicos é uma forma exemplar de representá-los como antítese do cristão. Neste sentido, os séculos XVI e XVII se destacaram pela preocupação com os extremos de moral e religiosidade, pelo culto dos contrários e por definições atreladas à lógica do bem e do mal. Stuart Clark demonstrou, com muita maestria, a existência desse tipo de raciocínio em vários setores da cristandade. Nas universidades, entre os artistas, magistrados, demonólogos, religiosos e nas festas populares, se perpetuava a mesma retórica dos contrários, das antíteses. Havia, então, a necessidade de alocar os maus e os bons segundo os preceitos da ortodoxia católica. A dualidade constituía uma maneira de classificar os sujeitos e instrumentos pelos quais Deus se expressava e os homens compreendiam a inteligibilidade das coisas. Delimitar as fronteiras entre o cristão e o herético tornou-se veículo de dominação política, forma de excluir os imperfeitos e exaltar os ensinamentos do Senhor. Os tratados de demonologia, muito em voga na época, difundiam o demonismo e a lógica da “inversão da vida”. O sabá ou, esnoga das bruxas era o reino contrário à harmo-

nia concedida por Deus. Satã, sua antítese, continha em si o ódio pela humanidade e o desprezo pelo amor mútuo. Assim, conhecer o culto satânico tornava-se uma forma de validar a ortodoxia, de valorizar os benefícios concedidos aos cristãos sinceros. A “palavra verdadeira” concedia meios para se alcançar o Paraíso, enquanto os demoníacos eram agentes do inferno, da anarquia.⁷²

Os desvios e desregramentos perpetrados pelos marranos serviam como aviso e pequena mostra dos malefícios que assolariam a Cristandade depois da execução dos planos oriundos da aliança entre Satã e os judeus. Enfim, as mentiras e invenções eram um dos indícios dos temores próprios da mentalidade cristã, ou saídos do livro do Apocalipse.

NOTAS

- 1 DELUMEAU, J. *Um chemin d'histoire*. Paris: Fayard, 1981. p. 84.
- 2 Idem p. 80-153.
- 3 **Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Denúncias da Bahia — 1591-1593. Introdução de Capistrano de Abreu.** São Paulo: Paulo Prado, 1925, (db) p. 304-5.
- 4 db p. 335.
- 5 VAINFAS, R. *Trópico dos pecados*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. pp. 94-5.
- 6 db p. 360.
- 7 **Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Marcos Teixeira.** Livro das Confissões e Ratificações da Bahia — 1618-1620. Introdução de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira. AMP, tomo 17, 1963. (CB) p. 386.
- 8 **Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Introdução de Rodolfo Garcia e José Antônio Gonsalves de Mello.** Recife: Fundarp, 1984. p. 27.
- 9 db p. 272-3.
- 10 FEBVRE, L. **O problema da descrença no século XVI.** (trad.) Lisboa: Editorial Início, s.d. pp. 182-4.
- 11 Idem, p. 178.
- 12 Idem, p. 187.
- 13 Idem, p. 191.
- 14 WATCHEL, N. **A Aculturação.** In: LE GOFF e NORA. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 113-29; VEYNE, P. **A Helenização de Roma e a Problemática das Aculturações.** *Diógenes*, 3: 105-125. 1983. BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1971. p. 523-35.
- 15 BENEDICT, R. *Patterns of Culture*. London: GEORGE ROUTLEDGE and Sons, 1934. p. 2.
- 16 NOVINSKY, A. **Cristão-Novos na Bahia.** São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 161-2.
- 17 Idem p. 159.
- 18 Idem p. 120-1.
- 19 ver RAMINELLI, Ronald. **Tempo de visitasões; cultura e sociedade em Pernambuco e Bahia 1590-1620.** Dissertação de mestrado. São Paulo, 1990. capítulo 2.
- 20 ver db p. 263.
- 21 “**Monitório do Inquisidor Geral**”. In: CASTRO, D. *Francisco. Colletório de Bullas e Breves Apostólicos, Cartas, Alvarás et Provisões Reaes que contém a instituição e progresso do Santo Ofício em Portugal...* Lisboa, Impressor del Rey, 1634. folha 4f a 7; “**Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal**”. In: ANDRADE E SILVA, J. J. *Coleção Chronologica de Legislação Portugueza — 1634-40.* Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1855. pp. 375-77.

- 22 Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil — Denúncias da Bahia” (1618 — Marcos Teixeira) Introdução de Rodolfo Garcia. ABNRJ, 49, 1927. (DB) p. 123.
- 23 Lipiner, E. *Santa Inquisição: linguagem e terror*. Rio de Janeiro: Documentária, 1977. p. 79.
- 24 ver db p. 123.
- 25 KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira; Edu:sp, 1971. p. 105-34.
- 26 LIPINER, E. *Os judaizantes nas Capitanias de Cima*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- 27 AZEVEDO, J. L. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Clássica, 1922.
- KAIRSERLING, M. op. cit.; WIZNITZER, A. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1966; MENDES DOS REMÉDIOS. *Os Judeus em Portugal*. Coimbra, 1884.
- 28 “Monitório do Inquisidor Geral”... Op. cit. loc. cit.
- 29 RÉVAH, I. S. “Hérésie Marrane dans l’Europe Catholique du 15 au 18 siècle” In: LE GOFF, J., org. *Hérésie et Societé*. Paris, Mouton, 1968. pp. 330-1.
- 30 dp p. 5.
- 31 “Monitório...” Op. Cit. p. 5.
- 32 dp p. 5.
- 33 LIPINER, E. *Inquisição...* Op. Cit. p. 86.
- 34 Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heltor Furtado de Mendoca — Confissões da Bahia — 1591-1592. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935. (cb) p. 76.
- 35 “Monitório”... Op. Cit. p. 5f.
- 36 Caso a data fornecida pela depoente estaja correta, vale lembrar que era proibida a existência de sinagogas na Península Ibérica, sobretudo após 1536.
- 37 cb p. 57.
- 38 DB p. 129.
- 39 LIPINER, E. *Santa Inquisição...* Op. cit. p. 21.
- 40 db p. 336.
- 41 cb pp. 75-6.
- 42 Guardar os sábados em nome da honra de Nossa Senhora, segundo Lipiner, era comum entre os cristãos-novos. “Isto em decorrência talvez de uma interpretação própria dada pelos judaizantes brasileiros ao que lhes fora ensinado acerca da confusão da velha lei com a nova, devendo, mesmo, aquela ser considerada como representação antecipada desta. Com efeito, nos sermões dirigidos aos cristãos-novos, ainda em Portugal, o judeu converso Eusébio explanava como o domínio substituíra o sábado, a Páscoa da Ressurreição ao Pão de Azúmo, e essas festividades e cerimônias dos judeus em prefiguração da Nova Lei”. LIPINER, E. *Santa Inquisição...* p. 52.
- 43 db p. 246, 320-1, 515-6.
- 44 db p. 288-9.
- 45 “cristãos-lindos” é o mesmo que cristãos-velhos.
- 46 cb p. 24.
- 47 DB p. 129.
- 48 DB p. 162-3.
- 49 MELLO, J. A. Gonsalves de. *Gente da nação*. Recife: Massangana, 1989. p. 257 em diante.
- 50 db p. 258.
- 51 db p. 167.
- 52 db p. 333.
- 53 db p. 464.
- 54 db p. 231.
- 55 db p. 323.
- 56 cp p. 20.
- 57 cb p. 108.
- 58 db p. 524.
- 59 db p. 345.
- 60 db p. 390-1.
- 61 DB pp. 97-101.
- 62 db p. 388.
- 63 dp p. 45.
- 64 db p. 447.
- 65 db p. 273.
- 66 dp p. 38.
- 67 db p. 412.
- 68 db p. 540.
- 69 db p. 348.
- 70 dp p. 13.
- 71 db p. 270, 390; MELLO, J. A. G. de. op. cit. pp. 129-30; db p. 33.
- 72 CLARK, S. “Inversion, Misrule and Meaning of Witchcraft” *Past & Present*, 87: 98-127, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. L. **História dos cristãos-novos portugueses**. Lisboa: Clássica, 1922.
- BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- BENEDICT, R. **Patterns of Culture**. London: George Routledge and Sons, 1934.
- CARNEIRO, N. L. Tucci. **Preconceito racial no Brasil-Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CLARK, S. Inversion; Misrule and Meaning of Witchcraft. **Past & Present**, 87: 98-127, 1980.
- DELUMEAU, J. **Un chemin d'histoire**. Paris: Fayard, 1981.
- FEBVRE, L. **O problema da descrença no século XVI**. Lisboa: Editorial Início, s.d.
- KAYSERLING, M. **História dos judeus em Portugal**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1971.
- LIPINER, E. **Os judaizantes nas Capitanias de Cima**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- . **Santa Inquisição: linguagem e terror**. Rio de Janeiro: Documentária, 1977.
- MELLO, J. A. Gonsalves de. **Gente da nação**. Recife: Massangana, 1989.
- MENDES DOS REMÉDIOS. **Os judeus em Portugal**. Coimbra: 1984.
- NOVINSKY, A. **Cristãos-novos na Bahia**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- RAMINELLI, Ronald. **Tempo de Visitações; cultura e sociedade em Pernambuco e Bahia 1590-1620**. São Paulo, 1990. Dissertação, mestrado, Universidade de São Paulo.
- RÉVAH, I. S. **Hérésie Marrane dans l'Europe Catholique du 15 au 18 siècle**. In: LE GOFF, J., org. **Hérésie et société**. Paris: Mouton, 1968.
- VAINFAS R. **Trópico dos pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VEYNE, P. **A Helenização de Roma e a Problemática das Aculturações**. **Diógenes**, 3: 105-125, 1983.
- WATCHEL, N. **A aculturação**. In: LE GOFF, J. e NORA P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- WIZNITZER, A. **Os judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1966.

QUESTÕES PARA A HISTÓRIA

A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E A QUESTÃO REGIONAL

ALDAIR TARCISIO RIZZI

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

CLAUS MAGNO GERMER

Professor do Departamento de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, UFPR. Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

RESUMO

O texto trata de questões relacionadas a Região Sul, sua inserção nacional e no MERCOSUL, tendo como referencial analítico as mudanças estruturais ocorridas principalmente nos segmentos agroindustriais. Contém ainda considerações sobre o ressurgimento das teses de separatismo no Brasil.

INTRODUÇÃO(*)

A questão regional sempre foi tema de intenso debate na sociedade brasileira, em particular nos meios acadêmicos, resultante de sua importância para o entendimento da dinâmica das economias capitalistas e, por conseqüência, das diversas linhas de interpretações em relação à integração das economias regionais no contexto da economia nacional. Atualmente ela está circunscrita especialmente na região Sul, a qual se constitui uma área econômica de maior proximidade com os países fronteiriços que integrarão o mercado comum entre os países do Cone Sul. O impacto da formação desse mercado, sobre a região Sul, tem feito ressurgir o debate sobre a questão regional, que em linhas gerais, é tratada ou sob uma ótica exageradamente autárquica ou se mantém presa exclusivamente às vantagens ou desvantagens da integração, do ponto de vista específico dessa região, em detrimento de uma visão mais ampla, no contexto de uma economia com mercado nacional unificado. A questão regional também apa-

rece num ambiente em que se esboça e toma proporção cada vez maior o discurso em defesa do separatismo regional por alguns segmentos da sociedade, porque nela localizam-se forças políticas e econômicas defensoras de uma economia regional que, dos seus pontos de vista, não deve aceitar a continuidade de um suposto processo de transferência de renda e evasão de divisas para outras regiões. Essa tem sido, ao nosso ver, uma falsa questão, em função da incompreensão da dinâmica do capitalismo e, nesse âmbito, da integração de espaços regionais.

O objetivo do presente texto é apresentar uma análise que contribua para o debate e para o melhor entendimento da questão regional. Mais precisamente, o que se discutirá é a seguinte questão: é possível falar da existência de uma economia regional, entendida como um compartimento econômico, no interior do país, cujo movimento é determinado independentemente do movimento global da economia do país? Qual é o papel desse agregado frente ao mercado nacional e internacional? Assim, numa primeira parte procuramos esboçar elementos que permitam contextualizar a região Sul no ambiente econômico nacional e ao mesmo tempo traçar alguns aspectos da dinâmica estrutural dos segmentos industrial e agrícola. Uma segunda parte, procura formular, suscintamente, o conceito de economia regional. Em seguida procura-se caracterizar a economia da região Sul, envolvendo-a no contexto do processo de acumulação de capital, ou seja, sua integração como espaço econômico subordinado ao movimento do capital — que se traduz, em um dos seus importantes aspectos, nas decisões microeconômicas de investimentos — e possuidora de algumas especificidades atrativas para alocação de investimentos. Ainda, nesta segunda parte, procura-se analisar a questão da agricultura, sua modernização e diversificação e o conseqüente processo de esgotamento da fronteira agrícola que condiciona as perspectivas de crescimento da economia da região Sul, impedindo-a de repetir a performance de períodos anteriores, especialmente a dos anos setenta. Dois outros itens complementam esta segunda parte: a questão regional e a dimensão do mercado e,

em função do resultado da análise econômica desenvolvida, alguns comentários sobre a questão do separatismo regional. Finalmente, a última parte, levanta algumas questões, que consideramos importantes e que deverão estar presentes no processo de integração em um bloco econômico formado pelos países do cone Sul.

1. Região Sul: inserção nacional e mudança estrutural

As transformações ocorridas na economia brasileira nas últimas décadas consolidaram um parque industrial altamente complementar e integrado nos diversos segmentos do tecido industrial. Essas transformações ao nível da produção industrial e que se estenderam também ao setor agrícola, trouxeram como resultado alterações no padrão de urbanização e nas formas de vida da população. Num curto espaço de tempo ocorreu uma verdadeira “revolução” nas formas de produzir com elevado grau de absorção das modernas tecnologias maduras e disponíveis no mercado internacional.

A intensidade dessas transformações tem como marco histórico a fase da industrialização pesada sob o Plano de Metas, quando se implantam internamente as bases técnicas para o desenvolvimento endógeno da economia brasileira. É a fase em que se dá a implantação de um parque industrial complementar e altamente integrado conformado sobre o tripé departamental dos setores produtores de bens de capital, bens de consumo duráveis e de bens de consumo não-duráveis. A partir dessa fase, passando pelo período das reformas institucionais dos anos sessenta e o posterior período do “milagre brasileiro”, até a fase do II PND, alterou-se profundamente o cenário sócio-econômico nacional e regional.

Assim, — além da constituição de um parque industrial moderno e diversificado, do processo de modernização da agricultura, do incremento da urbanização —, promoveu-se a definitiva integração do mercado nacional, ainda que se tenham acentuado os desequilíbrios regionais. Ao mesmo tempo e com forte incentivo de políticas públicas de estímulo às exportações a economia brasileira elevou o grau de inserção

no mercado internacional em segmentos vinculados ao setor agropecuário e em segmentos da indústria manufatureira. Na verdade a expansão da penetração de produtos brasileiros no mercado externo está vinculada, não só ao forte incentivo governamental, mas também às transformações de seu parque produtivo que passou por intenso processo de diversificação, elevando a gama de produtos incluídos na pauta de exportações e, conseqüentemente, evitando a especialização no fornecimento de matérias-primas de origem agrícola que ainda se constituem como principal segmento de inserção no mercado internacional de alguns países subdesenvolvidos. Esse aspecto é importante na medida em que, além de possibilitar abertura de novos mercados, permite reduzir os efeitos do forte protecionismo dos países capitalistas avançados que é muito mais intenso sobre produtos agrícolas.¹

1.1. A integração da região Sul no contexto nacional

Nesse contexto geral da unificação econômica nacional as diversas regiões do país participaram de forma diferenciada, algumas com maior intensidade do que outras. A região Sul, como se pode verificar na Tabela 1, caracterizou-se como uma das regiões mais importantes no desenvolvimento da economia brasileira, particularmente no período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial até 1975, transformando-se em uma das mais importantes regiões agrícolas do país, em especial como produtora de grãos. Esta trajetória baseou-se em dois fatores principais: a crescente inserção da região na divisão inter-regional do trabalho, a nível nacional, como produtora de matérias-primas agrícolas para o mercado interno e externo; e o papel do Paraná como principal fronteira de expansão agrícola do país até 1975. Por outro lado, a região passa a se inserir de forma mais efetiva no desenvolvimento industrial nacional, especialmente a partir de fins dos anos sessenta e durante a década de setenta, quando se desencadeia a nível nacional o processo de modernização da agricultura. Nessa fase se constituem segmentos industriais

estritamente vinculados à agricultura e setores industriais importantes, de maior dinamismo, como mecânica e material de transporte, tornam-se expressivos. Evidentemente que a conformação econômica da região está relacionada com o processo histórico de sua inserção na vida sócio-econômica do país, o qual se consolida e se dinamiza no processo das transformações das últimas décadas. Resultado desse processo é que atualmente a região Sul constitui um dos pólos mais importantes no cenário da economia brasileira, tendo elevada participação na composição do produto interno bruto nacional (tab. 1).

Tab. 1 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO, SEGUNDO AS REGIÕES DO PAÍS: 1970 - 1975 - 1980 - 1985. (em %)

Regiões	1970	1975	1980	1985
Norte	2,2	2,0	3,3	3,9
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,1
Sudeste	65,5	64,9	62,3	57,6
Sul	16,7	17,9	17,0	16,7
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	8,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE

Examinando a Tabela 1, dois aspectos significativos destacam-se de imediato. Primeiro, é que a partir dos anos setenta e com maior ênfase dos anos oitenta, os dados indicam uma relativa desconcentração regional em favor das áreas periféricas, crescendo particularmente a participação da região Centro-Oeste, que se caracterizou nos últimos anos como espaço de fronteira agrícola. Esse processo de desconcentração — cuja visualização exata requer informações mais detalhadas — tem sua origem no setor industrial, como pode ser constatado na Tabela 2. A importância específica dos setores industrial e agropecuário ao invés de Brasil, mantém a região Sul como um dos centros de maior dinamismo do país atualmente, inferior apenas em relação à região Sudeste (tab. 2).

Tab. 2 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES
AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL NO PIB NACIONAL,
SEGUNDO AS REGIÕES DO PAÍS:
1970 - 1975 - 1980 - 1985 (em %)

	Agropec.	Indust.	Agropec.	Indust.	Agropec.	Indust.	Agropec.	Indus.
Norte	4,1	1,0	3,7	1,3	5,6	3,2	6,6	4,1
Nordeste	20,9	7,0	19,8	7,5	19,5	9,3	19,0	12,1
Sudeste	34,2	79,1	32,1	75,3	34,7	69,1	39,1	65,7
Sul	33,4	12,0	36,1	14,8	29,5	16,2	27,2	15,7
Centro- Oeste	7,4	0,9	8,3	1,1	10,7	2,2	8,1	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE

Assim, mesmo preliminarmente pode-se dizer que, de certa forma, inverte-se a tendência dos períodos anteriores de extrema concentração regional da qual o pólo dinâmico se fixou em São Paulo.

O segundo aspecto refere-se à evolução da região Sul no contexto nacional, que difere acentuadamente das demais regiões. Ao contrário destas, a participação da região Sul no PIB nacional aumenta até 1975 e decresce nos dois anos censitários seguintes, conforme pode ser observado na Tabela 1. A Tabela 2 permite identificar, em linhas gerais, os condicionantes desta trajetória. Entre 1970 e 1975 a participação da região aumentou tanto na agricultura quanto na indústria, o que significa que ambos os setores regionais cresceram, neste período, a taxas superiores às médias nacionais. Foi neste período, que se deu, efetivamente, o auge da expansão agrícola do país, baseada em profunda reestruturação tecnológica do sistema produtivo, na mudança da composição da produção e reinserção ampliada nos mercados internacionais. Embora a região Sul, a partir de 1975, reduza sua participação relativa na renda do setor agropecuário nacional, ainda se constitui, da mesma forma que o setor industrial, num dos centros de relativa importância no cenário nacional. No setor industrial mantém sua participação em patamares acima da região nordeste a qual também aumentou sua participação no produto interno da indústria brasileira e onde estão in-

cluídos Estados como Pernambuco e Bahia, este último com expressiva base industrial assentada nos pólos petroquímicos.

Tal desempenho deveu-se a uma conjunção de fatores entre os quais cabe destacar: em primeiro lugar, a expansão de um novo setor agroindustrial, articulado ao processo de modernização tecnológica, por um lado, e ao processamento de novas matérias-primas, por outro; a implantação de novos segmentos industriais sem vinculação direta com a agricultura regional, e que encontram sua explicação na expansão do setor industrial nacional; finalmente, a ampliação e modernização do segmento industrial de bens de consumo não-duráveis tradicionais — como por exemplo a indústria têxtil —, impulsionada pela expansão do mercado nacional, a partir de meados da década de sessenta, e pela penetração em mercados externos.

As características da inserção de cada região na economia nacional não podem ser avaliadas apenas pela sua participação na renda interna agregada. A dinâmica demográfica e a participação da população na renda gerada internamente são atributos que qualificam o processo de desenvolvimento da região. Isto é, a distribuição regional da renda nacional e a repartição da mesma no plano interno da região indicam o grau de equanimidade do desenvolvimento. Entretanto, apesar de não ser possível, neste artigo, discutir informações detalhas sobre a distribuição da renda entre as diversas classes sociais da região, é possível fazer alguns exercícios que dêem indicações sumárias do movimento populacional e da produtividade das economias regionais através do indicador de renda per capita. A participação da região na renda nacional, confrontada com a sua inserção na distribuição geográfica da população total, permite chegar a algumas conclusões a esse respeito. Na Tabela 3 apresenta-se os dados combinados de distribuição regional da renda e da população, para os anos censitários de 1970 e 1985. Acrescenta-se, em cada ano, uma coluna que fornece o índice da renda per capita de cada região em relação à renda per capita nacional média igualada a 100.

Tab. 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PIB E DA POPULAÇÃO, E ÍNDICE DA RENDA PER CAPITA REGIONAL: 1970 - 1980 - 1985.

Região	1970			1980			1985		
	Y	Pop.	Rpc.	Y	Pop.	Rpc.	Y	Pop.	Rpc.
Norte	2,2	3,9	56	3,3	4,9	67	3,9	5,6	70
Nordeste	11,7	30,2	39	12,0	29,3	41	13,1	28,8	45
Sudeste	65,5	42,8	153	62,3	43,5	143	57,6	43,6	132
Sul	16,7	17,7	94	17,0	16,0	106	16,7	15,3	109
Centro-Oeste	3,9	5,4	72	5,4	6,3	86	8,7	6,7	130
Brasil	100,0	100,0	100	100,0	100,0	100	100,0	100,0	100

Fonte: IBGE

Y = Participação relativa do PIB regional no PIB nacional.

Pop = Participação relativa da população da região na população brasileira.

Rpc = Índice do PIB per capita regional.

As seguintes observações pertinentes à análise podem ser feitas: em primeiro lugar, comparando-se as regiões Nordeste e Sul, que se encontram em patamares equivalentes de participação da renda interna do país, constata-se que no Nordeste há uma insuficiência acentuada de renda em relação a sua população, resultando em um nível extremamente baixo de renda per capita regional, que se situa em cerca de 40% da média nacional. No sul, ao contrário, as participações na renda e população equivalem-se, de modo que a renda per capita regional mantém-se próxima da média nacional. No caso da região Centro-Oeste, o índice da renda per capita manteve-se em níveis bastante inferiores à média nacional até 1980, mas em crescimento. Tratando-se de uma região que se encontrava em pleno processo de ocupação, a evolução da sua renda per capita pode ser atribuída a um natural atraso da implantação econômica e da geração de renda em relação ao crescimento demográfico.

Em segundo lugar, os índices regionais da renda per capita podem ser tomados como indicadores dos diferenciais de produtividade e do nível geral do desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo, entre as regiões. Assim, a evolução do período 70-85 revela uma gradual redução dos desníveis inter-regionais nestes aspectos. Todavia, há diferenças

significativas entre as regiões, destacando-se o maior atraso relativo da estrutura produtiva do Nordeste e a maior velocidade de evolução do Centro-Oeste. Ademais os níveis relativos de produtividade econômica de cada região refletem realidades diversas mas sempre heterogêneas. Por exemplo, o baixo indicador do NE não significa que não haja setores econômicos de alta produtividade, nem o elevado indicador do SE significa que não haja setores muito atrasados.

Em terceiro lugar, pode-se verificar a peculiaridade do desenvolvimento recente da região sul, cuja renda per capita confrontada com a média nacional cresceu significativamente na década de setenta, passando de 94% em 1970 para 106% em 1980 da média nacional. A Tabela 3 mostra que essa variação resultou de dois movimentos de sentidos contrários: por um lado, de um pequeno aumento da participação da região na renda do país, de 16,7% para 17,0%, e por outro lado, de uma significativa redução de sua participação na população, de 17,7% pra 16,7%, resultante do forte fluxo emigratório que caracterizou a região a partir do início da década de setenta. A continuidade de tal fluxo, ainda hoje, já id identificada pelos dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, ao mesmo tempo que reflete a continuidade do processo de reestruturação tecnológica (embora em menor intensidade) e de concentração econômica na agricultura, revela também que o ritmo de desenvolvimento industrial regional tem sido insuficiente para absorver o crescimento vegetativo da população. Esta particularidade é também responsável, em parte, pela redução da participação da região Sul na renda interna do país entre 1980 e 1985 (Tab. 1). Se a participação da região na renda interna do país manteve-se estagnada entre 1970 e 1985, enquanto a participação na população diminuiu, resulta como consequência aritmética um aumento no índice da renda per capita regional em relação à média nacional. Isso significa que, em certa medida, a melhoria da renda per capita da região Sul é espúria, pois resultou mais da diminuição da população devido ao êxodo rural do que do aumento da massa de renda gerada. A evolução entre 1980 e 1985 é mais expressiva deste fenômeno, pois o

índice da renda per capita em relação à média nacional aumenta, apesar da diminuição da região no PIB do país. Fica patente que a elevação do índice da renda per capita resultou exclusivamente do fluxo emigratório. A Tabela 3 mostra que o Sudeste continuou sendo um foco de atração demográfica devido a sua expressão industrial, ao passo que o Centro-Oeste e o Norte atraem fluxos migratórios devido a expansão da fronteira agrícola ainda em curso.

1.2. Indústria e Agricultura: dinâmica estrutural

Embora a participação relativa da região Sul no PIB do país permaneça de certa forma constante (Tab. 1), no interior da região ocorrem mudanças significativas na sua estrutura produtiva. Evidentemente a estabilização não significa que após 1970 a economia da região mantenha reprimida suas taxas de crescimento. Ao contrário, justamente durante a década de setenta ocorre elevado crescimento acompanhando, embora de forma não rigidamente sincronizada, o ciclo expansivo da economia brasileira.

Certamente as mudanças ocorridas na região Sul que possibilitaram a mesma de se constituir em importante segmento da economia nacional, não se restringem aos aspectos quantitativos. Internamente, em seu espaço geográfico e acompanhando de forma mais efetiva que outras regiões as mudanças nacionais, a região Sul, passa também por transformações qualitativas de extrema importância e que retiram o caráter agrícola que até então tinha predominado na sua economia. Em termos gerais, este fato é ilustrado pela mudança da composição do PIB regional, o qual passa a contar com o peso crescente do setor industrial (Tab. 4).

Tab. 4 - COMPOSIÇÃO DO PIB DA REGIÃO SUL,
SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS:

Anos	1970 - 1975 - 1980 - 1985 (em %)			Total
	Agronegócio	Indústria	Serviços	
1970	25,1	21,9	53,0	100,0
1975	23,7	29,1	47,2	100,0
1980	17,9	39,1	43,0	100,0
1985	15,8	37,4	46,8	100,0

Fonte: IBGE

Assim, além do movimento de desconcentração acima referido, a economia da região sul passa por mudanças de caráter qualitativo de extrema importância. Os dados da Tabela 4 refletem a ocorrência de uma transformação de grande profundidade na estrutura setorial da economia da região no período 1970-1985. Esta mudança da estrutura produtiva tem sua base assentada na configuração de um parque industrial ampliado e renovado.

Durante a década de setenta a indústria expande a sua participação na geração da renda regional de 21,9% para 39,1%. No âmbito da estrutura industrial, observa-se que durante os anos setenta se consolidam na região indústrias novas que reduzem a importância relativa da indústria alimentar até então largamente predominante.² Entretanto, embora a indústria alimentar tenha seu espaço ocupado por segmentos mais dinâmicos vinculados à metal-mecânica,³ é no seu interior que se percebe mais claramente transformações significativas que, como ocorre para o conjunto da economia brasileira, estreita mais seus vínculos com a agricultura. No segmento agroalimentar surgem também novos ramos de atividades e, por conseqüência, impõem uma profunda diversificação em sua estrutura. Basicamente se constituem e se consolidam ramos de atividade ligados à indústria de carnes, especialmente a avicultura e a indústria de óleos vegetais.⁴ Esses dois segmentos da indústria agroalimentar são interligados e constituem o complexo de proteínas animais que, a partir da soja, se desdobram em ramos de atividades que são complementares e integrados verticalmente, na maioria das empresas que atuam no setor. Isso implica por sua vez mudanças nas relações com a agricultura, da qual a indústria passa a determinar as formas e o que produzir.

Deve-se mencionar que a atual estrutura industrial é basicamente aquela que se conformou durante os anos setenta. Durante os anos oitenta as alterações não são, de um modo geral, tão profundas como as que ocorrem no período anterior. As firmas que se implantam são na maioria dos casos extensão dos segmentos já existentes, o que introduz mudanças não muito acentuadas, alterando e de forma não signifi-

cativa a composição. Assim, o que ocorre são mudanças de participação relativa em função de um crescimento a partir de uma base industrial já constituída, sendo de pequena expressão as mudanças em função do surgimento de novos ramos de atividade.⁵

A mudança da estrutura produtiva na região sul com base assentada na configuração de um parque industrial não significa, entretanto, que o setor agropecuário tenha perdido importância na região Sul ou no conjunto da economia brasileira, embora tenha perdido, a partir de 1980, o dinamismo que o caracterizou durante décadas anteriores. Ainda se constitui em importante produtor na atividade agropecuária, a qual passa a ter sua dinâmica atrelada aos segmentos industriais a montante e a jusante.

Deve-se ressaltar que, dentro do mesmo espaço geoeconômico da região sul, ocorrem especificidades que distinguem um Estado do outro. Entretanto, em termos gerais e resguardando as especificidades de cada Estado no que diz respeito a conformação de sua estrutura produtiva, as economias desses Estados são, em seus principais ramos de atividades, altamente envolvidas no contexto dos mercados nacional e internacional.⁶ São economias que nos anos setenta diversificaram seus parques produtivos e instalaram novos setores especialmente no que se refere a alterações que ocorreram no âmbito de seu segmento agroalimentar. Nesse segmento especificamente se instalaram grandes empresas de capital nacional e internacional, essencialmente oligopolísticas, com elevada capacidade técnica produtiva e integradas nas transações comerciais fora do espaço econômico regional. Isto é, são empresas que se instalam nessa região e ao mesmo tempo destinam maior parte de sua produção para os mercados nacional e internacional. Essas condições frequentemente recolocam ao debate questões referentes à existência ou não de uma economia regional.

2. A economia regional e o movimento do capital

Evidentemente, as considerações acima demonstram que a economia da região sul se constitui e se consolida como

importante espaço físico que, não só sobressai em relação às demais regiões mas que, do ponto de vista dos mercados, extrapola sua dimensão regional. Sua dinâmica está relacionada à dinâmica do capitalismo nacional e internacional de acordo com o grau de inserção nesse cenário.

Entretanto, mesmo considerando essa obviedade, há algumas qualificações e reflexões mais gerais que devem ser feitas e que podem ser referidas em duas dimensões: primeira da própria existência de uma economia da região sul e, segunda do ponto de vista da inserção dessa economia em mercados externos a sua fronteira.

2.1. Uma digressão conceitual

A economia brasileira apresenta atualmente uma indiscutível configuração nacional, que resultou da conclusão do processo de unificação do espaço econômico, que ocorreu paralelamente ao processo de industrialização, tendo tido o seu momento decisivo no período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial e a década de sessenta.⁷ Isto significa que os mercados estão unificados a nível nacional e que as cadeias produtivas dimensionam-se segundo à escala da economia nacional. Todavia, a economia nacional unificada distribui-se de modo desigual pelo território, apresentando, por um lado, áreas de maior e de menor concentração econômica. A própria população distribui-se de modo acentuadamente desigual, enquanto a renda interna concentra-se fortemente na região Sudeste.

Por outro lado, os diferentes segmentos da economia também apresentam uma distribuição geográfica desigual, dependente, em cada caso, de conjuntos particulares de causas determinantes. Conseqüentemente, cada segmento geográfico da economia — ou região — apresenta uma estrutura produtiva diferenciada. Assim, por exemplo, a distribuição geográfica da produção de matérias-primas agrícolas e minerais é fortemente determinada pela distribuição geográfica dos recursos naturais. São bem diferentes, porém as influências que determinam a distribuição dos setores industriais e

de serviços, muito mais dependentes, por exemplo, entre muitas outras características, das derivadas da formação histórica da economia brasileira, anterior à própria industrialização. Esta diferenciação regional da estrutura econômica nacional, decorrente de uma grande variedade de determinações, compõe os contornos da chamada divisão inter-regional do trabalho, que caracteriza o padrão de distribuição geográfica da economia, particular a cada país. Assim sendo, o sentido da expressão economia regional refere-se as características particulares da parcela da economia nacional localizada em determinado compartimento geográfico do país.⁸

Este é o sentido em que, neste texto, se trata da “economia da região sul”. Ela pode ser caracterizada, de modo sumário, com base na desagregação regional da renda interna. A economia brasileira caracteriza-se, como é sabido, por uma forte concentração industrial na região Sudeste, particularmente em São Paulo, e por uma considerável dispersão geográfica da agricultura. As dimensões quantitativas destas características e sua evolução recente podem ser observadas na Tabela 2. A estrutura regional/setorial mencionada não se alterou, no essencial, com a significativa redução da participação do Sudeste na geração da renda industrial entre 1970 e 1985.

Neste contexto, a região Sul caracteriza-se como importante região agrícola da economia nacional, sendo responsável, em 1985, por mais de 25% da renda gerada na agricultura. Correspondentemente, o setor industrial estabelecido na região apresenta expressiva face agroindustrial, componente do segmento agroindustrial da economia nacional, e realizando em alguns segmentos o primeiro processamento das matérias-primas agrícolas destinadas ao mercado nacional — concentrado na região Sudeste — e ao mercado internacional.

Parece óbvio que, do ponto de vista econômico, o espaço geográfico constitui, sob diversos aspectos, uma compartimentação arbitrária, e por isto bastante inadequada. Isto porque os fluxos econômicos, de mercadorias e financeiros, não se dão entre regiões, mas entre unidades econômicas,

principalmente empresas. Assim, por exemplo, o conjunto “agricultura da região Sul” não constitui um agregado dotado de encadeamento interno a nível regional. Ao contrário, ele resulta de uma soma relativamente desconexa de parcelas de magnitudes e importância diferenciadas, articuladas a diferentes cadeias produtivas de dimensão nacional.

Finalmente convém lembrar que, se o território brasileiro divide-se em regiões geográficas, a sociedade divide-se em classes sociais. Integradas economicamente as regiões, integraram-se também as classes que compõem a população. A burguesia brasileira — ou empresariado — espalha-se pelo país segundo um padrão determinado pela distribuição geográfica das atividades econômicas, mas no fundamental está integrada social, política e ideologicamente, o que não exclui a ocorrência de atritos ocasionais — até mesmo graves — entre seus diversos segmentos. A classe trabalhadora e as classes médias estão também integradas a nível nacional, embora muito mais no plano econômico do mercado de trabalho do que nos aspectos político e ideológico, dadas as dificuldades antepostas a isto pelas estratégias hegemônicas das classes dominantes.

2.2. Determinantes locais de natureza industrial

Em primeiro lugar deve-se pois, dentro do entendimento explicitado anteriormente, considerar a existência de particularidades econômicas na região Sul, que se traduzem em fatores de relevância microeconômicas, na medida em que ela se constitui em um espaço físico de instalação de firmas industriais. Isso significa dizer que ela se insere num espaço de acumulação de capital que, embora condicionada pelo movimento mais geral da economia brasileira, apresenta especificidades que se tornam atrativas para as decisões microeconômicas de investimentos. Obviamente no rol de alternativas incluídas para as tomadas de decisões locais dos investimentos, estão envolvidos aspectos de políticas públicas e de todos os fatores que se envolvem nesse processo decisório. A relação entre empresa e seu ambiente se mani-

feira fisicamente dentro de um espaço determinado que apresenta vantagens locacionais, políticas e econômicas. Assim, sempre existe uma dimensão espacial definida que é dada pela localização dos ativos das firmas mesmo que esses representem subdivisão de empresas nacionais ou internacionais.

As tomadas de decisões locacionais das firmas se relacionam pois, com um espaço geográfico dado, mas cujas explicações em geral fogem de um escopo teórico definido. Nelas estão envolvidos elementos que vão desde a existência ou não de fatores de produção, o processo histórico de formação da região, a posição geográfica, etc., até definições de política pública de atração de indústrias desencadeadas por governos locais. O envolvimento de uma ampla gama de elementos intervenientes no processo de decisões de investimentos ao nível de localização, minimiza a possibilidade de definir hierarquicamente os fatores (recursos naturais, economias de urbanização, economias de localização) que, em escala de importância, orientaram as decisões de localização. Ao mesmo tempo, relativiza pois os determinismos de modelos teóricos fechados e que buscam generalizações ao tratamento das questões regionais.

2.2.1. Um caso particular de localização: o caso da indústria abatedoura de aves no sudoeste do Paraná

A indústria abatedoura de carnes, juntamente com a indústria esmagadora de soja se constituem nos principais segmentos da indústria agroalimentar do Paraná, a qual detém maior peso na estrutura industrial. É um segmento importante não só em termos de peso quantitativo mas também por apresentar relações interindustriais que lhe dão uma característica bastante integrada em seus ramos complementares para trás. Cada empresa situada nesse ramo apresenta uma forte integração vertical em quase todas as atividades do circuito produtivo. São empresas com elevado nível de capacidade produtiva e cuja estrutura de mercado é dominada por poucas grandes plantas industriais, embora coexistam

nesse mercado empresas de menor porte técnico e econômico. Predominam nesse segmento empresas de capital nacional e, no caso específico do Paraná, com exceção de algumas cooperativas que se industrializam e entram no ramo, as principais empresas são extensão de empresas originariamente implantadas no Estado de Santa Catarina.

Instalam-se em regiões onde predomina uma estrutura fundiária baseada na pequena produção agrícola, com utilização de trabalho familiar e que produzem a policultura e especialmente o milho, principal insumo da ração que é utilizada na alimentação dos animais, no caso as aves. Estas, que constituem a principal matéria-prima do abatedouro, no momento da instalação inexistiam na região nos moldes requeridos para seu processamento industrial, descaracterizando pois a existência desse fator como orientativo do processo de decisões locacionais.

Deve-se ressaltar que o movimento do capital, de um modo geral, e seu direcionamento ao setor agropecuário em particular, apresentam contradições complexas e inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Em cada ponto de seus deslocamentos se produzem certas especificidades que descaracterizam a idéia da generalização de evidências empíricas isoladas.

Evidentemente, a expansão do capital industrial em direção ao sudoeste do Paraná se enquadra nessa perspectiva de manifestação específica, onde aparecem as características da região como componentes importantes no suporte de seu movimento. Seu deslocamento para essa região está marcado pela estratégia do capital industrial em seu processo de acumulação de capital, como também pelas condições favoráveis aí encontradas que facilitam a extensão de seu controle sobre as fases principais do processo produtivo.

Em resumo, essas firmas tomam como orientação aspectos não hierarquizáveis e que contemplam a existência da matéria-prima (milho) para produção de um bem complementar (ração), mas também não menos importante ao pro-

cesso de produção, a predominância do minifúndio, cujos produtores utilizam força de trabalho familiar sem descuidar das demais atividades vinculadas à agricultura de suas unidades produtivas.

Assim, fica evidente a capacidade do capital industrial nesse ramo de atividade específica, de criar e articular os espaços, submetendo-os aos interesses de acumulação. Aproveita e molda as condições pré-existentes, como estrutura produtiva e fundiária da região, sob seu domínio para a partir daí imprimir o ritmo da reprodução do capital e desencadear efeitos multiplicadores de elevada intensidade na região. Isto é, embora inexista uma prática ou um aprendizado nesse segmento, a indústria cria condições para que ela se desenvolva em função de algumas vantagens da região, especialmente estrutura fundiária, em relação a outras. Isso permite integrar pequenos produtores agrícolas e manter o controle e qualidade da matéria-prima exigida pela concorrência no mercado do bem final.

Evidentemente esses aspectos se referenciam aos cálculos econômicos realizados pelo capital industrial nas tomadas de decisões locais. Entretanto eles acobertam realidades que extrapolam o simples cálculo econômico pois envolvem a moldura, num determinado momento histórico, de uma estrutura sócio-econômica pré existente aos seus interesses acumulativos. Isso ocorre especialmente nas relações que estabelecem com pequenos produtores que apresentam, de um modo geral, baixo nível de organização social e política, o que sem sombra de dúvidas permite romper entraves à implantação de indústria.

Essas considerações servem apenas para ilustrar as dificuldades de generalizações teóricas sobre a localização de indústrias. Ao mesmo tempo permitem compreender que certas especificidades regionais são importantes em determinados momentos e para determinados produtos e ramos de atividades, no processo de constituição de um espaço físico que de bases para a conformação de uma economia regional.

2.3. Esgotamento da fronteira agrícola: modernização e diversificação da agricultura

É sobejamente conhecido o papel desempenhado pela fronteira agrícola do Sul do Brasil no desenvolvimento da agricultura após a II Guerra Mundial, destacando-se nesse período particularmente o Paraná. A Tabela 2 mostra que a região Sul, em 1970, foi responsável por nada menos que um terço da renda agrícola do país, apesar de abrigar apenas 17,7% da população. Em 1975 a sua posição havia se ampliado para 36,1% da renda agrícola nacional. A partir desta data, porém, ela regride consistentemente nos registros censitários de 1980 e 1985. Esta inflexão decorre de mudanças das condições básicas que haviam permitido a expansão anterior.

Efetivamente, em 1980 pode-se considerar esgotada a fronteira agrícola da região, nas condições tecnológicas correntes. Por outro lado, a partir desta data dois fatores assumem importância crescente no perfil regional da agricultura brasileira: a expansão agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte, especialmente na primeira, e a recuperação da agricultura na região Sudeste. A conjugação destas circunstâncias resultou na redução, mencionada acima, da participação da agricultura da região Sul no PIB agrícola nacional, entre 1975 e 1985, redução esta que foi tão pronunciada que não conseguiu ser compensada pelo crescimento industrial regional até 1980, que superou a média nacional.

No que diz respeito ao Centro-Oeste, esta região constituiu — como constitui ainda hoje —, dada a ampla disponibilidade de terras cultiváveis, uma importante frente de expansão agrícola durante toda a década de setenta, tendo se destacado de modo especial na sua segunda metade. A produção de grãos, particularmente a soja, apresentou notável expansão a partir de então, convertendo o Centro-Oeste em uma das mais importantes regiões cerealíferas do país. Considerando as três principais culturas de grãos — arroz, milho e soja —, que são responsáveis por mais de 85% da produção de grãos do país, a Tabela 5 mostra que a região Centro-Oeste detinha, na média trienal 1974/76, 13,8% da área

plantada e 11,8% da produção nacional, dando um salto significativo até 1989, quando era responsável por 24,6% da área e 26,8% da produção destas mesmas culturas. Em contrapartida, a participação da região Sul reduziu-se substancialmente, em particular no que diz respeito à quantidade produzida.

Tab. 5 - ÁREA E PRODUÇÃO AGREGADAS DE ARROZ, MILHO E SOJA PARA O BRASIL, CENTRO-OESTE E SUL: 1974/76 e 1989.

	1974/76		1989			
	Área (1.000 ha)	Produção t/ha (1.000 t)		Área (1.000 ha)	Produção t/ha (1.000 t)	
Sul	10.828	20.170	1,86	12.332	28.351	2,30
Centro-Oeste	3.061	4.094	1,34	7.379	16.475	2,23
Brasil	22.219	34.553	1,56	30.021	61.477	2,05
Sul/ Brasil	48,7%	58,4%	119	41,4%	46,1%	112
CO/ Brasil	13,8%	11,8%	86	24,6%	26,8%	109

Fonte: CEPAGRO/IBGE e Anuário Estatística do Brasil/IBGE.

Nota: Para o segundo período da tabela — 1989 — não foi feita média trienal porque a safra média foi uniformemente bem em todo o país, assim como as anteriores.

Pode-se verificar, na mesma tabela, que o incremento da produção no Centro-Oeste fez-se acompanhar, também, de importante salto no rendimento médio por hectare, que evoluiu de uma posição significativamente inferior à região Sul e à média nacional — 86% desta, em 1974/76 — para um patamar idêntico ao da região Sul em 1989, superando em 9% o rendimento médio nacional. Tal como ocorreu na região Sul, foi a soja — uma das matérias primas básicas, ao lado do milho, do complexo agroindustrial da carne no Brasil — que liderou este ciclo expansivo da agricultura da região Centro-Oeste, secundada pelo milho. A magnitude das mudanças experimentadas pela agricultura desta região pode ser ilustrada pelo fato de que, em 1974/76, o Centro-Oeste produzia apenas 364 mil t de soja, representando 3,8% da produção nacional, tendo evoluído para 8,8% milhões de t em 1989, representando 37% da produção do país.

Por outro lado, a agricultura da região Sudeste recuperou-se vigorosamente a partir de 1980. Dentre os fatores determinantes deste fenômeno, devem ser mencionados, como mais importantes: a extraordinária revitalização da cafeicultura em São Paulo e Minas Gerais (principalmente neste último), após a severa geada em 1975, que devastou os cafezais paranaenses de modo irrecuperável e condenou definitivamente a produção cafeeira do Paraná (ou seja, da região Sul) a uma posição secundária no plano nacional; a expansão da produção da cana-de-açúcar, impulsionada pelos estímulos do PROALCOOL, predominantemente no Estado de São Paulo; e o surpreendente crescimento da citricultura, também em São Paulo, cuja produção transformou o Brasil em maior exportador mundial de suco de laranja. Não se pode esquecer, também, o acentuado processo de diversificação da agricultura paulista neste período, na direção de produtos de consumo típicos de camadas de altos rendimentos, tais como frutas, hortaliças e outros, processo este viabilizado, por um lado, pelo elevado grau de capitalização da agricultura já existente no início do período, e por outro lado, pela proximidade dos amplos e diversificados mercados da região.

Entretanto, a região Sul mantém uma posição de destaque na agricultura nacional, conforme já se mencionou e pode ser ilustrado pelos dados da Tabela 5. Assim, a região é responsável, atualmente, por mais de 40% da área e da produção dos mais importantes cereais produzidos no país. A agricultura da região não se encontra em retrocesso, apenas deixou de expandir-se. Por um lado, pelo esgotamento de terras exploráveis a curto prazo na região Sul, mas ainda disponíveis na própria região Sudeste (Melo: 1985). Por outro lado, porém, como consequência do caráter nacional unificado também da agricultura brasileira. Esta assumiu um perfil especializado regionalmente, ou seja, configurou-se uma divisão inter-regional do trabalho, em que a região Sul destacou-se principalmente — mas não exclusivamente — como produtora de cereais, cujas áreas de maior aptidão imediata se esgotaram. Em contrapartida, os novos setores agrícolas, que se expandiram após 1975, localizaram-se, preferencial-

mente, no Sudeste — principalmente a cana-de-açúcar, vinculada ao PROALCOOL, e a citricultura já mencionadas. Além disso, é indispensável mencionar que a concorrência oferecida pelo desenvolvimento da produção de cereais no Centro-Oeste tem base não apenas na disponibilidade de terras, mas também em agressiva política federal de fomento à ocupação daquelas regiões, fortemente inspirada em motivos geopolíticos. Efetivamente, políticas com este sentido foram vigorosamente implantadas desde a construção de Brasília, na década de cinquenta, e delas são exemplos marcantes, nas duas últimas décadas, programas como o POLOCENTRO e os excepcionais subsídios creditícios à agricultura daquela região, sempre beneficiada de modo especial no sistema de crédito rural brasileiro neste período.

A este respeito deve-se também mencionar uma implicação, ao mesmo tempo conseqüência, geralmente esquecida, da dimensão nacional da agricultura, que afeta diferenciadamente os seus ritmos e expansão regionais. Assim, a unificação espacial da economia não atinge apenas a estratégia das empresas — e os empresários — do setor industrial, mas também as empresas e empresários agrícolas. Não há razão para supor que os capitalistas agrícolas — entre os quais deve-se considerar os fazendeiros individuais, além das empresas rurais e cooperativas empresariais, assim como as empresas de origem urbana que ampliam seus negócios para a agricultura — invistam os seus capitais apenas nos seus próprios municípios ou na própria região. Ou que os invistam apenas na própria agricultura. A agricultura unifica-se também a nível nacional, como parte da unificação dos mercados e da integração da economia em conjunto a nível nacional. Ou seja, também a agricultura transforma-se em um setor econômico cujo encadeamento interno dá-se a nível nacional, e não ao nível de cada região.

Uma conseqüência desta “nacionalização” da agricultura é a “nacionalização” dos capitais agrícolas, o que significa que os capitais investidos na agricultura tendem também, tal como os capitais aplicados nos demais setores (mantendo as particularidades que lhe são próprias), a procurar as me-

lhores alternativas de inversão. Um indicador significativo desta nova tendência é a aquisição de terras dos proprietários da região Sul em outras regiões. Assim, por exemplo, dados divulgados pelo INCRA em 1985 davam conta de que os proprietários rurais do Paraná, que possuíam cerca de 17 milhões de hectares de terras no próprio Estado, também já possuíam cerca de 11 milhões de hectares nas zonas de expansão agrícola das demais regiões. Este dado reflete o processo progressivo de consolidação de uma classe de capitalistas agrícolas individuais ou organizados em empresas (de origem rural ou urbana), cujos ativos se distribuem por diversos Estados e regiões do país. Nestas condições, pode-se sugerir que o estancamento do crescimento do produto agrícola da região Sul decorre, pelo menos em parte, do bloqueio parcial à intensificação dos investimentos (ou seja, dos investimentos destinados a incrementar os rendimentos físicos por unidade de área), provocado pela maior atratividade dos investimentos agrícolas na região Centro-Oeste, decorrente dos incentivos oficiais, além de outras circunstâncias já mencionadas.

Por último, é conveniente mencionar uma característica que distingue a região Sul da região Sudeste, apesar de ambas apresentarem elevada participação no PIB agrícola nacional: a região Sul constitui claramente uma região agrícola de exportação para o restante do país, apresentando elevado saldo líquido de exportações agrícolas, ao contrário da região Sudeste. Efetivamente, o papel da agricultura de cada região na economia nacional não pode ser adequadamente avaliado apenas pela magnitude de sua participação na agricultura nacional. É preciso também dimensionar a sua real inserção na divisão inter-regional do trabalho, isto é, seu papel como fornecedora no conjunto da economia nacional. Esta caracterização, para ser exposta com precisão, deveria apoiar-se em dados do comércio interno. Isto, entretanto, não é indispensável ao argumento neste nível de generalização. Esta inserção pode ser avaliada, de modo aproximativo, pelo confronto entre a participação da região na população e no PIB agrícola nacionais. Simplificando, pode-se dizer que, quando

a participação na agricultura é superior à participação na população, a região tende a ser fornecedora líquida, ao conjunto da economia, de produtos agrícolas, tendendo a serem importadoras líquidas as regiões em situação inversa, por maior que seja a participação regional na população nacional. A Tabela 6 combina os dados demográficos da Tabela 5 com os dados do PIB agrícola brasileiro da Tabela 2, referente a 1980.

Tab. 6 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO E DO PIB AGRÍCOLA - 1980. (em %).

Região	População	PIB Agrícola	Agric./Pop.
Norte	3,3	5,6	1,7
Nordeste	29,3	19,5	0,67
Sudeste	43,5	34,7	0,8
Sul	16,0	29,5	1,84
Centro-Oeste	6,3	10,7	1,70

Fonte: IBGE

Esta Tabela, apesar da construção extremamente simplificada, mostra um ângulo importante da análise inter-regional. Assim, apesar do crescimento da agricultura da região Sudeste, a partir de 1975, a sua participação na agricultura nacional é significativamente menor que sua participação na população. Em contraste, a região Sul caracteriza-se como a região que apresenta o maior excedente de participação no produto agrícola em relação ao seu coeficiente populacional 84% em 1980. Estes dados permitem visualizar a magnitude da região Sul como exportadora líquida e da região Sudeste como importadora líquida de produtos agrícolas, assim como da região Nordeste, guardadas as proporções das diferenças de poder aquisitivo entre estas duas últimas. Na realidade, o Sul e o Centro-Oeste constituem ambas regiões agrícolas da economia nacional.

2.4. A questão regional e a dimensão do mercado

Se a região constitui, do ponto de vista econômico, apenas um compartimento geográfico, indiferenciado no essencial, que abriga uma parte determinada da economia nacio-

nal (o que não exclui, como já se afirmou, diferenciações acentuadas em outros aspectos), decorre que a região integra também o espaço nacional das oportunidades de investimentos. Isto significa, precisamente, investimentos de capital que circulem no espaço nacional, tenham ou não origem na própria região ou mesmo no país, e que visem o mercado nacional e, a partir deste, o mercado internacional. As empresas, ou plantas industriais, ou fazendas agropecuárias, implantadas na região Sul ou em qualquer outra, movem-se em função das condições do mercado nacional e, por intermédio das conexões deste, também do mercado internacional.

Todavia, a unificação do espaço econômico nacional, ou seja, a integração da economia, deu-se no contexto do capitalismo oligopolizado e internacionalizado, em particular sob o impacto preponderante da estrutura industrial brotada no interior do complexo cafeeiro, especificamente em São Paulo. Apenas uma fração do capital cujo movimento constitui a economia nacional originou-se na própria região Sul. O fato de que capitais formados na própria região tenham ou não mantido os seus traços de origem dependeu apenas da sua capacidade de integração às condições da economia unificada. Uma vez estabelecidos como capitais de âmbito nacional em estruturas oligopólicas, a sua sede geográfica depende apenas das conveniências empresariais. Pode-se citar como exemplo a Sadia, originada em Santa Catarina, e cuja sede localiza-se hoje em São Paulo e cujas estruturas produtivas diversificam-se e estendem-se, progressivamente, a todo o país. Assim, em 1990 o grupo era formado por 22 empresas, das quais 15 produtoras de alimentos e 7 prestadoras de serviços, e possuía instalações industriais de grande porte nos Estados de Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e 26 unidades comerciais em 18 Estados. Outro exemplo significativo, dado o seu extraordinário ritmo de expansão, é a Ceval, também originária da região Sul, e que atualmente ocupa a posição de maior empresa de processamento e industrialização de soja da América Latina. Ingressou no ramo de industrialização de

carnes em 1980 e expandiu-se nele vigorosamente a partir de 1987. A partir de 1990 lançou-se no mercado de margarinas, até então totalmente dominado por duas multinacionais, a Unilever e a Bung & Born. No setor de soja a empresa possui unidades industriais em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Bahia.

Se a constituição da economia da região Sul ocorre em função do movimento do capital e dos aspectos atrativos à implantação de empresas, por outro lado deve-se considerar dois aspectos importantes que extrapolam a dimensão regional. Um primeiro e já evidenciado anteriormente, diz respeito a instalação de plantas industriais cujo controle do capital não se vincula ao disponível no contexto da região. Salvo algumas exceções, as empresas instaladas na região estão estreitamente vinculadas ao capital nacional e internacional. Especialmente em relação ao último, a instalação faz parte das estratégias de internacionalização do capital, o qual busca diversificar e, especialmente no que se refere a indústria agroalimentar, além da expansão de mercados algumas buscam garantir fornecimento de matérias primas, como foi o caso da indústria de óleo de soja, cujo produto (o farelo) se constitui em importante elemento de transformação de proteínas vegetal em animal. Nos últimos anos tem se incrementado a velocidade da expansão do capital internacional e do processo de globalização da produção.

O segundo aspecto é que as empresas que se instalam no âmbito da região Sul, são grandes empresas oligopolísticas cujo destino das vendas está vinculado aos mercados nacional e internacional. Embora atendam também o mercado regional, suas capacidades técnico-produtivas permitem competitividade no mercado nacional e boa inserção no mercado externo. A participação do mercado externo, estimulado por políticas públicas tem sido importante instrumento de acumulação, pois tem também sido utilizado, especialmente por segmentos importantes da indústria agroalimentar, como mecanismo de compensação de restrição no mercado interno ocasionada pelo baixo poder aquisitivo da população e por políticas econômicas recessivas praticadas nos anos oitenta.

2.5. A falácia do “separatismo”

Embora não tenha sido este o objetivo específico do texto, a análise realizada neste artigo permite que se arrisque algumas considerações acerca do tema sempre recorrente, na região Sul, do “separatismo”, ou seja, da sua constituição em país independente. Este projeto baseia-se, evidentemente, no pressuposto de que a atual configuração do país é economicamente prejudicial à região Sul. Dele se origina uma visão ingênua da região Sul como virtuosa geradora de riquezas, sempre indevidamente drenadas pela economia nacional para manter setores parasitários. Sem pretender simplificar a questão, pode-se dizer que uma das motivações do separatismo situa-se em uma avaliação simplista do papel e do potencial econômico da região, que se relaciona ao elevado peso da agricultura e de segmentos sociais conservadores a ela ligados. Por um lado, persiste uma concepção fundamentalista da agricultura, com uma tintura fisiocrática, que a considera a fonte real da riqueza e do dinamismo econômico, idéia que é reforçada pela indiscutível importância da agricultura do Sul na economia brasileira. Por outro lado, o papel da agricultura na industrialização, como fornecedora de recursos na fase de implantação, embora esta já tenha sido ultrapassada, continua alimentando a noção da “agricultura mártir”, eternamente sacrificada no altar do desenvolvimento industrial. Além disto, as crescentes restrições ao crédito rural subsidiado, desde o início dos anos 80, isoladas do contexto econômico global, são encaradas como indício adicional a comprovar a tese da discriminação contra a agricultura, que, na região Sul, transfigura-se em prova de discriminação e espoliação da própria região.

Pode-se, a respeito desta questão, apresentar as seguintes considerações derivadas da análise realizada no presente texto. Em primeiro lugar, a ocorrência de saldos líquidos — positivos ou negativos — nas transações entre regiões é evidentemente possível, o que significa que a vigência de uma situação desvantajosa para uma região determinada pode ser verdadeira. Mesmo sendo assim, de tal situação não decorre,

necessariamente, que a separação política constitua um meio de reduzir ou eliminar a desvantagem observada, mesmo considerando que a separação seja economicamente viável, o que também é discutível, conforme se argumentará. Por outro lado, observa-se geralmente que as referências a uma situação eventualmente desvantajosa para a região baseiam-se em evidências precárias ou referentes a situações particulares. A identificação efetiva da situação da região requereria uma análise de caráter global. Ela será inadequada se limitar-se ao saldo de transferências orçamentárias ou de transações comerciais e financeiras, ou se restringir a um curto período de tempo.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que a região Sul pode ser considerada uma das principais beneficiárias da integração econômica do país, a despeito da reestruturação imposta ao seu setor industrial, após a II Guerra Mundial, como consequência da concentração industrial em São Paulo e do seu papel hegemônico. O mercado nacional constituído neste processo de integração e em firme expansão, e a proximidade do seu núcleo dinâmico concentrado fortemente no Sudeste, forneceram às atividades econômicas da região Sul um horizonte de expansão inestimável, mesmo que relativamente limitado aos setores agrícola e agroindustrial. A concentração do mercado nacional no Sudeste mantém-se, assim como as vantagens decorrentes da proximidade da região Sul, e em torno desta configuração do mercado organizou-se a economia nacional unificada, particularmente a da região Sul. Assim, é bem pouco plausível supor que a separação da região Sul — admitindo que fosse economicamente viável — lhe facilite o acesso a este mercado ou lhe permita substituí-lo por outro de maior dimensão e melhores condições.

Em terceiro lugar, parece bem pouco razoável depositar esperanças de solução de problemas econômicos regionais com base na subdivisão de um grande mercado, como é atualmente o brasileiro, num momento em que mesmo as economias mais desenvolvidas do mundo integram os seus mercados em blocos multinacionais gigantescos. A tendência evidente na economia mundial é de integração e interdependên-

cia estrutural cada vez maior. Assim, considerando o atual nível de interdependência econômica entre as regiões brasileiras, não é realista supor que a separação aumente as possibilidades dos setores econômicos implantados na região Sul diante de um “resto do Brasil” tornado por sua vez autônomo e eventualmente hostil em relação ao Sul. Exemplificando com a agricultura, não é realista supor que, diante de uma região Sul independente, diminuísse a concorrência já hoje crescente que lhe faz a produção do Centro-Oeste, em expansão acelerada.

Considerando a importância relativa da agricultura na região Sul, não só econômica, mas também politicamente, convém mencionar que o estancamento relativo do seu crescimento, recentemente (uma das razões do descontentamento “regional”), não pode ser apressadamente atribuído a políticas federais discriminatórias. Basta que se consulte as estatísticas sobre o desenvolvimento agrícola da região no pós-guerra, que revelam a ocorrência de substanciais aportes de recursos à região via incentivos federais, devendo destacar-se o crédito rural subsidiado após 1965 e os vultosos financiamentos, também subsidiados, à implantação da infraestrutura física, tais como armazéns, meio de transporte, energia elétrica, e outros, principalmente durante os anos 70. O esgotamento das terras cultiváveis, como se mostrou, constitui uma das razões do estancamento da agricultura regional. O suporte dado pela política econômica à expansão do Centro-Oeste, se contribuiu para aumentar as suas vantagens concorrenciais em relação à agricultura do Sul, ao mesmo tempo abriu novos campos de investimento para os capitalistas agrícolas e agroindustriais de todo o país, inclusive os da região Sul, que, como se sabe, têm sabido aproveitar-se amplamente da situação.

Finalmente, a tese separatista pressupõe a existência de uma divergência entre os “interesses regionais” do Sul e os do resto do Brasil. Já se mencionou porém que, acima das regiões, a sociedade brasileira divide-se em classes sociais também unificadas a nível nacional. Considerando os conflitos de interesse que se estabelecem entre as classes, o con-

ceito de “interesses regionais” não apresenta nenhum conteúdo evidente. Empresários e trabalhadores têm interesses concretos nitidamente opostos. O mesmo pode-se dizer das relações entre capitalistas agrícolas e pequenos agricultores empobrecidos que alimentam os fluxos emigratórios. Assim, uma eventual convergência de interesses entre empresariado e classes trabalhadoras, a nível regional, é pouco plausível. Para as camadas trabalhadoras da região Sul, é de crer que o mercado nacional unificado constitui um cenário mais vantajoso do que a sua segmentação em unidades menores, pois lhe fornece alternativas mais variadas, ao invés de mantê-la aprisionada em estreito espaço. A magnitude dos fluxos emigratórios das últimas décadas é uma evidência disto. Pequenos agricultores expropriados e trabalhadores desempregados ou subempregados migram à procura de frentes de expansão agrícola ou de mercados de trabalho mais promissores. Assim, a estrutura econômica não fornece a base para um movimento autonomista na região Sul. Todavia, sabe-se que há uma variedade de outras motivações possíveis, além das estritamente econômicas, para movimentos deste tipo. Entretanto, se existem atualmente no Sul do país, não se tornaram ainda explícitas.

3. As perspectivas da região Sul frente ao Mercosul

O processo de constituição do Mercosul desencadeou um debate que envolve diversos segmentos sociais, além dos economistas, devendo-se destacar os interesses empresariais e regionais. Dentre os diversos aspectos relevantes da questão, sempre suscitados durante este debate, deve-se ressaltar aquele que se refere aos segmentos econômicos brasileiros que enfrentarão, presumivelmente, uma concorrência mais intensa, principalmente da produção argentina, à medida que a integração econômica proposta pelo Mercosul se torne uma realidade.

Neste aspecto da questão a região Sul tornou-se ao mesmo tempo palco e objeto do debate: por um lado procura-se avaliar as possíveis repercussões da implantação do Mercosul sobre os segmentos da economia da região que fatal-

mente se defrontarão com uma concorrência acrescida, tais como a triticultura e a fruticultura de clima temperado. Assim, a economia da região torna-se objeto de análise, reolocando a necessidade de estabelecer com precisão o conceito de economia regional relevante para esta análise. Por outro lado, é na região Sul que o debate tende a adquirir maior intensidade, em função da reação, dos segmentos empresariais mencionados, ao aumento da concorrência externa resultante da formação do bloco.

A proximidade geográfica da região Sul brasileira com a Argentina e as afinidades produtivas existentes entre elas, que acentuam a concorrência a segmentos econômicos localizados no lado brasileiro, tendem a provocar um certo obscurecimento do caráter nacional da economia da região. Resaltou-se neste texto que, dado o nível de inserção da economia da região Sul nos mercados nacional e internacional, os problemas que a ela se colocam são os problemas que afetam a economia brasileira. Ou seja, os fatores econômicos de dimensão nacional, embora possam afetar de modo diferenciado determinadas regiões, interferem também na dinâmica regional. Assim a crise da economia brasileira nos anos oitenta, e o esgotamento do padrão de financiamento do desenvolvimento, interfere na escala regional, com queda no nível de atividade e aceleração do processo de concentração de capital, inerentes aos momentos de crise. Por outro lado, decorre também disto que, inversamente, os fatores que afetam especificamente os segmentos econômicos nacionais implantados na região, exercem também influência sobre o conjunto da economia nacional, embora em escala geralmente muito menor, dimensionada pela importância relativa do setor considerado na economia nacional. A este respeito convém lembrar que, considerando a diferenciação regional da estrutura econômica, há segmentos da economia nacional que podem apresentar elevada concentração em uma região. Nesse caso, os efeitos dos fatores que afetam positiva ou negativamente — tais segmentos econômicos, podem também apresentar-se fortemente concentrados regionalmente, dependendo da intensidade de inserção dos referidos

setores nas cadeias produtivas a nível nacional, ou seja, da extensão de seus encadeamentos para frente e para trás na estrutura econômica nacional. Por exemplo, no caso da agro-indústria avícola, parte significativa de sua cadeia produtiva concentra-se na própria região Sul, de modo que os fatores que afetam a sua estabilidade apresentam efeitos fortemente regionalizados, sem que isto reflita qualquer grau de “autonomia” da economia regional em relação à nacional. O mesmo aplica-se a qualquer segmento econômico localizado no próprio centro industrial do país, que é São Paulo. Assim por exemplo, se os fatores que afetam a estabilidade da citricultura limitarem seus efeitos a ela, isto não implica qualquer grau de autonomia das zonas citrícolas paulistas em relação à “economia nacional”.

Também deve-se frisar que a indústria de um modo geral, em seus diversos setores, apresenta grande diversidade no que se refere ao tamanho das empresas, estruturas financeira e comercial e poder de competitividade. A este respeito, é razoável também supor que o processo de constituição do Mercosul, poderá afetar não só algumas empresas líderes de determinado segmento de menor capacidade competitiva, como também plantas de menores tamanhos de segmentos de maior capacidade competitiva. Nos segmentos mais competitivos,⁹ de maior inserção no mercado internacional e em condições de concorrer com produtos similares da produção argentina, a estrutura de mercado pode se alterar elevando os graus de concentração econômica e de centralização de capitais no âmbito de um mercado ampliado. Essas considerações podem ser melhor sintetizadas recorrendo a linha teórica da organização industrial, mais especificadamente da conformação das estruturas de mercados na indústria nacional.

Do ponto de vista teórico a estrutura de mercado significa a forma de constituição das indústrias, ou seja, o número de firmas que as compõem e o grau de oligopolização ou a existência de empresas líderes e a detenção das mesmas de parcela significativa de participação no valor de produção de cada segmento industrial. Também do ponto de vista teórico

é impossível, dado a unificação do mercado nacional e a dispersão de plantas, por todo o território brasileiro, falar de estruturas de mercado ao nível de uma determinada região. Assim, o efeito do Mercosul sobre a região Sul, depende do tipo de produto e da estrutura de mercado da indústria produtora desse bem. Se em determinado produto a produção nacional estiver ocorrendo numa indústria cuja estrutura de mercado apresentar empresas líderes, fora do âmbito regional, e se o grau de competitividade dessas for elevado, em condições de concorrer com produtos dos países do bloco, seguramente serão beneficiadas com o Mercosul. Nesse caso, poderá haver maior concentração do mercado, tanto por necessidades de ampliação da capacidade produtiva das líderes, como as firmas marginais, algumas delas localizadas na região Sul, passarão por um processo de exclusão do mercado, se não tiverem condições de competitividade em relação aos produtos estrangeiros, ou sua sobrevivência será dada pelo atendimento de nichos de mercado. Da mesma forma, se na estrutura do mercado houver o predomínio de empresas líderes localizadas na região Sul, a alteração da estrutura pode ocorrer via concentração de mercado na própria região Sul, pela ampliação da capacidade produtiva das líderes e absorção de empresas de menor porte, como também empresas marginais localizadas dentro e fora da região e que penetravam com seus produtos nesta área, poderão sucumbir ou então encontrar novos mercados. Essas observações, embora resumidas, mostram que a integração dos mercados pelo Mercosul e seus efeitos extrapolam o nível regional, podendo pois, ser mais ou menos fortes na região, dependendo da estrutura do mercado das indústrias produtoras dos diversos produtos que serão transacionados entre os países componentes do bloco.

Nesse sentido, um aspecto relevante e que permeia tanto a penetração de produtos nacionais no mercado internacional, como também a capacidade de impor barreiras à entrada de produtos no mercado nacional e regional, diz respeito ao nível de competitividade das empresas localizadas no território brasileiro. É sabido que, de um modo geral, a

participação de empresas brasileiras no comércio mundial, é potencializada pelas políticas públicas de estímulo às exportações via subsídios, câmbios, etc. Junto com isso, algumas vantagens comparativas como mão-de-obra barata e recursos naturais abundantes, permitiram maior inserção no comércio mundial. Essa prática permanente, acabou reduzindo as necessidades de investimentos em tecnologia e modernização dos processos produtivos e acabou, trazendo como consequência, em diversos segmentos, maior dificuldade na colocação de seus produtos no mercado externo. O modelo anterior baseado em crédito fácil e subsídios públicos, dado a crise financeira do Estado, impõe repensar o modelo de crescimento que resguardou o funcionamento de empresas que não tiveram preocupação em aumento de eficiência produtiva.

Por outro lado, a criação do Mercosul insere-se no contexto da economia mundial em processo de profunda mutação. Assim, com referência especialmente aos setores integrados no comércio internacional, as dificuldades econômicas tendem a se exacerbar quando se tem em conta o processo de reestruturação industrial que passam as economias capitalistas avançadas e importadoras de produtos brasileiros. Esse processo de reestruturação passa pelo aumento da intensidade de incorporação tecnológica que relativiza o poder de mercado de empresas nacionais que tiveram sua competitividade baseada em recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata. Ademais, e como parte do processo de reestruturação industrial, assiste-se o desencadeamento de processos protecionistas e políticas agrícolas de autosuficiência que comprometem a penetração de produtos brasileiros no mercado externo. Também como elemento complicador o aparecimento de blocos comerciais tende a alterar a performance da comercialização de produtos agrícolas e da indústria a ela vinculada.

Nesse sentido, não só a manutenção da inserção da indústria brasileira no mercado internacional, como também a própria defesa da indústria nacional no mercado interno, passa necessariamente por esforços visando aumentar a eficiên-

cia produtiva através de aumento de produtividade que dê à economia brasileira e por conseqüência à economia regional, vantagens competitivas dinâmicas. Evidentemente isso passa também por necessidade de estabilização macroeconômica e definições de prioridades de política industrial, na qual está embutida a necessidade de desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicada e formação de recursos humanos.

Nesses termos a perspectiva de concretização do Mercosul apresenta-se, para as firmas oligopólicas que dominam a economia brasileira em praticamente todos os setores, como duplo desafio: por um lado, pela perspectiva de conquista de novos mercados, e, por outro, pela necessidade de elevar o nível de competitividade e eficiência produtiva. Nesta perspectiva, o Mercosul merece algumas referências específicas.

Em primeiro lugar, embora o Mercosul seja contemporâneo ao Mercado Comum Europeu, e aos blocos Estados Unidos/Canadá/México e Japão/Sudeste Asiático, existem diferenças específicas quanto ao caráter desses processos haja vista a trajetória histórica e o grau de avanço do capitalismo nesses diferentes espaços econômicos. A constituição desses blocos diz respeito a possibilidade de ganhos de produtividade dado o aumento de escala de produção e o nível de renda da população, e, fundamentalmente e por conseqüência dotar esses países de maior capacidade de autosuficiência na produção de bens e serviços e de maior inserção no mercado mundial. Ou seja, ao mesmo tempo em que esses países constituem blocos regionais, visam ampliar espaços de mercado em escala internacional e para isso, além dessa constituição em blocos, passam por processos de reestruturação industrial que incorpora novas tecnologias e obtém com isso maior competitividade.

Ademais existem diferenças fundamentais na formação desses blocos *vis à vis* ao Mercosul. Uma das diferenças básicas consiste que o processo de integração, nos países do cone sul, embora possa conduzir a determinados graus de especializações e a um processo de concentração industrial,

é um processo que ocorre em países de capitalismo que apresentam diferenças substanciais em relação aos países de capitalismo avançado, especialmente no que se refere ao *gap* tecnológico. Isto num contexto de uma economia mundial em transição para novas bases tecnológicas, comerciais, financeiras e gerenciais que sustentam a configuração das novas frentes de expansão do capitalismo a nível internacional.

Assim sendo, dada a conjuntura atual da economia capitalista mundial e da latino-americana, e as mudanças estruturais da primeira, parece razoável esperar que a constituição do Mercosul possa permitir ampliação das escalas de produção via aumento da concentração industrial e conquistas de fatias maiores de mercado por empresas individuais, no processo de concorrência que se abrirá. Todavia, não se pode esperar, em princípio, que o acordo fomenta a ampliação absoluta dos mercados em termos globais, dada a conjuntura macroeconômica restritiva, os baixos níveis de renda per capita e a baixa densidade tecnológica das estruturas produtivas dos países integrantes do bloco.

Pode-se dizer que o desafio histórico enfrentado pelas economias latino-americanas, no cenário do capitalismo mundial atual — diante do qual a possibilidade do Mercosul parece excessivamente limitada —, é o de criar simultaneamente as bases tecnológicas, financeiras, comerciais e gerenciais que permitam maior aproximação das economias latino-americanas com as transformações que estão caracterizando o desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial. Nesse sentido, problemas cruciais se colocam a esse desafio entre os quais se destacam: a problemática do financiamento de longo prazo, a recorrência ao Sistema Financeiro Internacional e o elevado endividamento externo, a incipiência de núcleos endógenos de geração e desenvolvimento tecnológico, instabilidades macroeconômicas, sociedades de massas sem o consumo de massas, especialmente o Brasil.

Não é aparente, neste momento, que o projeto Mercosul, venha a contribuir decisivamente para que, as economias envolvidas, enfrentem mais eficazmente problemas de tal magnitude.

CONCLUSÕES

De um modo geral a economia da região Sul, nas últimas décadas passou por um profundo processo de transformação em sua estrutura produtiva. No setor industrial ocorreu a ampliação de sua base produtiva, avançando significativamente o segmento da metal-mecânica e consolidando internamente segmentos tecnologicamente avançados e produtores de bens finais, especialmente nos ramos vinculados à agropecuária. Nesse mesmo segmento, no entanto, diversos setores de expressão na estrutura industrial permanecem como produtores de produtos semi-elaborados e complementares à cadeia produtiva nacional e internacional. Na agricultura, sua inserção na divisão interregional do trabalho, além de fornecedora de matérias-primas para as indústrias locais, aparece como fornecedora líquida de matérias-primas agrícolas para o mercado nacional e do exterior.

A região Sul, e mais especificamente as suas classes dominantes, têm sido beneficiadas, no plano social, pelos fluxos emigratórios, os quais provavelmente evitaram uma maior deterioração da situação social na sua estrutura urbana. O mesmo pode ser dito, com maior ênfase, sobre a situação social no campo: considerando o acentuado grau de mobilização social e política revelado pelo movimento dos agricultores sem terra na região Sul, a despeito da emigração, não é difícil avaliar o potencial estimulante que teria, sobre tal mobilização, o represamento, na própria região, do fluxo emigratório das duas últimas décadas. Adicionalmente, mantido o atual quadro de distribuição regional da renda nacional, a continuidade do fluxo emigratório apresenta-se como condição para a manutenção da renda per capita regional em níveis próximos à média nacional, a menos que a taxa de crescimento vegetativo da população continue caindo aceleradamente, como tem sido verificado.

Apesar do dinamismo revelado pela economia da região Sul nas últimas décadas, tanto na agricultura como na indústria e no setor serviços, parece fora de dúvida que as suas taxas de crescimento global e setoriais foram ainda insufi-

cientes para dotar a região de uma estrutura produtiva apta a absorver os acréscimos vegetativos da população, mesmo considerando a significativa redução de suas taxas. Considerando o processo contínuo (mesmo que atenuado) do desenvolvimento tecnológico na agricultura, é também fora de dúvida que a absorção de tais incrementos populacionais depende do crescimento industrial e da correspondente expansão da estrutura urbana e dos serviços relacionados a ambos. Isto significa que a estrutura industrial/urbana teria que expandir-se a taxas ainda superiores às ocorridas nas últimas duas décadas a fim de que a região pudesse não apenas manter, mas ainda ampliar sua participação na geração da renda interna do país sem deterioração da sua renda per capita média.

Do ponto de vista da perspectiva do setor industrial deve-se considerar dois aspectos importantes e que devem atuar como entraves ao crescimento que repita a performance das décadas anteriores. Primeiro, nos segmentos mais dinâmicos e que foram responsáveis pela diversificação da indústria regional, a perspectiva de crescimento sofre interferência da redução do nível de atividade econômica que predominou nos últimos anos e que continua. Desta forma, o ambiente de crise na economia nacional tem reduzido sensivelmente o nível de investimentos e a possibilidade de alternativas de expansão do capital industrial nos diversos espaços geográficos que constituem a economia. Segundo, agregado e esses fatores gerais, no que toca à agroindústria da região as perspectivas de expansão e diversificação não são tão otimistas e nem podem repetir o mesmo desempenho de épocas anteriores. Esses segmentos estão consolidados e, dada sua vinculação ao setor agropecuário, apresentam limitações, pois além do menor dinamismo desse segmento deve-se ter em mente o processo de realocização de empresas locais para regiões de expansão agrícola.

A despeito da redução da participação da agricultura na estrutura setorial da renda da região Sul, não há dúvida de que a agricultura continua proporcionando importante base da estrutura econômica regional. Isto significa que os níveis

— absoluto e relativo — alcançados pela renda de região dependem em boa medida, da inserção agrícola da região Sul no quadro da divisão interregional do trabalho na economia brasileira. A indústria e os serviços, assim como a estrutura urbana, continuam apoiados na ampla base econômica constituída pela agricultura. Sobre esta base organizou-se uma estrutura agroindustrial de significativa importância relativa a nível nacional. Esta circunstância tem, obviamente, implicações negativas a longo prazo, particularmente no estreitamento que ela impõe ao crescimento industrial.

Todavia, não se pode excluir a hipótese de que ela tenha tido efeitos positivos, particularmente no contexto recessivo típico da economia brasileira na última década: considerando o grau de concentração industrial no Sudeste e o peso relativo dominante da indústria na economia brasileira, resulta disto que os efeitos da recessão industrial tendem a concentrar-se mais fortemente na região Sudeste. Portanto, a economia das regiões agrícolas não acompanha o ciclo econômico nacional proporcionalmente. Adicionalmente, dois fatores principais tem contribuído para que a agricultura tenha tido, no Brasil, uma evolução relativamente independentemente do ciclo econômico: por um lado, pela sua significativa inserção nos mercados externos, e, por outro lado, pelo papel atribuído à agricultura na substituição de importações agrícolas. De fato, durante a década de oitenta tanto as exportações agrícolas quanto a substituição de importações por produção interna tiveram papel de destaque na evolução da agricultura brasileira (Rezende: 1989).

Como consequência destes dois fatores e da importância da agricultura como base da economia da região Sul, é plausível supor que ela tenha sofrido de modo atenuado as consequências da recessão. Por outro lado, alguns eventos negativos afetaram a agricultura no fim da década, destacando-se as condições desfavoráveis do mercado mundial da soja e os acidentes climáticos das safras 89/90 e 90/91. Todavia, a região Sul foi apenas levemente atingida pelo mau clima na safra 89/90 e, embora drasticamente atingida na safra 90/91, os danos econômicos deste fenômeno foram atenuados pela

significativa elevação dos preços agrícolas a nível nacional. Do lado negativo, deve-se acrescentar aos acidentes climáticos a redução da área plantada de trigo, decorrente da desorganização da estrutura de comercialização deste produto pela injustificada privatização de sua comercialização e, em medida ainda não dimensionada, pela perspectiva da concorrência argentina decorrente da constituição do Mercosul .

No que se refere a constituição do Mercosul e seus efeitos sobre a economia, deve-se dizer, como está explícito no texto, terão significados que extrapolam o espaço econômico da região Sul. Nesse sentido, é necessário ter presente que a eficiência produtiva diz respeito a eficiência produtiva nacional. Nisso está implícito que o nível de competitividade está relacionado com a indústria nacional, para o qual se requer definições de linhas de política econômica articuladas, com clarificação das prioridades e com o intuito de dotar o parque industrial brasileiro de competitividade dinâmica.

NOTAS

(*) Os autores agradecem as valiosas críticas e sugestões formuladas por professores do Departamento de Economia da UFPR e por pesquisadores do IPARDES, em reuniões de discussão da versão preliminar do presente texto. Apesar disto, os autores são inteiramente responsáveis pela versão ora apresentada.

1 Estima-se que o nível global de proteção à agricultura dos países, industrializados chega ser, em média, três vezes superior ao do setor industrial (Barcias:/d).

2 Nos três Estados, em 1970, o gênero de produtos alimentares mantinha a primeira colocação no valor da produção industrial (31,3% no RS, 22,8% em SC e 23,7% no PR). Em 1980 continua nessa posição com exceção do Rio Grande do Sul no qual a indústria química passa a deter o primeiro lugar: em 1970 o gênero química representava no RS 13,7% da produção industrial e em 1980 passa para 22,5%; em SC sua participação se eleva de 2% para 6%; e no PR 7,7% para 24,4%. Deve-se ressaltar que nesse gênero está incluído o ramo de óleos vegetais o qual, no Censo Industrial de 1980 corretamente foi transferido para o gênero de produtos alimentares.

3 O Grupo metal-mecânica (metalúrgico, mecânica, material elétrico e de comunicações, e material de transporte), amplia, nos três Estados sua participação na estrutura industrial. No Rio Grande do Sul passa de 20,1% em 1970 para 22,0% em 1980; no Paraná de 8,9% em 1970 para 13,4%; e, em Santa Catarina o salto de 14,6% para 18,0%.

4 Em 1985, a região sul detinha cerca de 80% da capacidade de produção instalada de esmagamento de óleos vegetais, sendo que Santa Catarina apenas 8,6% (Iparides, 1986). No caso do abate de aves, em 1988, a região sul abateu cerca de 74% do abate nacional (Denardi: 1990).

5 Dados mais recentes para o Paraná (Iparides 1991), o qual nos últimos anos cresceu acima da média nacional dão uma idéia da trajetória do setor industrial. Em 1988 a indústria de produtos alimentares continua mantendo liderança e praticamente não alterou sua participação em relação a 1970 (22,4% contra 23,7%); o gênero química em 1970 detinha 7,7%, em 1980 24,4% e em 1988 20,6%, no qual está incluído o segmento de óleos vegetais; o grupo metal-mecânica se expande de 8,8% em 1970 para 13,4% em 1980 e 23,5% em 1988, enquanto o gênero madeira que, em 1970, era de extrema importância, com 22,5% de participação, em 1980 decresce para 15,1% e em 1988 apenas para 5,6%.

6 No que se refere à inserção internacional, é importante destacar como fato ilustrativo que, no abate de aves, a região Sul foi responsável em 1988 por cerca de 95% das exportações brasileiras de carne de frango; ainda é relevante mencionar que apenas três empresas sediadas na região foram responsáveis por cerca de 75% das exportações da região.

7 O assunto tem sido tratado na literatura econômica brasileira, de modo pouco sistemático, comparecendo geralmente como tema secundário em análises mais gerais. Um tratamento específico do tema pode ser encontrado, entre outros, em CASTRO: 1975; OLIVEIRA e REICHSTUL: 1973; OLIVEIRA: 1977; CANO: 1977; CANO: 1985.

8 Neste texto analisa-se exclusivamente o aspecto econômico da questão regional. A afirmação de que a economia nacional está unificada, não pretende sugerir que estejam dissolvidas as diferenças históricas, culturais, políticas ou de outra natureza. Por outro lado, a afirmação nacional da economia não significa uniformização econômica absoluta. Como já se mencionou o conceito refere-se ao aspecto essencial da imposição, a toda a economia em caráter geral, de um movimento unificado do capital. Como ocorre em todos os aspectos da economia, as características essenciais apresentam-se frequentemente obscurecidas por uma multiplicidade de diferenciações formais e de desníveis de desenvolvimento.

9 O termo "maior competitividade" é empregado para assinalar a existência de assimetrias de eficiências produtivas entre as firmas pertencentes a indústria. Significa pois, diferentes níveis de produtividade e maior poder de mercado e, portanto, não deve ser confundido com a existência de maior número de firmas e maior atomização dos mercados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.
- CASTRO, A. B. **7 Ensaios sobre a economia brasileira**, 2ª ed. Rio: Forense Universitária, 1975.
- DALLA COSTA, Armando João e BIANCHINI, Valter. **A integração e os avicultores no Sul do Brasil**. Deser. Texto apresentado no PIPSA em agosto de 1991.
- DENARDI, Reni Antonio **Anotações sobre o perfil da agroindústria no Brasil**. Deser. Texto apresentado no seminário sobre A Integração Argentina-Brasil-Uruguai no Setor Agrícola e Agroindustrial, Montevideo, setembro de 1990.
- FONSECA, Rinaldo Barcia **Tendências generales y perspectivas del mercado mundial de produtos agrícolas**, mimeo (s/d).
- KALIL, Jorge Miski. "A questão regional e a Região Sul: comentários sobre a proposta da SUDESUL" em IPARDES. **Análise conjuntural**, Curitiba, 8(4):1-4, abr. 1986.
- MACEDO, Mariano de Matos **Aspectos gerais relativos a constituição do Mercosul e o sentido da integração**, mimeo (s/d).
- MELO, F. H. A Composição da Produção no Processo de Expansão de Fronteira Agrícola Brasileira, **Rev. Econ. Pol.** 5(1): 86-111, jan.-mar. 1985.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, F. e REICHSTUL, H. Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. **Estudos CEBRAP**, 4: 131-168, 1973.
- REZENDE, G. C. Agicultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 19(3): 553-578, dez. 1989.

O CAMPO DO PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA

DENNISON DE OLIVEIRA

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

Este texto apresenta alguns resultados preliminares da pesquisa “Construindo uma cidade modelo: um estudo de história de políticas públicas urbanas (Curitiba no final do século XX)” desenvolvida no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP sob a orientação do prof. Dr. Luciano Martins. Examinamos aqui o processo de implantação e o desenvolvimento histórico do campo do planejamento urbano em Curitiba, sob a perspectiva das categorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu (1983). Dedico atenção à forma pela qual esta atividade ganhou progressivamente uma margem cada vez maior de autonomia frente a outras esferas de atividade da administração pública; os agentes envolvidos na disputa de posições neste campo; o capital social e cultural de cada um deles; e, finalmente, arrisco algumas hipóteses que nos permitem entender as transformações operadas ao longo do tempo. Dentre estas cabe destacar o impacto das mudanças políticas (particularmente a transição do Regime Militar para a “Nova República”), e as alterações nos paradigmas do planejamento urbano (do Modernismo ao “Pós-Modernismo”).

1. Introdução

O ano de 1993 marca o tricentenário da fundação de Curitiba. Trata-se de um evento marcado não apenas pela data comemorativa em si, mas também — ou principalmente — pela celebração de um modelo de cidade.

Esta concepção de cidade faz questão, acima de tudo, de marcar o êxito do seu modelo de crescimento: ordenado, civilizado e preocupado com as questões ecológicas. Na empolgação das auto-congratulações os mais entusiasmados não hesitam em caracterizar a cidade como sendo “de primeiro mundo”.

Neste modelo de cidade ocupa um lugar central um determinado campo.¹ Não o campo da administração pública propriamente, mas um campo a ele associado: o campo do planejamento urbano. Modelo de urbanismo desde o início dos anos 1970,² a cidade de Curitiba retoma, em meados dos anos 90, um lugar de indisputável destaque no campo do planejamento urbano.³ E é para este campo que dirijo minhas reflexões.

2. O desenvolvimento histórico do campo do planejamento urbano (1943-93)

O campo do planejamento urbano começa a se constituir em Curitiba há meio século, quando a prefeitura contrata uma renomada empresa de São Paulo para elaborar um plano diretor para a cidade.⁴

A capital do Estado se ressentia há muito tempo da quase total inexistência de parâmetros que norteassem a ocupação e uso do solo, e já se apontava a necessidade de se projetar as vias necessárias à absorção do crescente volume de transporte motorizado que demandava a cidade.⁵

Esta empresa paulista contratou os serviços de um dos mais renomados urbanistas da época, o arquiteto francês Alfred Agache. Este já havia trabalhado intensamente no Brasil, ao elaborar planos de desenvolvimento urbano para cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Assim é publicado e adotado pela prefeitura em 1943 o famoso "Plano Agache".⁶

Este plano é um típico representante do urbanismo modernista, que conheceu na Carta de Antenas a mais acabada expressão de seus princípios.⁷ Pensava-se a cidade como um conjunto arquitetônico que deveria atender a um certo número de funções essenciais como trabalho, habitação e circulação. Caberia ao urbanista dividir a cidade em áreas ou regiões funcionais, nas quais estes espaços se especializariam em alguma das funções. Em seguida, caberia pensar a ligação entre estes setores, estabelecendo espaço para a im-

plantação de vias expressas. Finalmente, caberia desenhar o tipo de prédio adequado ao desempenho de cada uma das zonas funcionais.⁸

Desta forma, Agache dividiu a cidade em zonas funcionais: um centro comercial, um centro administrativo (Centro Cívico), uma cidade universitária, um setor militar, várias zonas residenciais, e assim por diante. Em seguida idealizou um conjunto de vias de circulação, como vários círculos sucessivos, que se propagavam a partir do centro. Finalmente, ele desenhou toda uma série de prédios públicos, a serem construídos em suas respectivas zonas funcionais.⁹

Para implantar o plano tornou-se necessário estabelecer certas agências que seriam as responsáveis pela sua efetivação. Coube ao Departamento de Urbanismo e ao Departamento de Obras Públicas se desincumbirem da tarefa. Ao Departamento de Urbanismo cabia examinar os pedidos de construção, demolição e reformas e conceder os necessários alvarás. Já o Departamento de Obras teria de construir a infra-estrutura necessária à transformação física da cidade nas linhas traçadas pelo plano.¹⁰

Neste processo cabe destacar o papel desempenhado pelos engenheiros, particularmente aqueles oriundos da Universidade Federal do Paraná e que se congregavam no Instituto de Engenharia do Paraná. A eles coube acompanhar a realização do Plano Agache e tornar efetiva sua aplicação; tal se deu através da ocupação de postos chave na administração municipal, notadamente nas agências mencionadas.¹¹

Contudo, não foi a partir desta época que se constituiu um campo específico do planejamento urbano em Curitiba, com independência de outras esferas de atividade, regido por leis próprias e com um desenvolvimento autônomo.¹² Mais ou menos rapidamente o Plano Agache começou a ficar superado, seja em função de seus parâmetros excessivamente rígidos, seja em função do rápido e imprevisível crescimento da cidade de Curitiba.¹³ Ou ainda, por simplesmente não prever toda uma série de problemas das mais diversas ordens que poderiam se abater sobre a cidade ao longo do tempo.¹⁴

Incapazes de dar uma resposta coerente a todo um novo leque de questões que a realidade ia levantando, os profissionais da engenharia lotados no serviço público foram sendo gradativamente relegados à tarefa de resolver problemas emergenciais, sendo eles e suas agências assimilados ao campo da administração municipal e submetidos aos interesses e à lógica da política convencional.

A situação foi evoluindo até colocar de forma incontornável a questão de se reordenar o crescimento da cidade e resolver seus problemas. Destes cabe citar o caso dos loteamentos clandestinos, construídos à margem da delimitação de usos possíveis do solo para cada região; as inundações frequentes a que se submetia o centro da cidade; o déficit de unidades habitacionais; o mau estado da rede viária, continuamente danificada por tráfego pesado; e, finalmente, um centro da cidade medíocre e em deterioração, com a circulação travancada por vias estreitas cercadas por prédios em decadência.¹⁵

A prevalescência da idéia de planejar como forma de dar solução a estes problemas pode ser melhor entendida à luz da experiência precedente obtida com o Plano Agache.

Contudo, para que, afinal, se constituísse em Curitiba um campo do planejamento urbano, vários outros fatores importantes tiveram participação.

De saída, cabe apontar o prestígio e a penetração que a idéia de planejamento governamental tinha obtido nesta época em todas as esferas da vida política paranaense. A partir do início da década de 1960, o governo do Paraná irá constituir toda uma série de órgãos que visavam a execução de um projeto de modernização do Estado. Em todos eles figurava com lugar de destaque o tema do planejamento. Inicialmente a nível econômico, via treinamento de técnicos na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e, posteriormente a todas as esferas do social — graças ao trabalho da SAGMACS (Sociedade de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas às Ciências Sociais) orientada pelo padre Le Bret que formou inúmeros técnicos do Estado e elaborou o

plano de governo para o período Ney Braga (1961-66/Partido Democrata Cristão) — incutiu-se um certo hábito do planejamento, chegando o tema a se constituir em verdadeira mística no Paraná. Além disso, as próprias agências de fomento locais e internacionais estimulavam esta prática, ao exigir levantamentos e projeções cada vez mais rigorosos para a concessão de financiamentos.¹⁶

Um outro fator importante diz respeito ao estabelecimento do curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal do Paraná. Este curso foi formado a partir do início da década de 1960, derivado do curso de engenharia, e em pouco tempo começou a formar profissionais que assumiam uma nova postura frente às questões urbanas, caracterizada pela percepção da necessidade de um trabalho interdisciplinar e da institucionalização do campo do planejamento urbano.¹⁷

Finalmente, cabe destacar a significativa atuação dos políticos do Partido Democrata Cristão, então comprometido com a idéia da elaboração e execução de planos de governo. Coube justamente ao prefeito Ivo Arzua, eleito em 1961, deslançar o processo de retomada do planejamento urbano, enquanto resgate de promessa de campanha.¹⁸

De saída o novo prefeito criou a COPLAC (Comissão de Planejamento de Curitiba) de composição multidisciplinar, encarregada de traçar políticas e diretrizes para o planejamento urbano. Era composta basicamente pelos integrantes do Departamento de Urbanismo da Prefeitura e Câmara de Vereadores.

Constava da plataforma de campanha do prefeito a intenção de fixar uma política de uso do solo que assegurasse a salubridade, a estética, a economia e a segurança de toda população; de estabelecer um plano de erradicação de favelas; de estabelecer um plano de circulação geral que abrangesse arruamentos, pavimentação, obras, estações ferroviária e rodoviária, etc.

Para implantar estas propostas, partiu-se para a criação de uma Companhia de Urbanização e Saneamento de econo-

mia mista, que tivesse a necessária agilidade administrativa e capacidade de captação de recursos que dispensasse os tradicionais e burocratizados Departamento de Obras e Viação da prefeitura. É aí que surgiu a URBS S.A. (Urbanização de Curitiba S.A.).

Tanto estes departamentos quanto a recém criada URBS, ao lado do Curso de Arquitetura da UFPR começam então a recrutar em número significativo um novo tipo de profissional, que até então pouca expressão tinha no interior da administração pública: o arquiteto. Dentre estes destacam-se os recém-formados na própria UFPR, muitos dos quais já haviam passado por estágios de aperfeiçoamento no exterior. Este afluxo de arquitetos apenas fez por aumentar o âmbito da discussão sobre os problemas urbanísticos de Curitiba.¹⁹

Contudo, ainda faltava um fator catalisador, que detonasse efetivamente o debate sobre a necessidade de se retomar o planejamento urbano na cidade. Este fator acabou se dando quando por ocasião de um pedido de financiamento da prefeitura para algumas obras de recuperação do centro da cidade e para instalação de um distrito industrial.

A agência financiadora estadual no caso se recusou a estudar os pedidos, a menos que fossem apresentados estudos que inserissem as obras requeridas num plano geral de urbanismo. Não havia mais como adiar o problema. Retomava-se aí a constituição do campo do planejamento urbano em Curitiba.²⁰

Vários atores se mobilizaram nesta conjuntura, fosse visando uma inserção vantajosa no novo campo que se abria, fosse tentando influenciar os rumos do debate de forma a preservar interesses já consolidados. Dois atores merecem destaque: os engenheiros e os arquitetos da prefeitura.

Ocorreram basicamente dois tipos de conflito: 1º) em torno da questão da competência para elaborar o novo plano diretor da cidade e 2.º) a delimitação de esferas de responsabilidade com vistas à implantação do plano. Basicamente disputavam estas questões os profissionais do Departamento de Urbanismo e da recém-criada URBS (1961). No

final, optou-se pela abertura de uma concorrência pública, na qual as mais importantes empresas de arquitetura do país se inscreveram para candidatar-se ao contrato de elaboração do novo plano. Sintomaticamente a própria URBS S.A. se apressa a participar da concorrência, apresentando um plano de custo zero para o município.

Quem venceu à concorrência foi a SERETE de São Paulo, associada ao escritório de arquitetura de Jorge Whilhem. Este resultado não deixou de provocar vários comentários e reações, principalmente por parte daqueles profissionais que, lotados em órgãos da prefeitura, se imaginavam muito mais capacitados a elaborar o novo plano do que uma empresa de fora (no caso, de São Paulo).

Tamanha foi a reação que o prefeito achou por bem apelar a uma série de instâncias de legitimidade, tanto internas quanto externas ao campo do urbanismo.²¹ A saída foi promover os chamados “Seminários de Urbanismo”, no qual o novo plano seria exposto aos segmentos representativos da sociedade e, em princípios, estaria aberto a propostas de mudanças.

Durante todo mês de julho de 1965 o prefeito e sua equipe percorreram uma série de locais, reunindo-se com os mais diversos segmentos, expondo o conteúdo do plano e recolhendo críticas e sugestões. A lista de entidades contactadas é significativa. De saída realizou-se um seminário no Instituto de Engenharia do Paraná, em seguida na Associação Comercial. Depois vieram as Sociedades Operárias e Beneficentes e, no encerramento, a reitoria da Universidade Federal do Paraná.

A lógica deste itinerário faz sentido, se pensarmos na necessidade de se apelar para instâncias diversas que conferissem legitimidade à nova proposta. Tendo passado pelo crivo da instituição que congregava os profissionais do campo (o IEP) o plano desenvolvido pela SERETE conseguiu desarmar as propostas alternativas que engenheiros e arquitetos da prefeitura pretendiam apresentar. E, uma vez tendo sido apresentado às elites técnica e econômica da cidade,

conseguiu-se antecipar as reações dos setores que mais podiam opor resistência ao plano. Finalmente, os seminários desempenharam mais uma vez uma importante função de legitimação da atividade planejadora ao identificá-la com mecanismos democráticos de deliberação, ainda que tal identificação tenha sido mais formal que real.

Restava um segundo problema: a definição da agência que seria responsável pela implementação do plano aprovado. O encaminhamento dado à questão consistiu na criação de um grupo de acompanhamento local, encarregado de subsidiar e fiscalizar a elaboração do plano preliminar da **SE-RETE**. Ficou acertado nos termos da concorrência que este grupo de acompanhamento seria responsável pela posterior implementação do plano. Não se tinha muito claro que tipo de atuação eles teriam. Contudo, referia-se recorrentemente a este grupo de técnicos locais como um futuro escritório de acompanhamento.

As dúvidas a este respeito foram definitivamente derribadas quando o prefeito criou uma assessoria especial para implementação do plano, a APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) que, posteriormente, se transformou no IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba — 1965).²²

Vinculado diretamente ao prefeito como órgão de assessoramento, o IPPUC tem entre outras as seguintes atribuições:

1. Elaboração e detalhamento de projetos;
2. Controle e implantação do plano diretor;
3. Execução, em casos especiais, de projetos;
4. Em matéria de loteamento, zoneamento e renovação urbana a indicação de soluções urbanísticas adequadas.

A implantação do IPPUC não foi falta de controvérsias. Esta etapa se deu após o término do mandato do prefeito Ivo Árzua, tendo sido executada pelo seu sucessor.

Diversos motivos levaram a uma fase tumultuada. De saída cabe citar a competição entre as agências estatais em

torno da questão das esferas de atribuição. Tanto o Departamento de Urbanismo quanto o de Obras e a URBS disputavam com o IPPUC as atribuições relativas ao planejamento urbano. Aqui um primeiro recorte profissional é visível. Os ramos tradicionais da administração tendem a concentrar engenheiros, ao passo que o IPPUC é geralmente identificado como sendo uma instituição dominada por arquitetos.²³

As fricções entre estes órgãos se intensificaram em função do IPPUC ter recrutado seus quadros majoritariamente entre os profissionais do Dept^o de Urbanismo. Na medida em que foram surgindo diferenças de hierarquia e prestígio os técnicos do Dept^o de Urbanismo respondiam atribuindo ao IPPUC epítetos como o de “inoperante”, “lugar de lazer” e “criador de novidades”. Estas características eram reforçadas pelo fato do IPPUC estar muito envolvido com o detalhamento do plano preliminar, o que implicava em incursões na área da recreação pública, implantação de áreas verdes e investigação de novas formas de comunicação visual urbana.²⁴

Estes atritos parecem ter se resolvido de início de forma desfavorável ao IPPUC. Na gestão de 1966-70 o Departamento de Obras tornou-se o de maior importância na estrutura administrativa. Tal fato deveu aos seguintes motivos: 1.º) a natureza inovadora do planejamento e o estilo de atuação do IPPUC não se coadunavam com o estilo e a filosofia mais tradicionais de administração que o prefeito queria impor. Sua ênfase era no que havia de rotineiro e consensual no setor de obras públicas, receando comprometer-se com a execução de um plano de conseqüências imprevisíveis.

Acresce a isso o fato do novo prefeito ser engenheiro sanitarista. Do seu ponto de vista a preocupação dos arquitetos do IPPUC para com a estética urbana eram coisas essencialmente fantasiosas. Assim, eram considerados como mera manifestação do “gosto pela novidade” os projetos do IPPUC, uma vez que problemas mais graves ainda esperavam por solução. Para complicar o quadro, o 1º diretor-presidente do IPPUC não havia sido indicado pelo prefeito, mas pelo go-

vernador do Estado, contribuindo ainda mais para complicar a situação deste órgão com seu superior imediato.

Nestas circunstâncias não é de se admirar que os órgãos tradicionais da administração pública ganhem notoriedade sobre o IPPUC, tanto mais que o prefeito havia indicado para o Dept^o de Obras um amigo pessoal seu.²⁵

Assim, o IPPUC foi posto “na geladeira” à espera de um titular do poder público que se dispusesse a destiná-lo à sua função maior, qual seja, a de implementação do plano diretor. Contudo, este período não pode ser descrito como sendo de completa inatividade. O IPPUC investiu nesta fase na capacitação dos seus quadros e na formação de novos profissionais, bem como se aparelhando com uma vasta documentação de produção nacional e estrangeira que referenciasse as propostas contidas no plano. Além disso, o Instituto dedicou-se intensivamente à pesquisa e à elaboração de projetos, mesmo não tendo certeza se haveria algum dia uma administração disposta a implementá-los.²⁶

A escolha do novo prefeito para a gestão 1970-74 vai provocar uma autêntica revolução no campo do planejamento urbano. O novo titular era ex-diretor-presidente do IPPUC, ex-membro do grupo de acompanhamento da SERETE e, conseqüentemente, totalmente identificado com o propósito de implementação do plano. Usando do poder obtido, ele imediatamente nomeia para todas as funções relevantes na administração pública os seus companheiros do IPPUC. Assumindo os postos chave da administração pública, a implementação do Plano diretor se faz rápida e sem oposição.²⁷

Contudo, deve-se lembrar que outros fatos também concorreram para esta eficiência. Em primeiro lugar cabe mencionar a autonomização do Poder Executivo. Vivendo no auge da repressão do Regime Militar, com a censura e a perseguição aos políticos da oposição e adversários do regime, o executivo municipal tinha muito pouco a recear das intervenções da Câmara dos Vereadores em geral e dos políticos da oposição em particular. Em segundo lugar, o fato de ter sido aprovado pela Câmara o plano diretor, serviu como ar-

gumento para conferir à sua execução o caráter de medida urgente e legítima, silenciando-se sobre a seqüência e a intensidade pela qual isso se daria. Todos estes fatos, tomados em conjunto, explicam a autonomia finalmente adquirida pelo campo do planejamento urbano em Curitiba nesta fase.

Esta autonomia foi largamente explorada, rendendo consideráveis frutos, traduzidos no imediato reconhecimento de importantes instâncias legitimadoras: o IBAM, a Ordem dos Arquitetos, a União Internacional dos Arquitetos, etc.

Menos importante foi a aprovação da população às reformas. Pelo contrário, certas iniciativas foram tomadas contra o desejo expresso da população em geral e das elites econômicas em particular.²⁸ Contudo, todas estas medidas se justificavam e legitimavam em função do objetivo maior: a implantação de um plano diretor tido como racional e que, supostamente, já havia sido democraticamente aprovado pelos canais competentes.

Encerrada esta administração a correlação de forças indicava um IPPUC imensamente prestigiado, louvado e citado como exemplo a nível nacional e internacional. Mas ainda, o IPPUC surgia como centro formador de quadros, treinando e reciclando mão-de-obra especializada para todo Brasil e sendo referenciado internacionalmente nesta categoria. Ato contínuo, seus membros mais destacados transformaram-se em celebridades, notabilizadores em projetos e consultorias em todo o Brasil e no mundo. A partir daí, ser ou ter estado a serviço do IPPUC constitui-se em um significativo capital social, que toda uma variedade de profissionais não hesita em mobilizar para ter acesso a melhores posições dentro do campo.

Este quadro permanece inalterado, apenas reforçando suas características mais evidentes, durante toda conjuntura entre 1970-80. A partir do início da década de 1980 começa a se alterar a correlação de forças dentro deste campo, porém tal se dá devido a fatores que lhe são externos.

Estes fatores dizem respeito a alteração que se opera a nível político e ideológico em todo país. A alteração na correlação de forças políticas se remete ao colapso do regime militar (1964-1985) que perde cada vez mais espaço para os partidos de oposição, bem como se vê fustigado pela intensificação das manifestações populares, que reivindicam desde melhorias na qualidade de vida (Movimentos de Bairro e Associação de Moradores), a redistribuição da renda nacional (greves do ABC paulista) até eleições diretas para a presidência da República (Campanhas das "Diretas Já").²⁹

Nestas circunstâncias, amplia-se desmedidamente o espaço para aqueles que criticam o regime e todos a ele associados. Assim, não é de surpreender que todo o campo do planejamento urbano local se veja atravessado pela contradição de ser parte, a nível nacional, de um regime autoritário condenado amplamente.

O segundo fator que nos interessa mais de perto diz respeito à radical mudança que ocorreu na forma de se encarar o planejamento em geral e, muito especialmente o planejamento urbano. Aqui conjugam-se fatores de ordem interna e externa ao campo para condenar a idéia de planejamento urbano a carregar uma imagem francamente negativa.

Os fatores de ordem interna dizem respeito a disseminação a nível mundial da crítica marxista ao campo do planejamento urbano. Isto se deu em dois momentos. O primeiro foi a crítica das teorias urbanas existentes e a prática urbana do planejamento como ideológicas, isto é, mistificadores e falseadores da realidade, na medida em que estariam subordinadas ao projeto burguês de dominação. O segundo passo foi o desenvolvimento de uma teoria que não estivesse subordinada aos interesses das classes dominantes ou que formalizasse as representações ideológicas prevalentes. Neste trabalho destacaram-se teóricos como Lefebvre e Castells.³⁰

No que diz respeito a fatores externos, é interessante notar que estas abordagens encontram eco nas manifestações dos movimentos sociais urbanos, todos eminentemen-

te críticos do planejamento urbano excludente e parcial, que pouco contribuía para nivelar as desigualdades de renda e acesso a bens e serviços. Nestas circunstâncias pode-se falar de uma profecia que se cumpre: em momento algum os agentes do campo do planejamento urbano se arrogaram na condição de representantes do povo. Muito pelo contrário, certas políticas foram executadas contrariamente a desejos claramente manifestos pela população.

É nestas circunstâncias que surge no campo do planejamento urbano em Curitiba uma perigosa e incisiva heresia:³¹ a do planejamento participativo.

Embora jamais tenha sido claramente formulada,³² a idéia de planejamento participativo começa a se infiltrar em todos os discursos dos agentes do campo, na medida em que a crítica ao planejamento tecnocrático e ao regime autoritário se aprofunda e generaliza. Incorporada timidamente nos discursos oficiais,³³ ela é verbalizada com ênfase por todos os opositores do partido situacionista, numa postura que se repete incansavelmente.

Esta proposta, ainda que muito difusa, será incorporada e posta em execução pelas duas gestões do PMDB, no período 1982-90. Duas tendências começam então a operar no campo: 1.^a) uma reformulação no perfil das agências públicas, e, 2.^a) uma ênfase maior no atendimento das demandas sociais em detrimento, se necessário, da eficiência técnica.

A idéia de um planejamento participativo atingia em cheio a predominância do IPPUC no campo do urbanismo. Criaram-se novas entidades, que visavam justamente canalizar as demandas populares para dentro do planejamento oficial. Surgem as "Freguesias", depois denominadas de "Administrações Regionais", que buscavam um contato mais direto do povo com a prefeitura, à margem do legislativo. Além disso, o atendimento de demandas sociais relativas ao transporte e o bem-estar implicou no reforço de entidades como a URBS (que se torna gerenciadora do transporte coletivo, constituindo uma frota pública de ônibus), Secretaria de Abastecimento (com seus programas de distribuição subsi-

diada de alimentos como os “sacolões” e “varejões”) e a Secretaria do Bem-Estar Social (responsável por um avultado número de novas creches instaladas na periferia da cidade).³⁴

Nestas circunstâncias a instituição central do campo do planejamento urbano tem seu espaço de atuação grandemente restringido, tendo se cogitado inclusive na sua extinção. Só para se ter uma idéia, em todo período de governo do PMDB (1982-90) o Conselho Deliberativo do IPPUC não foi convocado nenhuma vez pelo prefeito e suas verbas de custeio foram reduzidas à quase completa insignificância.³⁵ Nestas circunstâncias numerosos quadros deixam, pura e simplesmente, o IPPUC ou se transferem para as novas agências estatais em ascensão.

Esta situação se inverte quase que completamente com o retorno de Jaime Lerner e a eleição de seu sucessor englobando os períodos 1989-1993 e 1993-1997.

De saída se assiste à restauração dos poderes e competências do IPPUC, tendo seu Conselho Deliberativo retomado o lugar de órgão máximo do planejamento urbano. Tem início também um ambicioso processo de recuperação da credibilidade pública do planejamento, sendo intensivamente divulgadas as realizações presentes e, principalmente, as passadas do IPPUC. Buscando se reciclar frente à nova correlação de forças nesta conjuntura ideológica, os planejadores investiram fundo na celebração da ecologia e da proteção ao meio ambiente, desenvolvendo projetos bem sucedidos e de grande repercussão nesta área.

A esse respeito duas coisas devem ser ressaltadas. A primeira é que essa bem sucedida reabilitação do campo do planejamento urbano não se deveu exclusivamente aos esforços destes administradores que agora voltaram ao poder. É preciso ter claro que fatores externos também contribuíram poderosamente para isso. Cabe mencionar a nova correlação de forças nesta conjuntura ideológica, a qual se caracteriza por um certo cansaço e desencanto da população para com os mecanismos democráticos em geral e com a classe política em particular; a valorização da experiência e do sucesso

no campo administrativo em detrimento da representatividade ou radicalidade dos políticos emergentes desta geração.³⁶ Deve-se acrescentar também um dado estrutural, o qual remonta a, pelo menos, a década de 1920 e que vem dando mostras de invejável capacidade de sobrevivência: a mística da tecnocracia como administração científica e pretensamente “apolítica”.³⁷ Neste sentido, as próprias forças políticas que lhe são contrárias acabam contribuindo, ainda que inconscientemente, para a celebração da hegemonia deste grupo: afinal, nunca, nenhum dos políticos do PMDB pensou em fazer do planejamento urbano uma instância de legitimidade. Muito pelo contrário, sempre fizeram questão de realçar — a nível de discurso — os mecanismos democráticos que os elegeram como suas fontes de legitimidade.

A segunda dimensão a ser salientada diz respeito às diferenças que marcam o campo do planejamento urbano desta fase com a inicial. Apesar dos nomes dos titulares dos cargos públicos serem quase que rigorosamente os mesmos, não é possível se reconstituir na íntegra as características originais do campo.

Para começar, a crítica verbalizada pela heresia do planejamento participativo não poderá jamais ser pura e simplesmente ignorada. As administrações do PMDB, com sua agressiva política de atendimento a qualquer preço das demandas sociais reprimidas nas populações de mais baixa renda, executada inclusive ao preço do sacrifício da lógica formal do urbanismo, sedimentaram práticas e fortaleceram interesses que a administração pública não pode mais desconsiderar, como teria sido possível fazer durante a ditadura militar. Tanto mais que a nova Lei Orgânica dos Municípios aumentou substancialmente a capacidade de interferência e fiscalização da Câmara dos Vereadores.

Um outro fator diz respeito às importantes mudanças operadas no interior do campo do urbanismo. Quero referir-me às transformações ocorridas a partir de 1973 quando, no interior de um vasto movimento de crítica à arquitetura e ao planejamento modernistas, começou a se falar da necessidade de sua substituição por uma concepção “pós-moderna”:

Enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o vêem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não tem necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza “desinteressada” como fins em si mesmas.³⁸

O resultado é uma profusão de estilos arquitetônicos, adotados na ânsia de corresponder a tradições específicas, histórias locais e desejos e fantasias particulares. Foi-se a pretensão de elaborar planos em larga escala, racionais, eficientes e voltados à realização de algum projeto social como a plena exploração das potencialidades humanas. Uma frase enunciada por estes pós-modernos trai bem esta intensão: “Não devemos fazer cidades e edifícios para o Homem, mas sim para as pessoas”.

Não é de se estranhar, portanto, que dentre as realizações da atual administração figurem em destaque as intervenções de ordem estética e semiológica no ramo da arquitetura, quase que eclipsando as realizações mais identificadas com o planejamento urbano.³⁹

3. Conclusão

O campo do planejamento urbano em Curitiba completa meio século. Ele conseguiu se constituir enquanto campo, isto é, enquanto esfera de atividade relativamente autônoma, regida por leis próprias a partir de meados dos anos 1960.

A partir do início da década de 1970 já está constituída uma sólida tradição neste campo, com mecanismos de reprodução próprios, instâncias de legitimidade e leis reguladoras do seu funcionamento. Contudo, os anos 1980 trazem modificações no meio ambiente político e ideológico que dão condições para o triunfo de uma forma mais heterodoxa⁴⁰ de se organizar o campo, permitindo a introdução de modificações substanciais. Do planejamento voltado para a construção de uma cidade “humana” (1965-83) passamos ao pla-

nejsamento "popular" (1983-88) e, daí, para um urbanismo "ecológico" (1988-93) (ou "pós-moderno"?)

Assim, o estado atual do campo só pode ser entendido se recorrermos à reconstituição histórica destas modificações e do embate permanente de diferentes visões, verbalizadas por atores específicos, que disputam a primazia nesta área.

NOTAS

1 Estou utilizando o termo "campo" a partir da concepção desenvolvida por Bourdieu, P. "O campo científico" In: ORTIZ, R. org. Pierre Bourdieu. Coleção grandes cientistas sociais — Área de sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155 e BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987. Especialmente o artigo "O mercado de bens simbólicos", p. 99-182. E BOURDIEU, P. & DELSAUT, Y. Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la maigé. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1, Jan. 1975, p. 7-36.

2 Já em 1974, ao final da primeira administração do Prefeito Jaime Lerner (1971-75) as experiências de Curitiba no campo do planejamento urbano já haviam alcançado repercussão tal que o Ministério do Interior nomeou uma comissão encarregada de investigar as "causas do sucesso de Curitiba na área do planejamento urbano". A esse respeito ver IUPERJ/MINTER (Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro/Ministério do Interior). *Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. Secretaria Geral do MINTER, 1974, dois volumes, p. 21. 545 páginas. Sua administração foi considerada "ideal" pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e seu nome foi considerado como o do prefeito de maior renome no país, em FACHINI, J. "A significação social do planejamento urbano: estudo do caso de Curitiba". Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mimeografado, 1975, pp. 104-105.

3 "Em setembro de 1990 durante o Congresso Mundial de Autoridades Locais para um Futuro Auto-Sustentável, Curitiba recebeu o prêmio que é considerado o "Oscar" do Meio Ambiente... De volta a Curitiba, em reconhecimento à participação da comunidade, o prefeito Jaime Lerner enviou a todas as associações de moradores de bairros cópia da United Nations Environment, Conferido pelo programa Award for Achievement da Organização das Nações Unidas". E "... o segundo reconhecimento internacional à eficiência das ações inovadoras da "capital ecológica" (leia-se Curitiba) aconteceu em outubro de 1990, quando Curitiba foi premiada pelo International Institute for Energy Conservation — Award for Achievement in Global Energetic Efficiency" pela racionalidade e economia do seu sistema de transporte coletivo" In: IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Memória da Curitiba Urbana, janeiro de 1992, volume 8, pp. 93-97.

4 FERNANDES, A. Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeografado, 1979, pp. 22.

5 SERETE, Plano preliminar de urbanismo de Curitiba, São Paulo, 1965. pp. 57. 157. Mimeo.

6 BOLETIM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Plano Agache, N.º 1, vol. 1. 1943.

7 GONÇALVES, A.J. et alli. O que é urbanismo. São Paulo: Brasiliense, 1990. Coleção primeiros passos. p. 43.

8 CORBUSIER, O urbanista rei. In: CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades — uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 183-196.

9 BOLETIM... op. cit.

10 IUPERJ/MINTER... op. cit. pp. 19-24.

11 IUPERJ/MINTER... op. cit. pp. 19-24.

12 O problema da constituição dos campos não passa apenas pela progressiva especialização dos espaços, recorrentemente tida como inevitável. É preciso ter claro que a autonomização de um campo é sempre problemática, e sua resolução geralmente escapa ao poder de influência dos interessados. Ver-se por exemplo o caso da arte em BOURDIEU, P. O mercado de bens simbólicos, op. cit. especialmente o item "A lógica do processo de autonomização" p. 100.

13 "O número de habitantes da capital paranaense passou de 180 mil em 1950 para 500 mil em 1960, o que evidenciou uma taxa de crescimento anual superior a 7%, quando em São Paulo, a maior capital do país, era de 4,5% e no Brasil de 5,5%". In: IPPUC, Vinte anos de IPPUC — Edição comemorativa. Curitiba, 1985. pp. 23.

14 Tratava-se essencialmente de um plano de desenvolvimento viário, que não levava em conta as tendências sócio-econômicas do desenvolvimento da capital. Cf. **PERNANDES**, op. cit.

15 IUPERJ/MINTER, op. cit. p. 25.

16 Esta conjuntura é admiravelmente bem descrita em **AUGUSTO**, M.H.O. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista — Estudo sobre a CODEPAR (Cia. de Desenvolvimento Econômico do Paraná)*. São Paulo, Símbolo, 1978.

17 Conforme o que se pôde absorver dos depoimentos registrados nos volumes da coleção *Memória da Curitiba Urbana*. op. cit.

18 **PEREIRA**, I.A. Depoimento. In: **IPPUC**, *Memória da Curitiba Urbana*. Vol. 1. Curitiba, 1989, 37 p.

19 IUPERJ/MINTER, op. cit. pp. 19-24.

20 **PEREIRA**, op. cit.

21 Sobre a noção de “instâncias de legitimidade” ver **BOURDIEU**, P. *O mercado de bens simbólicos*, op. cit. especialmente o item “O campo das instâncias de reprodução e consagração”, pp. 116-153.

22 IUPERJ/MINTER, op. cit. pp. 29-77.

23 Aqui é interessante especular sobre o capital social detido por cada um dos grupos em questão. Parece que os engenheiros tinham uma reputação e um prestígio muito superiores, em função do lugar ocupado pela sua disciplina na hierarquia das ciências. Já os arquitetos não podiam contar com um número substancial de referências que os credenciasse. Sobre o conceito de “capital social” ver, entre outros, **ORTIZ**, R. *A procura de uma sociologia da prática*. In: **ORTIZ**, R. (org.) op. cit. pp. 7-37.

24 IUPERJ/MINTER, op. cit. pp. 29-77.

25 IUPERJ/MINTER, op. cit. pp. 29-77.

26 Conforme vários depoimentos recolhidos na coleção “*Memória da Curitiba Urbana*”, op. cit.

27 **FORTE NETTO**, L. Depoimento. In: **IPPUC**, *Memória da Curitiba Urbana*. Vol. 7, 1991, pp. 51-66.

28 É o caso do fechamento da principal artéria de tráfego da cidade, destinada ao uso exclusivo de pedestres. A proposta contou com a oposição unânime da classe empresarial e com a manifesta desconfiança da população. Esta aliás, quando consultada pelo IPPUC acerca dos seus projetos de pedestrianização do centro da cidade, sempre se manifestou adepta do uso do automóvel particular, tanto para lazer como para trabalho. A esse respeito ver: **FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**, “Calçada, vinte anos depois”. Boletim da Casa Romário Martins. Curitiba, Vol. 14, n.º 98, julho de 1992 & **PASSOS**, Z. Depoimento. In: **IPPUC**, *Memória...* op. cit. vol. 7, pp. 237-254.

29 Um quadro bastante completo do período e dos movimentos em questão pode ser apreendido em **SKIDMORE**, T. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 & **STEPAN**, A. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

30 Este movimento no interior do campo é descrito bem em **SAUNDERS**, P. *Social Theory and the urban question*. London: Hutchinson University Library, 1982. Especialmente o capítulo “The urban as ideology” e os itens “Henri Lefebvre: the humanist critique of urbanism” e “Manuel Castells: science, ideology and the urban question”. p. 114-152.

31 Emprego o termo tal qual desenvolvido por Bourdieu em “Gênese e estrutura do campo religioso” In: **BOURDIEU**, P. (1979) Op. cit. pp. 57-68.

32 Uma possível definição do termo e do significado de suas práticas se encontra em **IPPUC** (1985), op. cit.

33 A segunda gestão de Jaime Lerner (1979-1983) foi marcada pela busca da “participação da comunidade”, como se pode observar nos relatórios anuais da prefeitura no período. Contudo, a avaliação de seus assessores mais próximos é que a iniciativa não deu em nada, conforme **TANIGUCHI**, C. Depoimento, In: **IPPUC**, *memória...* op. cit. vols. 3 e 7.

34 O meio-ambiente político e ideológico do período pode ser parcialmente reconstituído através dos Relatórios Anuais da Prefeitura entre 1985-89 e em **REQUILÃO**, R. “Direito a cidade” In: *Cadernos da Comunicação Social*, Secretaria Municipal da Comunicação Social, n.º 1, fevereiro de 1986.

35 A não-convocação do conselho é informação de funcionários responsáveis pela guarda da sua documentação no IPPUC. O tamanho do orçamento é uma avaliação de **TANIGUCHI**, C. op. cit.

36 Este “cansaço” da população com a democracia começou mais cedo do que se esperava. A esse respeito ver o excelente artigo de **SOUZA**, M. C. C. “A Nova República: sob a espada de Dâmocles” in: **STEPAN**, op. cit. pp. 267-321.

37 **SOUZA**, M.C.C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1945-64)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. Traz uma excelente reconstituição do período e dos temas em questão.

38 **HARVEY**, D. *A condição pós-moderna — uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 69.

39 Penso principalmente nas realizações como a “Ópera de Arame”, o “Jardim Botânico” a “reforma” do tradicional Mercado Municipal e a “Rua 24 horas”. Mesmo um projeto do ramo dos transportes como os ônibus “Linha direta” — o popular “ligeirinho” — recebeu destaque da imprensa muito mais em função da concepção estilística das estações tubulares do que dos ganhos de eficiência na operação das linhas.

40 Os conceitos de ortodoxia e heterodoxia correspondem às relações de poder instauradas dentro do campo. Os produtores que estão há mais tempo no campo, desfrutando de carisma, prestígio e reconhecimento, são aqueles que têm um maior capital social acumulado e, conseqüentemente, lutam para manter as regras vigentes de funcionamento do campo, as quais lhes favorecem: por exemplo, as normas das instâncias de reprodução e consagração, etc. São, portanto, identificados com a ortodoxia. Já a heterodoxia está associada com os recém-chegados àquele locus de luta; dispendo de reduzido capital social, percebem que a ascensão só será possível se lutarem para alterar as regras do jogo. Daí as práticas de desqualificação e desvalorização da produção ortodoxa, bem como aquilo que Bourdieu chama de "rituais de rebelião", entendidos enquanto a tentativa simulada de romper com os padrões estabelecidos pelas leis de funcionamento do campo. A esse respeito ver ORTIZ, R. op. cit. pp. 7-37.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVEZ, J. F. **Metrópolis: cidadania e qualidade de vida.** São Paulo: Moderna, 1992.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTELLS, M. **Problemas de investigação em sociologia urbana.** Porto: Presença, 1990.
- CHOAY, F. **O urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1989.
- KOWARICK, L. org. **As lutas sociais e a cidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SCHMIDT, B.V. **O Estado e a política urbana no Brasil.** Porto Alegre: L & PM, 1983.

ARQUITETURA E REPRESENTAÇÃO: DO POÉTICO AO SOCIAL

MARCELO SALDANHA SUTIL

Aluno do Curso de pós-graduação em História da
Universidade Federal do Paraná, UFPR.

RESUMO

A arquitetura dos séculos XIX e XX teceu uma rede de símbolos sociais. Como instrumento de representação e signo, sugeriu fenômenos que caracterizaram a época. No Brasil, por exemplo, a arquitetura neoclássica do oitocento tornou-se uma das portas de entrada para o mundo civilizado.

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância da arquitetura como fonte histórica, pois ao organizar o espaço que rodeia o homem, ela arranja-o de acordo com todos os comportamentos físicos e psíquicos que o indivíduo pode ter. Espaço este semantizado e dessemantizado diariamente, e onde os homens trabalham, relacionam-se e constituem famílias.

Representar é fazer-se presente no espírito, na consciência, é ter e estar no lugar de. Nesse sentido, é a representação de qualquer objeto, pessoa, acontecimento, idéia, etc. . . Porque se assemelha ao signo, ao símbolo e como eles remete a outra coisa. Não existe representação social que não seja de um objeto, mítico ou imaginário. (JODELET, 1990: 357-377).

A arquitetura dos séculos XIX e XX, que interessa a este texto, traduz-se numa linguagem de símbolos sociais. Como instrumento de representação, ela restitui simbolicamente algo ausente, mas já encontrado na consciência, sendo apenas evocado. Assim, a arquitetura pode ser lida e o meio urbano se transforma num signo que permite ser apropriado e reelaborado (ROLNIK, 1987:15-18). Pois qualquer ação cultural, toda e qualquer atividade e prática social constituem-se como práticas significantes, práticas de produção de linguagens e sentidos. (SANTAELLA, 1986:14).

Numa definição simples, signo pode ser explicado como um fato sensorial que se refere a uma realidade que por meio dele pretende-se fazer aparecer. Daí que o signo seja uma “coisa” de cujo conhecimento depende o conhecimento de uma “coisa outra”, o objeto do signo, ou seja, aquilo que é representado por ele.

Mas qual é essa outra realidade sugerida pela arquitetura, uma realidade muitas vezes até indefinida? Trata-se dos contextos gerais dos fenômenos ditos sociais, como filosofia, política, religião, economia, etc., razão pela qual a cultura consegue representar e caracterizar uma dada época. Mas dizer que se refere ao contexto dos fenômenos sociais não é afirmar que seja possível concebê-la como um testemunho direto ou um reflexo passivo. Como qualquer outro signo, a arquitetura pode ter uma relação indireta com a coisa que designa, sem deixar de fazer a referência. Por isso mesmo, qualquer produto cultural, seja uma obra de arte ou não, nunca deve ser utilizada como um documento histórico ou sociológico sem a prévia explicação do seu valor documental, isto é, da quantidade da sua relação com um dado contexto de fenômenos sociais. (Mukarovsky, 1981:13-15).

As obras arquitetônicas são um símbolo que distinguem-se de qualquer instrumento real de atividade humana pelo simples fato de não fazer parte de uma determinada atividade, e sim por garantir, enquanto espaço ambiental, todo um conjunto de processos vitais. O objeto da arquitetura é a produção do espaço e ao organizar esse espaço que rodeia o homem, arranja-o em relação ao homem com sua totalidade, com todos os comportamentos físicos ou psíquicos de que este indivíduo é capaz e de que o edifício pode vir a ser cenário (ibid, p. 155). Como obra e como manifestação produzida pelo homem, serve de intermediária entre o autor e a coletividade, funcionando como um símbolo exterior, que vai corresponder na consciência coletiva a um determinado significado. E não há apenas uma linguagem estética funcional; na arquitetura existem sentidos que a ligam do poético ao social, pois não se concebe a cidade como uma história congelada, mas como um repertório constantemente reatua-

lizado. A linguagem arquitetônica é um diálogo entre o previsível e o inesperado, o protegido e o exposto, o público e o privado. Enfim, um espaço onde os opostos se complementam, influenciando a vida cotidiana da cidade e carregando de símbolos o imaginário da população.

A obra arquitetônica representa o poder, a ascensão ou o desejo de se parecer uma classe superior. Ela mexe também, ao longo de sua evolução no interior das residências, com a própria vida familiar, criando espaços repletos de significação, delimitando o que é íntimo daquilo que se destina aos estranhos.

Nas próximas páginas o signo arquitetura será visto nos séculos XIX e XX em alguns dos seus aspectos mais relevantes. Inicialmente, o mito forma e função e a semantização do espaço; depois, dois exemplos ilustrativos: a Viena dos liberais e a França de Mitterrand, locais onde se utilizou da arquitetura como iconografia de uma ideologia e manipuladora do imaginário. No Brasil, será mostrado a entrada do estilo neoclássico, via Missão Cultural Francesa e Academia de Belas Artes, enquanto um agente civilizador na caminhada brasileira rumo ao concerto dos Estados-Nações modernos.

1. O mito forma/função e a semantização do espaço

Fascínio, temor e devoção. O espanto proporcionado pela arquitetura européia do século XIX, monumental, diversa em forma e materiais, estilos e épocas, com suas colunas e arcadas, nichos, grades de ferro e as sensações de infinitude, produziu um sentimento de perplexidade devota. Uma redenção ao poder de Deus e do homem. Do homem burguês, propriamente falando, um homem não mais abaixo da divindade, mas igualmente grandioso e esmagador. Uma auto-confiança que contribuiu para que a arquitetura do oitocento fosse uma linguagem de símbolos sociais, expressão manifesta. (Bresciani, 1985:43).

A modernidade enunciada em novos materiais e na nova tecnologia, utilizados para a reprodução de estilos antigos,

algo comum no século passado, buscava uma lógica funcional onde ela não existia. Na segunda metade do oitocento a palavra de ordem era funcionalismo, a união da *forma* e da *função*. A proposta era de que cada novo material deveria ter uma nova forma, traduzida pela função que exercia. Causa e estopim para o início da disputa entre construtores e decoradores, Escola Politécnica e Escola de Belas Artes. A necessidade premente de união entre esses dois elementos, insistindo na apresentação de soluções deu-se por serem objetos irreconciliáveis, cuja ligação era inexistente. Irreconciliáveis porque forma e função seriam portadores de duas ideologias em conflito: a aristocrata e a burguesa.

A aristocracia fez do não trabalho pessoal uma norma de vida, onde a ausência de esforços e a ostentação marcam a sua existência. É a representação da forma, que não se propõe para um trabalho ou para cumprir necessidades. A forma se oferece à livre e despreocupada apreciação, ao deleite do belo. Ao contrário, a burguesia, como única maneira de obter ascensão e respeito, possuía o seu próprio trabalho. Para obter seu poder precisou primeiro conseguir dinheiro com seu esforço para somente depois prosseguir com o trabalho alheio. Mas aconteceu que, mesmo enriquecendo e frequentando o mundo dos nobres, a burguesia era incapaz de apreciar algo a não ser por aquilo que esse algo era capaz de produzir pela sua função. (Coelho Netto, 1979:105).

É quase impossível um projeto que se afirme com a união perfeita entre forma e função, a predominância de uma delas sempre será inevitável. A ilusão da união é evidente mas por que uma teoria que pretende unir forma e função se chama funcionalismo? Por que não formalismo? A idéia da ilusão explica: funcionalismo exatamente porque é a forma que predomina, a denominação do termo apenas mascara. Analisando melhor, percebe-se que a forma é vendida ao consumidor e o lado funcional fica para o produtor pois, numa sociedade capitalista, funcional é o projeto que dispense menos gastos na sua execução e na manutenção. A arquitetura moderna expressa bem esse propósito.

O mito forma e função carrega uma ideologia e maneja exemplarmente todo um imaginário. Na arquitetura moderna do século XX, limpa e despojada, ou nos projetos neoclássicos e ecléticos do século XIX, com prédios de apartamentos cujas fachadas apresentavam proporções palacianas, vê-se a transfiguração de um ideal da população. Na medida em que a casa possui um valor de símbolo e de status e na medida em que significa a representação concreta de um ideal de habitar e de vida de uma determinada sociedade, cumulativamente materializando as diferentes posições na escala social, entrega-se ao consumidor a forma, símbolo do nobre aristocrata. Ideologia e imaginário; não há significado, sentido e significação numa obra de arte sem essas duas manifestações. Se se considerar a ideologia como uma representação produzida pelos homens a respeito de relações por eles mantidas com suas relações reais de existência, o conceito está muito próximo do de imaginário. Com a diferença de que essa representação que a ideologia fornece aos homens é de alguma forma organizada e não subjetiva. (ibid, p.102-107).

A semantização de um espaço é outro ponto que também obedece aos dois eixos acima descritos. Semantizar um espaço é dar-lhe significados, sentido, provocar-lhe mudanças do conteúdo. Um espaço recebe referências inicialmente a partir do corpo humano. Sua significação irá depender das relações sociais que se dão nele e da produção do indivíduo elaborado por ele isoladamente e a partir de sua relação com os demais. Partindo desta semantização inicial, o espaço pode sofrer mudanças ou acréscimos semânticos que podem resultar em camadas de significados sobre a carga inicial. Essa suprassemantização pode ocorrer, por exemplo, quando uma determinada classe social passa a abandonar certos bairros, e recebem então outra carga de significados, para instalar-se em outro, que a seguir também é suprassemantizado por um novo discurso sobre ele. Da mesma maneira que determinado espaço ganha significados, ele pode perdê-los, mas não ao ponto de se falar em espaços vazios. Não há na arquitetura espaços destituídos de representação. Um espaço que perdeu

muito da sua significação, mas que mesmo assim não pode ser considerado como vazio é o do centro das grandes cidades. Antigamente, este era o lugar da política, do poder econômico e espiritual, simbolizando a presença física da riqueza, do templo e da administração. Era de lá que emanava a vida, animação e a ordem das cidades. Atualmente este lugar se esvaziou, os poderes deslocaram-se dele para outros focos, em muitas cidades esses velhos centros são apenas alvos de preservação a nível de patrimônio histórico, mas nem por isso deixaram de possuir a referência simbólica. Ir a uma cidade e não visitar seu centro é como sair dela sem explorá-la.

O mito forma e função e a semantização de um espaço compreendidos como atuantes a nível ideológico e de imaginário traduzem questões relevantes sobre a representação na arquitetura. É evidente que nenhum destes pontos pode ser analisado sem se levar em conta o momento e as transformações históricas. Para ilustrar esta teoria, dois exemplos são muito interessantes: O aparecimento da *Ringstrasse*, na Viena do século XIX e a arquitetura francesa pós-*Beaubourg*, do governo Mitterrand.

2. A Viena dos liberais e a França de Mitterrand¹

A *Ringstrasse*, até por volta de 1860, não existia. Constitua-se numa enorme extensão de terra livre no centro de Viena, entre a cidade interna, aristocrática e cercada por fortificações, e o subúrbio. A ampla esplanada, portanto, estava disponível para o desenvolvimento moderno, que acabou sendo realizado pelas mãos dos liberais. Quando estes assumiram o poder, seguindo os princípios do constitucionalismo e dos valores da classe média, a cidade virou seu bastião político. Desde sua ascensão ao poder começaram a remodelar Viena, e o centro desta transformação urbana tornou-se a *Ringstrasse*.

O anel que separava a antiga cidade interna dos subúrbios foi preenchido por um vasto complexo de edifícios públicos e residências particulares. *Ringstrasse* tornou-se um

conceito para os austríacos da mesma forma que o Segundo Império para os franceses. Os objetivos políticos do remodelamento da cidade subordinaram-se à função simbólica de representação. A *Rings* tornou-se a expressão visual dos valores de uma classe, índice iconográfico da mentalidade do liberalismo austríaco ascendente.

Substituindo os muros, apesar dela própria ser um impedimento à integração da cidade, a *Rings* tinha por intenção eliminar qualquer obstáculo ao fluxo de pessoas e mercadorias. Ao longo do seu percurso estabeleceram-se em lugares estratégicos, os símbolos do domínio burguês: Parlamento, Prefeitura, Teatro Municipal e Universidade, todos em edificações sólidas, exprimindo através do esplendor os vários aspectos de um ideal cultural. Ao contrário da cidade antiga, onde o espaço servia como cenário para dar relevo aos edifícios barrocos, os organizadores da *Ringstrasse* inverteram tal procedimento. Todos os elementos estavam dispostos, sem refreamento arquitetônico, em relação a uma larga avenida de formato poliédrico. A rua era o único elemento no complexo que levava uma vida independente. Ao invés de unir o subúrbio à cidade, isolava. O isolamento dispensando os muros foi a estratégia escolhida. Nenhuma rua da área central, e mesmo as avenidas dos bairros mais recentes, se comunicavam. Seu fim era sempre na *Ringstrasse*.

Os edifícios também raramente foram postos em relação mútua, às vezes ficavam isolados flutuando desorganizadamente num meio cujo único estabilizador era a avenida. O senso de isolamento ficou acentuado até pela própria diversidade de estilos históricos empregados nas construções. Assim, para invocar um momento importante, ou para impor a imagem pretendida, escolheram-se os estilos. O Teatro Municipal, por exemplo, foi erguido na tradição barroca (come-morando a época em que pela primeira vez uniu o clérigo, o cortesão e o plebeu), como à Universidade coube o estilo renascentista, para celebrar a cultura racional moderna e o ressurgimento do ensino secular após a longa escuridão medieval.

Na *Ringstrasse* a arte da construção usada na cidade antiga para exprimir a grandeza aristocrática e a pompa eclesiástica, tornou-se propriedade comum dos cidadãos, expressando os aspectos do ideal cultural burguês, numa série chamada de “edifícios de esplendor”. O modelo empregado para os prédios residenciais era o *adelspalais* (palácio aristocrático) da época barroca, que na *Rings* transformou-se em *Mietpalast* (palácio de aluguel ou palácio de apartamentos). A nova classe média vienense aspirava a nobreza em sua aparência externa. O *mietpalast*, mesmo com as contradições que poderia ter, fazia a aproximação austríaca entre burgueses e aristocratas. Feliz combinação entre prestígio e lucro, uma das principais tendências sociais da era liberal.

Como nas ruas largas da região da *Rings*, no interior dos edifícios o espaço de comunicação era desmedidamente ampliado para criar uma sensação de grandeza. Um dos exemplos mais comuns foi a adaptação de grandiosas escadarias e amplos vestíbulos da arquitetura palaciana para o prédio de apartamentos.

O nível das moradias também se caracterizava através da diferenciação vertical da fachada pela altura da janela, riqueza de ornamentação e pilares que refletiam o tamanho e o enobrecimento da moradia.

Palco da cultura liberal, no final do século XIX a *Ringstrasse* tornou-se o centro simbólico da crítica contra a cultura desse próprio liberalismo, contestado principalmente pelas mãos de arquitetos, como Camilo Sitte e Otto Wagner. Em pouco mais de cinco décadas a *Rings* passou a ser cenário do curso de burgueses e aristocratas para contestadora dos seus criadores. Exemplo maior da semantização de um espaço e da manipulação de uma ideologia e de um imaginário, o modelo *Ringstrasse*, dado as suas peculiaridades, é único. Mas, recentemente, na França do governo Mitterrand, assistiu-se novamente a arquitetura sendo utilizada declaradamente como imagem de um poder, ao mesmo tempo em que arquitetos contextualistas, combatendo o estilo moderno da primeira metade do século XX, pregam um retorno à cidade. São os dois lados da arquitetura francesa *pós-Beaubourg*.

Desde a construção do centro Georges Pompidou, o *Beaubourg*, que a França vem se empenhando em reassumir o lugar de capital internacional da cultura. A redescoberta das grandes obras, influenciadas pelo sucesso do Centro, deu-se sobretudo no governo socialista que chegou ao poder em 1981. Tão logo empossado, Mitterrand anunciou um pacote de grandes obras, das quais, algumas não foram adiante. Mas persistiram: o término das obras do museu d'*Orsay* e das edificações do Parque de *la Villette*; o arco monumento do *Tête de la Défense*; a Ópera da *Bastille*; a transferência do Ministério das Finanças para o *Quai de Bercy*; o Instituto do Mundo Árabe (inaugurado em 1987); a reconstrução do Teatro do Leste Parisiense; o *aménagement* da *Montagne* e a maior de todas e mais polêmica, o *Grand Louvre* e sua Pirâmide.

Por outro lado, questões de problemas habitacionais e urbanos e a construção e recuperação de equipamentos sociais de porte médio continuou, como em administrações anteriores, a passos lentos.

A cultura foi encarada como o petróleo francês, um fato econômico e na verdade, como um grande negócio. Principalmente devido à intensa demanda cultural, em especial por parte da população jovem. Ocorreu uma divisão muito bem calculada: ao Estado coube a administração direta dos santuários da cultura e, ao setor privado da indústria cultural, a produção de bens e serviços na escala crescente da nova demanda. O que indica uma reconciliação entre cultura e sociedade, requerendo lugares onde a camada urbana possa inventar a cultura, motivo esse de ser o lugar público, um ponto de honra da administração francesa da cultura.

A animação que reina hoje no campo da arquitetura francesa não se deve somente ao Estado, mas a força dos Grandes Projetos foi tal que acabou provocando uma recuperação e reconstrução das áreas próximas. Não foram mera coincidência as palavras de Mitterrand: “[...] em qualquer cidade sinto-me Imperador ou arquiteto [...] não pode haver uma grande política para a França sem uma grande arquitetura”.

O *Grand Louvre* pode ser tomado como um resumo a ser interpretado do conjunto dos Grandes Projetos. A controvérsia foi iniciada com a escolha do responsável pela obra, *Ieoh Ming Pei*, um chinês radicado nos Estados Unidos. Para se compreender a Pirâmide projetada é preciso contemplá-la mais em termos de simbolismo do que de utilidade, levando em conta o significado que está assumindo aos olhos franceses. A Pirâmide de vidro está implantada no coração de Paris, no seu eixo principal, para que no futuro, provavelmente, as gerações lembrem da passagem de Mitterrand pelo poder; já que ela vem sendo vista e chamada como “Pirâmide do Faraó”, “Mausoléu de Mitterrand”, “Tesouro de Tonton Kamon”, com seu prestígio variando de acordo com os altos e baixos do governo. Como Otilia Arantes afirmou, não se pode dissociar conflito político e projeto arquitetônico, pois não se trata de uma construção qualquer, mas de um edifício que mobiliza referências históricas e locais, inserindo-se como marca e forçando sua entrada na História.

Mitterrand e sua equipe de arquitetos e assessores culturais, que não são os primeiros e nem serão os últimos a deixar gravado na pedra a sua passagem pelo poder, estão preocupados em simbolizar uma nova ordem através de monumentos que são ao mesmo tempo espaços coletivos, destinados às mais variadas performances culturais.

Como os primeiros modernistas, a *intelligentsia* Mitterrand possui a ilusão de que uma nova ordem social é indissociável, quando não depende, da arquitetura. Mas está ocorrendo mais uma simbolização do novo espaço do que uma reorganização funcional. As formas que perderam sua função são tomadas ao pé da letra, daí essa pureza monumental como a da Pirâmide do Louvre. Pureza formal e racionalidade social voltam a se dar as mãos, mas no plano exclusivo da representação, em grande parte alimentadas pela mediação do Estado.

A cidade moderna foi pensada como um grande monumento, e a megalópole é o maior símbolo da modernidade, que embora não sendo inventada pelos arquitetos, foi ao me-

nos celebrada por uma parte deles, que a queriam organizada como uma grande obra arquitetônica a traduzir os altos feitos da ciência e da técnica. O retorno do governo francês aos monumentos (a monumentalidade esteve ligada à origem das cidades) se deve à redescoberta do significado das representações coletivas projetadas nos monumentos.

Com as formas abstratas modernas de baixo teor iconográfico a arquitetura parecia ter perdido sua capacidade de significar, mas ao que tudo indica uma reviravolta se processou na França. As formas puras disseminadas por Paris pelos Grandes Projetos e investidas de forte simbolismo político, colocaram a figura do arquiteto entre os principais protagonistas da animação cultural.

Sobre uma nova Paris, que o *Beaubourg* ajudou a compor, impregnando-lhe o imaginário, surgiu uma nova mentalidade inteiramente voltada para as relações entre a arquitetura e a cidade e para a cidade enquanto um lugar público. Esse é o outro lado da arquitetura francesa, completamente anti-*Beaubourg*, anti-Pirâmide e Grandes Projetos, mas que, no entanto, partiu deles. O atual retorno francês à cidade contrasta com os monumentos pela sua vontade de passar despercebido, uma necessidade de se projetar edifícios diante dos quais se pode passar sem vê-los, o que também trai um certo temperamento oposicionista.

A amplitude reduziu-se a dimensões calculadamente modestas, valorizando a memória histórica e promovendo um retorno ao alinhamento das ruas e aos telhados de zinco e ardósia. A arte de construir cidades atualmente comprova que tudo resume-se ao delicado jogo de acrescentar novas camadas, que não serão as últimas, sem a perda do senso de continuidade. A palavra de ordem passou a ser “melhorar a qualidade de vida da população”. Diferente do funcionalismo moderno, a tarefa do arquiteto moderno ou *designer* urbano será a de re-semantizar a cidade, tendo em vista uma geometria não apenas do terreno ou do programa, mas também com o intuito de estimular as práticas sociais localizadas.

De um lado, celebração das massas; do outro um radical retorno ao urbano. Essa nova mentalidade surgiu da constatação de que as pessoas sempre esperam algo a mais das construções do que uma simples satisfação funcional. O movimento moderno falhou no problema fundamental da significação na arquitetura, e é preciso que esta volte a falar àquelas a quem se dirige. Os arquitetos contextualistas franceses estão à procura deste lugar carregado de sentido. Sentido varrido pelo espaço moderno.

3. Uma maneira de entrar no mundo civilizado

Apesar do século XIX ser um herdeiro direto das tradições arquitetônicas do período colonial, foi nele que se assistiu a implantação de novos esquemas de arquitetura urbana, caracterizando um esforço brasileiro para entrar no mundo contemporâneo. As inovações ficaram restritas, inicialmente, às construções oficiais e das famílias mais ricas, que pretendiam seguir uma orientação neoclássica e aproveitar alguns dos aperfeiçoamentos das técnicas dos países mais adiantados da Europa.

As primeiras transformações apresentaram-se de forma discreta e a origem do neoclássico no Brasil identifica-se com a vinda da Missão Cultural Francesa e com a criação da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. A arquitetura realizada sob influência da Academia era caracterizada pela clareza construtiva e simplicidade de formas. Alguns elementos como cornijas e platibandas eram explorados como recurso. As linhas básicas eram marcadas por pilastras sobre as quais nas platibandas dispunham-se objetos de louça do Porto, compoteiras, etc. As paredes de pedras e tijolos eram revestidas e pintadas de cores suaves, onde se destacavam janelas e portas em pedra aparelhada e arrematadas em arco pleno. Contribuindo para a implantação de tipos mais refinados de construção, tais obras acabaram tornando-se padrões para as demais, ostentando um refinamento técnico que não correspondia ao comum.

No Brasil, a influência do neoclássico processou-se em dois níveis diferentes: nos centros maiores do litoral, em con-

tato permanente e direto com a Europa, desenvolveu-se num nível mais complexo e refinado, nos moldes internacionais; no interior, houve uma transformação de tipo superficial, mas de larga difusão. (Reis Filho, 1987:116).

A essas transformações correspondeu um novo modo de organização dos espaços interiores, implicando em alterações das maneiras de habitar e dos mecanismos de relacionamento da vida familiar com o conjunto da sociedade. Processo de transformação dos velhos hábitos patriarcais, nitidamente influenciados pela vida da burguesia européia. A austeridade e rusticidade dos interiores dos tempos coloniais, vieram para substituir tendências de grande valorização decorativa, que resultaram em mudanças nos hábitos com os estranhos no modo de servir e viver.

Com o desprestígio das velhas maneiras de morar, surge um novo tipo de residência: a casa de porão alto, ainda de frente para a rua, mas que representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas, resultado das transformações econômicas e tecnológicas pelas quais passou a sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX. A posição cambial favorável devido as exportações de café, possibilitou o uso de equipamentos importados acrescentando-se a isso a modernização dos transportes, com o aparecimento de linhas férreas, ligando o interior ao litoral, e as linhas de navegação dos grandes rios. A modernidade, então, poderia chegar a vastas regiões e romper com a rotina dos tempos coloniais. (ibid, p.44).

Mais para o final do século XIX, sob a inspiração do ecletismo e com o apoio de hábitos diferenciados das massas imigradas, foi que apareceram as primeiras residências urbanas com nova implantação, rompendo tradições e exigindo mudanças nos tipos de lotes e construções. Apesar de ainda se conservar o alinhamento da via pública, a liberação das residências dos limites do lote permitiu o recuo em ambos os lados ou em um (o mais comum), contribuindo para o aparecimento dos jardins laterais.

Os jardins foram uma novidade paisagística na arquitetura residencial, enquanto ainda ofereciam possibilidades de arejamento e iluminações até então desconhecidas. Ao mesmo tempo, nas casas de porão alto, as entradas foram transferidas para a lateral. Esse esquema de entrada, com a altura discreta dos porões, protegia a intimidade das casas e permitia o uso dos porões para alojamentos dos empregados e serviços. A ligação da casa com o jardim era feita por varandas apoiadas em colunas de ferro e escadas em degraus de mármore. A destinação dos compartimentos correspondia à sala de visitas abrindo para a rua, quartos em torno de um corredor ou sala de almoço e cozinhas e banheiro ao fundo. Mesmo nas casas menores foram suprimidas as alcovas; e na impossibilidade de um jardim lateral para a iluminação, lançava-se mão de poços de iluminação, aproveitando as facilidades para controle das águas pluviais, como manilhas, calhas e condutores. O aumento das possibilidades financeiras dos mais abastados permitiu o acréscimo dos benefícios tecnológicos e refinados da civilização: casas construídas com tijolos e cobertas com telhas tipo marselha, o aparecimento de venezianas e banheiros com água corrente. As madeiras serradas em junções mais perfeitas difundiram o uso de assoalhos encerados, em substituição aos antigos de tábuas largas, lavados semanalmente, iniciando-se o uso de tapetes e móveis mais finos. (ibid, p.47-50).

As mudanças realizadas nas construções urbanas foram parte das modificações sócio-econômicas e tecnológicas do país. A arquitetura deve ser compreendida como uma parcela importante dessa renovação. Uma renovação profundamente influenciada por membros das camadas urbanas em ascensão (técnicos, intelectuais) que adotaram as idéias modernas e científicas da Europa. A arquitetura portanto, serviu como um dispositivo para os agentes do processo de civilização européia no Brasil, numa rejeição ao que não estava no padrão europeu.

As novas residências definiam-se a partir de uma separação das várias divisões da casa em duas zonas: uma zona da família, íntima, reservada ao cotidiano, reveladora de ta-

bus; e uma zona de representação, destinada aos visitantes, porque uma sala pode iludir acerca das condições de vida de uma família; a cozinha, no entanto, revela a maneira como essa família vive. Dentro dessas casas o novo burguês brasileiro movia-se bem, pois elas foram moldadas por uma ideologia e moldavam segundo a mesma ideologia, que inevitavelmente seria a do próprio burguês. É por isso que ajustavam-se a todos os seus conceitos e pré-conceitos, pois tinham a privacidade das persianas cerradas e varandas desertas, os jardins corredores inabitáveis e o individualismo murado. (Seara, Coimbra, 1986:76).

Mas a arquitetura brasileira possuía, no oitocento, dois níveis. Nas províncias as residências urbanas constituíam-se de cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros. O estilo foi trazido pelos grandes proprietários rurais, que tinham interesse na administração e frequentavam os grandes centros ou a corte. Ao regressarem às suas cidades, levavam consigo a experiência arquitetônica que procuravam reproduzir em suas moradias urbanas ou rurais. A adoção desses padrões representava, mesmo, a participação do poder central, do qual emanavam como arquitetura oficial. Essas residências mais comuns tinham como dificuldade a falta de acesso à melhores materiais, reduzindo-se às técnicas rudimentares e a elementos neoclássicos apenas como fachada. Internamente, a distribuição dos espaços ainda correspondia aos moldes da arquitetura colonial. Uma inovação importante foi o aparecimento das casas térreas com porão, exclusivamente residenciais. Cujos proprietários normalmente eram pessoas que viviam de renda e não precisavam utilizar a casa como local também de trabalho. As casas rurais seguiam os mesmos padrões da arquitetura residencial urbana mais modesta. Era comum, na procura de se fazer sentir participante de um outro mundo e com interiores requintados, que se pintasse nas paredes falsas janelas com vistas para a Capital Federal ou para alguma paisagem européia, tudo isso em plena fazenda e próximo à senzala.

Essas adaptações são importantes e não devem ser relegadas, porque da mesma maneira que o estrangeiro emite

sons de uma nova língua até onde os da sua própria língua nativa permitem, o mesmo se deu com a arquitetura no Brasil. Esta esteve atrelada a um conceito que Gombrich chamou de *Schemata*, e que traz toda a carga cultural do artista, nesse caso, dos construtores ou dos proprietários rurais, por exemplo, quando estes retornavam às suas terras com uma idéia definida do que queriam. Esses “artistas” só podiam transmitir aquilo que os seus instrumentos e veículos eram capazes de executar. (Gombrich, 1986-56).

Assim, compreende-se melhor a adoção dos estilos vindos de fora para o Brasil. O neoclássico das províncias não era menos neoclássico que o da Corte e este não era menor em relação ao europeu. Ambos foram construídos de acordo com a realidade e as possibilidades de cada lugar. Mesmo porque uma representação nunca é uma réplica. A duplicata não existe. As transcrições são feitas com esse “veículo adequado” que se desenvolveu através da tradição e da habilidade do artista e do observador. E é por se operar com um estilo estruturado, governado pela técnica e pela *schemata*, que a representação pode tornar-se um instrumento que é, não apenas de informação, mas também de expressão. (ibid, p.330).

Seria simples reduzir um estudo sobre arquitetura brasileira nos seguintes moldes: período colonial, estilo barroco; no momento da independência política, o neoclássico e, após a Proclamação da República, o eclético. Mais do que uma sobreposição de estilos, que tornaram nossas cidades mais antigas em verdadeiros sítios de arqueologia urbana, a arquitetura, principalmente no século XIX, foi a marca de um país que procurou alcançar um nível de independência cultural e tecnológica, enquanto as condições econômico-sociais eram as mesmas do período colonial. A partir dessa tentativa, trazer o neoclássico para o solo brasileiro era o mesmo que abrir as portas para a Europa e, portanto, para a civilização. O neoclássico adquiriu um significado importante para os proprietários rurais, ainda que sua realização fosse apenas uma pintura sobre as paredes. Se foi aceito no

Brasil é porque os agentes culturais encontraram aqui forças locais dispostas a sustentá-lo. Já para se compreender o ecletismo, é preciso vê-lo como uma conciliação de estilos históricos e políticos que marcaram a fase inicial da República. Conciliação e progresso, tradicionalismo e progresso, ou, melhor afirmando, "Ordem e Progresso". (Reis Filho, 1987:186).

4. Olhar o que já foi visto

Mudanças de qualquer nível numa sociedade resultam em alterações, sobretudo, nas condições dos artistas que assimilam estas mudanças integrando-as ao conjunto anterior.

Como já foi dito, a arquitetura (vista como signo) age como um fato sensorial que se refere a uma realidade que se pretende evocar. Uma referência que representa o que há de comum na consciência subjetiva de determinada coletividade.

Pelo que foi mostrado, constata-se claramente que as formas arquitetônicas nunca serão um reflexo passivo da sociedade, pois então para condições sociais idênticas, teria-se sempre a mesma arquitetura. Ao contrário, ela influencia e é influenciada pela maneira de viver, pela realidade, pela cultura e pelos grupos sociais que a utilizam, e se os homens fazem sua História em meio ao espaço onde vivem, trabalham, tecem relações e constituem famílias; como, então, ignorar a questão da semantização e dessemantização de determinado local e sua ação no imaginário desses homens?

Trabalhar com a arquitetura e representação é entrar em terreno arenoso, porém instigante; é desmembrar-se do estatuto do documento e da validade das provas, mas não inventar. É deixar falar os pontos mais minúsculos e fugir do *a priori* e da cega certeza de compreender o passado.

As cidades são como livros abertos, onde foram depositadas as representações de cada momento. Ler esses espaços é delimitar novas possibilidades de olhar aquilo que já foi visto e perdeu-se no tempo.

NOTAS

1 A fim de evitar as constantes referências que interrompem o texto, vou me utilizar, para falar sobre a Viena dos liberais e a França de Mitterrand os seguintes textos e autores: Viena de fim-de-siècle, de Carl Schorske e, Os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg, de Otilia Beatriz Arantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz. Os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg. In: **Novos Estudos**. out./88, nº 22.
- BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano. In: **Cultura e cidades**. Revista Brasileira de História. São Paulo: 5(8/9): 36-38. 1985.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- GOMBRICH, E. **Arte e ilusão**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomène, concepte et theory. In: MOSCOVICH, Serge, dir. **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1990. p. 357-377.
- MUKAROVSKY, Jan. **Escritos sobre estética e semiótica da arte**. Lisboa: Estampa, 1981.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 87 p.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SCHORSKE, Carl. **Viena: fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SEARA, Ilda, COIMBRA, Jorge. **Sine qua non: a ideologia de habitar**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1986.

BURKE, Peter. A escola dos Annales. 1929-1989; a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.

ARLENE RENK

Aluna do Curso pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional - RJ.

O autor, Peter Burke, é professor de História Cultural na Universidade de Cambridge, conhecido do público brasileiro por suas publicações, como *Cultura Popular na Idade Moderna* e *Veneza & Amsterdam* e por atuações no circuito universitário. Testemunho desse entrosamento foi o lançamento simultâneo do título no Brasil e na Inglaterra .

Ao escrever o livro Burke propunha-se em analisar e avaliar a obra da “Escola de Annales”, no intuito de desconstruir o estereótipo de grupo monolítico. Ao contrário, diversas seriam as rupturas internas, principalmente a partir dos anos sessenta.

Este breve estudo do movimento dos Annales pretende atravessar diversas fronteiras culturais. Objetiva, de um lado, tentar compreender o mundo francês, de outro, explicar, tanto quanto possível, a década de 20 às gerações posteriores e a prática do historiador para sociólogos, antropólogos, geógrafos e outros cientistas sociais. Ele se apresenta sob a forma de uma história que busca harmonizar uma organização cronológica da temática (1991:13).

Qualifica-se como “companheiro de viagem” dos Annales e daí a pretensão em traçar um ensaio de “caráter mais pessoal”.

Em outras palavras, um historiador de fora que, como muitos outros estrangeiros, buscou sua inspiração no movimento. Tenho acompanhado seu destino de maneira muito próxima nestes últimos trinta anos. Mas, ao mesmo tempo, Cambridge é suficientemente afastada de Paris para tornar possível descrever uma história crítica das contribuições dos Annales (1991:14).

O livro, além da apresentação do tradutor Nilo Odália e do prefácio do autor, consiste de cinco capítulos, acrescidos de um glossário com a linguagem dos Annales.

No prefácio o historiador contextualiza os Annales e, de certa forma, rejeita a noção cristalizada de “Escola”,¹ preferindo a rubrica de *Movimento* e periodiza os sessenta anos dos Annales em três segmentos temporais: de 1920 a 1945, do pós guerra até 1968 e o momento atual. A periodização e os critérios para tal podem ser questionados. Confrontando este texto com o de Hunt (1992), este historiador prefere uma divisão em quatro períodos. Enfim, estes são indicadores de que as classificações não são tão consensuais e irenistas quanto se poderia supor.

Por ora, fixemo-nos nos critérios de periodização estabelecidos pelo historiador britânico, enquanto roteiro de “via-gem” para apreciação do texto.

O primeiro capítulo é dedicado ao “Antigo Regime na Historiografia e seus Críticos”, onde Burke, tenta, de modo sucinto, “examinar a história da historiografia na sua longa duração”. Nesta tentativa de repertoriar a trajetória da disciplina fornece pistas importantes do campo intelectual de então, principalmente, da visão dos cientistas sociais a respeito da História, como “exclusivamente envolvidos (os historiadores) com a narrativa dos acontecimentos políticos”. Tratava-se, evidentemente, de representação, uma categoria tão cara à “Escola Sociológica Francesa”, mas que não correspondia à “realidade”. Nesta perspectiva perfilava-se Simiand, economistas, que combatia os “ídelos da tribo dos historiadores”: a) “o ídolo político”, conferindo uma exagerada importância aos eventos; b) “o ídolo individual”, ou seja, a ênfase nos grandes homens; c) o “ídolo cronológico”, isto é, o hábito de voltar-se ao estudo das origens.

Se este fora o terreno da história que os “pais-fundadores” encontraram, o segundo capítulo é dedicado aos anos “pioneiros”, à trajetória intelectual de Lucien Febvre e Marc Bloch, de suas teias de relações, indispensáveis para uma compreensão da importância da geografia, o papel de Vidal de

la Blache, o contato com Lévi-Bruhl, antropólogo e criador da “mentalidade primitiva” ou “pensamento pré-lógico”, com a história da arte de Émile Mâle, ou ainda o linguista Antoine Meillet. Enfim, é retratado um panorama de Estrasburgo, nos anos vinte, e de seu ambiente favorável para uma atuação transfronteiras disciplinares. Neste contexto foi gestada a Revista *Annales* da qual, por razões contingenciais, Bloch e Febvre tornaram-se editores. O primeiro número da *Annales d'histoire économique et sociale* foi lançado em Estrasburgo, em 1929,² de seu comitê editorial, além de historiadores, constam Albert Demangeon (geógrafo), Maurice Halbwachs (sociólogo), Charles Rist (economista) e André Siegfried (cientista político). A longeva revista, agregando em torno de si diversos autores, com múltiplos enfoques, tendências e preocupações, no entanto, não fora uma experiência pioneira no diálogo da história com as ciências sociais. Anteriormente, já havia surgido a *Revue de Synthèse Historique* de Berr, na qual os “pais-fundadores colaboraram”.³ Na década de trinta, em decorrência do deslocamento espacial de seus editores ao Collège de France e à Sorbonne, a sede passa a ser Paris. A revista não ficou imune a circunstâncias externas, como a Segunda Guerra, onde o anti-semitismo de Vichy exigiu a retirada de Bloch da co-direção. Um dado importante, apontado por Burke, é a transformação da revista: inicialmente configurava-se num veículo de “seita herética”. No pós guerra passou a ser o “órgão oficial de uma igreja ortodoxa”. De antigos revolucionários foram agora alçados ao posto de *establishment* da historiografia, o que correspondia à consolidação da posição dos Annales no campo intelectual francês.

O capítulo seguinte é voltado “A Era Braudel”, o herdeiro de Febvre nos Annales. Aqui são preciosas as informações acerca da trajetória do historiador: a sua atuação na USP (nos anos 30), o seu contato com Levi-Strauss e a construção de sua tese: *O Mediterrâneo*. Braudel, enquanto herdeiro, na consolidação de seu domínio e possível expansão de território, soube explorar a seu favor o “*mandarinato*”, enquanto presidente da VI Seção da *École*. Muitos são os indícios de que sua política com os antropólogos e sociólogos, como Levi-

Strauss e Bourdieu, e o controle dos fundos de pesquisa, publicações e nomeações guardavam “para si um grande poder, que usou para promover o ideal de um “mercado comum” das ciências sociais onde a história era um membro dominante” (Burke, 1991:57). A política de concessão de bolsas aos alunos estrangeiros, tudo indica, obedeceria a uma calculada estratégia de difusão dos Annales no exterior.

Não obstante a liderança de Braudel, nesse período, do pós-guerra até o terceiro segmento temporal (após 1968), outras estrelas também brilhavam nos Annales. Entre estas, Ernest Labrousse, um marxista de considerável importância na historiografia francesa, principalmente no papel de orientador de tese dos componentes da terceira geração.⁴ De certa forma este é um indicador de que os Annales não estavam imunes ao marxismo e as suas influências.

O quarto capítulo centra-se na terceira geração, aquela do pós-68, com Le Goff, Revel, Nora e, com o ingresso das mulheres, fazendo-se presentes historiadoras como Christiane Klapich, Arlette Farge, Mona Ozouf e Michelle Perrot. Esta, sem dúvida, a mais conhecida do público brasileiro, pela circulação de sua produção intelectual em nosso meio acadêmico. Trata-se de geração com intenso intercâmbio com exterior, onde o itinerário intelectual deslocou-se da base econômica para a “superestrutura” cultural, do “porão ao sótão”. Uma reação que nos Annales se faria refletir em três correntes: uma mudança antropológica, um retorno à política e um ressurgimento da narrativa.

No que diz respeito à “viagem antropológica”, Burke delineou os pontos de intersecção da história com os antropólogos, como Frazer, Levy-Bruhl, Mauss, Malinowski, Goffmann, Victor Turner, Bourdieu e De Certeau. Como resultado, os historiadores passaram a utilizar recursos da Antropologia para incorporar novos dados, através das leituras de fontes, sob novo olhar. Valeram-se também da teoria da prática, das noções de *estratégia* (como opostas à rigidez das regras) e de *habitus*, diluindo as fronteiras disciplinares. Em alguns casos é posta a dificuldade em nomear a produção: é ela uma antropologia histórica ou uma história antropológica?

ca? Questão posta. Dúvidas muitas e respostas poucas, por enquanto.

O retorno à política é apresentado como uma reação a Braudel e também às outras formas de determinismos (especialmente o economicismo marxista). “Está associado a redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam de “cultura política”, de idéias e de mentalidades” (1991:103).

O renascimento da narrativa, vincula-se à liberdade humana, ao interesse pela micro-história e pelas biografias histórica.

Este capítulo informa ainda acerca da “popularidade” dos Annales e do mercado editorial:

O tipo de história que produzem tornou-se popular na França, em sua época. O Mediterrâneo de Braudel e as obras de Bloch e Febvre não venderam muitos exemplares quando de sua primeira edição. Montaignou [Village Occitan de Le Roy Ladurie], por outro lado, conseguiu ir ao topo da lista de “best-seller” dos livros de não ficção; sua venda aumentou quando o presidente Mitterand admitiu na televisão que o estava lendo, enquanto que a aldeia foi quase soterrada sob a massa de turistas (1991:106).

As vinculações dos historiadores dos Annales com editores franceses, migrando de pequenas a grandes editoras, da Armand Colin, a Plon, a Seuil ou a Gallimard, pode ser apontado como um exemplo de uma colaboração mais estreita entre historiadores e editores. Um caso paradigmático seria a atuação de Pierre Nora, lecionando na École des Hautes Études e ao mesmo tempo atuando na Gallimard, onde criou a coleção *Bibliothèques des Histoires*. Este estreitamento de vínculos e uma circulação de razoável escala no mercado editorial não permaneceu despercebido aos críticos dos Annales. Neste sentido Dosse tem dirigido algumas farpas.

O último capítulo do livro — “Os Annales numa perspectiva Global” — apresenta um balanço da acolhida do movimento, de sua boa e má recepção nos diversos países e áreas, enfim, um mapeamento de sua territorialização” temática e espacial.

A parte final do livro consiste de um glossário da Linguagem dos Annales, para a familiarização do leitor com a terminologia empregada e no sentido de tornar o texto mais exotérico, facilmente digerível mesmo para os não iniciados. Uma constatação que não passa em branco, neste glossário, é a influência da Antropologia nos Annales, expressa em alguns verbetes. Vejamos a História do Imaginário. Seria uma outra roupagem, menos rançosa aos olhos de alguns — principalmente daqueles que comungam de ideais marxistas — para as representações coletivas (cunhadas na Escola Sociológica Francesa). De modo similar, História Total, utilizada por Braudel, na conclusão da segunda edição de *Mediterrâneo* e em outros estudos. A adjetivação foi buscada em Marcel Mauss, do seu fato social total. Não seria diferente com o verbe *civilização*, de uso corrente na antropologia francesa, principalmente em Mauss, no clássico ensaio *Les civilisations*, que poderia ser traduzido por cultura.

Alguns silêncios de Burke poderão ser respondidos com outras publicações, com outras visões e versões dos Annales, alguns dos quais já estão disponíveis no mercado brasileiro. Finda a leitura do livro algumas questões afloram, entre estas: como foi o processo de recepção dos Annales no Brasil? Qual a reação do mercado editorial frente aos títulos lançados, o tempo de descompasso ou acompanhamento das produções na França e no Brasil? Quais os trabalhos orientados por componentes dos Annales e como estes foram apropriados, incorporados ou reelaborados no Brasil? Um desafio que esperamos em breve seja respondido por nossos historiadores, antes que algum “brazilianista” o faça.

Em síntese, é uma leitura possível do texto. Sem dúvida outro leitor, com lentes calcadas em outra disciplina, realçará e centrar-se-á em aspectos não apontados aqui.

NOTAS

1 Acerca da controvérsia da "Escola de Annales" Lynn Hunt expressa-se da seguinte forma: A Annales (Revista) tornou-se uma escola — ou, pelo menos, assim começou a ser chamada quando afiliou-se institucionalmente à Sexta Seção da École Pratique des Hautes Etudes, depois da Segunda Guerra Mundial (Hunt, 1992:3). Chartier, componente do grupo, com visão de dentro, prefere utilizá-lo no masculino plural "Os Annales". (Para maior aprofundamento, consultar Chartier (1991), principalmente o primeiro capítulo "História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação?"). No entanto, será Revel (1990) quem também preferirá a rubrica Movimento: "Falei de movimento, não de escola — como se faz, infelizmente, com exagerada frequência, quando se trata dos Annales. Uma escola, rigidamente organizada em torno de um instituição, depositária dos seus livros sagrados, espartilhada pelas suas convicções e pela sua hierarquia: não há nada mais alheio à forma como se constitui à volta de um pequeno grupo de homens e da revista que fundaram em 1929, aquilo a que poderíamos chamar, retomando o vocabulário do capitalismo nascente, uma sociedade de investigações. (Revel, 1990:11).

2 A revista teve quatro títulos: Annales d'histoire économique et sociale (1929-1939); Annales d'histoire sociale (1939-1942, 45); Mélanges d'histoire sociale (1942-4) e Annales: économies, sociétés, civilisations (1946).

3. "Os Annales não são a primeira tentativa de organizar as ciências sociais em torno da história. Em redor da Revue de synthès historique, do Centro International de synthès, da sua colecção "L'évolution de l'humanité", Henri Berr tinha tentado a constituição de uma rede de que faziam parte Febvre e Bich e na qual puderam beber quando o seu momento chegou. No entanto a Synthèse situava-se à margem das instituições universitárias e faltou-lhe sempre legitimidade académica. Ora, esta foi sempre, desde o início nos Annales um dado adquirido. Quando estes lutam contra as concepções historiográficas que dominam a universidade, fazem-no a partir de uma posição universitária. Os seus fundadores são historiadores conhecidos, cuja carreira fora já, em grande parte, reconhecida, não são de forma nenhuma marginais; os seus primeiros colaboradores, que darão à revista a sua fisionomia original, são recrutados numa Universidade de Estrasburgo que se queria brilhante e inovadora depois da vitória; beneficiam do patrocínio prestigioso de Henri Pirenne" (Revel, 1990:28/29).

4 Para maior aprofundamento valeria a pena consultar os Ensaio de ego-história, onde alguns elementos da terceira geração narram os contatos com Labrousse e sua orientação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NORA, Pierre, org. **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições Setenta, 1989.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural; entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio: Bertrand Brasil, 1991.
- HUNT, Lynn. **História, cultura e texto**. In: ———, org. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel; Rio: Bertrand Brasil, 1990.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Um lar em terra estranha;** a aventura da individualidade feminina — a Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Curitiba: 1992. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.*

EVELVINA MARIA DE CASTRO TRINDADE

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Os estudos sobre a mulher compõem um campo historiográfico recente que utiliza o recorte do gênero para recuperar uma memória sexuada, imbricada nas relações masculinas/femininas reais;¹ uma possibilidade histórica cuja validade não se atrela à sua aceitabilidade ou recusa, mas à pertinência de sua especificidade, pensando a condição da mulher não mais como destino biológico mas como situação social.²

Nessa recuperação da memória feminina, o trabalho de Ana Paula se encontra muito à vontade, evitando as radicalizações e os falsos feminismos e atingindo uma organização coerente e fechada.

Ao abrir-se a dissertação, sente-se já o leitor cativado pela escolha dos versos *Baús do Tempo*, tão coerentes com as intenções do estudo, e recuperando imagens que se reportam aos mil nadas das mulheres que Perrot enumera: porta-jóias, caixas, medalhões, mechas de cabelos, jóias de família, miniaturas e fotos. . .³

Nessa proposta introdutória, o suporte teórico constrói-se em torno dos conceitos de modernidade e individualização, fazendo recurso a autores como Dumont, Sennett, Da Matta e Velho que permitem à autora estabelecer um roteiro de viagem e atingir, ao final, seus objetivos.

Partindo dessas colocações, o estudo vai navegar pelas águas perigosas da modernidade paranaense, situando seu ápice no período em que se comemora o Centenário da Eman-

cipação Política do Estado. Águas perigosas porque polêmicas, se considerados os avanços e recuos do pensamento modernista nessa sociedade. Assim, quando, na década de 50, fala-se da construção de um Paraná moderno ou se comenta a crescente escolarização feminina e o ingresso de mulheres nos meios universitários, está-se, na verdade, recuperando um discurso muito presente no Paraná da Primeira República brasileira, palco da atuação de Dario Vellozo, Euclides Bandeira, Niepce da Silva, Nilo Cairo, Emiliano Pernetta, entre muitos outros. E onde se fazem também presentes suas primeiras feministas, Mariana Coelho, Raquel Prado, Elvira Paraná. Um território que busca sua identidade no movimento paranista; a terra progressista que as colunas do Diário da Tarde descrevem em dezembro de 1907: “É inegável que o Paraná, nestes últimos tempos, tem ascendido com rapidez os taburnos do progresso...”⁴

Nesse contexto, as mulheres do início do século estiveram presentes nos bancos escolares, mas também em faixas representativas dos mercados de trabalho, das áreas de lazer e até da marginalidade.

É importante lembrar, nesse caso, que o possível recuo dessa presença mais liberada pode dever-se ao avanço do conservadorismo católico na sociedade paranaense, a partir da década de 20, pela ação da hierarquia eclesiástica e, de forma significativa, das congregações religiosas educacionais.

Assim, a conquista feminina dos espaços públicos nas décadas de 50 e 60 não constitui uma ruptura com o passado, mas a emergência de uma nova etapa, nem tanto pelo atingimento dos níveis universitários, mas por buscarem as mulheres identidade e carreira por si mesmas e fora do núcleo familiar, como o comprova o trabalho de Ana Paula. Um avanço não linear e bastante complexo, marcado por inúmeros avanços e recuos, perdas e ganhos.

Todas essas questões se colocam a partir do Capítulo 1, que leva como título Territórios em Movimento e onde, utilizando textos de Linhares e Westphalen, a autora recupera, muito adequadamente, a euforia da época do Centenário da

Emancipação, no projeto de um Paraná do futuro. O mesmo clima de tempestade que, segundo Benjamin, impele o anjo de Klee rumo ao futuro, enquanto à sua volta crescem os escombros do progresso.⁵

Nesse contexto ufanista situam-se as Mulheres dos Tempos Modernos, analisadas no segundo capítulo. Nem tão modernos, pois neles se retomam as velhas lutas femininas, quer no campo profissional, quer no pessoal. São resgatados os modelos da mãe e da professora-mãe do ideário positivista, guardiãs do futuro e responsáveis pela formação das novas gerações — sempre a postos para formar cidadãos a serviço da Pátria.

As influências dos pensamentos positivista e católico que acenam aí através das citações de Plínio Salgado e Olga Mattar, retomam os estereótipos tão presentes nas representações femininas e nos projetos educacionais da primeira metade do século XX. São resquícios do papel reservado à mulher nas construções nacionalistas da República Velha.

O texto traz também à baila os preconceitos discriminadores do sexo frágil e os sempre lembrados argumentos biológicos que fazem da mulher, segundo provérbio citado por Davis, “une beste imparfaicte sans foi, sans loy, sans crainete et sans constance”.⁶ E relembra a eterna presença de sua vocação para o magistério e o recuo masculino — que Varikas constantemente aponta — de profissões em que a mulher ocupe espaços mais significativos. Recupera, ainda, o caráter geral e doméstico de sua educação, dirigida, desde o início do século, às prendas de salão e aos *métiers de femmes*.

É segundo essas observações que se trata, já no capítulo seguinte, a questão da dupla jornada de trabalho, uma somatória de deveres profissionais e encargos domésticos, cuja introjeção pelas mulheres traz consigo o inevitável conflito entre público e privado.

Mulheres nos Tempos Modernos aponta ainda o caráter dicotômico de um contexto em que as novas oportunidades concedidas não se fazem necessariamente acompanhar por

novos valores. Tal preservação de antigos modelos e padrões é analisada também em sua veiculação por romances e revistas dirigidas ao público feminino. O autor privilegiado é M. Delly, de grande aceitação pelas leitoras da época, não devendo, porém, serem esquecidos os românticos brasileiros como José de Alencar, Machado de Assis e Joaquim Manoel de Macedo, igualmente procurados.

Perpassa, por esses autores, um submisso elenco de heroínas que não subverte as relações de gênero e é muito mais ficção do que realidade, em um mundo onde a mulher se defronta cada vez mais com as solicitações prementes da sobrevivência. Ressurge, então, a permanente oposição entre modelo e contra-modelo a discriminar aquelas que ousam e atingem o profissionalismo. Como no início do século, o grande perigo que se lhes acena é a prostituição — um desvio⁷ a que a sociedade responde com a marginalidade ou a repressão.

Nessas circunstâncias, e sob essas expectativas, surge em Curitiba a CEUC, uma instituição destinada a abrigar estudantes universitárias oriundas de cidades pequenas e médias do interior do Paraná ou de outros Estados; esse é o tema privilegiado nos dois últimos capítulos do estudo: Uma casa para moças e Memórias.

Perpassa por eles a visão desse espaço ambíguo, meio privado e meio público, normatizado, como observa Foucault,⁸ pela moral e pela hierarquia, pelos estatutos e regimentos.

Dentro desse espaço, tenta-se constantemente reproduzir as figuras de mãe e esposa dos pensamentos positivista e católico, tornando-se ainda mais clara a influência religiosa, pelo fato da Diocese de Curitiba e da Liga das Senhoras Católicas terem presidido ao nascimento da Casa.

Em Memórias, a autora desvenda, por fim, toda a riqueza dos Livros de Plantão, verdadeiros diários de mulheres tão impregnados do cotidiano, do íntimo, do feminino, mesmo. Nesses relatos do dia-a-dia da Casa, avulta-se, muito cla-

ramente, a onipotência da dona de casa, (mais poderosa até que as imagens da esposa e da mãe), em sua face doméstica e provedora, porém dependente. Aquela que Perrot compara ao maquinista da ópera, “presidindo a tudo sem que a vejam em ação”.⁹

Na garimpagem desse personagem a autora descobre, com certa surpresa, que o atingimento da autonomia e da individualização das estudantes parece passar justamente pela reafirmação do privado e do doméstico; pela reiteração da idéia de Casa que o trabalho descobre, ao seu final, em oposição, ao da CEUC. Uma permanência inesperada em período já tão avançado do século atual.

À conclusão do estudo completa-se a viagem proposta, com a constatação da permanência de modelos e valores que agem como freio às pretensões femininas. No desenvolvimento de seu trabalho, a autora construiu um texto de muita força e autenticidade.

As Mulheres desdobráveis de Adélia Prado, e agora de Ana Paula, criam então vida e vêm a público para provocar no historiador um desejo cada vez maior de conhecimento e de pesquisa.

NOTAS

(*) Dissertação de mestrado, defendida no departamento de História, na Universidade Federal do Paraná, em dezembro de 1992.

1 PERROT, M. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*. ANPUH/Marco Zero, São Paulo, 9(18):9-18, Ago.-Set. 1989. p. 18.

2 VARIKAS, E. Pária: Uma metáfora da exclusão das mulheres. *Revista Brasileira de História*. ANPUH/Marco Zero, São Paulo, 9(18):19-28, Ago.-Set. 1989. p. 19.

3 PERROT, p. 13.

4 DIÁRIO DA TARDE. *O Paraná e o Clero*. Curitiba, 12 de dez. de 1907.

5 BENJAMIN, W. Teses sobre a Filosofia da História IX. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

6 DAVIS, N.Z. *Culturas do povo*, sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 107.

7 VELHO, G.O. Estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, G.O. org. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

8 FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

9 PERROT, M. Os ritos da vida privada burguesa. In: org. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201.

LENHARO, Alcir. A sacralização da política. Campinas: Papyrus, 1986.

ROSELI BOSCHILIA

Aluna do Curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, UFPR. Pesquisadora da Casa da Memória de Curitiba.

1. Introdução

A historiografia brasileira por muito tempo buscou apoio teórico em Marx utilizando o esquema metodológico da história enquanto processo.

O afastamento desse modelo foi provocado pelas novas concepções trazidas, a partir dos anos 60, pelos integrantes da chamada “nova esquerda inglesa” e pelo filósofo francês Michel Foucault. Mesmo assim, o modelo da história como revolução vigorou até 1968, período marcado pelos insucessos, que acabou dando origem a novas formas de pensar o poder e o Estado.

No Brasil, o marxismo continuou sendo a linha de influência majoritária até o final dos anos 70. A maior parte dos estudos eram embasadas em concepções oriundas da escola marxista, ligadas a autores como Althusser, Lukács e Gramsci. No início da década de 80 ocorreu a superação das teses partidárias, que utilizavam o modelo do capitalismo enquanto sistema e tentavam colocar os seus objetos de estudo numa camisa de força para que eles se adaptassem ao modelo teórico proposto, e às suas concepções de Estado, ideologia e classe.

No período entre 1969 e 1985 foram produzidas no Brasil, cinco teses enfocando a revolução de 30. O movimento e suas implicações mereceram a análise de diversos historiadores como Boris Fausto, Ítalo Tronca, De Decca, Vesentini e Alcir Lenharo.

Este último pode ser considerado um marco na historiografia brasileira porque é o autor que, com a obra *Sacralização da Política*, rompe definitivamente com o modelo adotado nos anos 70.

A obra é parte substancial da tese de doutoramento em história "Corpo e Alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40", defendida pelo autor em junho de 1985 na USP e orientada pelo professor Adalberto Marson.

A base do pensamento do autor está centrada em Hannah Arendt no que se refere à análise do estado totalitário; e Felix Guattari e Michel Foucault, quando analisa o conjunto maquínico do poder. Também fica evidente a influência de Thompson quando ele afirma ser o engajamento partidário um estímulo necessário para resgatar o passado.

Lenharo deixa claro na introdução a questão do engajamento político e profissional ao fazer a análise do Estado autoritário, mostrando a permanência e a reutilização de mecanismos utilizados em 1930, pelos governos militares das últimas décadas.

A característica inovadora do autor está na tentativa de montar uma realidade que está observando sem acomodar-se dentro de um modelo. Abandona os diversos conceitos utilizados por outros historiadores como a noção de Estado, a concepção de ideologia e de sociedade de classes. Não discute se o discurso é ideológico ou não, nem discute se ele é falso ou verdadeiro. A tentativa é de particularizar o fascismo enquanto produto histórico das contradições capitalistas.

Seu objetivo é acompanhar a construção de um Estado autoritário, através do estudo da dinâmica da fascistização política do país, que desemboca na ditadura do Estado Novo.

Analisa as diferentes dimensões do fascismo através das práticas autoritárias do governo, como por exemplo, a utilização de imagens e símbolos na propaganda política, mecanismo esse, que evidenciava claramente o objetivo de atingir o emocional da população, como forma de evitar as tensões

e contradições ideológicas e obter o apoio silencioso ao endurecimento político.

Mostra também como a máquina da propaganda se expandiu e se consolidou enquanto instrumento de dominação, após o golpe de 1937. O discurso projetava uma sociedade equilibrada e homogênea em direção ao progresso econômico, e enfatizava que o Estado “protetor e justo” estava ao lado do trabalhador.

2. A política de colonização

A política de colonização do Estado Novo pretendia acabar com os conflitos sociais através do redirecionamento das correntes migratórias do nordeste para novas áreas de colonização. Por outro lado, com a criação dessas novas áreas, o governo poderia regularizar o abastimento dos grandes centros urbanos, assegurando desse modo o programa social de política de trabalho.

A idéia de colocar as colônias nacionais, situadas estrategicamente entre as áreas despovoadas e as ocupadas, era implantar uma nova proposta de colonização — baseada num sistema corporativo de produção e comercialização monopolizado por burocratas da alta administração — e criar um novo conceito de trabalho e trabalhador semelhante ao existente no setor urbano-industrial, ou seja, o trabalhador disciplinado, produtivo e despolitizado. Porém, a semelhança não ultrapassava os limites da adjetivação. A política do trabalho era omissa com relação as questões relativas a igualdade de direitos do trabalhador do campo.

O projeto de construção da “Marcha para o Oeste” estimulava a idéia de participação de todos na política num momento em que não havia espaço para a participação coletiva. A idéia da conquista do espaço físico executada pelos trabalhadores fazia com que eles “se sentissem co-proprietários do território nacional” (p. 15). Este fato chamou a atenção do autor que viu aí a possibilidade de fazer uma análise do conteúdo mítico desse projeto de colonização.

A originalidade do autor está em fazer uma análise do mundo rural numa época em que todos estão voltados para a questão urbana. Volta-se para o interior ao analisar as condições políticas e sociais do campo através da construção mítica da Marcha para o Oeste.

A Marcha para o Oeste foi um programa de povoamento, elaborado no início de 1938, que trazia no seu bojo um projeto nacionalista que tinha como intuito, resgatar a brasilidade. Para possibilitar a construção de uma nacionalidade o projeto estava centrado na imagem da nação que se concretiza a partir do seu próprio esforço. O argumento utilizado na defesa da brasilidade era direcionar a marcha para o interior, em contraposição ao litoral que era o espaço dos estrangeiros e, portanto, desnacionalizador.

Para obter a participação canalizada das massas, o Estado criou um discurso político do poder com a utilização de recursos capazes de explorar “formas inconscientes de desejo e de identificação”.

3. O corpo enquanto instrumento de trabalho

A imagem do corpo humano foi amplamente usada durante o Estado Novo como recurso para repensar a sociedade e transformá-la, nos mesmos moldes do regime nazista alemão. O objetivo do governo era militarizar o corpo para transformá-lo num instrumento de trabalho disciplinado, solidário, idealista e produtivo.

Um grande número de revistas especializadas da época chamavam a atenção para os cuidados com o corpo, evidenciando o seu caráter não apenas reprodutor da moralidade, mas também transmissor.

O discurso político utilizava recursos morais e religiosos onde o corpo representava a simbiose entre a política e a religião. Palavras como carne e sangue eram utilizadas como imagens para exemplificar a relação entre o cidadão e a pátria. Além disso, a idéia de unidade do corpo enquadrava-se perfeitamente com o projeto corporativista daquela socie-

dade. "Cada cidadão é convidado a dar a sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário" (p. 18).

Lenharo também chama a atenção para a utilização do corpo como metáfora em outros momentos históricos, como por exemplo, a relação estabelecida entre o corpo dos presidentes brasileiros e a "saúde" do governo, nas últimas décadas.

4. A religião, a moral e a família

A propaganda explorou exaustivamente o clima religioso que desembocava no culto à pátria. Essa idéia de religiosidade vinculada à questão do amor e da moral tinha como modelo a família de classe média e era concretizada na escola, constituindo a tríade Lar, Escola e Pátria, como exemplo de uma comunidade harmoniosa.

A tentativa era a de estender o controle obtido sobre o operário na fábrica para o seu espaço familiar. Era necessário eliminar as arestas entre o espaço do trabalho e o lar, na busca de uma "nova concepção de vida", onde a família devia ser o "núcleo irradiador da nova moralidade". Nesse sentido, houve todo um movimento contrário ao trabalho feminino, pois à mulher cabia o controle da família e a vigilância dos seus membros contra os perigos físicos e morais. "A reposição de uma dada moralidade para a mulher e para a criança a educação física do corpo, o tratamento eugênico do corpo e da mente, os cuidados com o lazer, com o morar e com a segurança moral da família asseguram a interiorização do sexo como matéria-prima fundamental à modelagem social dos corpos dóceis". (p. 107)

O discurso do poder contou com a conivência da Igreja e fez uso de imagens e símbolos católicos para empunhar a bandeira da fé e combater um inimigo comum, o comunismo. A nação passou a ser um objeto religioso, digno de veneração, sem abandonar contudo, a sua condição material, incorporando dessa forma duas naturezas distintas num úni-

co corpo (religiosa e social). Essa idéia foi transferida para a figura de Vargas. As agências de propaganda tentavam mostrar duas facetas do presidente: de um lado a magia e a intuição e de outro a racionalidade. “A máquina da propaganda disseminava o rosto pessoal do regime através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas” (p. 47).

Sacralizar a política significava dar ao Estado uma legitimidade que estava embasada em alicerces nobres e que funcionava como um escudo religioso capaz de deter qualquer opositor.

5. A despolitização da classe operária

O objetivo fundamental da política do Estado Novo era a despolitização da sociedade. Para golpear as formas livres de organização da classe operária e criar uma organização sindical atrelada ao Estado, eram oferecidos alguns benefícios através da legislação social, que obrigavam o operário a sindicalizar-se. Criados para neutralizar os antagonismos de classes, os sindicatos operários não conseguiram captar as aspirações dos trabalhadores. Mantiveram-se apenas, enquanto aparato burocrático sustentado pelo Estado, às custas dos trabalhadores. Todas as concessões feitas à classe trabalhadora eram acompanhadas de contrapartidas que visavam a dominação, a opressão e o controle. Entretanto, o cumprimento das leis trabalhistas não eram respeitadas pelos empregadores, que contavam com a proteção do Estado.

O discurso do poder era carregado de ambigüidade. Ao mesmo tempo que dignificava o trabalhador, impunha padrões que levavam o trabalhador a querer escapar da sua condição de classe, combinando assim, dignificação e humilhação. Dessa forma se estabelecia uma política de dominação e desestruturação da classe trabalhadora através da coerção e de estímulos que levavam à disciplina, à docilidade e à produtividade. “A estratégia de esmagamento da condição operária e diluição do conceito de classe passa obriga-

toriamamente por uma revisão moralizadora do conceito de trabalho” (p. 86).

Uma das estratégias utilizadas para criar a idéia de uma identidade nacional era descaracterizar os diferentes grupos sociais abrigando-os numa categoria única e homogênea, a dos brasileiros.

O rádio, pelo seu caráter sugestivo e envolvente foi utilizado em larga escala para criar a ilusão da participação política e da integração nacional. A voz do poder tornava-se persuasiva, familiar e invadia a intimidade com o intuito de obter o controle da sociedade.

6. Conclusão

A obra de Lenharo procura mostrar como a existência da luta de classes e a força da classe operária no jogo do poder foi levada a sério pelo Estado Novo e, como o Estado, por acreditar na luta de classes e na sua força, buscou mecanismos capazes de neutralizar os antagonismos. Através de uma proposta corporativista de sindicalização, de cunho fascista, procurou obter o controle da classe operária e a despolitização de todo o conjunto da sociedade.

Discute como a ideologia fascista não se restringe a pessoas, partidos ou instituições, mas pode estar espalhada na sociedade tomando iniciativas contrárias aos interesses da liberdade e da democracia. Evidencia também o caráter múltiplo e dinâmico do fascismo, que utiliza diferentes facetas, conforme os objetivos que deseja atingir.

Sacralização da Política mostra que durante o Estado Novo o fascismo mascarou-se de salvador para seduzir e reunir as forças sociais, e segundo as palavras do autor, para convencer os trabalhadores de que eles não tinham forças própria para se defender e, portanto precisavam de um caudilho condutor que o fizesse (p. 208).

(*) Essa resenha foi produzida no primeiro semestre de 1992, durante a disciplina Modelos de Explicação Histórica I, do curso de mestrado em História do Brasil, com o objetivo de analisar um dos trabalhos historiográficos produzidos no Brasil no período compreendido entre o final da década de sessenta e meados dos anos oitenta.

Composto e impresso na:
GRÁFICA VICENTINA LTDA.
Al. Cabral, 846 - Fone: 222-1057
Caixa Postal, 988
80410-210 — Curitiba — Paraná

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1º) — ser inédita;
- 2º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa, trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

Uma publicação da
APAH - Associação Paranaense de História
com o apoio:



ISSN 0100-6932